

**/UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**



**EDIFÍCIOS ESCOLARES E EDUCAÇÃO
EM PELOTAS-RS NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)**

ESTELA MARIS REINHARDT PIEDRAS

Pelotas
2019

ESTELA MARIS REINHARDT PIEDRAS

**EDIFÍCIOS ESCOLARES E EDUCAÇÃO
EM PELOTAS-RS NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Arriada

Pelotas
2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

P111e Piedras, Estela Maris Reinhardt

Edifícios escolares e educação em Pelotas-RS na
Primeira República (1889-1930) / Estela Maris Reinhardt
Piedras ; Eduardo Arriada, orientador. — Pelotas, 2019.
340 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em
Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal
de Pelotas, 2019.

1. História da educação. 2. Arquitetura. 3. Edifício
escolar. 4. Pelotas. 5. Primeira República (1889-1930). I.
Arriada, Eduardo, orient. II. Título.

CDD : 370.9

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eduardo Arriada – UFPEL (Orientador)

Prof. Dr. Ester Judite Bendjouya Gutierrez – UFPel

Prof. Dr. Tatiane de Freitas Ermel – Universidade Complutense de Madrid

Prof. Dr. Patricia Weiduschadt – UFPel

Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta – UFPR

Prof. Dr. Elomar Tambara – UFPel

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e à Faculdade de Educação por me acolherem novamente.

Ao CNPQ por apoiar muitos dos estudos que subsidiaram a realização da minha pesquisa.

Ao meu orientador Eduardo Arriada por ter aceitado essa tarefa com grande dedicação.

Aos professores do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação, PPGE/FaE/UFPel pelo apoio e aprendizado.

Aos professores componentes da Banca Ester, Elomar, Marcus, Patricia e Tatiane, pelas sugestões valiosas e incentivos.

Aos colegas do Centro de Artes/UFPel por respaldarem meu afastamento para esse aperfeiçoamento.

Aos arquitetos e amigos Ana Lucia Costa de Oliveira, Anderson Pires Aires, Cristiane Nunes, Daniel Botelho, Guilherme Almeida e Marta Nunes pelas valiosas contribuições técnicas e estímulo ao longo da pesquisa.

Também agradeço, pela constante parceria, aos colegas do Programa, Carmem Leal, Caroline Michel, Chéli Meira, Fernando Ripe, Jeane Caldeira, Renata Castro, Tania Teixeira, Tatiane Viero, e, em especial, Raquel Santos, cujo entusiasmo despertou meu interesse pela História da Educação.

Aos meus amores, Sergio por me acompanhar e amparar; Elisa e Fernanda, Inacio e Lorena, fontes de energia e alegrias ao longo dessa laboriosa caminhada, todo meu carinho.

RESUMO

Esta pesquisa articula a história da educação com a arquitetura, investigando como os edifícios escolares materializam os tensionamentos do contexto educacional da Primeira República (1889 e 1930) em Pelotas. O objetivo do estudo é identificar os edifícios escolares públicos e privados construídos em Pelotas na Primeira República e suas tipologias, para compreender sua relação com a formação social da educação brasileira naquele local e período. Para isso, a partir do diálogo com pesquisas antecedentes, a discussão teórica contempla a história da educação, a cultura material escolar, a urbanização e a arquitetura escolar no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Pelotas. A estratégia teórico-metodológica fundamenta-se nas perspectivas da nova história cultural e da cultura material escolar e, através da pesquisa documental, explora dados oriundos de fontes como arquivos e acervos históricos, almanaques, jornais, revistas, periódicos e desenhos arquitetônicos. O estudo empírico apresenta os edifícios escolares construídos em Pelotas na Primeira República (1889-1930) e sua articulação ao contexto urbano. Destes, são eleitas cinco escolas para exploração aprofundada, sendo elas Gonzaga, João Affonso, Bibiano de Almeida, Mariana Eufrasia e Dona Antonia. Através da observação de suas características, emergem quatro tipologias de edifícios escolares: Edifício Escolar Monumental, Edifício Escolar Padronizado, Edifício Escolar Seriado e Edifício Escolanovista. Os resultados da pesquisa apontam que, entre 1889 e 1930 no município de Pelotas, através de instituições de ensino públicas e privadas, o ensino primário (séries iniciais e integral), secundário e técnico era oferecido em edifícios construídos para essa finalidade, tanto no centro urbano quanto fora dele e nos bairros populosos; tais escolas abarcam quatro tipologias arquitetônicas que constituem a cultura material capaz de tangibilizar as abordagens de educação vigentes naquele período de 40 anos; há evidências de diferenças significativas entre as realidades do ensino privado e público no período, seja com relação aos níveis de ensino ou aos edifícios escolares; enquanto na esfera privada a tipologia é Monumental desde 1906 (Gonzaga), na esfera pública encontram-se tipologias como Edifício Padronizado, a partir de 1922 (João Affonso e Bibiano de Almeida), Edifício Seriado, entre 1922 e 1924 (Mariana Eufrásia), e Edifício Escolanovista, a partir de 1928 (Dona Antonia).

Palavras-chave: História da educação; Arquitetura; Edifício escolar; Pelotas; Primeira República (1889-1930).

ABSTRACT

This research articulates the fields of history of education with architecture, investigating how school buildings materialize the tensions of the educational context of the First Republic (1889 -1930) in Pelotas. The aim of this study is to identify public and private school buildings constructed in Pelotas (Brazil) during the First Republic (1889 e 1930) and their types, to understand their relationship with the social formation of education in Brazil at that time and place. To do so, in dialogue with previous researches, the theoretical discussion contemplates history of education, the material culture of schooling, urbanization, and academic architecture in Brazil, in Rio Grande do Sul, and in Pelotas. The theoretical-methodological strategy is based in the perspective of new cultural history and the material culture of schooling, and through documental research it explores data from sources such as historical files and archives, almanacs, newspapers, magazines, journals, and architectural designs. The empirical study presents school buildings constructed in Pelotas during the First Republic (1889-1930) and their articulation with the urban context. Of these, five schools were selected for deeper exploration: Gonzaga, João Affonso, Bibiano de Almeida, Mariana Eufrasia, and Dona Antonia. From the observation of the characteristics four types of school buildings emerged: Monumental School Buildings, Standardized School Buildings, Serial School Buildings, and New School Buildings. The results signal that between 1889 and 1930 in Pelotas, through public and private teaching institutions, primary (first years and full time), secondary, and technical schooling was offered in buildings constructed for that use, in urban centers as well as outside of them and in populous neighborhoods; these schools encompass four architectural types which constitute the material culture capable of embodying the existing educational approaches in that 40-year period; there is evidence of significant differences between the realities of public and private schools in that period, be it in relation to teaching levels or to the school buildings; while in the private sphere the typology is Monumental since 1906 (Gonzaga), in the public sphere the typologies are Standardized Buildings, since 1922 (João Affonso and Bibiano de Almeida), Serial Building, between 1922 and 1924 (Mariana Eufrásia), and New School Building, since 1928 (Dona Antonia).

Keywords: History of Education; Architecture; School Building; Pelotas; First Republic (1889-1930).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Imagem do Gonzaga, modelagem digital baseada nas fotografias originais	20
Figura 2 Imagem do João Affonso, modelagem digital baseada nas fotografias originais	21
Figura 3 Imagem do Bibiano de Almeida, modelagem digital baseada nas fotografias originais	21
Figura 4 Imagem do Mariana Eufrásia, modelagem digital baseada nas fotografias originais	22
Figura 5 Imagem do D.Antonia, modelagem digital baseada nas fotografias originais	23
Figura 6 Ilustração de escola de ambiente único do século XIX	64
Figura 7 Fotografia de escola de sala única de Harrow School Fourth Form Room (1611)	65
Figura 8 Plantas e corte de escolas da Alemanha do século XVI	66
Figura 9 Fachada da escola Thomasschule, de Leipzig	66
Figura 10 Ilustração de escola com duas salas de aula para o ensino das meninas	68
Figura 11 Ilustração de sala de aula para 304 alunos: (a) planta e (b) vista, século XIX	69
Figura 12 Vista exterior (maquete), Scotland Street School, 1902	70
Figura 13 Vista interna da escada principal Scotland Street School, 1902	70
Figura 14 Planta da escola Carl Schulz High School, Chicago, 1907	72
Figura 15 Fotografia da escola florestal para crianças doentes. Charlottenburg 1904	75
Figura 16 “Plantas typo” Grupo escolar de 4 classes, Minas Gerais, 1913	86
Figura 17 Fotografia Grupo Escolar na Cidade de Frutal, Minas Gerais, 1913	87
Figura 18 Mapa do zoneamento para Pelotas proposto por Rullmann, 1924	109
Figura 19 Fotografia do Gonzaga, Pelotas, 1922	118
Figura 20 Fotografia do São José, Pelotas, 1922	119
Figura 21 Fotografia do João Afonso, Pelotas, 1924	120
Figura 22 Fotografia do Carlos Laquintinie, Pelotas, 1924	121
Figura 23 Fotografia do Mariana Eufrásia, Pelotas, 1924	121
Figura 24 Fotografia do Dona Antonia, Pelotas, 1927	122
Figura 25 Fotografia do Dr. Assumpção, Pelotas, 1927	123
Figura 26 Fotografia do Jacob Brod, Pelotas, 1928	123
Figura 27 Fotografia do Ministro Fernando Osório, Pelotas, 1928	124
Figura 28 Fotografia do Mauá, Pelotas, 1928	125
Figura 29 Fotografia do Bibiano de Almeida, Pelotas, 1928	126
Figura 30 Mapa da distribuição espacial das instituições escolares urbanas particulares, públicas e assistenciais na cidade de Pelotas na Primeira República	128
Figura 31 Imagem dos edifícios que caracterizam as tipologias identificadas, modelagem digital baseada nas fotografias originais	148
Figura 32 Mapa de localização dos edifícios que caracterizam as tipologias identificadas	149
Figura 33 Fotografia da primeira residência dos padres jesuítas em Pelotas, onde iniciou a Escola São Luiz Gonzaga, Pelotas, RS, 1905	152
Figura 34 Fotografia dos pensionistas no salão de recreio e de refeições do Gonzaga	153

Figura 35 Fotografia do pátio interno do Gonzaga	154
Figura 36 Mapa de situação do Gonzaga	155
Figura 37 Fotografia do edifício do Gonzaga construído em 1906.....	156
Figura 38 Fotografia de parte dos edifícios vista pela rua XV de novembro do Gonzaga.....	157
Figura 39 Postal da Catedral São Francisco de Paula, à direita o edifício do Gonzaga, 1913.....	158
Figura 40 Desenho da fachada principal do Gonzaga	159
Figura 41 Planta baixa do pavimento térreo do Gonzaga	162
Figura 42 Planta baixa do pavimento superior do Gonzaga.....	163
Figura 43 Fotografia do interior da Capela do Gonzaga	166
Figura 44 Fotografia do edifício do salão teatro do Gonzaga, 1916.....	167
Figura 45 Fotografia do edifício do salão teatro do Gonzaga, 2018.....	167
Figura 46 Fotografia da porta principal do edifício do salão teatro do Gonzaga, 2018	168
Figura 47 Fotografia dos ornatos da porta principal do salão teatro do Gonzaga, 2018	168
Figura 48 Fotografia do frontão do salão teatro do Gonzaga, 2018.....	168
Figura 49 Fotografia da aula de educação física no pátio do Gonzaga	169
Figura 50 Fotografia do pátio grande, e pátio coberto do Gonzaga.	170
Figura 51 Fotografia do pátio, cobertura do salão com janelas água-furtada do pensionato do Gonzaga	171
Figura 52 Fotografia dos alunos do curso de Comercio Prático em ação no Banco do Gonzaga.....	173
Figura 53 Fotografia do edifício da faculdade de Ciências Econômicas do Gonzaga, 1954	174
Figura 54 Fotografia do edifício da faculdade de Ciências Econômicas do Gonzaga, 2018	174
Figura 55 Fotografia do frontão da faculdade de Ciências Econômicas do Gonzaga, 2018	174
Figura 56 Fotografia da construção do pavilhão da Rua Anchieta do Gonzaga	175
Figura 57 Fotografia das galerias cobertas do Gonzaga, 2018.....	177
Figura 58 Cronologia das construções do Gonzaga	178
Figura 59 Fotografia do edifício do Gonzaga 2018	179
Figura 60 Fotografia da rua do Passeio, atual avenida Bento Gonçalves, 1916.	184
Figura 61 Mapa de situação do João Affonso	187
Figura 62 Fotografia do João Affonso.	190
Figura 63 Planta baixa do João Affonso.....	195
Figura 64 Fotografia de uma classe ao ar livre e ao sol, escola Monnetir, 1913.....	196
Figura 65 Fotografia do mobiliário “portátil” da escola Monnetir, 1913.....	196
Figura 66 Fotografia do João Affonso, 2018	197
Figura 67 Fotografia do detalhe da fachada do João Affonso, 2018.....	197
Figura 68 Desenho da fachada do João Affonso	198
Figura 69 Fotografia detalhe piso do João Affonso, 2018.	199
Figura 70 Fotografia detalhe forro do João Affonso, 2018.....	199
Figura 71 Fotografia da aula ao ar livre, Boulevard Bessièrès, 1921.....	202
Figura 72 Fotografia da inauguração da escola ao ar livre, Boulevard Bessièrès, 1921	203
Figura 73 Desenho do projeto para as escolas municipais, Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1915.....	204

Figura 74 Desenho do projeto tipo para escola colonial, 1919.....	205
Figura 75 Desenho do projeto tipo chalé rural nº 2, Pelotas, 1925	206
Figura 76 Mapa de situação do Bibiano de Almeida	213
Figura 77 Fotografia do gabinete dentário ambulante, Pelotas, 1925.....	216
Figura 78 Fotografia do Bibiano de Almeida, 2018	220
Figura 79 Planta baixa do Bibiano de Almeida , 2018.....	221
Figura 80 Fotografia do Bibiano de Almeida, 1928	222
Figura 81 Desenho da fachada do Bibiano de Almeida	223
Figura 82 Fotografia do alpendre do Bibiano de Almeida, 2018.....	224
Figura 83 Fotografia da janela frontal do Bibiano de Almeida, 2018	224
Figura 84 Fotografia da fachada principal do Bibiano de Almeida, 2018	225
Figura 85 Fotografia interna, portas e janelas do Bibiano de Almeida, 2018	226
Figura 86 Fotografia porta principal e suporte para o mastro do Bibiano de Almeida, 2018	228
Figura 87 Planta de Situação da Escola Municipal de Ens. Fund. Bibiano de Almeida 2018	229
Figura 88 Fotografia da Avenida Duque de Caxias, Pelotas	232
Figura 89 Mapa de situação do Mariana Eufrásia	235
Figura 90 Fotografia do jornal Diário Popular, manchete da inauguração do Mariana Eufrásia no Bairro Fragata, 1924	240
Figura 91 Fotografia do Mariana Eufrásia, 1924	241
Figura 92 Fotografia do Mariana Eufrásia, 2018	242
Figura 93 Planta baixa do Mariana Eufrásia	243
Figura 94 Desenho da fachada do Mariana Eufrásia	244
Figura 95 Fotografia da fachada principal do Mariana Eufrásia, 2018	245
Figura 96 Fotografia de detalhe da largura da parede do Mariana Eufrásia, 2018	246
Figura 97 Fotografia de detalhe das janelas principais do Mariana Eufrásia, 2018	246
Figura 98 Fotografia da fachada lateral do Mariana Eufrásia, 2018.....	247
Figura 99 Fotografia interna do forro das salas do Mariana Eufrásia, 2018	247
Figura 100 Fotografia da janela das salas do Mariana Eufrásia, 2018.....	248
Figura 101 Fotografia da porta das salas do Mariana Eufrásia, 2018	248
Figura 102 Fotografia da denominação na platibanda do Mariana Eufrásia, 2018	249
Figura 103 Planta baixa atual do EMEF Dona Mariana Eufrásia, 2018	250
Figura 104 Fotografia interna do prédio da cadeia, no lote do Mariana Eufrásia, 2018	251
Figura 105 Fotografia externa do prédio da cadeia, hoje sala da diretoria, 2018....	251
Figura 106 Mapa de situação do D. Antonia	256
Figura 107 Desenho da fachada principal do D. Antonia em construção em 1926	258
Figura 108 Fotografia da avenida Saldanha Marinho ajardinada, D. Antonia localizado no canteiro, 1928.....	259
Figura 109 Fotografia do D. Antonia em 1928.....	260
Figura 110 Fotografia do D. Antonia em 1998.....	260
Figura 111 Planta baixa do pavimento térreo.....	263
Figura 112 Planta baixa do pavimento superior do D. Antonia	264
Figura 113 Desenho da fachada leste principal do D. Antonia.....	265
Figura 114 Fotografia da fachada lateral sul do D. Antonia, detalhes do friso e platibanda com ameias, 2018.....	266
Figura 115 Desenho da fachada lateral norte do D. Antonia.....	267
Figura 116 Fotografia da fachada lateral norte do D. Antonia, 2018	267

Figura 117 Fotografia da fachada principal do D. Antonia, detalhes do beiral, 2018	268
Figura 118 Fotografia da fachada principal do D. Antonia, detalhes do frontão, 2018	268
Figura 119 Fotografia da fachada principal do D. Antonia, 2018.....	269
Figura 120 Fotografia das janelas do D. Antonia, 2018	271
Figura 121 Fotografia da porta principal do D. Antonia, 2018	271
Figura 122 Fotografia interna do piso de ladrilho hidraulico do hall do D. Antonia, 1998	272
Figura 123 Fotografia interna da escada do D. Antonia, 1998	272
Figura 124 Fotografia interna da janela do pavimento superior do D. Antonia, 1998	272
Figura 125 Fotografia da fachada principal do D. Antonia, detalhes dos mastros, 2018	273
Figura 126 Fotografia da fachada principal do D. Antonia, detalhes da denominação, 2018	273
Figura 127 Fotografia interna de uma aula de trabalhos manuais no Dr. Assumpção	275

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Pesquisas levantadas para o Estado do Conhecimento.....	30
QUADRO 2 – Pesquisas levantadas - Processo de Urbanização de Pelotas.....	33
QUADRO 3 – Instituições de Educação na cidade de Pelotas na Primeira República (1889-1930).....	114
QUADRO 4 – Instituições de Educação na cidade de Pelotas na Primeira República privadas ou públicas (municipais) voltadas ao ensino de nível primário, secundário ou complementar	116
QUADRO 5 – Instituições de Educação construídas na cidade de Pelotas na Primeira República que compõem o corpus da pesquisa	117
QUADRO 6 – Números comparativos e caracterização dos edifícios para definição de tipologias.	144
QUADRO 7 – Números comparativos e caracterização do corpus da pesquisa Edifícios escolares públicos e privados urbanos projetados e construídos em Pelotas na primeira República (1889-1930)	147

LISTA DE ABREVIATURAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ASPHE	Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História de Educação
BPP	Biblioteca Pública Pelotense
FAE	Faculdade de Educação
FAURB	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FURG	Fundação Universidade de Rio Grande
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
HISALES	História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares
NEAB	Núcleo de Estudos da Arquitetura Brasileira
PPGE	Programa de Pós Graduação em Educação
PUC RS	Pontifícia Universidade Católica do RS
SBHE	Sociedade Brasileira de História da Educação
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. PESQUISAS ANTERIORES SOBRE O TEMA	25
3. ESTRATÉGIA TEÓRICO-METODOLÓGICA	35
3.1 NOVA HISTÓRIA CULTURAL E CULTURA MATERIAL ESCOLAR.....	35
3.2 PESQUISA DOCUMENTAL	41
3.3 PROCEDIMENTOS	44
4. REFERÊNCIAS PARA PENSAR A ARQUITETURA ESCOLAR E SEU CONTEXTO	53
4.1 ARQUITETURA, URBANISMO E HIGIENISMO.....	53
4.2. ARQUITETURA ESCOLAR.....	62
4.3 ARQUITETURA ESCOLAR E EDUCAÇÃO NO BRASIL	76
4.4 ARQUITETURA ESCOLAR E EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM PELOTAS	96
4.5 NOTAS SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM PELOTAS.....	103
5. EDIFÍCIOS ESCOLARES EM PELOTAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)	112
5.1. LEVANTAMENTO DAS ESCOLAS	112
5.2. ARTICULAÇÃO DAS ESCOLAS AO CONTEXTO URBANO.....	127
5.3 EDIFÍCIOS ESCOLARES COMO CULTURA MATERIAL	143
5.3.1. Edifício Escolar Monumental. Gonzaga, 1905	150
5.3.2. Edifício Escolar Padronizado. João Afonso, 1922; Bibiano de Almeida, 1928.	180
5.3.3 Edifício Escolar Seriado. Mariana Eufrásia, 1924	230
5.3.4 Edifício Escolar Escolanovista; D. Antonia, 1927	252
5.4 RESULTADOS	277
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	303
7. REFERÊNCIAS.....	315
8. APÊNDICES.....	330
9. ANEXOS	336

1. INTRODUÇÃO

A arquitetura e a história mantêm um longo caminho de convergências, devido à permanência de várias edificações construídas pelas sociedades ao longo da história, como pirâmides, templos, muralhas, palácios, entre outros legados urbanos. Tais monumentos arquitetônicos têm servido como fonte: de conhecimento histórico de civilizações e, em muitos casos, como a única forma de acesso à investigação de sociedades já extintas. Especificamente no campo da educação, desde uma perspectiva histórica, o diálogo com a arquitetura oportuniza conhecer aspectos da cultura material capazes de tangibilizar as abordagens de educação vigentes em determinados contextos, o que tentamos fazer explorando os edifícios escolares. Como objeto empírico, consideramos edifícios escolares os prédios construídos especialmente para fins educacionais¹.

Especificamente nos interessa estudar os edifícios escolares construídos no meio urbano da cidade de Pelotas no período de 1889 a 1930 (Primeira República). Através de levantamento preliminar, identificamos que naquele contexto havia no meio urbano do município de Pelotas edifícios escolares de três tipos no que se refere à esfera: privada, pública (estadual e municipal) e assistencial. Além disso, tais edifícios escolares abarcavam cinco tipos no que se refere ao nível: primário, secundário e complementar (magistério), técnico e superior (faculdades). Foram identificadas, portanto, em Pelotas, à época, 26 instituições de ensino² cujos edifícios se encontram ainda preservados. Restringindo o universo para as

¹ Naquele contexto (Brasil no período do Império e início da Primeira República), era usual a instrução ser oferecida nas casas dos professores, em casas alugadas adaptadas para essa finalidade ou ainda em salas disponibilizadas pela prefeitura, igreja, bibliotecas e outras instituições.

² No período em estudo havia um grande número de instituições de ensino em Pelotas. Voltadas para o ensino público existiam no município, em 1911, 43 escolas públicas estaduais, com 2007 alunos; 10 escolas públicas municipais urbanas, com 294 alunos (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1911). Com relação ao ensino privado, conforme NEVES (2012) na sua Tese intitulada “Ensino Privado em Pelotas-RS na propaganda impressa, séculos XIX, XX e XXI”, na segunda metade do século XIX, além das aulas avulsas, a educação era ofertada por um ou um grupo de docentes que organizavam um processo mais sofisticado de ensino. A seguir iniciou-se a hegemonia do ensino confessional com quadros treinados para atuar no magistério como vocação. Neves (2012) identificou como Primeiro ciclo (1832-1895): o ensino privado leigo e o início do ciclo da confessionalidade; e o Segundo ciclo (1895 – 1995): a hegemonia do ensino privado confessional. Entretanto a pesquisa não identificou os edifícios onde funcionavam essas instituições, objeto dessa investigação. No caso de algumas escolas por não haver referência ao endereço, e de outras que constavam os endereços, por já terem sido demolidos.

instituições de ensino privadas ou públicas (não assistenciais), de nível primário, secundário e técnico (não superior, faculdades), chegamos a 18 escolas.

Diante desse cenário, para delimitar a pesquisa, optamos por investigar os edifícios escolares construídos para fins educacionais no meio urbano de Pelotas na Primeira República (1889 e 1930) e ainda preservados³, que fossem privados ou públicos (municipais) e voltados ao ensino de nível primário, secundário ou complementar. Nesse recorte, chegamos a 11 edifícios escolares (assunto detalhado no capítulo do levantamento das escolas).

As justificativas para tal recorte são fundamentadas em questões empíricas, metodológicas e teóricas, diagnosticadas em estudos antecedentes. Conforme detalharemos no Capítulo 2, a pesquisa sobre o tema tem sido realizada em diferentes países e no Brasil, o que subsidia este estudo em vários âmbitos. Entretanto, apesar de ser vasto, o campo da pesquisa da história da educação e das instituições escolares em Pelotas nesse período (Primeira República) apresenta estudos com objetivos diferentes dos que se buscam nesta investigação, em que se privilegia o olhar sobre a espacialidade dos edifícios escolares em diálogo com seu contexto. Isso decorre em parte de minha formação profissional em Arquitetura e Urbanismo com a atuação como educadora na Universidade. Afinal, a escolha do tema de pesquisa deve “demarcar um campo específico de desejos e esforços por conhecer” (MARQUES, 1998, p. 92). A investigação vai sendo construída pelo pesquisador como algo que tenha ligação com sua própria vivência: “Da experiência antecedente, dos anteriores saberes vistos como insuficientes e limitadores nasce o desejo de conhecer mais e melhor a partir de um foco concentrado de atenções” (p. 92).

Nesse cenário, dialogaremos com estudos antecedentes sobre nova história cultural, história da educação, educação na Primeira República, instituições e edifícios escolares no Rio Grande do Sul e em Pelotas, através do enfoque arquitetônico.

Elegemos edifícios escolares do município de Pelotas (no Rio Grande do Sul) porque a cidade de Pelotas é reconhecida pela riqueza de seu patrimônio de bens culturais em quantidade e qualidade, pela importância da arquitetura e do espaço urbano da cidade. Pelotas atingiu o auge de seu desenvolvimento econômico nos

³ Visando oportunizar o contato com a materialidade do prédio.

anos de 1860 e o da urbanização nos anos de 1870, acompanhado de grande produção de edifícios, entre eles, os administrativos e de serviços, dos quais destacamos os prédios construídos para os grupos escolares públicos e instituições de ensino privado. Além disso, optamos por trabalhar com edifícios escolares no meio urbano⁴, porque a pesquisa empírica no meio rural demandaria tempo e uma infra-estrutura adequada para esse levantamento, o que não dispúnhamos naquele momento.

Optamos por estudar edifícios escolares do período da Primeira República (1889 e 1930) porque foi nesse momento político que a relação educação, instituição-escola e edifício-escola tomou forma⁵. O edifício escolar e sua arquitetura

⁴ Prefeitura Municipal de Pelotas, LEI Nº 5.490, de 24 de julho de 2008. Dispõe sobre a delimitação dos Distritos do Município de Pelotas e das Regiões Administrativas do seu Distrito Sede (Zona Urbana). Art. 2º Ficam delimitados os Distritos do Município de Pelotas, conforme segue: – 1º Distrito – Sede (Zona Urbana), assim delimitado: Ao norte: Inicia no cruzamento do Arroio Moreira com a Estrada Passo dos Carros, seguindo por esta, no sentido sudoeste/nordeste, até 500,00 metros aquém da Estrada do Salso, seguindo, no sentido sudeste/noroeste, por uma linha paralela afastada 500,00 metros da Estrada Passo do Salso, até 500,00 metros após a Estrada Passo dos Carros, seguindo, no sentido oeste/leste, por uma linha paralela afastada 500,00 metros da Estrada Passo dos Carros e da Avenida 25 de Julho, até 500,00 metros aquém da BR-116, seguindo, no sentido sudoeste/nordeste, por uma linha paralela afastada 500,00 metros da BR-116, até o antigo Leito da Via da Viação Férrea, seguindo por este, no sentido sudeste/noroeste, até 200,00 metros além do prolongamento da Rua Ormino da Silva, seguindo, no sentido sudoeste/nordeste, por uma linha paralela afastada 200,00 metros da Rua Ormino da Silva, até 200,00 metros além do prolongamento da Rua Dr. Hipólito Ribeiro, seguindo, no sentido noroeste/sudeste, por uma linha paralela a 200,00 metros da Rua Dr. Hipólito Ribeiro, até 500,00 metros aquém da BR-116, seguindo, no sentido sul/norte, por uma linha paralela afastada 500,00 metros da BR-116, até um ponto imaginário a oeste da BR 116, equidistante 500,00 metros do prolongamento da Estrada Costa do Retiro e da BR 116, seguindo, no sentido noroeste/sudeste, por uma linha paralela afastada 500,00 metros da Estrada do Costa do Retiro e da Avenida Alfredo Theodoro Born até um ponto 500 metros aquém do prolongamento da Avenida Zeferino Costa, seguindo, no sentido sudoeste/nordeste, por uma linha paralela ao prolongamento da Av. Zeferino Costa, até encontrar uma linha paralela afastada 500 metros do corredor Quatro da Av. Idelfonso Simões Lopes, seguindo por esta linha, no sentido noroeste/sudeste até encontrar uma linha paralela afastada 500 metros da Av. Alfredo Theodoro Born, seguindo por esta linha, no sentido noroeste/sudeste, até encontrar o Arroio Pelotas, seguindo por este, águas abaixo, até 500,00 metros aquém da Avenida Adolfo Fetter, seguindo no sentido oeste/leste e depois no sentido sudoeste/nordeste, por uma linha paralela afastada 500,00 metros da Avenida Adolfo Fetter, até 500,00 metros além da Avenida Alagoas, no Balneário dos Prazeres, seguindo, no sentido noroeste/sudeste, por uma linha afastada 500,00 metros da Avenida Alagoas até encontrar a Lagoa dos Patos. Ao leste: inicia no encontro de uma linha paralela afastada 500,00 metros da Avenida Alagoas com a Lagoa dos Patos, seguindo, no sentido norte/sul, pela margem da Lagoa dos Patos até encontrar a Barra do Canal São Gonçalo. Ao sul: inicia no encontro da Lagoa dos Patos com a Barra do Canal São Gonçalo, seguindo, no sentido leste/oeste, pelo Canal São Gonçalo até a encontrar o Arroio Fragata. Ao oeste: inicia no encontro do Canal São Gonçalo com o Arroio Fragata, seguindo por este, águas acima, até a Lagoa do Fragata, seguindo, no sentido sudeste/noroeste, pela margem norte desta lagoa até encontrar o Arroio Moreira, seguindo por este, águas acima, até encontrar a Estrada Passo dos Carros.

⁵ Na segunda metade do século XIX já haviam sido construídos no Brasil os primeiros edifícios escolares públicos, as chamadas “Escolas do Imperador”, oito edifícios construídos no Rio de Janeiro, entre 1827 e 1877. Em São Paulo os primeiros edifícios escolares públicos foram construídos na década de 1870 (Castro, 2010). Em relação ao ensino privado, em São Paulo, o

adquiriram importância material e simbólica e um papel de relevância no projeto de modernidade republicana, que buscou a construção da nacionalidade brasileira, o desenvolvimento econômico e social, a ordem e o progresso. Escolhemos abordar edifícios escolares construídos para fins educacionais porque grande parte dos edifícios construídos em Pelotas no período de sua expansão econômica são os prédios administrativos e de serviços, dos quais destacamos edifícios construídos para os grupos escolares públicos e instituições de ensino privado, muitos deles ainda hoje em funcionamento, com suas construções em boas ou ótimas condições de conservação. Além disso, escolhemos edifícios escolares ainda preservados porque uma das propostas deste estudo é a realização de um levantamento dos edifícios escolares republicanos ainda existentes.

Definimos que exploraríamos edifícios escolares tanto privados quanto públicos a partir do levantamento preliminar, em que se verificou a existência de exemplares de edifícios dessas duas categorias. Assim, pretendemos realizar um estudo comparativo entre as tipologias de arquitetura adotadas por cada categoria, o que permitirá uma visão ampla da educação pelotense republicana. Dentre os públicos, nos restringimos àqueles municipais porque não foi encontrado nenhum edifício construído para a instalação de escola estadual nesse período, sendo verificado que as escolas implantadas foram instaladas em casarões familiares adaptados para o fim educacional.

Cabe aqui um breve esclarecimento sobre tipologias em arquitetura. O tema da investigação resulta de uma classificação arquitetônica por função, isto é, a arquitetura educacional. Essa situação sugere uma revisão bibliográfica a respeito do conceito de tipologia. Argan (1966) distingue dois momentos para a utilização de tipologia arquitetônica. Um deles refere-se a sua utilização como parte do processo criativo de operação artística, o tipo como uma referência ideal, presente na consciência de quem projeta, não para ser reproduzido. Outra dimensão para o conceito de tipo mostrada por Argan é a que trata do seu uso para classificação e análise das obras arquitetônicas já produzidas. Esta pesquisa tem em vista essa segunda proposição, em que o trabalho realizado pelo historiador perpassa sucessivas fases de sistematização dos edifícios arquitetônicos em grupos caracterizados por relações de semelhança.

colégio Culto à Ciência, construído em 1873, é um exemplar precoce de uma arquitetura destinada à instrução (Wolff, 2010).

Por fim, elegemos edifícios escolares voltados ao ensino de nível primário, secundário porque o campo educacional é vasto e complexo, exigindo o aprofundamento de diversos conhecimentos. Assim, torna-se necessário delimitar a extensão do conceito de educação, buscando aprofundar a compreensão, restringindo o campo da pesquisa a esses níveis.

Nesse recorte, identificamos onze edifícios escolares que foram analisados. Verificamos que existiam quatro tipologias arquitetônicas nesse conjunto de edifícios. Entre esses, elegemos cinco para uma análise criteriosa. Tal escolha se justifica pelo fato de que esses últimos cinco prédios escolares possuem características tipológicas específicas e representativas dentre o conjunto de edifícios pesquisados. São eles: Edifício Escolar Monumental – Gonzaga, 1906; Edifício Escolar Padronizado - João Affonso, 1922, e Bibiano de Almeida, 1928; Edifício Escolar Seriado - Mariana Eufrásia 1924; e Edifício Escolanovista - D. Antonia, 1928.

Na tipologia Edifício Escolar Monumental elegemos o Gonzaga⁶, 1906 (Figura 1). Edifício Escolar Monumental é a tipologia que abrange os edifícios escolares de dois pavimentos e linguagem arquitetônica de aspecto monumental, destinados ao ensino privado, e que se caracterizavam por sua localização cuidadosamente escolhida nas zonas nobres da cidade, próximas das habitações das famílias de maior poder aquisitivo. Contemplam um programa de necessidades com espaços para diversos usos, distribuídos em setores. Possuem diversas salas de aula, salas

⁶ Nas fontes pesquisadas observamos que, com relação às instituições privadas de ensino, houve mudanças nas denominações ao longo dos anos, passando por escola, ginásio, colégio.

Nas denominações das instituições públicas de ensino no município de Pelotas, observamos também algumas variações. Nos Relatórios Intendenciais de 1921 a 1924, algumas vezes é usada a denominação de “Escola” e, outras vezes, a de “Grupo Escolar” quando há referência às primeiras instituições de instrução construídas pelo Intendente Pedro Luis Osorio: a João Affonso, a Carlos Laquintinie e a D. Mariana Eufrásia.

Já nos Relatórios Intendenciais de 1925 a 1928, a denominação “Grupo Escolar” é utilizada para as instituições Dr. Joaquim Assumpção e D. Antonia. Nas demais instituições criadas no período estudado, tanto rurais quanto urbanas, utiliza-se a denominação “Escola”. “Valendo-me de outras verbas e das leis nº 174, votada pelo Conselho Municipal, a 21 de dezembro de 1925, lei especial que autorizou a conversão em apólices do patrimônio da benemerita ‘Fundação D^a Antonia Chaves Berchon des Essarts’ e da de nº 136, em vigor, que me permitiu em 1926 uma nova operação de credito com a exma. sra. D. Maria Francisca de Mendonça Assumpção, foram construídos os magníficos **grupos escolares Dr. Joaquim Assumpção e D. Antonia**, na cidade, e as **escolas Mauá**, no Passo dos Negros; Alvaro Berchon, no Passo das Pedras...” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928 p. 13 - 14, grifo nosso).

Como forma de padronização da escrita não se utilizará as denominações “ginásio” ou “colégio”, “escola” ou “grupo escolar”, que antecedem o nome próprio de cada uma das instituições, que serão denominadas apenas como Gonzaga, São José, João Affonso, Carlos Laquintinie, Mariana Eufrásia, Bibiano de Almeida, D. Antonia, etc.

de uso administrativo e outros serviços, além das dependências para os religiosos da congregação num espaço privado. São fundamentados pelo binômio cultura e religião embasando as atividades escolares, zelando pela educação cristã e imprimindo ao espaço os valores de ordem e hierarquia, sem descuidar da possibilidade de vigilância.



Figura 1 Imagem do Gonzaga, modelagem digital baseada nas fotografias originais
Fonte: Acervo da autora.

Na tipologia Edifício Escolar Padronizado elegemos dois edifícios escolares: João Affonso, 1922 (Figura 2); e Bibiano de Almeida, 1928 (Figura 3). Edifício Escolar Padronizado é a tipologia dos edifícios escolares cuja construção seguia projetos padronizados de um único pavimento, e linguagem arquitetônica caracterizada pela sobriedade, boa construção e simplicidade. Esses projetos visavam atender à necessidade da construção em larga escala de grupos escolares públicos nos bairros do município. Para a sua rápida concretização a custos reduzidos e dispondo de poucos profissionais especializados, a municipalidade utilizou-se de projetos padronizados. Elaborados com parâmetros higienistas, foram projetadas escolas que poderiam ser implantadas em diferentes terrenos. Contempla em seu programa de necessidades uma sala de aula, ambiente de apoio e sanitário anexo. Foram implantados nos bairros que estavam estabelecendo-se na época.

São norteados pela transição dos espaços onde era oferecida a instrução pública, dos locais adaptados e pouco adequados para os edifícios construídos com a finalidade educativa.



Figura 2 Imagem do João Affonso, modelagem digital baseada nas fotografias originais
Fonte: Acervo da autora.



Figura 3 Imagem do Bibiano de Almeida, modelagem digital baseada nas fotografias originais
Fonte: Acervo da autora.

Na tipologia Edifício Escolar Seriado elegemos o Mariana Eufrásia, 1924 (Figura 4). Edifício Escolar de Ensino Seriado é a tipologia cujos edifícios escolares públicos apresentam um único pavimento e linguagem arquitetônica que se caracteriza pela solidez. São edifícios cujos programas arquitetônicos passam a atender a uma série de necessidades da nova concepção de ensino, como classes seqüenciais, ambiente administrativo, valorização do professor e novas relações entre alunos. Contemplam no seu programa de necessidades cinco salas de aula, ambiente de apoio e sanitário anexo. Sua localização era afastada do centro urbano, nas novas zonas de concentração populacional. São fundamentados na implantação do ensino seriado público com diferentes salas para os diversos adiantamentos.



Figura 4 Imagem do Mariana Eufrásia, modelagem digital baseada nas fotografias originais
Fonte: Acervo da autora.

Na tipologia Edifício Escolanovista elegemos o D. Antonia, 1927 (Figura 5). Edifício Escolanovista é a tipologia que contempla escolas públicas instaladas em edifícios de dois pavimentos e linguagem arquitetônica de aspecto esmerado. A arquitetura escolar foi um elemento marcante no processo da reestruturação do sistema educacional, com uma linguagem formal valorizada e um programa de necessidades em que o edifício escolar, além de mais de uma sala de aula e sanitário anexo, deveria ter a sala de direção e os gabinetes médico e odontológico.

Foram implantados em amplos terrenos ajardinados próximos do centro urbano. São norteados pela proposta que atendia às “normas pedagógicas e higiênicas modernas” vigentes na época, materializando os princípios da Escola Nova.



Figura 5 Imagem do D. Antônia, modelagem digital baseada nas fotografias originais
Fonte: Acervo da autora.

Em diálogo com os campos da arquitetura e da história da educação, e abordando especificamente esse corpus, o problema de pesquisa é, portanto: como os edifícios escolares materializam os tensionamentos do contexto educacional da Primeira República em Pelotas?

A partir daí, o objetivo é: identificar os edifícios escolares públicos e privados construídos em Pelotas na Primeira República (1889 e 1930) e suas tipologias, para compreender sua relação com a formação social da educação brasileira naquele local e período.

Os objetivos específicos são:

- 1 - identificar os edifícios escolares construídos para fins educacionais no meio urbano da cidade de Pelotas no período de 1889 a 1930 (levantamento das escolas);
- 2 - analisar a diversidade de edifícios escolares e o diálogo do edifício com a cidade e da escola com a sociedade (articulação escolas-contexto);
- 3 - reconstituir o histórico da construção da escola em relação ao seu contexto – especificamente o urbano (edifícios escolares como cultura material).

Em diálogo com tais objetivos, a tese apresenta cinco capítulos, incluindo esta introdução, sendo que inicialmente tratamos do Estado do conhecimento da pesquisa sobre o tema (Capítulo 2), através de uma abordagem teórico-metodológica (detalhada no Capítulo 3) embasada nas perspectivas da nova história cultural e da cultura material escolar, privilegiando dados documentais buscados através de fontes como arquivos e acervos históricos, almanaques históricos, jornais, revistas, periódicos, e desenhos arquitetônicos, além de pesquisas antecedentes.

A abordagem do objeto contempla uma discussão teórica sobre História da Educação, cultura material escolar e arquitetura escolar no Brasil, Rio Grande do Sul e Pelotas, e sobre o processo de urbanização de Pelotas, apresentada no capítulo intitulado “Referências para pensar a arquitetura escolar e seu contexto” (Capítulo 4). Enfim, apresentamos o estudo empírico sobre os edifícios escolares construídos em Pelotas na Primeira República (1889-1930) e sua articulação com o contexto urbano, no capítulo intitulado “Edifícios escolares em Pelotas na Primeira República 1889-1930” (Capítulo 5). Depois, concluindo a tese, explicitamos as considerações finais sobre os resultados da pesquisa.

2. PESQUISAS ANTECEDENTES SOBRE O TEMA

O estado do conhecimento viabiliza mapear e discutir a produção acadêmica existente e possibilita estabelecer o diálogo com questões já discutidas sobre o tema por outros pesquisadores. Através da pesquisa bibliográfica, “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados” (SEVERINO, 2007, p. 122).

Inicialmente destacamos que, como cenário mais amplo dessa produção, estão as pesquisas sobre Nova História Cultural em diálogo com a cultura material escolar, enfocando uma corrente historiográfica que se interessa por toda a produção e atividade humana (BURKE, 1992), os novos objetos, problemas e abordagens (LE GOFF E NORA, 1978; FEBVRE, 1985), a educação escolar como qualquer atividade humana que produziu artefatos, gestos e lugares (ESCOLANO, 2000; WERLE, 2004; FELGUEIRAS, 2005; CAMPOS, 2008; SOUZA, 2007).

Voltando-nos para a produção científica no cenário nacional, realizamos um levantamento visando identificar estudos produzidos desde os anos 1990, que abordassem a relação entre História da Educação, edifícios escolares e arquitetura no contexto da Primeira República. Apresentamos de forma generalista as referências identificadas e, posteriormente, detalhamos dez estudos que trouxeram maiores contribuições.

Ressaltamos também as contribuições das pesquisas sobre História da Educação enfocando a organização escolar no Brasil durante a primeira República (GHIRARDELLI, 1994); a circulação de conhecimento e práticas de educação Brasil desde no período republicano (RIBEIRO, 2003; VEIGA, 2007); o público e o privado na educação brasileira e a pedagogia católica (SAVIANI, 2015); e as políticas educacionais no Rio Grande do Sul (CORSETTI, 2008).

As especificidades da História da Educação na Primeira República enfocando a arquitetura e implantação da escola primária graduada nos diversos estados do Brasil tem sido objeto de investigações há mais de 20 anos no país, encontrando-se diversos trabalhos com as denominações de arquitetura escolar, espaços (e tempos) escolares, edificações escolares, construções escolares e prédios. Souza (1998) investiga não somente a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910) como também suas implicações socioculturais naquela cidade;

Faria Filho (2000) descreve a gênese das escolas-monumento do período pós-república em Minas Gerais; Bencostta (2001) discute o processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 – 1928), tomando as fotografias como fontes principais; Buffa e Pinto (2002) privilegiam a cultura escolar na sua materialidade nos grupos escolares paulistas; Campos (2008) estuda a origem das primeiras escolas construídas no Rio de Janeiro (1870-1930); Santiago (2011) investiga o espaço escolar em Fortaleza (1920-30); Castro (2010) faz uma leitura e interpretação da história da educação através da arquitetura escolar paranaense; Gonçalves (2012) analisa a arquitetura enquanto uma dimensão material da cultura escolar catarinense; Dórea (2013) destaca a figura do educador Anísio Teixeira e sua preocupação com o planejamento de um espaço especialmente destinado à educação.

Pesquisas específicas sobre a história da escola em São Paulo (MARCÍLIO, 2005) e no Rio Grande do Sul emergem, sendo este último nosso recorte, construído através das contribuições de Giolo (1997), Huch; Tambara (2005), Corsetti (2008), Oliveira; Amaral (2010), Ermel (2011; 2017), Luchese (2012) e Barrozo (2014), dentre outros pesquisadores voltados à História da Educação no âmbito regional e em Pelotas. Nesse cenário específico, os estudos relacionados à História da Educação e história das instituições escolares com as quais vamos dialogar através do enfoque arquitetônico são Peres (2000), Amaral (2003), Oliveira (2005 b; 2012), Neves (2007; 2012), Santos (2012), Caldeira (2014) e Castro (2017).

Para privilegiar tal enfoque (o arquitetônico), podemos destacar estudos de referência sobre o espaço escolar, realizados em países como Espanha, Argentina, França e Portugal (VIÑAO; ESCOLANO, 2001; 2005, ZARANKIN, 2001, CHÂTELET, 2006, COEUR, 2005, SILVA, 2013; 2015).

Nesse cenário de estado do conhecimento da pesquisa sobre o tema, destacamos as contribuições de dez pesquisas, sendo três abordando o tema no contexto regional (uma tese, uma dissertação e um artigo) e sete no município de Pelotas (duas teses, duas dissertações e três artigos).

Ao abordar a arquitetura escolar em âmbito regional, a dissertação de mestrado de Tatiane de Freitas Ermel (2011) aborda O “Gigante do Alto do Bronze: Um estudo sobre o espaço e Arquitetura Escolar do Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre/RS (1913 – 1930)”. A pesquisadora analisa o espaço e a

arquitetura escolar desse colégio. Ela examina questões referentes à necessidade de construção de prédios escolares, estabelecendo uma relação com o planejamento e construção visual das cidades no início da Primeira República no Brasil. O objetivo principal da dissertação consiste em acompanhar o período de construção do referido colégio, relacionando-o com os projetos de reformas da cidade de Porto Alegre. Segundo a autora, foi realizado um estudo sobre a construção dos grupos escolares em diferentes estados brasileiros, e, em relação ao estado do Rio Grande do Sul, “observamos um silêncio, o que tornou necessário realizar uma cartografia destas primeiras instituições”.

Já a tese “Arquitetura Escolar e Patrimônio Histórico-Educativo: Os Edifícios para a Escola Primária Pública no Rio Grande Do Sul (1907-1928)”, foi defendida por Tatiane de Freitas Ermel em 2017. A autora procura analisar os primeiros edifícios destinados para a escola primária pública no Estado do Rio Grande do Sul, durante a Primeira República Brasileira (1889-1930), relacionando-os com o patrimônio histórico-educativo rio-grandense. Realiza uma cartografia dos primeiros projetos, plantas e fotografias dos prédios escolares construídos pelo Governo do Estado, analisando aspectos de suas trajetórias, identificando as mudanças e as permanências, desde o ponto de vista material e simbólico. Constata que os primeiros edifícios para a escola primária pública sobrevivem a uma crise estrutural, histórica e memorialista, assim como ao descaso dos órgãos responsáveis pela sua manutenção e preservação, propondo interlocuções entre a arquitetura escolar e o patrimônio histórico-educativo que envolvam a comunidade escolar, as distintas instituições e esferas públicas e pesquisadores.

O artigo “Das escolas de improviso às escolas planejadas: um olhar sobre os espaços escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul” é de autoria de Terciane Ângela Luchese e Lúcio Kreutz (2012). Os autores partem da idéia de que a arquitetura escolar e os diferentes espaços utilizados para a escolarização são elementos educativos, tendo como proposta discutir o processo de mudança que, inspirado nos ideais higienistas e civilizadores, impulsionou autoridades públicas a investirem na elaboração e na construção de espaços escolares. O foco da análise é a chamada Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, no final do século XIX e duas primeiras décadas do século XX. Autoridades públicas em negociação com as

comunidades investiram na elaboração e na construção de espaços escolares específicos, planejados para abrigar a escola.

Enfocando as pesquisas que abordam o tema especificamente no município de Pelotas, há a dissertação em História da Educação da pesquisadora Helena de Araújo Neves (2007), “A alma do negócio: Aspectos da educação em Pelotas na propaganda institucional”, estudo em que a autora realizou um rastreamento das instituições de ensino existentes em Pelotas e de seus docentes, no final do período imperial e início da República Velha, cujas principais fontes foram as propagandas institucionais. Resultou num levantamento quantitativo das instituições que atuaram em Pelotas e que deixaram registrado nos anúncios institucionais o foco das suas atividades, bem como os seus atores e sua filosofia de trabalho. Apresenta reflexões sobre a história regional e local, além de sobre aspectos da educação brasileira, gaúcha e pelotense.

Neves discutiu ainda, no artigo “Cultura Material Escolar: as propagandas das instituições de ensino de Pelotas - RS dando visibilidade ao espaço escolar 1875-1910” (2008), a ênfase dada às edificações escolares nas propagandas da época. Ela indica que aprofundamentos no estudo deste tema “trarão elementos mais concretos sobre as estruturas dos estabelecimentos de ensino - um tema importante para a construção do ambiente histórico-espacial da educação pelotense” (NEVES, 2008. p. 14).

Já na tese de doutorado desenvolvida na mesma linha de pesquisa, Helena de Araújo Neves (2012) aborda “Ensino Privado em Pelotas-RS na propaganda impressa, séculos XIX, XX e XXI”. A autora investiga a trajetória do ensino privado em Pelotas utilizando as propagandas impressas nos periódicos como principal fonte: documental. Ela apresenta um inventário que mapeia as escolas existentes na cidade e períodos em que abriram e fecharam as instituições de ensino privado. A pesquisa revelou que o cenário do ensino privado (de nível primário e secundário) nessa cidade passou, até o encerramento da pesquisa, por três ciclos: o ciclo da confessionalidade, o ciclo da hegemonia e o ciclo da sua retração.

Por sua vez, Maria Augusta Martiarena de Oliveira (2005b), na dissertação “A Educação durante o governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928)”, enfoca o período em que esse político foi intendente da cidade de Pelotas. Durante esse governo, foram produzidas e utilizadas de forma inovadora em Pelotas um grande

grupo de imagens que tinham como tema a educação, as quais eram apresentadas nos Relatórios Intendenciais e publicadas na imprensa republicana de Pelotas. A autora analisa uma grande coleção de fotografias, especialmente do grupo escolar modelo construído em Pelotas durante seu governo, como símbolo de modernidade republicana.

Já a tese intitulada “Instituições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910-1930): imagens e imprensa”, de Maria Augusta Martiarena de Oliveira (2012), abordou a cultura escolar, destacando elementos de distinção social da elite pelotense entre as décadas de 1910 e 1930. A pesquisa apresenta a análise de algumas edificações das instituições educacionais dessa cidade, com base em fotografias de seus prédios divulgadas na imprensa pelotense. Como resultado, a pesquisadora relatou como essas instituições de ensino integraram-se ao imaginário de modernidade na cidade de Pelotas nesse período.

No artigo publicado “Fotografias de prédios escolares: a construção de obras visíveis como propaganda do governo Simões Lopes, na cidade de Pelotas”, Oliveira, Tambara e Amaral (2009) apresentam um estudo relativo ao período em que Augusto Simões Lopes foi intendente da cidade de Pelotas (1924 e 1928). As fotografias retratam, em geral, as fachadas dos edifícios escolares, o que demonstra a necessidade política que está unida a uma atração do executivo pelo espaço visível como instrumento que permitiria a continuidade de uma carreira política. Os autores concluem que a fotografia de prédios escolares foi uma das formas utilizadas para afirmar a propaganda da imprensa republicana com relação ao governo de Augusto Simões Lopes.

Aproximando da arquitetura, os autores tecem uma rica análise das fachadas dos prédios dos Grupos Escolares D. Antônia e Dr. Joaquim Assumpção, construídos para serem os grupos escolares modelo da cidade de Pelotas. Segundo eles, o espaço criado pelo grupo escolar evidenciou, simbólica e materialmente, a vinculação da escola com o mundo urbano, tornando-se denotativo do progresso de uma localidade, símbolo de modernização cultural, a morada de um dos mais caros valores urbanos – a cultura escrita. A educação da cidade era, portanto, privilegiada (OLIVEIRA; TAMBARA; AMARAL, 2009).

Ainda em relação ao Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção, destacamos as pesquisadoras Peres e Cardoso (2004). No artigo “A Expressão da Modernidade

Pedagógica em Pelotas: A Criação do Grupo Escolar Joaquim Assumpção”, apresentam resultados parciais da investigação desenvolvida junto ao Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE-FaE/UFPel), onde relatam a criação do Grupo Escolar Joaquim Assumpção, oficialmente instalado e inaugurado em 31 de julho de 1927, que serviu de modelo no contexto da renovação pedagógica pelotense. A pesquisa realizada fundamentalmente a partir dos jornais de circulação diária em Pelotas, com ênfase para o Diário Popular, destaca que as ações no campo educacional desenvolvidas durante a gestão de Simões Lopes estavam em consonância com as discussões escolanovistas caracterizadas como renovadoras e modernizadoras, em franca ascensão em todo o país. Essas idéias continuaram tendo significativo espaço entre a intelectualidade pelotense mesmo depois de sua gestão e assim permaneceram nos anos 1930, com um recorrente discurso de modernidade pedagógica na instrução pública pelotense.

A título de ilustração deste Estado do Conhecimento da pesquisa, identificamos breves aspectos de cada uma dessas dez pesquisas no Quadro 1, organizado em ordem cronológica, especificando (da esquerda para a direita): nome da(s) Instituição(ões) estudada(s); o tipo de pesquisa, ou seja, tese de Doutorado (T), dissertação de Mestrado (D), artigos⁷ (A) ou livros (L); o ano de publicação; a ênfase do estudo, ou seja, historiografia (H) ou história da educação (HE); o título do estudo; o nome do autor e a universidade a que a investigação esteve vinculada.

QUADRO 1 – Pesquisas levantadas para o Estado do Conhecimento

TEMÁTICA	TIPO	ANO	LINHA PESQUISA	TÍTULO	AUTOR
Ginásio Gonzaga e Ginásio Pelotense	T	2003	HE	“Gatos Pelados X Galinhas Gordas: Desdobramentos da Educação Laica e da Educação Católica na Cidade de Pelotas (1930-1960)”	AMARAL, Giana Lange UFRGS RS
Grupo Escolar Joaquim Assumpção	A	2004	HE	“A Expressão da Modernidade Pedagógica em Pelotas: A Criação do Grupo Escolar Joaquim Assumpção”.	PERES, Eliane e CARDOSO, Aliana A. UFPEL RS
Ginásio Pelotense	L	2005	HE	“Gymnasio pelotense e a maçonaria: uma face da História da Educação em Pelotas”	AMARAL, Giana Lange UFPEL RS

⁷ Foram pesquisados os acervos de revistas da ANPED, ASPHE e SBHE.

Educação em Pelotas (escolas públicas) 1924-1928	D	2005	HE	"A Educação durante o governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928)"	OLIVEIRA, Maria Augusta UFPEL RS
Educação em Pelotas (escolas privadas) 1875 a 1910	D	2007	HE	"A alma do negócio: Aspectos da educação em Pelotas na propaganda institucional"	NEVES, Helena de Araújo UFPEL RS
Educação em Pelotas (escolas privadas) 1875 a 1910	A	2008	HE	"Cultura Material Escolar: as propagandas das instituições de ensino de Pelotas- RS dando visibilidade ao espaço escolar 1875-1910"	NEVES, Helena de Araújo UFPEL RS
Educação em Pelotas (escolas públicas) 1924-1928	A	2009	HE	"Fotografias de prédios escolares: a construção de obras visíveis como propaganda do governo Simões Lopes, na cidade de Pelotas"	OLIVEIRA, TAMBARA E AMARAL UFPEL RS
Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre/RS	D	2011	HE	"Gigante do Alto do Bronze: Um estudo sobre o espaço e Arquitetura Escolar do Colégio Elementar Fernando Gomes em PoA/RS (1913 – 1930)"	ERMEL, Tatiane de Freitas PUC RS
Colégio São José	T	2012	HE	"A Educação das Meninas em Pelotas": a cultura produzida no Internato Confessional Católico do Colégio São José (1910- 1967)	SANTOS, Rita de Cássia Greco, UFPEL RS
Educação em Pelotas (escolas públicas e privadas) 1910-1930	T	2012	HE	"Instituições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910-1930): Imagens e imprensa"	OLIVEIRA, Maria Augusta UFPEL RS
Ensino Privado em Pelotas-RS séc XIX, XX e XXI	T	2012	HE	"Ensino Privado em Pelotas-RS na propaganda impressa, séculos XIX, XX e XXI".	NEVES, Helena de Araújo UFPEL RS
Espaços escolares da Região Colonial Italiana, RS	A	2012	HE	"Das escolas de improviso às escolas planejadas: um olhar sobre os espaços escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul"	LUCHESI, Tercia ne Ângela e KREUTZ, Lúcio UCSRS
Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas (primeiras décadas séc. XX)	D	2014	HE	O Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional	CALDEIRA, Jeane dos Santos UFPEL RS
Edifícios para a Escola Primária Pública no Rio Grande Do Sul (1907-1928)	T	2017	HE	"Arquitetura Escolar e Patrimônio Histórico-Educativo: Os Edifícios para a Escola Primária Pública no Rio Grande Do Sul (1907-1928)"	ERMEL, Tatiane de Freitas PUC RS
Educação em Pelotas (escolas públicas) início século XX	D	2017	HE	"A Escola Garibaldi e o professor José Rodeghiero na Colônia Maciel – Pelotas/ RS (1928 – 1950): grupo local e etnia"	CASTRO Renata Brião de UFPEL RS

Fonte: Elaborado pela autora, 2016 e 2017.

Ainda fazem parte deste Quadro 1 cinco pesquisas antecedentes relacionadas à História da Educação e história das instituições escolares em Pelotas, com as quais vamos dialogar através do enfoque arquitetônico, selecionadas por estarem relacionadas ao quadro empírico desta investigação: Amaral (2003); Vicente (2010); Santos (2012); Caldeira, (2014); Castro (2017).

Observamos, assim, que diferentes aspectos da arquitetura escolar foram tema para tais pesquisas, de nível de mestrado e doutorado, com seus objetivos e problemas próprios, repercutindo em variadas metodologias adotadas. Os estudos localizados comprovam que há uma relação entre a construção dos edifícios educacionais na cidade de Pelotas e os ideários políticos, sociais e educacionais do período. Além disso, destacamos que em Pelotas há um expressivo número de trabalhos relacionados à História da Educação e história das instituições escolares, os quais contribuíram na análise das escolas que constituem nosso objeto de estudo.

As especificidades do processo de urbanização em Pelotas foram privilegiadas nesse estudo, visto que a pesquisa pretende ainda investigar as articulações entre a arquitetura escolar e o contexto urbano onde se insere, analisando a multiplicidade dos edifícios escolares e o seu diálogo com a cidade. Para dar suporte a essas análises, buscamos aprofundar os estudos em diversas bibliografias sobre a cidade de Pelotas (relacionadas no capítulo da Metodologia). Foram ainda levantados trabalhos acadêmicos voltados ao processo de urbanização no âmbito regional e em Pelotas no período estudado, 1890 a 1930.

A relação dos quatorze trabalhos acessados sobre a questão da urbanização de Pelotas está brevemente apresentada no Quadro 2, organizado cronologicamente e na seqüência idêntica ao Quadro 1.

QUADRO 2 – Pesquisas levantadas - Processo de Urbanização de Pelotas

TEMÁTICA	TIPO	ANO	LINHA PESQUISA	TÍTULO	AUTOR
Urbanismo Patrimônio em Pelotas	L	1999	URB	Patrimônio Cultural, Cidade e Inventário. Um caminho possível para a preservação	PORTELLA, Adriana; OLIVEIRA, Ana Lucia, ET all UFPEL RS
Urbanização, saneamento e higienismo Pelotas Séculos XIX - XX	A	2000	URB	“Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX”	SOARES, Paulo Roberto UNIVERSIDADE DE BARCELONA, ESPANHA
Urbanização e paisagem urbana Pelotas 1860-1930	D	2003	URB	“Arquitetura da Paisagem e Modernidade: Um estudo sobre representações e memória das Praças de Pelotas (1860-1930)”	PARADEDA, Maria Regina PUC RS
Urbanização e salubridade Pelotas 1812 - 2002	A	2004	URB	“Santa Bárbara: o braço morto que ainda vive na memória”	PETER, Glenda D UFRGS RS
Urbanização e sociedade em Pelotas Séculos XIX e XX	A	2006	URB	“A construção social da forma urbana: Pelotas (Brasil) na transição dos séculos XIX e XX”	SOARES, Paulo Roberto UNIVERSIDADE DE BARCELONA, ESPANHA
Urbanização e habitação popular em Pelotas 1880 -1950	T	2006	URB	“Habitação Popular em Pelotas (1880-1950) entre políticas públicas e investimentos privados”	MOURA, Rosa PUC RS
Vilas operárias em Pelotas 1890-1930	A	2006	URB	“Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 1890-1930”	GILL ,Lorena A. PUC RS
Urbanização e História Fragata, Pelotas 1870 - 2007	M	2007	URB e HIST	“Viagem na memória do Fragata: estudo sobre a história e cultura de um “bairro cidade”	OLIVEIRA, Elisabete P. UFPEL RS
Arquitetura urbanismo ecletismo Pelotas 1870-1931	A	2007	URB ARQ	“O ecletismo historicista em Pelotas 1870-1931”	SANTOS, Carlos A. A. UFPEL RS
Urbanização e planos diretores Pelotas Século XX	D	2012	URB	“Ordenanças urbanas e idéia de cidade: o primeiro e o segundo plano diretor de Pelotas e os temas de urbanismo do século XX”	SANTA CATHARINA , Roberta T. UFPEL RS
Urbanização, arquitetura e equipamentos	A	2012	URB e HIST	“Influências francesas na organização dos espaços verdes de Pelotas e nos	SANTOS, Carlos A. A.

urbanos Pelotas 1870-1931				edifícios da cidade: 1870-1931"	UFPEL RS
Urbanização e estrutura viária urbana 1812- 2013	D	2013	URB e HIST	"Estrutura Urbana Histórica: A importância dos primeiros caminhos e sua permanência na estrutura urbana de Pelotas, RS"	RAMOS Shana M. P. FURG RS
Urbanização e o centro histórico Pelotas 1835 - 2011	M	2013	URB e HIST	"Arquitetura ausente: o centro histórico de Pelotas, RS (1835 a 2011)"	BASTOS, Michele Souza UFPEL RS
Arquitetura e urbanismo em Pelotas 1902- 2012	A	2014	URB ARQ	"Pelotas: Arquitetura e Cidade (1902 a 2012)"	GUTIERREZ, Ester; GONSALES, Celia UFPEL RS

Fonte: Elaborado pela autora, 2016, 2017 e 2018.

Observamos que a temática da urbanização de Pelotas foi pesquisada sob uma variada gama de enfoques por arquitetos, urbanistas, geógrafos e historiadores. Os estudos mostram que havia uma grande preocupação por parte dos governantes em relação às questões da infraestrutura e da urbanização, buscando dotar o município de adequadas condições de salubridade e de higienismo.

No próximo capítulo, passaremos a aprofundar os procedimentos e as fontes que foram utilizados na pesquisa e que, consequentemente, estão subsidiando esta tese.

3. ESTRATÉGIA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste capítulo apresentaremos o referencial teórico-metodológico que fundamentou o desenvolvimento da pesquisa. No primeiro subcapítulo discorreremos sobre o diálogo entre a História da Educação com a Nova História Cultural, cuja abordagem vem sendo muito utilizada pelos pesquisadores dessa área do conhecimento. A seguir, no segundo subcapítulo, trataremos das fontes consultadas no percurso metodológico da pesquisa. O terceiro subcapítulo dedicaremos aos procedimentos adotados para o desenvolvimento da pesquisa.

3.1 NOVA HISTÓRIA CULTURAL E CULTURA MATERIAL ESCOLAR

A História da Educação teve sua origem no século XIX nos cursos de formação de professores, ligada à Pedagogia, visto que na área do conhecimento da História o objeto Educação foi geralmente ignorado. O fato de estar ligada ao ensino dificultou a sua constituição como área de pesquisa definida (LOPES e GALVÃO, 2001).

Ao longo dos anos, passamos de uma história das políticas, da organização e do pensamento educacionais, para uma história das culturas escolares. A consolidação do tema cultura escolar nas pesquisas em História da Educação se dá ao mesmo tempo em que se amplia o diálogo com a chamada história cultural francesa. Assim, tanto a temática “cultura escolar”, quanto à abordagem “Nova História Cultural” contribuem para o estabelecimento de uma condição confortável para a educação no âmbito da cultura, agora não mais vinculada aos estudos sociológicos e, sim, aos historiográficos. Essas mudanças, aliadas a outros processos, possibilitaram a criação de outro espaço para a História de Educação dentro das “ciências da educação” e têm aumentado o prestígio da disciplina dentro do campo da educação (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2005).

Os historiadores da Educação vêm estabelecendo diálogo com outras áreas das ciências humanas e sociais (antropologia, sociologia, lingüística, e outras) o que tem contribuído para uma melhor delimitação teórico-metodológica das pesquisas. A História da Educação vem então se consolidando como campo de conhecimento específico, e vem sendo regulada a produção do conhecimento histórico em educação através da criação e atuação de grupos de pesquisa e de trabalho,

sociedades de historiadores da educação, eventos científicos e publicação de periódicos especializados (MONARCHA, 2005).

Inicialmente, apenas os documentos escritos eram considerados, entre pesquisadores de história, como verdadeiros e capazes de responder aos seus questionamentos. Segundo Le Goff (1978), já na primeira metade do século XX, os fundadores da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, Marc Bloch e Lucien Febvre, defendiam uma ampliação do conceito de documento, alargando as possibilidades de estudos dos historiadores. A prática no campo de pesquisa da história em educação acompanhou essa modificação de maneira significativa nas décadas finais do século XX. Na França, a publicação da terceira geração dos *Annales* trouxe mudanças, propondo “novos objetos, problemas e abordagens”. Na introdução da coletânea, Jacques Le Goff e Pierre Nora explicaram:

Obra coletiva e diversificada pretende, no entanto, ilustrar e promover um novo tipo de história [...]. A novidade parece-nos estar ligada a três processos: *novos problemas* colocam em causa a própria história; *novas abordagens* modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; *novos objetos* enfim, aparecem no campo epistemológico da história (LE GOFF; NORA, 1978, p. 11).

A presença dessas correntes historiográficas tem proporcionado aos pesquisadores fundamentos para a interpretação da documentação e das fontes na perspectiva da história-problema. Para Lucien Febvre, “pôr um problema é precisamente o começo e o fim de toda a história. Se não há problema, não há história. Apenas narrações, compilações” (FEBVRE, 1985, p. 31).

A renovação temática, observada pelos títulos das pesquisas, incluindo uma série de questões antes não abordadas, foi a faceta mais clara do processo de ampliação do campo de interesse dos historiadores; abordando o inconsciente, os mitos, as festas, aspectos do cotidiano, as crianças, as mulheres, uma história focalizando os sistemas culturais. Segundo Luca (2010):

Os aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas, como a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia, a Linguística e a Semiótica, ao mesmo tempo em que incentivavam a interdisciplinaridade e traziam contribuições metodológicas importantes, forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar (LUCA, 2010, p.112).

As mudanças alteraram a própria concepção de documento e sua crítica. Conforme Luca (2010), a “visão telescópica, proveniente do amplo campo de observação [...] foi confrontada com o olhar da micro-história, sensível aos detalhes

e objetos modestos”. Ainda, Luca (2010) explica que se alterou o modo de inquirir textos, que “interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira que dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam” (LUCA, 2010, p.114) e, complementando, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem.

Segundo BURKE (2005), entre as décadas de 1960 e 1990 muitos historiadores passaram a usar o termo “cultura” no plural e num sentido mais amplo; referia-se, inicialmente, apenas às artes e ciências. Na década de 1960 abrangeu a cultura popular. A expressão Nova História Cultural entrou em uso no final da década de 1980, e a palavra “nova” serve para distinguir a Nova História Cultural, assim como a “nouvelle histoire” francesa da década de 1970, das formas mais antigas da história clássica. A palavra “cultural” a distingue da história intelectual, “sugerindo uma ênfase em mentalidades, suposições e sentimentos e não em idéias ou sistemas de pensamento” (BURKE, 2005, p. 69).

Para definir Nova História Cultural, Pesavento (2012, p. 14) reflete sobre essa nova maneira de fazer história, sendo que nela as coisas, ações e palavras são importantes, observando que:

Se a História Cultural é chamada de Nova História Cultural, é porque está dando a ver uma nova forma de a História trabalhar a cultura. (...) trata-se de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. (...) a cultura é uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto, já com um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2012, p. 14).

Nessa perspectiva, o campo da História da Educação também expande as temáticas abordadas, bem como amplia o leque das fontes de pesquisa. Lopes e Galvão reforçam a mescla desses dois campos debatidos, a História Cultural e a História da Educação:

Na História da Educação, essas tendências historiográficas provocaram também uma verdadeira revolução na seleção dos objetos de pesquisa e na forma de abordá-los. Temas como a cultura e o cotidiano escolares, a organização e o funcionamento interno das escolas, a construção do conhecimento escolar, o currículo e as disciplinas, os agentes educacionais [...] a imprensa pedagógica, os livros didáticos etc. tem sido crescentemente estudados e valorizados (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 37).

A atenção para a cultura escolar despontou a partir dos estudos em educação e sua aproximação cada vez mais produtiva com a disciplina da história. Nesse

alargamento do conceito, ele foi apropriado por diversos autores, e suas idéias difundiram-se no Brasil. Na concepção de Viñao, a cultura escolar recobre as diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das escolas, transitando de alunos a professores, de normas a teorias, englobando tudo o que acontece no interior da escola. Nem os tempos, nem os espaços escolares são dimensões neutras da educação, pois constituem as corporeidades dos sujeitos escolares, impondo com sua materialidade uma aprendizagem sensorial e motora, além de disseminar símbolos estéticos, culturais e ideológicos (FARIA FILHO; GONÇALVES; VIDAL; PAULILO, 2004).

Junto com os novos problemas, novas abordagens e novos objetos, destacamos a história dos objetos na sua materialidade (CHARTIER, 2002). Entre os chamados objetos culturais mais estudados, estão os da cultura material. Peter Burke destaca que:

Nas décadas de 1980 e 1990, alguns historiadores culturais voltaram-se para o estudo da cultura material, e assim se viram próximos dos arqueólogos, curadores de museus e especialistas em história do vestuário e do mobiliário, que há muito vinham trabalhando nessa área (BURKE, 2005, p. 91).

Para Funari e Zarankin (2005), podemos entender a introdução do conceito de cultura material para designar o universo físico produzido, utilizado ou apropriado pelo homem.

Muitas vezes a cultura material é oposta à cultura do espírito, mas essa separação é mais de cunho didático do que retórico ou epistemológico, pois o espírito não existe sem materialidade e a apropriação humana dos objetos também só tem sentido como algo subjetivo, espiritual. Uma pedra que é jogada pelo homem tornou-se um artefato, pela intenção, subjetiva, do ser humano. Um livro, símbolo máximo da cultura erudita e espiritual, só existe na forma material. Os meios digitais e as realidades virtuais tampouco podem existir sem a materialidade da tela do computador. (FUNARI E ZARANKIN, 2005, p. 137).

Esses novos objetos ampliaram consideravelmente o conceito de fontes, relevante ao trabalho do historiador. Para Jacques Le Goff (2003) fonte: para a história pode ser qualquer tipo de documento existente, qualquer realidade que possa representar um testemunho, vestígio ou relíquia, em qualquer linguagem. O autor utiliza uma citação esclarecedora de Febvre a respeito dessas ideias:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo que o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das

ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedra feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE apud LE GOFF, 2003, p. 530).

Segundo Bencostta⁸ (2017), os vestígios arqueológicos de tempos remotos têm fornecido questões importantes para os estudos históricos e até mesmo os arquitetônicos. Dessa forma, com a inexistência de documentos escritos, existe a possibilidade de construirmos respostas e interpretações a partir de outras fontes, não materiais, inclusive.

Ainda sobre a Arqueologia, que, segundo Funari e Zarankin (2005), é a disciplina que estuda a cultura material, é muito mais que uma ciência que estuda grupos pré-históricos, afastados da sociedade atual tanto temporalmente como culturalmente. Para esses autores;

Pelo contrário, também é uma ferramenta útil para discutir o presente, tendo como partida os discursos materiais criados pela nossa sociedade moderna. No caso das escolas, sua arquitetura e organização do espaço são estruturadas a partir dos discursos produzidos pelo poder, ao materializarem-se nas estruturas físicas as relações sociais que existem no interior da sociedade (tanto de dominação como de resistência) (FUNARI; ZARANKIN, 2005, p. 142).

Assim, estudos da cultura material abordam a interação dos objetos materiais com aspectos da vida humana, traduzindo dimensões da vida social. Segundo Felgueiras (2005), a educação escolar, como qualquer atividade humana, produziu artefatos, gestos e lugares. Estes são simultaneamente concretos e simbólicos, alojados na sociedade e na mentalidade de cada época. Por isso, “Conservar, conhecer, criticar e comunicar a herança da atividade educativa, hoje indispensável nas nossas sociedades, exige investigação histórica e cuidados específicos” (FELGUEIRAS, 2005, p. 87).

Souza (2007) retoma as idéias de Felgueiras quando afirma que “falar de cultura material da escola é mudar o foco de atenção [...]”; isto implica mudar o foco das dimensões do universo educacional – edifícios, mobiliário, utensílios, materiais pedagógicos, manuais didáticos etc. – anteriormente aceitos como um elemento sem maior relevância, apesar de servirem como suportes para as práticas,

⁸ Comentários da Arguição do Projeto de Qualificação realizados pelo Prof. Bencostta, novembro, 2017.

instrumentos da ação educativa e elementos estruturais para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino. Para Souza, o pesquisador que pretende realizar esse deslocamento enfrentará desafios, “tendo que se haver com as dificuldades teórico-metodológicas de tomar os artefatos como objeto e fonte: de pesquisa” (SOUZA, 2007, p. 11).

A partir do reconhecimento desse fenômeno, o espaço escolar emerge como novo campo de estudos de História da Educação ao longo dos últimos anos, explana Escolano (2000). Afinal, a arquitetura escolar pode agora ser observada como um texto, com suas diferentes possibilidades de leituras, e consequentemente, apresenta diversificados modos de representação social do espaço escolar (CAMPOS, 2008).

Cabe destacar, entretanto, que tal concepção do espaço escolar como um lugar, planejado e construído especificamente para esse fim é algo recente, pois somente em meados do século XIX emerge essa que seria a principal característica da escola capitalista (TRILLA, 1985).

Para Werle (2004), é importante ressaltar que a história das instituições escolares também reúne a história dos espaços escolares, lugares que resguardam e que evidenciam a base material da escola. Segundo a autora, essa história “é também história dos prédios escolares”, os quais repercutem a identidade e a memória dessas instituições, assim como do contexto em que estão inseridas.

A história da instituição escolar, no que se refere à base material, precisa levar em consideração seus usos, as preocupações com beleza, segurança, funcionalidade, ampliações, reformas, transferências de espaços e da localização dos prédios e sua inserção no panorama local. A cidade como um todo pertence a escola e, portanto, a preservação da memória de instituições escolares está afeta ao ambiente no qual a escola se insere, às ruas e demais prédios, à vizinhança, ao bairro e à cidade (WERLE, 2004, p. 24).

Seguindo essas novas abordagens e objetos é que os historiadores da educação, na perspectiva da Nova História Cultural, investigando a história das instituições e a cultura escolar, passaram a considerar a arquitetura escolar como parte de seus interesses de pesquisa.

A cultura material escolar abrange dois grandes conjuntos que estão inter-relacionados, que são o edifício, ou artefato fixo; e a variedade de artefatos móveis que estão no seu interior ou ao seu redor, como mesas, carteiras, lousas e todos os

demais. Nesta investigação o foco será a arquitetura escolar, por ser o elemento primordial que dá suporte ao demais.

Dessa maneira, esta investigação está embasada em todo seu desenvolvimento por referenciais que seguem preceitos da perspectiva da Nova História Cultural. Por ser uma perspectiva histórica que busca reconstruir narrativas e não uma única verdade, mas uma dentre tantas possíveis (BURKE, 1992), é possível um diálogo interdisciplinar com diferentes áreas do conhecimento, como a História da Educação, a Arquitetura e o Urbanismo.

3.2 PESQUISA DOCUMENTAL

No âmbito empírico, a opção por trabalhar com pesquisa documental e não observacional, além de estar em diálogo com a tradição dos estudos em Nova História Cultural e Cultura Material, pautada por fontes como Le Goff (2003) e Burke (1992), consiste na única viável, dada a dificuldade de identificar informantes ainda vivos que tivessem vivenciado de perto o fenômeno estudado. Entretanto, é preciso ressaltar que as fontes não são neutras, visto que elas trazem apenas uma verdade, a verdade selecionada por quem as preservou (BURKE, 1992).

Os estudos baseados em documentos como material principal extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação e à luz do referencial teórico, requerendo para isso, um tratamento metodológico desses documentos.

Os procedimentos de coleta de dados envolvem, portanto, várias fontes documentais disponíveis no período da pesquisa (2014-2018), detalhadas a seguir.

Relatamos as fontes de dados a que recorreremos para abordar nosso objeto especificamente em diferentes momentos (relacionados aos objetivos específicos), de modo a constituir o estudo exploratório apresentado posteriormente (Capítulo 5).

Para identificar os edifícios escolares construídos para fins educacionais no meio urbano da cidade de Pelotas no período de 1889 a 1930 (levantamento das escolas), investigamos pesquisas antecedentes (FERREIRA, 1996; SASTRE, 2001), o site da Prefeitura Municipal de Pelotas / Portal Municipal de Educação e Desporto / Lista de escolas municipais, e o site de Escolas públicas e particulares de Pelotas, onde obtivemos dados, imagens e localizações das escolas. Foram analisados ainda trabalhos acadêmicos que tratassem do tema, como monografias, teses e

dissertações dos Programas de Pós Graduação da Faculdade de Educação da UFPel (PPGE), trabalhos de conclusão de curso e de disciplinas relativas a História da Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Pelotas (FAUrb/ UFPel) e trabalhos do acervo do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB/FAUrb). Num segundo momento foi feito o trabalho de observação de campo para confirmar a existência ou inexistência desses edifícios, bem como analisar se haviam sofrido reformas que houvessem modificado as configurações originais.

Para levantamento das datas de fundação, utilizamos registros institucionais das escolas através dos sites de algumas instituições, e bibliografia relativa à história de Pelotas.

A seguir, para reconstituir o histórico da construção de cada escola em relação ao seu contexto, especificamente o urbano (articulação escolas-contexto), investigamos arquivos e acervos históricos, jornais, revistas e periódicos, almanaques históricos, registros institucionais das escolas e pesquisas antecedentes.

Os arquivos e acervos históricos acessados foram os “Relatórios da Intendência de Pelotas” (disponíveis em meio físico na Biblioteca Pública de Pelotas).

Os jornais, revistas e periódicos acessados foram: Jornais “Diário Popular” (disponíveis em meio físico na Biblioteca Pública de Pelotas*); revistas “Ilustração Pelotense” (disponíveis em meio físico no Laboratório de Acervo Digital da Universidade Católica de Pelotas).

Os almanaques históricos acessados foram: “Almanaque do Bicentenário de Pelotas” (2012, 2014 e 2014) (disponíveis em meio digital); “Álbum do Centenário da Independência” (1822-1922) (disponíveis em meio físico Laboratório de Acervo Digital da Universidade Católica de Pelotas); “Almanaque de Pelotas”, exemplares de 1924 a 1927 (disponíveis em meio digital no site Memória Gráfica de Pelotas); “Almanaques Pelotas Memória” (disponíveis em meio físico Laboratório de Acervo Digital da Universidade Católica de Pelotas).

Os registros institucionais das escolas acessados foram: “Lembranças do Colégio Gonzaga” (1925, 1927, 1939, 1940) (disponíveis em meio físico na Biblioteca Pública de Pelotas) e “Memorial do Colégio Gonzaga 100 anos dedicados à educação” (PARMAGNANI e RUEDELL, 1995) do acervo da autora.

Os desenhos arquitetônicos de uma das escolas (planta baixa e fachadas⁹) acessadas são fruto de trabalho de acadêmico desenvolvido na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFPel, nas disciplinas Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Os desenhos das demais escolas foram executados para a pesquisa e fazem parte do acervo da autora.

Por fim, para analisar os diversos edifícios escolares, sua localização e contextualização com o meio urbano e a relação espacial com esse contexto, as bibliografias acessadas são: “A cidade de Pelotas” (OSORIO, 1922); “Aspectos Gerais de Pelotas” (PIMENTEL, 1940); “Antigualhas de Pelotas”, de Alberto Coelho Cunha, publicadas no jornal Opinião Pública (disponíveis na Biblioteca Pública de Pelotas); “Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Sul. Um estudo sobre a cidade de Pelotas” (MAGALHÃES, 1993); “Retratos de uma Cidade, catálogo de fotografias impressas 1913/1930” (MICHELON, SCHWONKE, 2008), Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão (OLIVEIRA; SEIBT, 2005). Outros estudos antecedentes investigados são teses, monografias e artigos: “A construção social da forma urbana: Pelotas (Brasil) na transição dos séculos XIX e XX” (SOARES, 2006); “Habitação Popular em Pelotas (1880-1950) entre políticas públicas e investimentos privados” (MOURA, 2006); “Pelotas: Arquitetura e Cidade (1902 a 2012)” (GUTIERREZ; GONSALES, 2014), dentre outras.

As demais bibliografias que foram consultadas são: “História da Educação Brasileira. A Organização Escolar” (RIBEIRO, 2003); “História da Escola em São Paulo e no Brasil” (MARCÍLIO, 2005); “História da Educação” (VEIGA, 2007); “Controle e Ufanismo: “A escola pública no Rio Grande do Sul (1889-1930)” (CORSETTI, 2008); “Alicerces da Pátria História da Escola Primária de São Paulo (1890-1976)” (SOUZA, 2007); “Histórias e Memórias da educação no Brasil Século

⁹ Planta baixa: planta de um pavimento de um edifício visto de cima após a execução de um corte horizontal e retirada da parte de cima, que mostra a forma, a distribuição e as dimensões dos espaços internos e as paredes, janelas e portas que os delimitam (CASTRO, 2010, p.324).

Fachadas: designação de cada face de um edifício.[...]. Fachada principal é o nome que se dá à fachada da frente, a que dá para a rua. As outras serão denominadas de fachada posterior, ou fachada lateral. O conjunto das fachadas e sua composição plástica darão, em volume, o caráter e a fisionomia do edifício. Essa composição das fachadas é feita através do tratamento do plano, das superfícies, dos cheios e vazios, da modenatura, dos materiais e sua textura e da cor. Com esses elementos, o arquiteto trabalha e compõe uma fachada, dando expressão final à criação arquitetônica. (CORONA e LEMOS, 1972, p. 214).

XX” (STEPHANOU; BASTOS, 2011); “Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada” (ARAÚJO et al., 2012).

Tendo apresentado brevemente alguns princípios da investigação na Nova História Cultural e cultura material através da pesquisa documental de natureza qualitativa, passamos agora aos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa

3.3 PROCEDIMENTOS

Após a conclusão da localização das fontes documentais, desenvolveremos na descrição dos dados a identificação, registro, digitalização e sistematização das informações (CELLARD, 2012, p. 303).

No âmbito dessa pesquisa, foram analisados documentos públicos como o acervo dos Relatórios da Intendência de Pelotas, do período de 1909 a 1930, com dados sobre a administração municipal, tendo sido aprofundadas as leituras especialmente nos tópicos referentes à Diretoria da Instrução Pública e no tópico referente à Diretoria de Obras, que tratava das construções e investimentos na infraestrutura e urbanização municipal. Esses relatórios são volumes impressos e encadernados, apresentando textos, alguns desenhos de mapas, fotografias, principalmente no último relatório do período de governo de cada Intendente, e grande número de tabelas com dados numéricos nos anexos. No período de 1891 a 1902 não existiam os Relatórios da Intendência, e os registros eram feitos manualmente nos livros das Atas do conselho Municipal de Pelotas. Esses foram revisados, entretanto não havia referência à Instrução pública. No Relatório de 1909, o Intendente Barbosa Gonçalves apresenta, pela primeira vez, um tópico referente à Instrução pública.

A pesquisa na Biblioteca pode ser realizada sem agendamento, num ambiente bastante adequado ao trabalho, atentando para os dias de funcionamento, pois eventualmente ocorrem eventos que impossibilitam o acesso. O acervo está organizado e catalogado, entretanto nem todos os funcionários conhecem os locais de arquivamentos. Por isso, foi importante o pesquisador estar atento e saber onde estava o material de pesquisa desejado, para poder trabalhar quando o funcionário do dia não conseguisse localizar. Os dados foram copiados a mão e posteriormente

digitalizados em arquivos separados para cada período de governo. As imagens podem ser obtidas através de serviço de fotografias pago, prestado por funcionário da Biblioteca, visto que não é permitido que o material seja fotografado pelo pesquisador.

No âmbito dessa pesquisa, os documentos analisados caracterizados como periódicos foram o “Diário Popular”, jornal ligado ao partido político do governo (Partido Republicano Rio-grandense), com exemplares disponíveis na Biblioteca Pública de Pelotas, especificamente a partir do ano de 1906 até o ano de 1928, período de criação das instituições pesquisadas. Coletando dados na imprensa oficial, dos Relatórios Oficiais, e nos periódicos ligados ao partido político dominante, não havia condições de analisar os dois discursos, criando uma dialética entre o discurso do poder público e da população em geral manifesta nos jornais. A coleta dos dados dos jornais deu-se por meio de fotografias das imagens e textos, posteriormente digitalizados e organizados em arquivos separados por datas.

Mas, para ter o contraponto, pesquisou-se nas crônicas de Alberto Coelho da Cunha, escrevente municipal que colaborou com vários jornais, publicando crônicas e contos. Relatava as situações com um olhar investigativo que, num primeiro momento, parecia desconfiar dos propósitos para somente depois certificar-se da correção da obra. Gill (2006) o descreve como sendo um “Artista, detetive, jornalista. Talvez antes de tudo, Cunha tenha sido um observador, que, ao passear sem rumo, revelou em seus escritos um conjunto de transformações essenciais pelas quais a cidade de Pelotas estava passando” (GILL, 2006, p. 46).

Também recorreremos a fontes além das escritas, realizando a pesquisa documental de imagens (como fotografias, cartões postais e desenhos técnicos). Burke (1992) esclarece que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram que buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para as evidências das imagens, como o caso de fotografias. O autor relata estudos sobre fotografia que desmascaram “a presunção de que a câmera é um registro objetivo da realidade, enfatizando não apenas a seleção feita por fotógrafos segundo seus interesses, crenças, valores, preconceitos, etc.”. Para Burke “assim como os historiadores, os fotógrafos não apresentam reflexos da realidade, mas representações da realidade” (BURKE, 1992, p. 27). Assim a crítica

da fonte: das imagens fotográficas requer estudos aprofundados, e definição cuidadosa de critérios para interpretação dos significados latentes. As fotografias apresentadas são, em sua maioria, antigas, procurando trazer para o trabalho a configuração original do edifício ou, pelo menos, a mais próxima dessa.

Tratando-se especificamente dos documentos imagéticos que são as fotografias, um grande número das imagens que foram utilizadas na tese foram obtidas em pesquisas realizadas no Laboratório de Acervo Digital da Universidade Católica de Pelotas, especialmente nos Álbuns e Almanques. A pesquisa deve ser agendada por e-mail e realizada nos horários disponíveis, visto que não há um funcionário permanente, mas o retorno é rápido. O atendimento feito pelo professor coordenador e por bolsistas é eficiente, estando todo o material solicitado já separado quando chegamos para o trabalho da pesquisa. O laboratório possui um acervo restrito, mas organizado e catalogado. Disponibilizam o serviço de scanner A3, realizado pelos alunos bolsistas nas imagens escolhidas pelo pesquisador sem custos financeiros. Também é permitido ao pesquisador fotografar o material.

Em relação aos documentos imagéticos que são desenhos técnicos arquitetônicos das plantas baixas e das fachadas das escolas, no âmbito dessa pesquisa foi realizada busca nas Secretarias Municipais. Muitas dificuldades resultam do precário estado de organização e conservação de acervos públicos como os Arquivos da Secretaria Municipal de Urbanismo de Pelotas, que reúne os projetos de todas as construções da cidade. Após sucessivas mudanças de prédios realizadas por equipes não especializadas na logística de transporte e reorganização desse tipo de material, apresenta grande dificuldade de localização dos projetos, além de ter tido grande número deles perdidos. Foi obtido nessa Secretaria apenas um projeto de reforma da fachada do Colégio Gonzaga e ampliação do prédio, que serviu de suporte para a realização dos desenhos da planta baixa que ilustram essa dissertação, cruzando os dados com a fotografia da fachada original e visita ao edifício da instituição. Foram realizadas três visitas à Secretaria para obter esse material.

O mesmo problema de mudanças de prédios e perda de projetos originais acontece com a Secretaria Municipal de Educação da cidade. Entretanto, com a realização de constantes obras de conservação e ampliação das escolas municipais, existem levantamentos atuais. Foram obtidos os desenhos das plantas baixas das

escolas Mariana Eufrásia e Bibiano de Almeida, digitalizados em CAD e enviados por e-mail para a pesquisadora. A solicitação pode ser feita diretamente no Setor de Obras da Secretaria de Educação, sem precisar agendar visita. Foram feitas duas visitas: na primeira não houve retorno nos meses seguintes, mas na segunda houve atendimento por parte de outro funcionário que imediatamente mostrou todo o acervo e enviou os desenhos solicitados naquele momento, o que mostra que o pesquisador precisa de tempo e persistência para a coleta dos dados, e sempre retornar aos órgãos, pois encontramos profissionais atendentes com diferentes posturas e desempenhos.

Na Secretaria Municipal de Cultura foi investigada a situação dos edifícios escolares, voltando-se para a questão de Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural bem como para a dos Tombamentos Federal, Estadual e Municipal, sendo obtida a classificação de nove instituições escolares, relatada no Quadro A1 dos Apêndices.

No NEAB foram obtidos trabalhos acadêmicos que reuniam levantamentos históricos e fotográficos e desenhos arquitetônicos referentes ao Grupo Escolar D. Antonia produzidos no ano de 1997 pelos acadêmicos Fernandes, H; Zambrano, L; Osório, R e Neutzling S. Também o Ginásio Gonzaga havia sido estudado em 2006 por Dionello, T. G. e Fontoura da Silva, F. C. A pesquisa do acervo do NEAB é feita no próprio Laboratório do Núcleo, localizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, sendo que deve ser anteriormente agendada com a professora responsável. O acervo está todo catalogado e organizado em estantes, facilitando o trabalho do pesquisador. O Núcleo disponibiliza scanner no formato A3 para obtenção das cópias do material desejado e permite que ele seja fotografado pelo pesquisador.

Assim, em relação aos desenhos arquitetônicos, houve algumas dificuldades em achar o projeto original, aquele que foi efetivamente construído, e o seu autor. A alternativa foi trazer os levantamentos encontrados, mesmo que recentes, e, sempre que possível, elaborar, pelo cruzamento de dados, a sua planta original.

Por fim, os bens culturais constituem o último tipo de fonte dessa pesquisa documental. Para Burke (1992), a cultura material é evidentemente o campo de ação tradicional dos arqueólogos, que estudam períodos para os quais não existem registros escritos, como a pré-história. Entretanto, os métodos arqueológicos têm

sido utilizados mais recentemente para estudar uma variedade mais ampla de períodos, desde a América colonial até a sociedade de consumo atual. Os historiadores estão começando a seguir esse caminho, mesmo sem necessitar “escavar o passado”, citando o exemplo de Versailles e outras construções importantes do início do período moderno que felizmente não precisam de escavações, mas dedicando mais atenção aos objetos físicos.

Para esse pesquisador, muitas vezes a cultura material está sendo utilizada para confirmar uma hipótese fundamentada sobre uma evidência literária. Segundo Burke (1992), os historiadores, “preocupados com o que tem sido chamado de vida social dos objetos - ou, mais exatamente, com a vida social dos grupos, revelada pelo seu uso dos objetos” (BURKE, 1992, p. 29), confiam em evidências como descrições de viajantes ou inventários de propriedades que informam sobre localização e funções de determinados objetos.

Segundo Lombardi, os “homens produziram (e ainda produzem) artefatos, documentos, testemunhos, monumentos, entre outros, que tornam possível o entendimento do homem sobre sua própria trajetória” (LOMBARDI, 2004, p. 155-6). Para o autor,

As fontes resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante, a natureza, de forma que produza e reproduza as condições de existência e de vida. (LOMBARDI, 2004, p. 155)

No âmbito desta pesquisa, os bens culturais adotados como fontes são os próprios edifícios escolares (Gonzaga, João Affonso, Bibiano de Almeida, Mariana Eufrásia e D. Antonia). A permanência desses prédios escolares construídos no período estudado, tendo a maioria sendo mantido para utilização escolar até hoje, permite que estes sejam tomados como objetos da cultura material e fontes para esta pesquisa.

Foram realizados levantamentos nos locais para verificar se os desenhos das plantas obtidas representavam os edifícios conforme foram construídos inicialmente, e observamos que nas duas escolas públicas, Mariana Eufrásia e Bibiano de Almeida, foi mantida a estrutura original, assim como na instituição privada, o Gonzaga. Na João Affonso foi feito um levantamento para conferir as dimensões e se apresentavam relações com o projeto padronizado apresentado no Relatório

Municipal de 1925, portanto dois anos após a sua construção, e confirmou-se essa relação. Em todas as escolas houve um atendimento rápido e atencioso por parte dos funcionários, professores e diretoras, sem precisar fazer agendamento. Os levantamentos foram realizados com liberdade para circular nos prédios e fazer registros fotográficos. Foram solicitadas pela pesquisadora fotografias antigas das escolas, havendo retorno, mas não foram encontradas fotos do período da fundação.

Com base nos estudos dos teóricos que dão suporte a esta investigação, e levando em consideração o contexto da pesquisa, afloraram as categorias de análise, critérios esses que nortearam a descrição e posteriormente a comparação de todas as escolas selecionadas, bem como o diálogo com os demais pesquisadores desse tema no país. Tais critérios foram definidos a partir dos estudos de Buffa e Pinto (2002), ampliados e adaptados ao contexto e objetivo desta investigação, com base em estudos de Viñao (2005), Viñao e Escolano (2001), Bencostta (2001), Souza (1998) e Trilla (1985). Foi abordado o processo de criação e de instalação das instituições escolares segundo os seguintes aspectos:

- a localização dos edifícios escolares e a relação com o contexto urbano;
- o órgão público/particular responsável pelo planejamento e construção;
- os arquitetos/engenheiros/construtores envolvidos;
- a presença de educadores/médicos nas comissões;
- a influência das concepções de educação;
- a origem social da clientela escolar e seu provável destino;
- a caracterização e a utilização do espaço físico, atentando para:
 - o partido arquitetônico;
 - a proposta de organização do espaço e programa de necessidades;
 - a linguagem formal (arquitetônica);
 - os materiais e as técnicas construtivas utilizadas;
 - a existência ou inexistência de determinadas funções;
 - a existência de signos ou símbolos nas fachadas;
 - a sofisticação ou simplicidade dos acabamentos;
 - a utilização ou não de planta-tipo; e
 - a visibilidade.

A análise arquitetônica foi feita considerando as suas categorias projetuais, portanto analíticas: o partido arquitetônico, a organização espacial e o programa de necessidades, a linguagem arquitetônica e as técnicas e materiais construtivos.

O corpus de onze escolas encontradas foi investigado. Foram realizadas sucessivas análises do material coletado – textos, fotografias, desenhos arquitetônicos – buscando agrupar escolas que apresentassem semelhanças ou analogias, atentando para as categorias previamente definidas para a análise.

Com base no conceito de tipologia arquitetônica (ARGAN, 1966), que trata de seu uso para classificação e análise de obras arquitetônicas, a tarefa foi realizada em sucessivas etapas de redução dos artefatos arquitetônicos a grupos caracterizados por relações de semelhança. A determinação de uma tipologia está condicionada ao fato de existir uma série de edifícios que têm entre si uma evidente analogia formal e funcional. Nesse processo de comparação e superposição das formas individuais para a determinação do tipo, são eliminadas as características específicas dos edifícios isolados e são conservados apenas os elementos que comparecem em todas as unidades da série. Dessa maneira, o tipo se configura como um esquema deduzido através de um processo de redução de um conjunto de variantes formais e uma forma-base comum (ARGAN, 1966).

Os elementos essenciais que identificaram cada tipo de instituição escolar foram seu tamanho (número de salas), sua distribuição espacial (o esquema de circulação adotado) e a opção formal por uma fachada específica (RAMALHO e WOLFF, 1986, p. 67), tendo sido utilizado um Quadro para sistematizar os dados que embasaram a determinação das tipologias e a seleção dos edifícios que representariam cada uma delas (conforme demonstrado em 5.3).

Assim, ficou definido que existiam quatro tipologias de edifícios escolares em Pelotas no período estudado (1889-1930). Essas quatro tipologias são ilustradas pela análise detalhada de cinco escolas (uma de cada e duas de uma tipologia), que foram escolhidas seguindo critérios adiante explicitados, no subcapítulo 5.3.

Para reconstituir o histórico da criação e instalação de cada escola pública, investigamos as pesquisas antecedentes, os dados dos Relatórios Intendenciais, os sites das escolas, jornais, revistas e periódicos, almanaques históricos e livros. Já para reconstituir o histórico da criação da escola privada, o Colégio Gonzaga, foi pesquisada principalmente a publicação “Memorial do Colégio Gonzaga: Cem anos

de educação” e a coleção de “Lembranças do Ginásio Gonzaga”. Uma situação diversa se dá em relação ao Gonzaga, que não apresenta qualquer acervo, pelo seguinte motivo: ao encerrar as atividades educacionais na cidade de Pelotas no ano de 2003, os irmãos da Ordem La Salle, grupo que sucedeu os jesuítas, levou consigo registros de sua história. A decisão dos lassalistas gerou uma série de manifestações em apoio à Instituição por parte da população, e o fechamento não ocorreu devido à importância que o Colégio demonstrou ao longo de sua história e à marca que deixou na sociedade pelotense, passando a ser administrado por um grupo privado, mantendo o nome de Colégio Gonzaga.

Para a análise, adotamos a técnica de análise documental na perspectiva de Cellard (2012), avaliando: o contexto no qual os documentos foram produzidos, os autores, o tipo de documento e seu modo de produção. Para analisar as imagens, exploramos os conceitos de que, em sua relação com a verdade, a fotografia se constitui em uma interpretação do mundo (SONTAG, 1986), e sua compreensão requer uma desmontagem do processo de construção da representação, além de considerar os usos que teve a imagem e as “leituras” que dela fazem os receptores (KOSSOY, 1998).

Por fim, a interpretação dos dados empíricos permite a reflexão sobre o fenômeno a partir dos referenciais teóricos e estudos antecedentes. Segundo Cellard (2012), encadeando ligações entre a problemática e as variadas observações retiradas da documentação, o pesquisador torna-se capaz de formular explicações plausíveis e coerentes e realizar uma reconstrução de uma faceta qualquer de uma sociedade em determinado momento.

Para isso, é necessária uma aproximação dos estudos de historiadores no período escolhido, favorecendo ao pesquisador a interpretação de suas fontes, pois pode “cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História” (BACELLAR, 2010, p. 71).

Foram realizadas sucessivas leituras ao longo do processo de investigação dos históricos das instituições, conjuntamente com a análise das fotografias e dos desenhos arquitetônicos. Com um novo reencontro com os pressupostos teóricos e dialogando com estudos antecedentes, foram sendo interpretados os dados seguindo a ordem das categorias de análise. Dessa forma, não ficando restritos à

descrição, transitando para a fase da interpretação, buscamos atingir uma significativa compreensão do conteúdo das informações explícitas e implícitas, possibilitando produzir esclarecimentos coerentes sobre problema estudado.

Tendo relatado as estratégias para desenvolvimento da pesquisa, damos prosseguimento através da discussão teórica.

4. REFERÊNCIAS PARA PENSAR A ARQUITETURA ESCOLAR E SEU CONTEXTO

Neste capítulo abordaremos o tema arquitetura escolar, explorando inicialmente alguns conceitos sobre a arquitetura e suas possibilidades enquanto campo de pesquisa em educação no primeiro subcapítulo, bem como um breve histórico do surgimento da escola na Europa e Estados Unidos no segundo subcapítulo. Posteriormente, no terceiro subcapítulo, discorreremos sobre a arquitetura escolar no Brasil na Primeira República (1889-1930), expandindo essa análise para o âmbito regional no Rio Grande do Sul e em Pelotas nesse mesmo período temporal, no quarto subcapítulo e, finalizando, no quinto subcapítulo, trataremos do processo de urbanização de Pelotas no período estudado.

4.1 ARQUITETURA, URBANISMO E HIGIENISMO

Traçaremos inicialmente um paralelo entre as pesquisas sobre a arquitetura escolar desenvolvidas pelos arquitetos e urbanistas e pelos historiadores da educação brasileira.

No âmbito da arquitetura, os estudos sobre arquitetura escolar no Brasil são bastante escassos, e encontramos raros artigos de arquitetos renomados que escreveram sobre prédios escolares, como Lina Bo Bardi (Primeiro: Escolas, Revista Habitat, 1951, p. 1), Hélio Duarte (Considerações em torno do problema escolar, Revista Acrópole, 1965, p. 34-35), Vilanova Artigas (Sobre Escolas, Revista Acrópole, 1970, p. 10- 13, 1970) e Hugo Segawa (Arquiteturas Escolares, Revista Projeto, 1986, p. 64-65). Encontramos ainda a dissertação de Sílvia Ferreira Santos Wolff, intitulada “Espaço e Educação: Os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas” (1992). Destacamos ainda a tese de Elizabeth Amorin de Castro, com o título “A arquitetura das escolas públicas do Paraná (1853-1955)” (2010), e o livro de Doris Kowaltowski, denominado Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino (2011), que orientaram, de certa maneira, esta pesquisa.

Os arquitetos autores dos estudos, ao tratarem da arquitetura escolar do ponto de vista histórico, têm seu foco voltado para a arquitetura escolar como objeto de estudo, e pouco aparecem preocupações com projetos pedagógicos ou políticas educacionais. Eles propõem periodizações baseadas em critérios propriamente

arquitetônicos, considerando as linguagens predominantes em cada momento construtivo da história da edificação.

Já os historiadores da educação brasileira, bem como os pedagogos e professores, que de modo geral não têm embasamento teórico para abordar as questões relativas à arquitetura, ao estudarem o tema arquitetura escolar buscam, em grande parte, explicitar uma correlação entre a organização dos espaços escolares e as concepções educativas e propostas pedagógicas, baseando as periodizações nos diversos momentos históricos das reformas educacionais.

A História da Educação no Brasil no período republicano pode ser investigada sob diversos enfoques: didática, práticas de ensino, disciplinas, profissão docente, gênero, infância, espaço escolar, cultura escolar, entre muitos outros. Nesta pesquisa, procuramos reunir conhecimentos diferentes para tratar da articulação entre a organização do espaço arquitetônico e a História da Educação. O trabalho é na linha de pesquisa da História da Educação e estamos usando a arquitetura escolar para problematizar a história da educação no período da Primeira República em Pelotas. Por outro lado, não deixa de ser um questionamento da história da arquitetura escolar baseada na história da educação nesse período definido. Dessa maneira, considerando essa ambiguidade, os títulos dados a esses dois subcapítulos teóricos permitem duas interpretações “História da Educação e Arquitetura” ou “História da Arquitetura e Educação”.

A abordagem interdisciplinar de um determinado objeto de investigação (BURKE, 1992) não é apenas uma escolha do pesquisador, na verdade é o próprio objeto que impõe essa necessidade. Quando a pesquisa envolve realidades complexas, como no caso da instituição escolar, “muitas são as possibilidades, as perspectivas, os enfoques e os focos de investigação” (BUFFA, 2008, p. 63). Buscamos, nesta investigação, tentar compreender a instituição escolar pela ótica da construção do seu espaço. Conforme Buffa (2008), essa preocupação com arquitetura escolar tem aumentado não só entre os historiadores da educação, como também entre os arquitetos e urbanistas.

A escolha do espaço escolar como objeto de estudo configura-se como uma possibilidade de diálogo entre a arquitetura e a educação, sendo ambas responsáveis pela organização e ocupação do espaço físico da escola, bem como com a sua utilização como espaços educativos. Entretanto, é importante lembrar

que, para além dos arquitetos, outros profissionais, em diferentes contextos históricos atuaram na configuração do espaço escolar, tais como os profissionais da saúde, médicos, higienistas, burocratas e agentes do poder público, quando estabeleceram os regimentos que deveriam seguir as construções escolares. Antes de abordar a história da arquitetura escolar, cabe esclarecer brevemente algumas questões do campo da arquitetura e urbanismo¹⁰.

Para definir arquitetura utilizaremos as palavras do professor Adolfo Morales de los Rios (1955, p. 25), que a sintetiza como “a arte, a ciência e a técnica de conceber, projetar e erigir edifícios e cidades, com utilidade e beleza”. Em outras palavras, “a arquitetura procura satisfazer as necessidades e as exigências materiais, físicas, intelectuais, morais e sociais da coletividade humana, por meio de obras sólidas, salubres, econômicas e belas” (RIOS, 1955, p. 29). Assim, podemos considerar a arquitetura como “um produto cultural determinado histórica e geograficamente que responde no espaço edificado às demandas de seu tempo e do local em que está sendo produzida” (CASTRO, 2010, p. 19). Esse produto arquitetônico é concebido levando em conta um saber específico da disciplina, que envolve o conhecimento científico e tecnológico existente, bem como os padrões formais vigentes.

Dessa maneira, podemos considerar a arquitetura como uma excelente fonte: de pesquisa, que permite variadas leituras, as quais serão mais enriquecedoras quando feitas em seus termos. Ou seja, se uma obra arquitetônica deve adequar-se às demandas de sua finalidade, “além de ser sólida, salubre, econômica, bela e condizente com o local e o tempo em que foi construída, é necessário conhecer tal contexto, assim como reconhecer a solução espacial encontrada para atender a todas as questões” (CASTRO, 2010, p. 19). Essa análise deverá ser feita

¹⁰ O conceito de urbanismo, originariamente, refere-se à arte e à técnica do arranjo das cidades. A própria palavra urbanismo, por sua etimologia, o indica. Origina-se do vocábulo latino “urbs”, que significa cidade. Urbanismo é, nesta ordem de ideias, o ramo dos conhecimentos voltados para os problemas, os princípios e a teoria necessária à elaboração dos projetos para a construção ou a reorganização das cidades. [...] Como disciplina que objetiva a organização urbana, implica ela em melhores condições de vida para o ser humano nas cidades, o que já passa a ser também um problema de natureza socioeconômica, além de uma questão de organização de equipamento e espaço urbano. Os conhecimentos urbanísticos se impuseram, realmente como uma necessidade da sociedade contemporânea, em que, não obstante o progresso tecnológico, o ambiente urbano, nos termos em que está proposto, é cada vez mais inadequado à vida humana, e os seus problemas, de mais difícil solução (CORONA; LEMOS, 1972, p. 462).

considerando os princípios que regem a disciplina¹¹ (utilidade, solidez e beleza) e suas categorias projetuais, portanto analíticas: programa de necessidades, técnica construtiva, partido arquitetônico e linguagem formal. Assim, para a elaboração do projeto arquitetônico e a materialização do edifício escolar é fundamental estabelecer esses elementos: o programa arquitetônico de necessidades, que define os ambientes necessários à escola; a técnica construtiva, que utiliza um conjunto de métodos e procedimentos de edificação e de um conjunto de materiais construtivos aprimorados ao longo do tempo; a ordenação espacial, que organiza e distribui os diferentes ambientes a partir de critérios como setorização, hierarquia, fluxo de atividades, etc.; e a linguagem formal ou plástica, que indica o tratamento estético dado ao edifício, considerando um vocabulário estilístico.

Devemos considerar ainda uma edificação como uma espécie de forma simbólica, que deve ser estudada em relação aos contextos e processos históricos em que se estruturou, pois, “todos os edifícios são o resultado de um programa construtivo. Este se fundamenta na situação econômica do país e dos indivíduos que promovem as construções, e no sistema de vida, nas relações de classe e nos costumes que dela derivam” (ZEVI, 2011, p. 53).

Estudar a arquitetura no período da república se justifica não só por atender às demandas pedagógicas e higienistas, como também por ser partícipe do processo de estruturação da escola e da rede física escolar, tornando-se com sua espacialidade, paradigma para toda a nação. A pesquisadora Maria Luíza Marcílio (2005) descreve com propriedade: as primeiras escolas republicanas tornaram-se modelos por reunir adequação às necessidades de ensino e às premissas higienistas, por indicar a preocupação do governo com a instrução pública, por exprimir plasticamente imponência, harmonia e sua condição de transformadora social. Assim, na arquitetura escolar, a forma da edificação procura demonstrar a

¹¹“A adequação do edifício às atividades que ali serão exercidas, isto é, sua utilidade ou funcionalidade, constitui-se em um princípio da arquitetura presente no mais antigo tratado, escrito pelo engenheiro militar do Império Romano, Marcus Vitruvio. Para ele, o projeto arquitetônico e a construção deveriam estar baseados em três fundamentos: Firmitas (solidez, ou seja, aspectos técnicos e construtivos), Utilitas (utilidade, adequação funcional) e Venustas (beleza que, naquele momento, estava relacionada à proporção compositiva e formal e ao emprego das ordens clássicas). Seus Dez Livros sobre a Arquitetura (*De architecturalibridecem*), elaborados no século I a.C. e recuperados em 1414, foram exaustivamente estudados, estruturando a reflexão arquitetônica a partir do Renascimento. Como princípios, são “imutáveis, permanentes e, portanto, aplicáveis a qualquer gênero ou espécie de arquitetura”, e, em tal condição, viabilizam a leitura proposta do edifício escolar” (CASTRO, 2010, p. 19).

importância dada à educação, aquilo que os indivíduos “[...] querem ser, o mundo de seus sonhos, dos seus mitos sociais, das aspirações e das crenças religiosas” (ZEVI, 2011, p. 54).

A compreensão das mudanças na arquitetura escolar pode auxiliar o entendimento das mudanças nas maneiras de educar, pois entendemos que arquitetura é mais que a fachada das construções. Como afirma Zevi, “[...] a arquitetura não provém de um conjunto de larguras, comprimentos e alturas dos elementos construtivos que encerram o espaço, mas precisamente do vazio, do espaço encerrado, do espaço interior em que os homens andam e vivem” (ZEVI, 2011, p. 19).

Abordando alguns conceitos de urbanismo que darão suporte a esta pesquisa, segundo Castro, (2010), a Europa do século XVIII foi marcada por transformações materiais que modificaram as formas de viver e o ambiente social e se manifestaram nas cidades. O desenvolvimento econômico de alguns países levou ao aumento do consumo de certos produtos relacionados ao luxo e o supérfluo, promoveu a mudança de hábitos alimentares e contribuiu para o incremento do comércio e mudanças nos hábitos de vestuário e higiene corporal. A importância atribuída ao ambiente urbano, em contraponto às condições precárias das cidades medievais, levou a intervenções nas cidades para transformar aqueles que nela habitavam e difundir o progresso e a civilização entre os povos. A intervenção urbana era estruturada nos conceitos de circulação¹², embelezamento e higiene e tinha como objetivo oferecer condições adequadas ao bem-estar de seus habitantes. Políticas sanitárias combatiam as precárias condições urbanas com ações dirigidas para três aspectos: a identificação e o controle de locais que poderiam provocar doenças (cemitérios, matadouros); o controle e o estabelecimento da adequada circulação da água e do ar; e a organização dos sistemas de abastecimento de águas e escoamento de esgotos. Nesse contexto, dois termos passaram a ser utilizados com frequência nos discursos político, médico e arquitetônico: salubridade e higiene pública:

¹² “Várias áreas do conhecimento contribuíram para a transformação da cidade. O conceito de circulação, por exemplo, foi expandido da medicina para toda a sociedade. O aporte teórico foi dado pelo médico inglês William Harvey sobre a circulação do sangue. [...] As descobertas de Harvey, em relação ao fluxo sanguíneo (medicina) e os novos ideais capitalistas sobre o movimento individual na sociedade (economia) valorizaram a circulação na cidade iluminista do século XVII” (CASTRO, 2010, p. 23)

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e de seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são susceptíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde (FOUCAULT, 1998, p. 93).

O higienismo era a política de saúde que emergiu na sociedade européia, no século XVIII, e que transcendia os limites da medicina e se integrava, na realidade, a toda uma gestão política e econômica direcionada à racionalização da sociedade. Buscava com isso combater a doença e a elevada taxa de mortalidade, que afetavam diretamente a produtividade do trabalho (ABREU, 1996, p.145).

Se o homem vivia na cidade, esse ambiente deveria proporcionar tais condições baseadas nos conceitos de circulação e na integração do conhecimento médico e higienista no espaço arquitetônico e urbano. No Brasil, a incorporação desses padrões foi acentuada com a vinda da Família Real Portuguesa em 1808, transformando a colônia num centro de poder e provocando mudanças econômicas, institucionais e sociais, implantando um projeto civilizatório e o ordenamento social e urbano no Rio de Janeiro (Castro, 2010, p. 22-28).

Outra questão a ser discutida é em relação às novas formas e técnicas construtivas que começaram a serem empregadas no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, mudanças essas registradas pelo arquiteto Reis Filho (1983) nos seus estudos, considerando o término do tráfico de escravos, o início da imigração européia e do trabalho remunerado e a implantação do sistema ferroviário. A industrialização de materiais construtivos, como o ferro e o cimento, e a introdução de novas maneiras de construir, com maior rapidez e economia utilizando materiais pré-fabricados, além de uma nova estética baseada nos conceitos funcionalidade técnica, possibilitaram uma arquitetura de maior arrojo construtivo e, por consequência, de expressão progressista (ARGAN, 1992, p. 84-91).

A vida nas cidades passou a requer espaços mais especializados (escolas, bancos, bibliotecas, hotéis, hospitais, estações ferroviárias, etc.), os quais tinham um programa arquitetônico de necessidades específico, até então pouco conhecido ou inexistente (Campos, 1998, p. 25-31). As novas exigências, aliadas à disponibilidade de materiais e técnicas construtivas, permitiram inovações que passavam pela implantação do edifício no terreno (que, no período colonial, era construído no alinhamento frontal e lateral), pelo uso de porão alto e de novos materiais, como tijolos, telhas francesas, elementos em ferro fundido ou batido, chapas de cobre ou

ferro zincado e madeira. Os pisos receberam revestimentos de ladrilhos, tacos e mosaicos, e os sistemas de abastecimento de água, de coleta de esgotos e de águas pluviais foram incorporados aos edifícios, trazendo as instalações sanitárias para dentro da casa.

Esse conjunto de fatores possibilitou uma arquitetura distinta da fase colonial, com a utilização de aberturas mais amplas, de fachadas com maior movimento e de telhados mais elaborados. Essa tendência de configurações estéticas e espaciais mais complexas, baseadas na incorporação de novas tecnologias na arquitetura brasileira, esteve associada a uma linguagem plástica: o ecletismo. No edifício, nenhuma fachada era absolutamente lisa, tendo ornamentos agregados à estrutura, trazendo “um exemplo do que se reconhece como uma característica da arquitetura eclética, a ornamentação sobreposta ao essencial” (WOLFF, 2010, p. 209).

O ecletismo é uma corrente acadêmica da arquitetura marcada pela utilização do repertório de diferentes épocas, variando ou mesclando elementos decorativos de tempos históricos diferentes. Na Europa esse movimento ganhou força no século XIX e essa arquitetura formou-se seguindo uma corrente acadêmica marcada pelos referenciais de diferentes épocas, alternando ou mesclando elementos decorativos de diversos momentos históricos, desenraizados do seu contexto original.

Sobre o ecletismo na Europa, Patetta (1987) estabeleceu uma provável relação entre o neoclassicismo, o romantismo e o ecletismo, apontando para a possibilidade de que a arquitetura praticada nesse período não se constituísse em uma única corrente de estilo, mas se manifestasse nas três grandes tendências arquitetônicas que apresentavam características que se aproximavam, visto que os arquitetos neoclássicos, românticos e ecléticos recorriam aos estilos passados para buscar inspiração para os seus projetos. Os neoclássicos e os românticos se voltaram para períodos bem definidos, o classicismo da antiguidade e da Renascença italiana os primeiros, e a arquitetura medieval os segundos, praticando, dessa forma, o revivalismo. Já os ecléticos liberaram a imaginação e se inspiraram em estilos de diversas civilizações, em diferentes épocas, praticando assim o historicismo.

O Brasil, segundo Fabris (1987), participou desse movimento buscando construir a própria concepção de contemporaneidade a partir do abandono da arquitetura colonial. Segundo a autora, pode-se distinguir dois momentos na

constituição do ideário eclético no Brasil. Um estruturado após a independência e que, no desejo de criar uma nova nacionalidade diferente da colônia e da metrópole, importando dos centros avançados da civilização o material “exótico” com o qual pretendia compor o estilo de uma civilização própria, acabou apenas conseguindo obras sem um caráter definido. Outro constituído após o advento da república, em grande parte determinado pelas diversas correntes migratórias, e que caracteriza-se por um abuso decorativo sobreposto às fachadas, sem compostura arquitetural e o mínimo de senso estético, constituído por uma mistura de formas exóticas, incompatíveis com a paisagem local, como se tivessem simplesmente sido copiadas de um “catálogo europeu” (Fabris, 1987).

Diversos estudos relacionaram esse movimento na arquitetura com o positivismo¹³ e com as correntes evolucionistas presentes no século XIX. Havia um comprometimento da arquitetura com a ciência e as tecnologias modernas (COLQUHOUN, 2004, p.64), uma valorização da adequação técnica e funcional aos novos programas, bem como uma preocupação com uma racionalidade construtiva. Reis Filho (1983, p. 186) afirma que “o ecletismo foi, pois, em arquitetura, conciliação e progresso, tradicionalismo e progresso ou, como se diria depois, ordem – com uma conotação determinada – e progresso”.

Outro conceito relacionado à arquitetura que ampara essa pesquisa é o relativo à tipologia, conforme foi anunciado na Introdução. Argan (1966) defende que o processo formativo de uma tipologia não seja um mero processo classificatório e estatístico, mas um processo conduzido em vista de uma precisa finalidade artística, o que é demonstrado por dois fatores fundamentais. Primeiro: as séries tipológicas não se formam, na história da arquitetura, apenas em relação às funções práticas

¹³ O positivismo foi uma doutrina filosófica e social criada pelo francês Augusto Comte em meados do século XIX, tendo como algumas características: (i) a ideia de humanidade que deveria passar por três estágios: o teológico (ligado à imaginação, pois o mundo é compreensível através das ideias de deuses), o metafísico (buscando as essências, a “natureza íntima das coisas”) e o positivo (relações constantes entre os fenômenos observáveis) (COMTE, 1978); (ii) a ciência enquanto único conhecimento possível, sendo o método puramente descritivo, expondo as relações mútuas entre os fatos. Não existia no pensamento um interesse em apresentar as causas que geravam os fenômenos, mas sim em mostrar através da ciência tanto a ordem intelectual como social. Essa posição acarretou à ciência o papel de detentora da veracidade, já que subordinava a imaginação científica à observação empírica; (iii) o entendimento de que o progresso provém da ordem e aperfeiçoa os elementos permanentes de qualquer sociedade; (iv) e a compreensão de que cabe ao Estado governar as demandas sociais (COMTE, 1978).

De acordo com os preceitos de Comte, as intervenções no espaço urbano deveriam reorganizar a sociedade através da formulação de novas ideias, nos costumes e, finalmente, nas instituições. <http://historiaeavida.blogspot.com.br/2013/05/um-passeio-no-centro-o-positivismo.html>

dos edifícios, mas especificamente em relação à sua configuração. Segundo: embora possam ser desenhadas quantas classes e subclasses se queiram, normalmente as tipologias arquitetônicas vem distintas segundo três grandes categorias, a primeira compreende a configuração inteira do edifício, a segunda, os grandes elementos construtivos e a terceira, os elementos decorativos. Exemplo da primeira categoria são os edifícios de planta central, longitudinal, mista. Da segunda, a cobertura plana ou de cúpula, os sistemas arquivados ou de arcos. Exemplo da terceira são as ordens das colunas, os frisos, os detalhes ornamentais. Tal classificação é conduzida segundo a sucessão das fases operativas (a planta, os sistemas construtivos, a decoração final) e seu objetivo é de fornecer ao artista um guia tipológico ao longo de todo o percurso do seu processo ideativo ou projetivo (ARGAN, 1966).

A compreensão sobre o conceito de projeto tipo também deve ser contemplada nesta discussão. A criação de projeto tipo está vinculada a um determinado contexto cultural e busca atender a um conjunto de requisitos ideológicos, religiosos ou práticos. Consequentemente, vai originar uma série de edifícios padronizados, que mantém entre si uma clara analogia formal e funcional. A utilização de projetos padronizados ou projetos tipo é um recurso viável para a construção em larga escala de edifícios, sendo uma alternativa amplamente utilizada na implantação de redes de instituições escolares, já utilizada no período estudado. Para Argan (1966):

O nascimento de um tipo é [...] condicionado ao fato de existir uma série de edifícios que tem entre si uma evidente analogia formal e funcional: em outros termos, quando um tipo se fixa na prática ou na teoria ele já existe, numa determinada condição histórica da cultura como resposta a um conjunto de exigências ideológicas, religiosas ou práticas. No processo de comparação e superposição das formas individuais para a determinação do tipo são eliminados os caracteres específicos dos edifícios isolados e são conservados todos e apenas os elementos que compõem em todas as unidades da série. O tipo se configura assim como um esquema deduzido através de um processo de redução de um conjunto de variantes formais a uma base-comum (ARGAN, 1966, p. 65-70).

Neste subcapítulo apresentamos conceitos sucintos da arquitetura e do urbanismo. Para uma melhor compreensão do nosso objeto de estudo, passamos a um breve histórico sobre as transformações da arquitetura escolar ao longo da história da humanidade, especialmente a partir da revolução industrial, que impôs novas exigências no âmbito da educação.

4.2. ARQUITETURA ESCOLAR

Em arquitetura, o programa de uma edificação é o conjunto de necessidades que o projeto precisa contemplar e o esquema de como os espaços deverão estar dispostos na nova edificação. No caso específico da arquitetura escolar, o programa define o número de salas de aula e quais serão os demais ambientes de ensino, como, por exemplo, biblioteca, laboratórios, quadras esportivas, além de estabelecer as características desejadas para tais ambientes e as respectivas disposições na edificação. A disposição espacial de todos os itens de um programa configura uma visão educacional (BRITO CRUZ; CARVALHO, 2004). O programa de necessidades também inclui simbologias que tornam-se marcas de identificação do espaço escolar que este projeto representará e os significados que envolvem comportamentos e valores morais e sociais que se pretende difundir, além das concepções educacionais vigentes. Assim, o programa não é apenas uma lista de ambientes, mas um documento que interage com as pedagogias e o modo de abrigar as atividades essenciais para o tipo de ensino desejado.

A edificação de uma escola é a materialização de uma visão da educação e de seu papel na construção da sociedade (BRITO CRUZ; CARVALHO, 2004). A escola se difunde na Europa durante o século XIX atuando como disciplinadora da ordem social, controladora das obrigações e responsável pela organização do tempo imposto pela indústria¹⁴. Nesse período, a educação é apresentada como forma de dominação política e social, e intensifica-se a preocupação com o espaço de ensino e o cumprimento rigoroso das normas.

A evolução da arquitetura escolar acompanha a história da humanidade. A revolução industrial trouxe novas demandas de organização social, e uma delas foi a necessidade de formalizar o ambiente de estudo. Outros eventos tiveram importância no desenvolvimento da organização educacional e reflexo na arquitetura escolar, como descreve Kowaltowski:

a criação das primeiras universidades de Paris (Collège de Sorbonne) e de Bolonha, no século XI, e a invenção da imprensa por Gutemberg, por volta de 1440, que deu grande impulso à educação, pela possibilidade de disseminação do conhecimento. O desenvolvimento de ofícios na Idade Média favoreceu a especialização, o treinamento e a capacitação de jovens,

¹⁴ É importante considerar a ação educacional dos jesuítas desde o século XVI, e outras experiências de escolarização na Europa, bem anteriores ao século XIX.

como um precursor das escolas profissionalizantes. O suporte físico para as atividades de ensino e sua configuração arquitetônica nasce nessa época, quando os monastérios, como tipologia construtiva, tiveram grande influência sobre as primeiras edificações escolares da Europa (KOWALTOWSKI, 2011, p.65).

A organização espacial da escola apresentava configurações que refletiam a importância dada à ordenação, no século XVIII, antes mesmo do processo de industrialização se difundir. Foucault (1987) refere-se ao sistema de arquitetura panóptica, construída com o objetivo de controlar todos os movimentos de uma comunidade. Nas escolas, a ordenação espacial transforma a sala de aula em pequenos observatórios, e a disciplina proporciona controle sobre os alunos, o panóptico determina cada criança no seu lugar, sem barulho ou conversa, sem distração ou desordem. Sob o lema “a visibilidade é uma armadilha”, utilizado por Foucault (1987), observamos a ordenação dos bancos por fileiras, a organização dos espaços, a definição das circulações, imprimindo valores de obediência para transformar a escola em um espaço de vigilância, de hierarquia de funções, com possibilidade de controle simultâneo.

A arquitetura escolar na história, principalmente no século XIX, teve duas tendências dialéticas: de um lado, o desejo de controle e disciplina por espaços bem determinados, com projetos baseados no isolamento, e, de outro lado, a influência de teorias pedagógicas que valorizavam a criatividade e a individualidade exigindo projetos de escolas que tivessem como base a integração social, espaços abertos voltados para o jardim ou áreas externas que poderiam abrigar parte das atividades educacionais (KOWALTOWSKI, 2011). Esse isolamento ou essa integração, bem como o contexto da sociedade, sempre influenciaram o espaço escolar, sendo essencial o conhecimento histórico para compreender as influências e a formação da realidade escolar do período estudado. Dessa maneira, este texto será dedicado à análise desses aspectos.

Sabemos que as escolas como as conhecemos atualmente são produtos de uma contínua evolução histórica, visto que o direito das crianças ao estudo e o próprio conceito de infância são concepções datadas do fim da Idade Média na Europa. Foi somente durante o séc. XII que o ensino de latim e as reflexões sobre cultura foram deslocados das abadias isoladas nos campos para as escolas ligadas aos mosteiros urbanos, as quais auxiliaram a promover o surgimento de um novo tipo de instituição de ensino: as universidades européias, um século mais tarde.

Ligados à igreja em sua grande maioria, os professores dariam origem a uma nova categoria social, a dos intelectuais.

Assim, antes da ampliação da educação e do estabelecimento do ensino público na Europa e nos Estados Unidos, encontramos exemplos de arquitetura escolar na Idade Média na Europa. A escola de sala única dominava a arquitetura dessa tipologia até o século XV. Muitas vezes a moradia do professor era anexada a essa sala e havia dependências no sótão para alunos carentes e seminaristas; o ambiente de ensino era utilizado por alunos de variadas idades, com um professor, às vezes auxiliado por seminaristas (KOWALTOWSKI, 2011). Podemos observar que essa tipologia de edificação escolar continuou uma referência construtiva, principalmente para as escolas rurais, sendo amplamente utilizada em nosso país e no período republicano.

Na Inglaterra, a sala única (Figuras 6 e 7) apresentava-se em forma de espaços retangulares estreitos e longos, com banco alinhados ao longo das duas paredes mais compridas, sendo o espaço central ocupado por equipamento para aquecimento do ambiente e pelo pódio do professor, permitindo uma comunicação visual entre os alunos sentados de um e outro lado da sala, com boa iluminação e aberturas altas nas paredes. Em alguns casos, cada banco tinha a sua especificidade de aprendizado: um banco era reservado para o ensino do novo testamento, outro para o catecismo e outro para treinar a escrita.

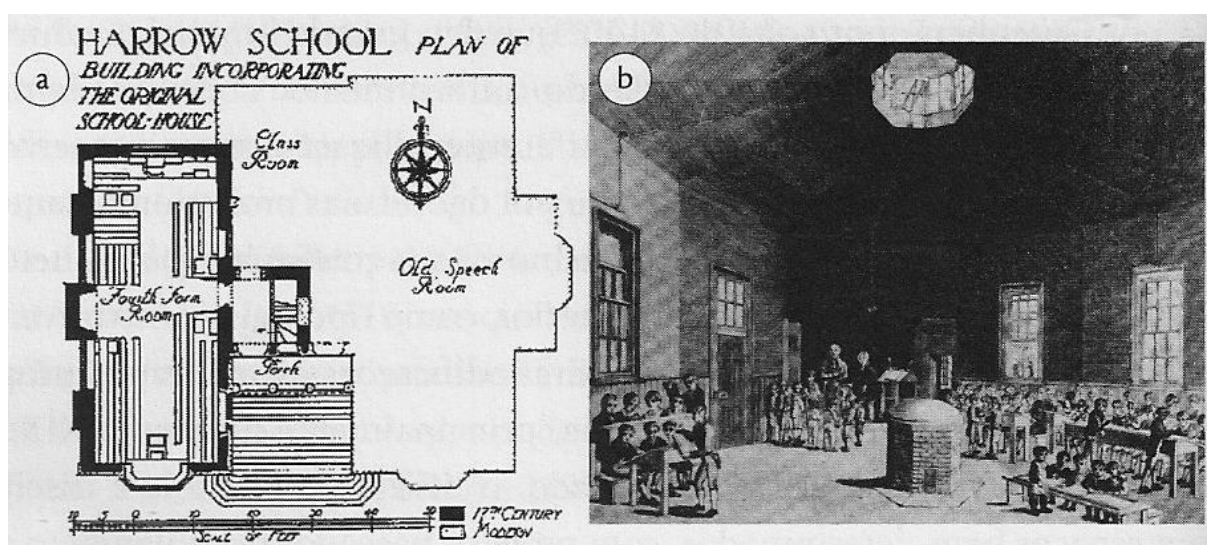


Figura 6 Ilustração de escola de ambiente único do século XIX
Fonte: Kowaltowski, 2011 p. 66.

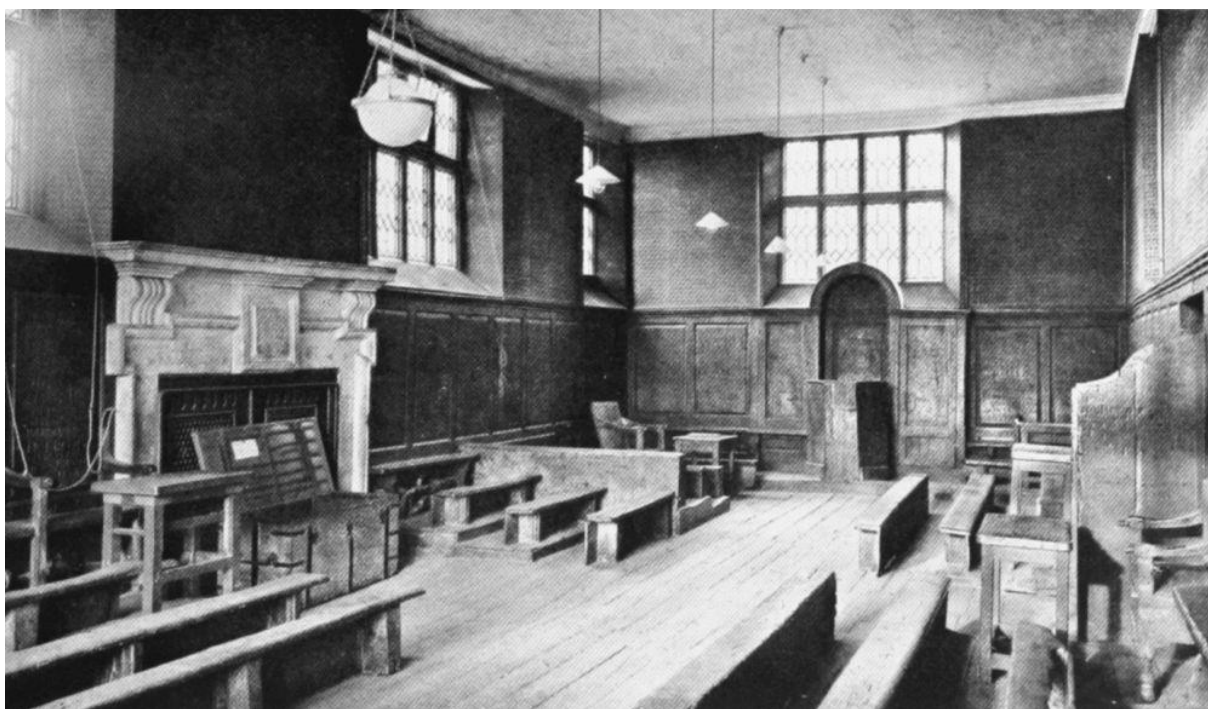


Figura 7 Fotografia de escola de sala única de Harrow School Fourth Form Room (1611)
Fonte: <http://www.british-history.ac.uk/rchme/middx/plate-67> 3 junho 2017.

A divisão da escola em salas de aula por idade foi defendida por Comenius no século XVI. Surgem prédios escolares com salas de aula dispostas ao longo de um corredor central ou com corredor lateral (Figura 8), como a Thomasschule, de Leipzig (Figura 9), onde a divisão por série fica claramente representada na planta da edificação. Essa escola também possui dois andares para o alojamento dos meninos. No exemplo da escola Elizabethanum, em Breslau, na Alemanha, duas salas de aula são dispostas em torno de uma escada central, havendo um andar para o ensino das meninas e dois andares para os meninos. Os dormitórios para os alunos carentes ficam no sótão (KOWALTOWSKI, 2011). Assim, observamos que os precursores das escolas do século XIX apresentam as configurações de muitos prédios escolares atuais, baseados no programa de necessidades de salas de aula por série de ensino aliado à preocupação disciplinar com os alunos.

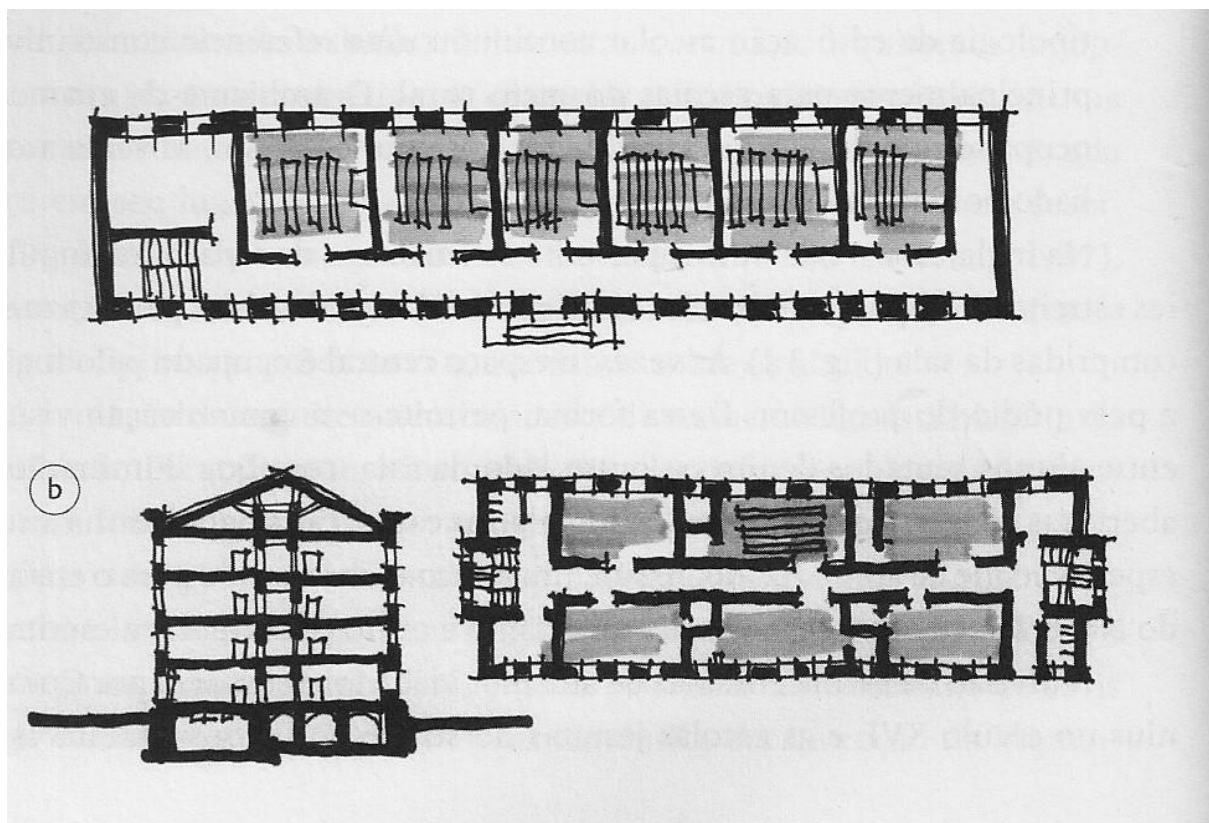


Figura 8 Plantas e corte de escolas da Alemanha do século XVI
 Fonte: Kowaltowski, 2011, p. 66.



Figura 9 Fachada da escola Thomasschule, de Leipzig, 1877, Alemanha.
 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomasschule_zu_Leipzig

Com o avanço nos processo de industrialização no início do século XIX, especialmente na Inglaterra, foi introduzida em 1833 a obrigatoriedade de duas horas de instrução por dia para as crianças das fábricas. Em 1847, foi publicado o livro de Henry Kendall, *Design for Schools and School Houses*, abordando a arquitetura escolar na Inglaterra. As orientações para os projetos de Kendall eram quanto à forma, recomendando o estilo gótico para o prédio escolar, sem maiores detalhamentos sobre os espaços da escola. O mesmo aconteceu no livro de Henry Barnard, publicado nos Estados Unidos, um ano depois. Entretanto, Kendall demonstrava preocupação com a saúde das crianças e recomendava salas de aula com grandes janelas para ventilação e iluminação. Embora houvesse pouca insolação na Inglaterra ele recomendava a orientação Norte (hemisfério norte) para as aberturas de salas de aula, para uma luminosidade uniforme e ausência de ofuscamento no plano de trabalho e na lousa (KOWALTOWSKI, 2011). As recomendações de Kendall demonstrando cuidados com aspectos da saúde infantil, com a iluminação e a ventilação das salas de aula, podem ser consideradas como precursoras das preocupações higienistas enfatizadas na construção dos edifícios escolares do período republicano.

Após 1870, descreve Kowaltowski (2011), a Inglaterra investiu na educação pública, ou para as “crianças pobres”, sendo o arquiteto E. R. Robson contratado para expandir a rede de prédios escolares de Londres, tendo demonstrado habilidade nos aspectos arquitetônicos e educacionais no seu livro publicado em 1874, *School Architecture*. Essa obra relata experiências trazidas de viagens, principalmente dos Estados Unidos, da Alemanha e da Suíça. Os projetos de Robson (Figura 10) eram austeros, baseados em plantas baixas simétricas, com pé-direito alto e janelas no alto das paredes externas, sem permitir aos alunos olhar para o exterior, conforme podemos observar o ambiente de aprendizagem através da imagem a seguir, que registra duas salas de aula para o ensino de meninas.

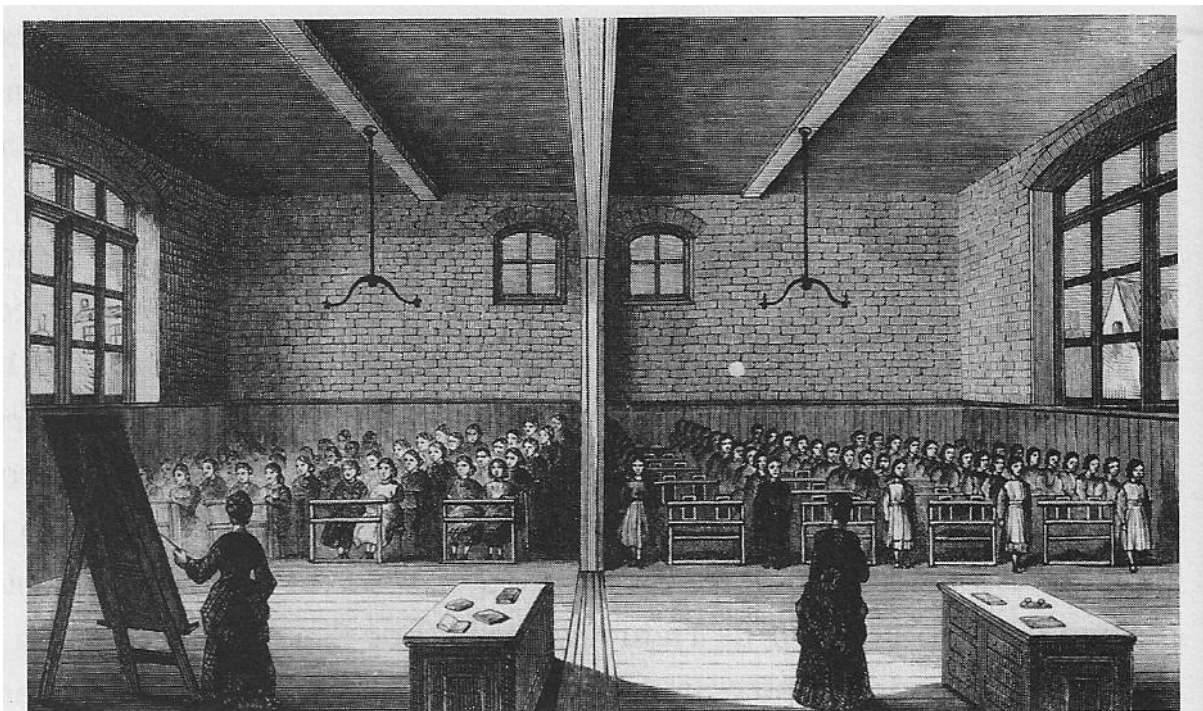


Figura 10 Ilustração de escola com duas salas de aula para o ensino das meninas, Inglaterra, 1870. Fonte: Kowaltowski, 2011, p. 68.

A Alemanha usava o sistema prussiano¹⁵ de salas de aula dispostas em torno de um grande vestíbulo ou hall de entrada. As dimensões da sala de aula eram determinadas pela lotação, de 40m a 60 crianças, podendo chegar a 300 alunos por sala. As carteiras para dois alunos eram arranjadas em filas com espaço de circulação que permitia cada aluno sair do seu lugar sem perturbar os demais, e havia um amplo espaço na frente em nível mais alto para as apresentações, com cortinas para quebrar o grande volume e amenizar as questões ambientais (Figura 11). A maioria das escolas projetadas por Robson foi construída em áreas urbanas, em regiões de lotes pequenos, e muitas escolas acomodavam até 400 crianças de cada sexo. No espaço externo, essas escolas possuíam pequenas áreas

¹⁵ No Brasil herdou-se uma maneira de pensar o início da escolaridade pública obrigatória na Revolução Francesa, estando dessa forma a escolaridade pública correlacionada com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Entretanto, o início da escolaridade pública obrigatória não ocorreu na França, mas décadas antes na Prússia, e partindo do contexto prussiano a promulgação de uma educação obrigatória possuía motivos, intenções e finalidades diferentes do ocorrido décadas mais tarde na França. Estava relacionada com o fortalecimento do Estado perante seus cidadãos, o ideal máximo de soberania e obediência. Com isto, uma educação garantida a todos, não como ideal pedagógico, filosófico ou político, mas como ação política de efetuar tais ideais por meio do poder de legislar sobre o indivíduo, é recente na história das sociedades ocidentais (CELETI, 2013, p. 1 e 2).

sombreadas e frias para a recreação das crianças, e as construções eram robustas, possibilitando que muitas continuem em uso no século XXI (KOWALTOWSKI, 2011).

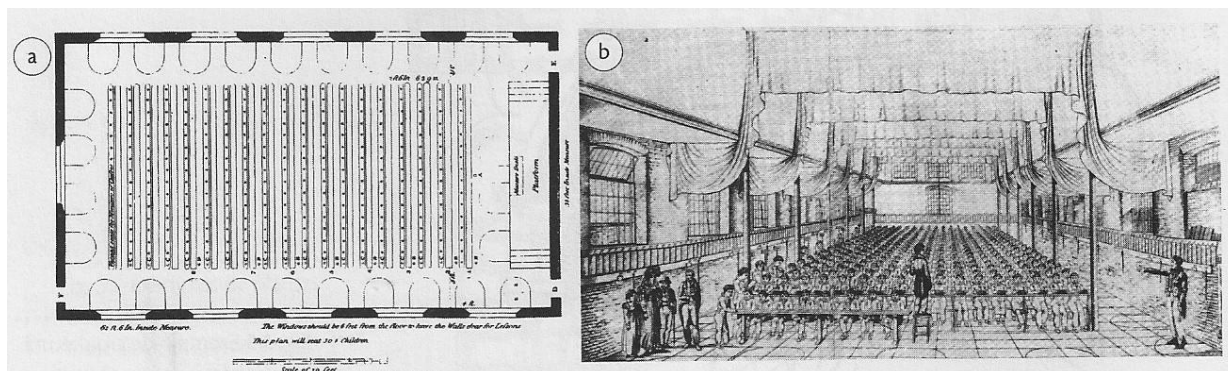


Figura 11 Ilustração de sala de aula para 304 alunos: (a) planta e (b) vista, Inglaterra, século XIX. Fonte: Kowaltowski, 2011, p. 68.

Na Escócia, Robert Owen implantou as primeiras pré-escolas em 1816 e abriu o espaço da sala de aula para os jardins de contemplação e autocontrole da tentação, pois não era permitido tocar nas flores ou nas frutas. Em 1895, Charles R. Mackintosh, do Scottish Arts and Crafts Movement¹⁶, projetou a sua primeira escola em Glasgow e, em 1902, a escola Scotland Street que reflete o estilo independente de Mackintosh. O edifício acomodava 1.250 crianças em 21 salas de aula, dispondo de escadarias separadas para meninos e meninas, com ornamentação restrita à volta das aberturas (Figura 12). Entretanto, a utilização de formas orgânicas cria um efeito de poder e quebra a austeridade da arquitetura escolar praticada até então, e a harmonia espacial mostra que a boa arquitetura pode ampliar a experiência educacional (Figura 13). As escolas projetadas por Mackintosh e por Robson

¹⁶ Conhecido em sua tradução para o português como “artes e ofícios”, o movimento Arts and Crafts voltava-se para o artesanato criativo frente à mecanização e à produção em larga escala, como forma de agregar aos objetos produzidos a experiência do fazer e daquilo que considerava a verdade do material, a verdade do artista-artesão e a verdade estética. Orientava-se por princípios de ornamentação e, ao mesmo tempo, simplicidade, buscando, dessa forma, revelar a verdadeira estética inglesa, traduzida pelo artesanato, e em oposição à indústria. “Para dizer a verdade, não estamos falando da divisão de trabalho, mas da divisão de homens, de sua divisão em segmentos de homens. Despedaçados em pequenos fragmentos, o que restou de sua inteligência é incapaz de produzir um prego, pois estas se esgotaram para fazer apenas a cabeça deste. Hoje, é algo bom e desejável fazer o máximo de pregos por dia. Nós devemos pensar que pode ter havido alguma perda nisto também” (RUSKIN, 1853). Segundo John Ruskin, cujas ideias nortearam o movimento, a industrialização quer sujeitar as culturas populares e até as forças da natureza a um pensamento racional, calculista e, com isso, provoca um processo de degradação social e cultural, ao colocar a produção acima das questões humanas e naturais. Acreditava que a industrialização trazia grande risco à complexidade humana, uma vez que primava pela especialização, limitando o indivíduo a exercer apenas uma única atividade mecânica, afastando-o de qualquer autossuficiência naquele campo (CAVALLO, 2017, s/p).

possuem plantas semelhantes, entretanto as escolas projetadas por Mackintosh se diferenciam por apresentar uma arquitetura clara em relação à sua função, tanto pelas proporções quanto pelas formas das aberturas (KOWALTOWSKI, 2011)

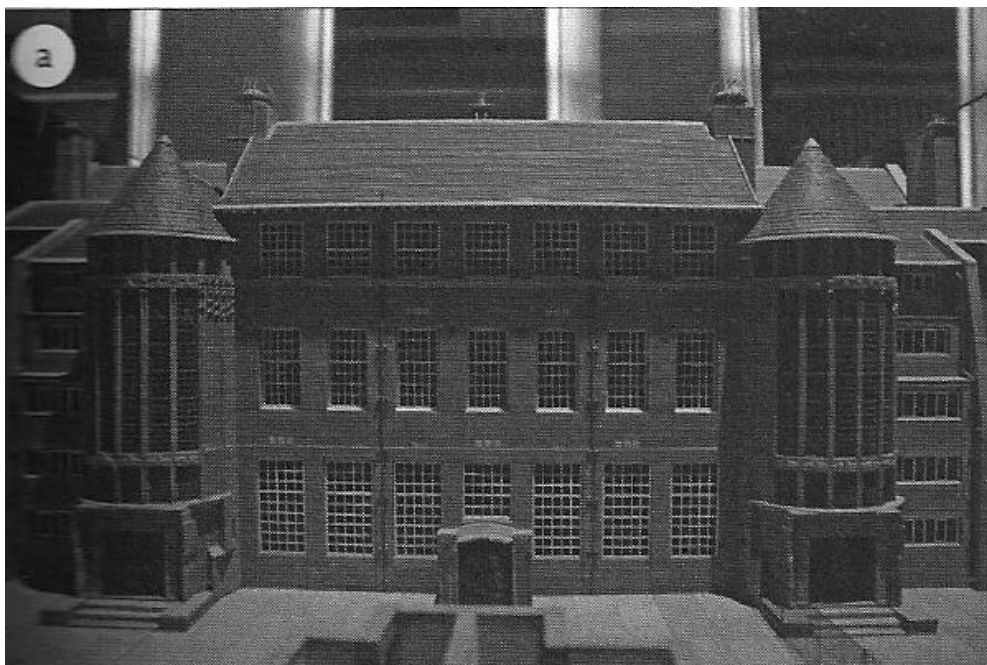


Figura 12 Vista exterior (maquete), Scotland Street School, 1902
Fonte: Kowaltowski, 2011, p. 69.



Figura 13 Vista interna da escada principal Scotland Street School, 1902
Fonte: Kowaltowski, 2011, p. 69.

Na França destacam-se as influências dos projetistas como Tony Garnier e August Perret. No início de 1900, Garnier adotou uma arquitetura com formalismo geométrico e sem ornamentação. As salas de aula e os espaços de recreio eram separadas por idades, os jardins eram ocupados pelas crianças menores com o objetivo de terem espaços agradáveis e livres da perturbação das crianças maiores. Os projetos escolares estavam vinculados aos conceitos urbanísticos da época, e a cidade industrial deveria possuir um sistema educacional com ensino primário (a partir dos dois anos de idade) e médio obrigatórios, que incluía o ensino vocacional nas áreas de comércio e administração, sendo a educação artística opcional. Garnier assumiu um estilo arquitetônico moderno, sem referências vernaculares, a educação era a base da sua cidade e ele valorizou os espaços verdes nos seus planejamentos urbanos e nos projetos de edificações escolares (KOWALTOWSKI, 2011).

Nos Estados Unidos, em meados do século XIX, já existia uma preocupação com o planejamento do espaço escolar, sendo recomendada a participação de educadores e projetistas no desenvolvimento de projetos educacionais. Barnard (1851, apud KOWALTOWSKI) analisa a abrangência dessas preocupações na época e apresenta princípios de projeto para a arquitetura escolar, com especificações para sua implantação em lugar seguro, calmo, saudável e sem poeira; o lote deveria ter área suficiente para um jardim na frente e, nos fundos, dois pátios para meninos e para meninas, para recreação e para educação física. Especifica ainda as dimensões da edificação e da sala de aula, além de recomendar a inclusão de espaços educacionais, como uma biblioteca. As questões do conforto ambiental, como luz, aquecimento, ventilação, mobiliário (cadeiras e carteiras) são enfatizadas, com recomendações sobre alturas das janelas e o projeto dos móveis. Para a entrada da escola recomenda duas portas, uma para cada sexo, e a largura dos corredores deve permitir bom fluxo dos alunos. A moradia do professor deve ser construída junto à escola para uma dedicação integral e vigilância do patrimônio. Detalha a estética da fachada da escola, as instalações da biblioteca, dos banheiros e do ginásio de esportes, especificando os tipos de exercícios físicos que devem ser praticados (KOWALTOWSKI, 2011).

Apesar desses estudos, nos Estados Unidos, os edifícios escolares urbanos de meados do século XIX ocupavam pequenos lotes com espaços livres reduzidos

para as atividades de recreio; a linguagem arquitetônica era clássica na fachada principal, mas com detalhamentos simples. Só no final do século o projeto das escolas públicas se modificou e a arquitetura tornou-se mais exuberante (Figura 14), a escola passou a ocupar lotes maiores e surgiu a escola nos subúrbios com estilo menos formal. Além do laboratório e da biblioteca, o auditório é o novo ambiente do projeto escolar e o ginásio de esporte é incorporado à edificação principal, em plantas simétricas com ordenação ortogonal dos espaços (KOWALTOWSKI, 2011).

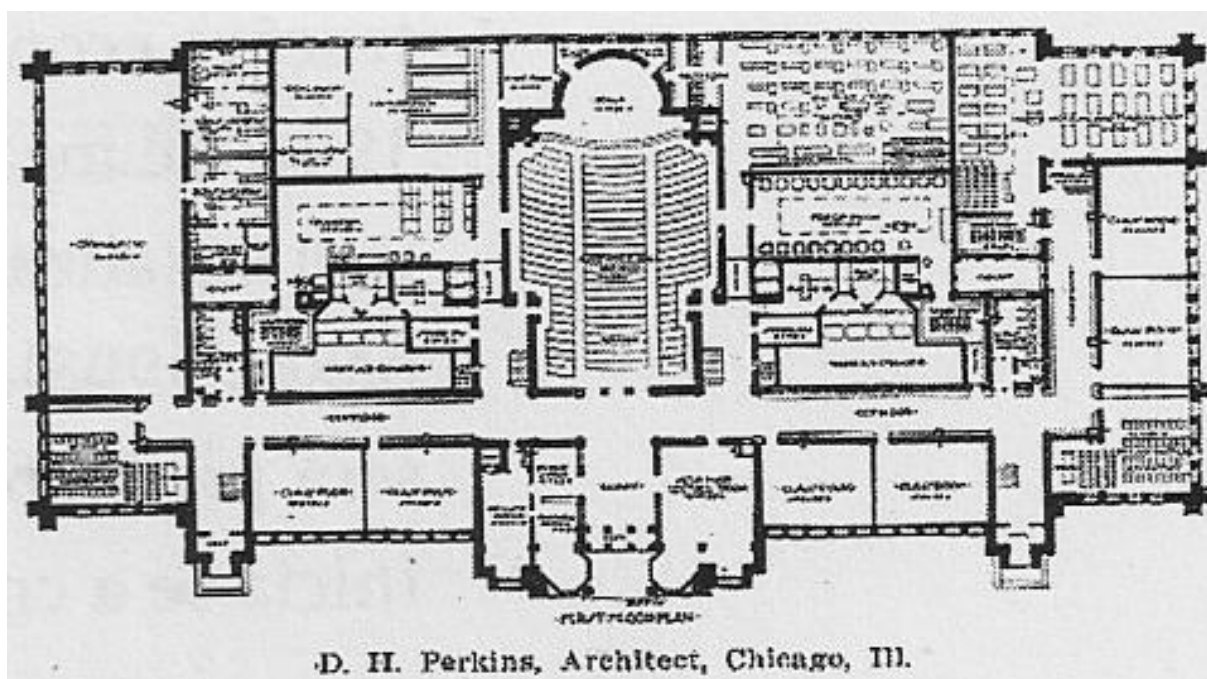


Figura 14 Planta da escola Carl Schulz High School, Chicago, 1907
Fonte: Kowaltowski, 2011, p. 75.

Após o estabelecimento da educação compulsória na maioria dos países da Europa e dos Estados Unidos, despontam educadores que influenciaram a arquitetura escolar: Maria Montessori, em Roma, que sugeriu que os ambientes passassem a ser projetados para a escala das crianças, nos Estados Unidos John Dewey influenciou a arquitetura escolar no começo do século XX, e essas edificações deram origem a novos rumos na educação e em sua arquitetura. Sob o novo espírito do pluralismo, os projetos preocupavam-se com o planejamento dos espaços, os detalhes construtivos de qualidade, a estética e o conforto dos usuários, paradigmas de uma nova arquitetura escolar. Dewey estimulou a visão da escola como uma comunidade cooperativa na qual se deve apoiar o aluno para que atinja o

seu verdadeiro potencial, o que abriu a escola para o mundo real e sua diversidade. Mudou a arquitetura ao substituir as preocupações estilísticas pelas sociais, pois os estilos são discussões acadêmicas pouco relacionadas com as necessidades do cotidiano (DEWEY, 1972 apud KOWALTOWSKI, 2011).

Conforme Kowaltowski (2011), a Primeira Guerra Mundial determina uma pausa nesse desenvolvimento, a sociedade marcada pelos efeitos pós guerra volta-se para as novas tendências, dando abertura para o modernismo nas artes, arquitetura e educação. O professor é substituído pela professora na escola primária, em função das perdas na guerra; surgem escolas experimentais que buscam romper com as metodologias tradicionais de lições e avaliações sucessivas.

No período pós-guerra (Primeira Guerra Mundial), surge na Europa um movimento envolvendo novas experiências educacional e arquitetônica, a Escola ao ar livre. A terminologia que define estas escolas especiais expressa a diversidade da sua localização, seja na floresta de pinheiros de Charlottenburg, nas vastas moradias em Londres, nas salas de aula situadas no topo dos edifícios no centro de Chicago, no terraço de um edifício de Estocolmo ou nas muralhas de Pádua. Châtelet, Lerch e Luc (2003) apontam as escolas ao ar livre como um objeto complexo de estudo, pois a história dessas instituições está na encruzilhada de vários campos historiográficos: o sistema educacional, a infância, a cidade, a medicina e a arquitetura. Segundo os pesquisadores:

O nascimento e a expansão dessas escolas são baseados em instituições existentes (sanatórios, acampamentos de verão), refletem a consciência dos problemas sociais, relacionados à industrialização e ao aumento da urbanização e fazem parte de o desenvolvimento de uma política de prevenção da tuberculose, a principal causa de mortalidade abaixo dos 30 anos na Europa, no início do século XX. A ambição das escolas ao ar livre é oferecer, se possível durante todo o ano, climatoterapia e exercícios físicos, combinados com um ensino renovado, em um ambiente arquitetônico adequado. O livro suíço *Das Kind und sein Schulhaus* (1933) abre com a frase: "Um higienista, um arquiteto e um pedagogo se comprometem [...] com o serviço de uma única idéia (CHÂTELET, LERCH, LUC, 2003, s.n, tradução).

As Escolas ao ar livre eram os espaços de educação, de medicalização, e difusão de valores higiênicos e eugênicos, estabelecendo programas de atividades que visavam garantir a prevenção de doenças, como a tuberculose, e o combate dos hábitos tidos como antihigiênicos. Segundo Dalben (2009, essas instituições seriam responsáveis por prevenir a população infantil das diversas doenças que assolavam o meio urbano no final do século XIX e início do XX, garantido a formação de uma

geração, ou de uma raça, para utilizar o termo eugenista da época, de cidadãos economicamente úteis e moralmente limpos

É de se pressupor que a defesa de que as escolas ao ar livre deveriam ser de caráter preventivo indica que em algum momento houve um modo diferente de concebê-las, ou seja, majoritariamente como de caráter curativo. Esse fato as aproxima muito das colônias de férias e dos sanatórios, uma vez que também as colônias de férias iniciaram seu movimento de criação como locais específicos para a cura de certas doenças, as quais, paulatinamente, começaram a agregar características educacionais e se transformarem em instituições preventivas.(DALBEN, 2009, p.132)

Os programas das escolas eram objeto de debates regulares em congressos internacionais sobre saúde escolar sendo o primeiro realizado em Nuremberg em 1904, o terceiro em Paris em 1910, “Higiene na e pela escola”, que sob a direção do professor Gaston Lemonnier publica 44 edições entre 1910 e 1914 (CHÂTELET, 2011). As novas concepções promoviam variadas experiências educacionais, geravam reflexões e ao mesmo tempo estabeleciam inovações arquitetônicas. Os projetos de pavilhões e terraços estavam associados ao uso de paredes de vidro e paredes retráteis. Idéias, esboços ou fotografias circulavam de um país para outro. Os pavilhões de Charlottenburg (Figura 15) chegam à Inglaterra. A Escola de Amsterdã inspira arquitetos franceses da Escola Suresnes, esta última servindo de modelo para a Escola de Copenhague. Dessa maneira, as Escolas ao ar livre tornaram-se instrumentais no desenvolvimento de edifícios escolares melhor ventilados, melhor iluminados e usando novas técnicas de aquecimento.



Figura 15 Fotografia da escola florestal para crianças doentes. Charlottenburg 1904.
Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Open_air_school

Na América, o México, os Estados Unidos, a Argentina e o Uruguai também criaram seus estabelecimentos similares. No Uruguai, em Montevideo, fundou-se uma escola ao ar livre em 1913, por iniciativa da Liga Uruguaya contra a tuberculose, e mais duas foram criadas mais tarde, localizadas no subúrbio da capital. Contavam também com mobiliário portátil para as aulas ao ar livre. Na Argentina, o Serviço de Inspeção Médico Escolar, desde 1909, montara sete escolas ao ar livre nos parques de Buenos Aires (DALBEN, 2009, p. 137).

No Brasil, Dalben (2009) relata que já em 1908 houve ensaios de escolas ao ar livre, ensaios esses, porém, que se limitaram à realização de classes no campo. Afirma que também existia, na cidade do Rio de Janeiro, o representante desse tipo de instituição na Escola de Débeis Prado Júnior, em funcionamento na Quinta da Boa Vista. Em São Paulo, como 'precursora', existira a extinta Escolas 7 de Setembro, que durante alguns meses, por volta de 1920, levou suas crianças aos parques da cidade, onde era desenvolvido o trabalho escolar (DALBEN, 2009, p. 138, 139).

Após a Segunda Guerra Mundial, a existência dessas escolas é desafiada pela disseminação de antibióticos, que reduzem a tuberculose, e por novos estabelecimentos concorrentes direcionados para as crianças. Outros fatores que influenciaram para a melhoria das condições de salubridade das cidades foram os processos de urbanização e a melhoria nas condições de moradia da população.

Neste subcapítulo, tecemos um histórico a respeito do surgimento da escola em diversos países da Europa e nos Estados Unidos, acenando para a realidade de que as escolas como as conhecemos atualmente são produtos de uma contínua evolução histórica. No próximo subcapítulo, continuaremos a relatar o histórico da implantação da escola, voltando agora o foco do estudo para o Brasil, na Primeira República (1889-1930).

4.3 ARQUITETURA ESCOLAR E EDUCAÇÃO NO BRASIL

Neste subcapítulo, buscamos compreender a arquitetura escolar como símbolo de uma época histórica e reflexo de aspirações e planejamentos de um período político, sendo tema relevante para os estudos da História da Educação e da Arquitetura.

A proclamação da República no Brasil (1889), de inspiração positivista, buscava uma nova estruturação social, trazendo parâmetros modernos ao país e tentando romper com o modelo, considerado arcaico, vinculado ao Império. Esse “processo de modernização passava pela incorporação da ciência e das novas tecnologias surgidas na Europa e nos Estados Unidos e pela inserção do País na economia burguesa” (CASTRO, 2009, p. 124).

Segundo Faria Filho (2000), com o processo de urbanização e industrialização, surgiu um crescente movimento que considerava a instrução como via de integração do povo à nação e ao mercado de trabalho assalariado, fortalecido pela proclamação da República e com a abolição do trabalho escravo. Republicanos manifestavam preocupação com a realização dos ideais de ordem e progresso por eles defendidos, bem como com maior adequação às necessidades e complexidades do mundo social. Como resposta à heterogeneidade social, as elites dominantes indicavam a estruturação de amplos projetos de controle e homogeneização cultural e política da sociedade, apontando para “a necessidade de uma escola mais racionalizada e padronizada” (CORREIA, 2005, p. 230).

Tendo como inspiração vários países europeus e os Estados Unidos, que, desde o século XVIII, vinham implantando uma educação obrigatória, gratuita e sob a responsabilidade do Estado, manifestava-se uma preocupação voltada à educação como formadora de cidadãos. A instrução pública teve um papel relevante, pois era

vista como transformadora da sociedade ou, ainda, como “uma quase religião cívica” (MONARCHA, 1997, p. 102).

A instituição escolar assumiu então um papel fundamental no projeto de modernidade republicana que buscou o desenvolvimento econômico e social, a construção da nacionalidade brasileira, a ordem e o progresso:

Nesse contexto, a questão da educação passou a ter uma ênfase destacada. Uma educação física, intelectual e moral da mocidade, com a finalidade de possibilitar ao espírito todas as noções necessárias para melhor garantir a ordem, colocou-se como central para que todos os homens tivessem consciência de seu papel social. Em outras palavras, a educação foi vinculada à formação do cidadão (CORSETTI, 2008, p. 59).

Muitas críticas eram dirigidas à instrução pública primária da “escola isolada” ou “escola de improviso”, que funcionava nas casas dos professores e em outros ambientes caracterizados pela falta de conforto, impossibilidade de se observar as regras de higiene escolar, falta de material pedagógico, entre outros. Eram espaços “pouco adaptados ao funcionamento de uma escola pública de qualidade, como sendo um obstáculo quase intransponível para a realização da tarefa educadora e salvacionista republicana” (FARIA FILHO, 2000, p. 30). A real preocupação com projetos arquitetônicos escolares já podia ser verificada nos “Pareceres” de Rui Barbosa¹⁷ sobre o ensino primário, citado por Souza (1998):

Não há instituição popular sem escolas, nem escolas sem casas populares, (...) o que necessitamos não é possuir três ou quatro palácios suntuosos, mas relativamente inúteis (...) é de um sistema estabelecido, que consagra regularmente a cada escola o seu edifício, ainda que modesto. (apud SOUZA, 1998, p. 122)

Surgem então preocupações com a construção de edifícios específicos para fins educativos no Brasil para atender às novas necessidades pedagógicas. Inicia-se a sistematização do ensino primário, estruturado na criação de grupos escolares, e se estabelece um novo programa de ensino: a escola graduada ou seriada. Assim, segundo Faria Filho (2000, p. 21), “nos grupos escolares, finalmente, a instrução e os diversos aspectos da educação contemporânea lograriam realizar-se numa única e autorizada instituição, num mesmo tempo e lugar, como *educação escolar*”.

A produção dessa nova forma escolar, conforme nos relata Castro (2008, p. 124) a exemplo das “escolas de massas”, já em funcionamento nos países europeus, exigiu uma nova organização do espaço escolar para atender à

¹⁷ Souza refere-se aos Pareceres sobre educação “Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública” – 1883 (BARBOSA, 1947)

introdução de novos métodos, racionalização e padronização do ensino permitindo a classificação dos alunos por série, a divisão do trabalho docente e a profissionalização do magistério, acompanhado de uma burocratização administrativa.

A importância da arquitetura escolar também estava relacionada com o compromisso de adequação às novas necessidades higienistas, buscando atender padrões de conforto físico-ambiental, bem como ao atendimento às normas construtivas.

Dessa maneira, afirma Bencostta (2001, p. 105), a escola moderna passou “a representar uma articulação entre a expectativa da renovação do ensino, o projeto político de disseminação da instrução popular e as vantagens econômicas da concentração de diversas salas de aula em um único edifício”. Segundo essa pesquisadora:

A construção de edifícios específicos para os grupos escolares foi uma preocupação das administrações dos Estados que tinha no urbano o espaço privilegiado para a sua edificação, em especial, nas capitais e cidades prósperas economicamente. Em regra geral, a localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornasse visível, enquanto signo de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime (BENCOSTTA, 2001, p. 105),

No processo de transformação pelo qual passava a escola, destacamos a participação do conjunto de profissionais, os agentes da educação que “buscam delimitar mais claramente os contornos da educação como campo profissional” (FARIA FILHO, 2000, p. 91). Essa categoria era formada pelos Inspectores de ensino, constituído na sua totalidade por homens, categoria “profissional” que existia desde o Império; a classe das Diretoras, criação dessa nova cultura escolar, era composta quase exclusivamente por mulheres, e a elas era debitada boa parte do sucesso ou fracasso dos grupos escolares; o Magistério, categoria que em sua maioria era constituída por mulheres dedicadas ao ensino primário, havendo preferência por normalistas; os homens eram geralmente professores de ensino profissional ou técnico.

A nova ordem escolar apontava para novas práticas cotidianas com os conteúdos programáticos. O processo de ensino e aprendizagem dos conhecimentos escolares pretendia uma relação de complementaridade entre as

funções educativas e instrutivas na instituição. Um exemplo foi o ensino das “coisas da natureza” na escola infantil mineira, em 1915, relatado por Faria Filho:

As lições de coisas da natureza foram sempre dadas ao ar livre e, afim de melhor observarem os alunos a germinação e desenvolvimento dos vegetais, mandei fazer um jardim com diversos canteiros, que foram exclusivamente por ele plantados e cultivados. O zelo e amor pelas plantas é na Escola Infantil, quase um culto (FARIA FILHO, 2000, p. 80).

Para esse autor, o conjunto do espaço escolar materializado no prédio, em suas divisões e subdivisões internas, no seu afastamento da casa e na sua separação da rua, produziu, tanto quanto foi seu produto, uma nova forma e cultura escolar. Esse foi o palco e a cena de apropriações diversas, produzindo e incorporando múltiplos significados para um mesmo lugar projetado pela arquitetura escolar. Considerando as reflexões de Certeau (1994), Faria Filho (1998) destaca como a imponência arquitetônica da escola, comparada aquela de outros lugares cotidianos (moradias, ruas, etc.), significou a produção de um lugar próprio da educação escolarizada. A multiplicidade de apropriações desse lugar e suas subdivisões (salas, pátios) implicou a produção de um espaço, ou seja, “um lugar praticado”, como a rua, que é geometricamente definida pelo urbanismo e transformada em espaço pelos pedestres.

De acordo com Souza (1998), essa modalidade de escola que correspondeu a um novo modelo de organização administrativo-pedagógica da escola primária com base na graduação escolar foi implantado pela primeira vez no Brasil no ano de 1893, em São Paulo e depois em vários estados brasileiros. Buscando uma educação integral, o curso preliminar da instrução pública em São Paulo, em 1892, possuía um programa abrangente, podendo as matérias ser agrupadas em três sub-grupos, conforme Souza:

Um primeiro de saberes elementares compreendendo as competências básicas de leitura, escrita e cálculo. No segundo grupo, as matérias de natureza propriamente científica, as noções de ciências físicas, químicas e naturais [...]. O terceiro grupo de formação moral, cívica e instrumental tendo em vista as finalidades atribuídas às seguintes matérias: geografia e história, educação cívica, moral, música, ginástica e exercícios militares, desenho e trabalhos manuais (SOUZA, 1998, p.175)

Conforme os estudos de Viñao (2005) sobre a escola graduada, esse tipo de organização implicava uma determinada ordenação do espaço, das atividades, dos ritmos e dos tempos, assim como uma distribuição de usos desses espaços e objetos, e uma classificação–valorização de professores e alunos, ou seja, não se

tratava apenas de uma divisão horizontal e vertical do trabalho, senão, sobretudo, uma cultura ou modo de vida específico (VIÑAO, 2005).

A construção de edifícios específicos para os grupos escolares passou a ser então uma preocupação das administrações dos Estados, especialmente no espaço urbano das capitais e cidades prósperas economicamente, que se tornaram, segundo Souza (1998, p. 91) “depositárias das perspectivas de modernização social”. Ainda segundo essa autora, as cidades passaram por grandes transformações nesse período, como crescimento urbano, desenvolvimento do comércio e melhoramentos no saneamento básico; água, iluminação transportes públicos, jardins públicos são marcas desse desenvolvimento, e o grupo escolar faz parte desses melhoramentos como a morada de um dos mais caros valores urbanos – a cultura escrita.

Para Faria Filho (2000), produzir “através dos grupos escolares um modelo experienciado da nova escola e transformá-la em exercício de aprendizagem era uma das principais estratégias de legitimar a nova escola, deslegitimando formas e organizações antigas” (FARIA FILHO, 2000, p. 49). Para celebrar a inauguração de um Grupo Escolar na capital, um inspetor mineiro registrava o esforço para a instalação solene no dia quatorze de julho. Complementava afirmando que, não sendo possível inaugurar o grupo nessa data, a festa seria realizada em sete de setembro. Inicialmente a identificação ordinal foi atribuída aos grupos escolares na capital de Minas Gerais, passando, alguns anos mais tarde, a homenagear benfeitores da cidade:

Não menos simbólica é, também, a denominação dada aos grupos escolares. Inicialmente eles eram identificados como sendo o Primeiro (1º), o Segundo (2º) ou o Terceiro (3º) grupos escolares na capital. No entanto, a partir de 1912, mudou-se essa sistemática, passando-se a identificar os grupos escolares, novos ou já organizados, pelo nome de personalidades cujos nomes e feitos queria-se “imortalizar” na memória da cidade (FARIA FILHO, 2000, p 49,50).

Assim, muitas vezes, as instituições receberem a denominação em homenagem aos benfeitores que contribuísem doando o terreno, ou financiando a construção do edifício. Essa era uma tática que vinha sendo utilizada em outros estados do Brasil, conforme explica Souza (1998):

Para captar recursos em prol das construções escolares, o estado valeu-se de uma estratégia – a designação do nome da escola àqueles beneméritos que contribuísem com a causa da instrução pública. Dessa forma, em troca da doação financeira a homenagem eternizada. Instituíam-se, dessa forma, a

figura do “patrono”, personalidade a ser enaltecida e cultuada por professores, alunos e a sociedade, especialmente nas datas de comemoração do aniversário (SOUZA, 1998, p. 134).

Os eventos como o hasteamento da bandeira, as festas cívicas e mesmo a inauguração dos grupos escolares eram momentos organizados e pensados como espetáculos formativos, não apenas de comportamentos, mas de sensibilidade e sentimentos em face da cidade, do regime republicano, da cultura das “classes pobres”, dentre outros, dando origem à “invenção” de uma tradição escolar. Para Faria Filho, 2000:

É na utilização do potencial educativo ou na refuncionalização dos mesmos que boa parte daquelas atividades se realizam e, assim, produzem e consolidam uma nova maneira educar as crianças no interior do sistema de instrução elementar. Aqui, mais uma vez, é a cerimônia escolar, a celebração, a comemoração. A festa que dá lugar, ao mesmo tempo, à afirmação de uma memória e à utilização desta para a imposição de novos valores, normas e hábitos às crianças (FARIA FILHO, 2000, p. 83).

Ao abordar a arquitetura escolar, um aspecto que precisa ser estudado é a categoria lugar, que, para Viñao (2001), além de ser um espaço geográfico, é principalmente um conjunto de vivências, memórias e significados culturais. Embora dependa do espaço, o lugar está identificado ao uso e às representações que se têm dele. O autor evidencia que o espaço escolar é um local de construção social e cultural de significado, uma fonte: de experiência cotidiana. Essa categoria, quando aplicada ao processo de escolarização, permite pensar a arquitetura escolar não como algo dado, fixo e imóvel que está ali para ser observado, apropriado e redefinido, mas uma forma de classificação que separa o lado de dentro e o lado de fora, ou seja, o escolar do não escolar.

Essa dimensão “espacial” institui uma nova forma escolar que se impunha e que não poderia ser ignorada, pois, conforme Escolano (2001), o espaço-escola não é neutro, não é apenas um “continente” em que se acha a educação institucional, isto é, “um cenário planejado a partir de pressupostos exclusivamente formais no qual se situam os atores que intervêm no processo de ensino-aprendizagem para executar um repertório de ações” (ESCOLANO, 2001 p. 26). Sabe-se que a arquitetura exerce uma influência sobre a conduta das pessoas, e, além disso:

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos (ESCOLANO, 2001 p. 26).

Para Escolano (2001), não apenas o espaço-escola tem de ser avaliado como elemento curricular, mas também a localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados. Para o pesquisador, “A produção do espaço escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma imagem da escola como centro de um urbanismo racionalmente planejado ou como uma instituição marginal e excrescente” (ESCOLANO, 2001, p. 28).

Atentando para as questões urbanas, quando a escola passou a ter o seu edifício específico, além do projeto da edificação, o planejamento voltou-se também para a escolha do local de implantação. Nessa seleção deveriam ser levadas em conta diversas recomendações quanto aos aspectos físicos e geográficos do terreno e sua relação com o entorno, sem deixar de lado o aspecto simbólico, materializado por uma localização que proporcionasse ampla visibilidade ao edifício enquanto signo de um ideal republicano. O local para a instalação do grupo escolar deveria atender a determinações como estar “longe da poeira, do barulho, do comércio, da vizinhança nefasta ao trabalho escolar que exige concentração, atenção, silêncio” (BUFFA, 2008, p. 67).

Segundo Buffa e Pinto (2002), para o estabelecimento de grupos escolares nas cidades do interior de São Paulo, vários critérios eram levados em conta, como a densidade de crianças em idade escolar, as influências e pressões políticas e recursos disponíveis. Também observamos que essa instalação de grupos escolares nessas cidades acompanhava, de certo modo, a expansão da via férrea. Segundo Buffa e Pinto (2002):

Impossível não distinguir, com clareza, na paisagem da cidade, um edifício imponente onde funcionava um grupo escolar construído nas primeiras décadas do período republicano. Situados em regiões nobres, esses edifícios marcavam, definitivamente, pela imponente e localização, seu significado no tecido urbano (BUFFA e PINTO, 2002, p. 43).

Segundo Souza (1998), nas cidades do interior, o grupo escolar encontrava-se assentado, geralmente, no centro do núcleo urbano ou em seus arredores, ocupando um lugar de destaque na trama urbanística, junto de outras instituições públicas como a igreja, a câmara Municipal, o correio, o que denotava o grau de importância desses estabelecimentos de ensino, com o propósito de “convencer, educar e dar-se a ver” (SOUZA, 1998, p. 123). A implantação da escola paulista

demandava portanto, em primeiro lugar, um local apropriado para seu funcionamento:

A escolha do terreno para a construção do edifício escolar era criteriosa: quadras inteiras ou grandes lotes de esquina que proporcionassem uma visualização completa do edifício e permitissem múltiplos acessos. A entrada nobre, situada na fachada da escola, utilizada pelos alunos apenas em dias de festas, era secundada por entradas laterais separadas para meninos e meninas e de uso diário (BUFFA e PINTO, 2002, p. 44).

Os edifícios escolares que eram especialmente construídos para essa função tinham o aspecto de construções sóbrias, sólidas, feitas para durar, estando “em muitas cidades, ao lado da igreja, da Câmara Municipal, da cadeia e dos palacetes dos coronéis, os portentosos do lugar, o grupo escolar reluzia como um dos mais bonitos prédios públicos” (SOUZA, 1998, p. 124). Resumindo o propósito político atribuído à educação popular, o edifício escolar passa a ser o portador “de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio - lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente” (SOUZA, 1998, p. 123).

Entretanto, essa questão em relação à localização das escolas estava em discussão na Espanha, conforme registros nas “Notas sobre construcción escolar” publicadas pelo Museu Pedagógico Nacional da Espanha em 1911. Segundo Escolano (2001), em primeiro lugar estava a higiene, elegendo um local elevado, seco e bem arejado. Mas a higiene deveria ser tanto física quanto moral, e a relação dos lugares de vizinhança perniciosos consistiam numa série de espaços ligados à moralidade e à saúde: tabernas, cemitérios, hospitais, quartéis, casas de espetáculos, prisões, praças de touros, casas de jogo, bordéis, etc. Segundo o pesquisador:

Sua localização evitará as condições anti-higiênicas e contrárias à sua missão social e educadora. Estará tão distante das ruelas sem luz e das massas dos edifícios quanto dos quartéis e das tabernas, abandonado-se o velho critério antipedagógico de situar a escola no mesmo edifício de outros serviços comunitários como o juizado, a prefeitura, o posto de saúde ou a prisão (ESCOLANO, 2001, p.32).

Para a definição do terreno no meio urbano, Escolano (2001) esclarece que uma Ordem elaborada pelo Escritório Técnico Nacional para a Construção de Escolas em 1923 mantinha o critério favorável à localização das escolas em bairros periféricos, atentando para que não estivessem “muito distante das residências das crianças” e fossem escolhidos “lugares próximos às praças e jardins ou ruas largas e

espaçosas”. Três fatores indicavam vantagem à localização das escolas ao ar livre nos arredores do núcleo urbano: o educativo pelo distanciamento em relação ao barulho, ambiente apropriado para o estudo e o fácil acesso à natureza, o higiênico e o econômico pelo menor preço dos terrenos.

Segundo Escolano (2001), a localização da escola é por si mesma uma variável decisiva no programa cultural e pedagógico comportado/encerrado/contido pelo espaço e pela arquitetura escolares.

A proximidade à natureza e à vida postulada pelos institucionistas favorece, entre outras ações e estímulos, o jogo em liberdade, o ensino ativo, a utilização didática do entorno, a contemplação natural e estética da paisagem, a expansão do espírito e dos sentimentos, o desenvolvimento moral... de modo definitivo, o urbanismo e a arquitetura ofereceriam assim uma completa cobertura para alcançar as finalidades da educação, passando a ser parte do programa pedagógico (ESCOLANO, 2001, p. 32).

Atentando para a questão da implantação do edifício no terreno, a preocupação com as questões de higienistas eram explicitadas: deveriam construir as escolas em terrenos que não acumulassem umidade, protegidos do vento e com insolação adequada, distantes de locais ruidosos e insalubres, manter o isolamento do edifício em relação ao solo, e o afastamento das demais construções que geralmente eram localizadas nas divisas, sem deixar recúos. Referindo-se aos grupos escolares paranaenses, Castro (2010), relata que “os grupos escolares foram locados no centro do terreno, condição considerada imprescindível para a adequada ventilação e insolação do edifício, destacando-os no cenário urbano ainda marcado pela continuidade construtiva” (CASTRO, 2010, p. 51).

A possibilidade de ampliação das escolas foi um fator relevante para os projetistas na definição do partido arquitetônico adotado para os edifícios escolares, pois era preciso ser levado em consideração o aumento da população em idade escolar. A organização espacial com relação ao exterior produziu uma tipologia cujos principais tipos são em forma de: U fechado para o exterior, $\cap$ aberto para o exterior, $\square$ fechado em si mesma, L e T, ou invertidos. Castro (2009) descreve um conjunto de sete grupos escolares inaugurados em 1928 no interior do Paraná, em que foi utilizada a implantação em “U”, formato esse que define três alas: uma central, onde localizam-se os ambientes de apoio, e duas alas laterais, onde situam-se as salas de aula e seus acessos. Essa solução espacial define uma padronização do projeto arquitetônico e a possibilidade de ampliação. “Essa é sem dúvida a maior

diferença entre este conjunto de projeto e os demais [...], uma vez que os edifícios em bloco único não tem essa flexibilidade” (CASTRO, 2009, p. 138,139).

Dessa maneira, a determinação de um lugar adequado para a instituição escolar implicou na produção de uma arquitetura escolar específica, ou seja, estudos e definições de critérios para a construção dos edifícios escolares, de maneira que permitissem o estabelecimento de uma nova pedagogia, além da preocupação com o caráter grandioso dos prédios. “Com os grupos escolares, a dimensão pedagógica do espaço toma corpo e visibilidade, ou, se quisermos, uma materialidade, de uma forma nunca vista antes na instrução pública mineira” (FARIA FILHO, 2000, p. 62).

A distribuição e a disposição dos ambientes escolares refletiam uma nova ordenação da cultura escolar. As funções de civilizar e moralizar as crianças e, por consequência, também alcançar suas famílias, manifesta-se na idealização e materialização de cada espaço da edificação. O edifício configurava-se por uma distribuição de espaços destinados a atender usos e funções diversificados, como realização de atividades especializadas, disposição de equipamentos adequados e fluxo dos alunos e professores, atendendo para uma hierarquia. A sala de aula era o núcleo básico da escola graduada, correspondendo cada uma das salas a um grupo de alunos do mesmo adiantamento e a um professor.

O uso de projetos padronizados ou projetos tipo foi uma alternativa difundida nas construções das primeiras edificações escolares nesse período. A utilização de projetos tipo atendia às necessidades de construir com rapidez um grande número de edifícios em prazos reduzidos e baixo custo, considerando também que contavam com poucos profissionais especializados. Eram elaborados seguindo padrões higienistas e pedagógicos, inspirados em modelos estrangeiros, e a utilização de porões era um recurso que possibilitava a implantação do edifício em diferentes situações topográficas. Embora as plantas obedecessem a uma tipologia definida, as fachadas eram desenvolvidas por diferentes profissionais, ou ainda o mesmo profissional desenhava diferentes fachadas para uma mesma planta tipo. Essa padronização, de modo geral, se restringia às plantas baixas dos edifícios, as fachadas não seguiam um padrão formal, sendo definidas pelo profissional projetista das edificações, que desenhava fachadas diferentes para uma mesma planta-tipo.

O pesquisador Faria Filho (2000, p. 62) relata que ao apresentar “tipos” ideais para construção de prédios escolares em Belo Horizonte (Figura 16), o engenheiro

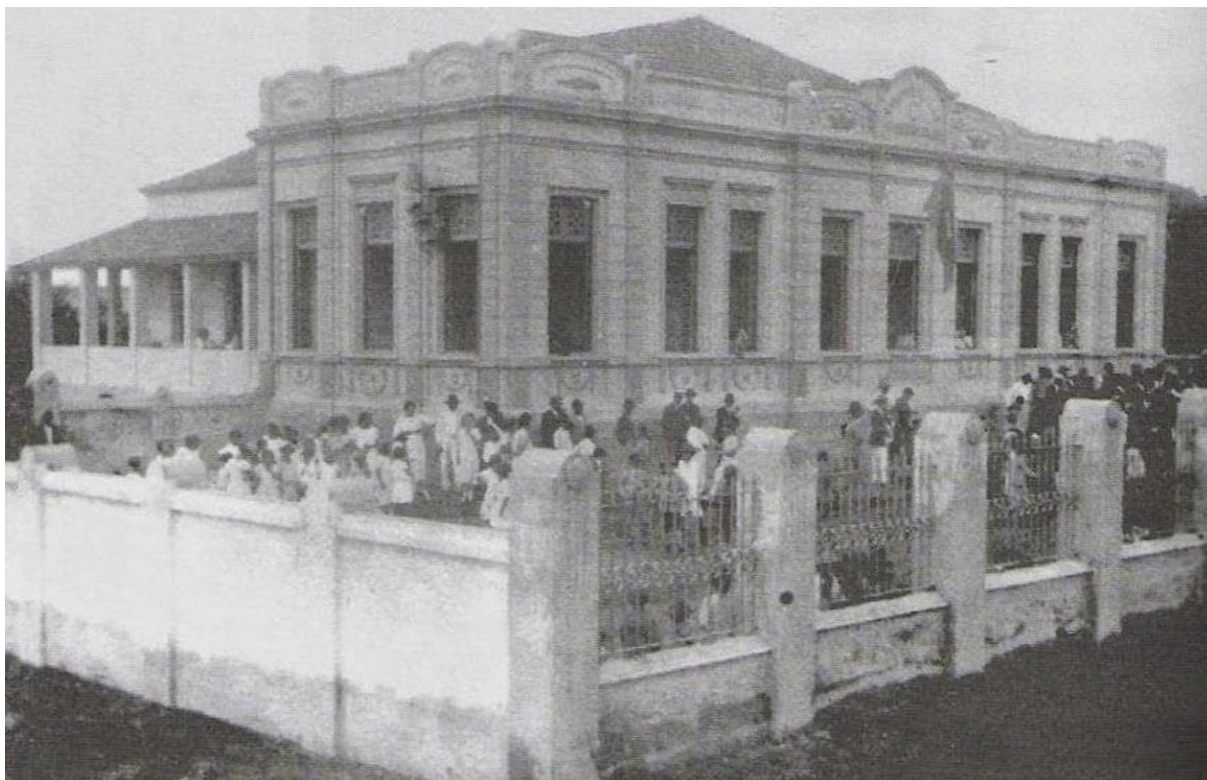


Figura 17 Fotografia Grupo Escolar na Cidade de Frutal, Minas Gerais, 1913

Fonte: <http://blogdatiagabi.blogspot.com.br/2014/05/a-trajetoria-da-educacao-no-brasil-do.html>

A distribuição dos espaços escolares estava caracterizada por mecanismos de controle das diferenças, principalmente de gênero. As entradas independentes e separadas para meninos e meninas, o número par de salas de aulas nas plantas baixas para a separação das crianças, os pátios de recreios masculinos e femininos divididos por muros, entre outros, identificam essa característica (Figura 16)

Essa regulamentação quanto à divisão das crianças por gênero nos espaços escolares esteve presente em outros estados do Brasil, como São Paulo e Paraná. As edificações eram simétricas, relatam Buffa e Pinto (2002), característica essa marcante dos edifícios, que garantiu em todos os projetos de grupos escolares, a perfeita divisão entre a ala masculina e a feminina. Buffa e Pinto (2002), ao se referirem aos edifícios escolares construídos em São Paulo neste período analisado, afirmam:

São edifícios quase sempre térreos, divididos em duas alas, uma para meninos e outra para meninas, conforme exigia o regimento dos grupos escolares, com entradas independentes e muros que quase sempre se prolongam até o fundo do lote, separando também os recreios. Nas escolas de dois andares, muitas delas projetadas até 1902, localizadas na capital e nas mais expressivas cidades do interior, a divisão dos alunos por sexo é feita por pavimentos (BUFFA E PINTO, 2002, p. 37).

Alguns grupos escolares apresentavam acessos individuais às salas de aula podendo configurar a reunião de aulas isoladas, ou seja, as classes ou séries estariam reunidas em um mesmo edifício, mas não agrupadas administrativamente. A prática de reunir escolas em um mesmo edifício perdurou por algum tempo, criando um novo tipo de escola primária, mantendo uma organização mais simplificada que os grupos escolares. Além de ser uma alternativa econômica utilizada pelos governos, a prática estabelecia um tempo necessário para homogeneizar a terminologia e regularizar o critério de distribuição e classificação de alunos, afora tratar das questões pedagógicas, docentes entre tantas outras que envolviam a complexidade da organização escolar (Souza, 1998). A ordenação espacial do edifício escolar que o singularizou com a divisão em salas com acessos separados e sem ligação interna, podem sinalizar para essa possibilidade de serem “escolas reunidas” (SOUZA, 1998), “escolas agrupadas” (FARIA FILHO, 2000), “casas escolares” (CASTRO, 2010).

A sala de aula no formato retangular foi o padrão predominante na maioria dos países europeus, e também empregado no Brasil, respeitando os princípios da racionalidade funcional e os princípios disciplinares. O tema demandou estudos conjuntos de arquitetos, educadores, médicos e higienistas (Souza, 1998). O Regulamento da Diretoria Geral de Saúde Pública do Paraná nas proposições para a construção de edifícios públicos para fins escolares, determinava que “As salas de classe terão preferentemente a forma retangular, cujos lados guardem a relação de 2 para 3” (BENCOSTTA, 2005, p. 108). A disposição retangular da sala de aula favorecia a concentração dos alunos em uma das extremidades, ou seja, no lugar do professor e do quadro-negro e proporcionava uma melhor visualização, além de facilitar a distribuição das carteiras, também retangulares.

Outra exigência higienista essencial para o conforto ambiental estava relacionada com a orientação da sala de aula em relação à posição do sol ou à direção dos ventos, visto que os edifícios escolares sempre se localizaram alinhados com os limites do terreno e o arruamento. Além de definir o índice de área mínima de iluminação, ou seja, as dimensões das janelas em relação à área da sala, as exigências higienistas explicitaram ainda a melhor posição para o sol penetrar nesses espaços. Souza (1998), citando Rui Barbosa, define a melhor posição em relação ao sol: “A luz terá, destarte, acesso ao recinto pela parte correspondente ao flanco esquerdo dos alunos sentados às mesas; pois só daí lhes poderá vir. Em tais

condições, não terão que temer o dardejar direto da luz nos olhos” (SOUZA, 1998, p. 139).

Uma adequada distribuição das janelas deveria considerar que “a iluminação das classes deverá ser unilateral esquerda, sendo tolerada a bilateral desde que proceda de faces paralelas” (BENCOSTTA, 2005, p. 108). Estudando os grupos escolares do Paraná, Castro observa que nem sempre essas condições eram atendidas, por motivos de economia: “Embora fundamentais, essas questões não mereceram a atenção dos projetistas possivelmente devido à necessidade de um maior aproveitamento do terreno e redução de custos construtivos” (CASTRO, 2010, p. 51).

Uma particularidade que pode ainda ser observada nas edificações dos primeiros grupos escolares é quanto às instalações sanitárias. Os sanitários foram durante algum tempo localizados fora do edifício escolar, no fundo ou nas laterais do terreno, como explicam Buffa e Pinto (2002):

O galpão destinado ao recreio coberto, à ginástica e às festas cívicas é construído isoladamente ao fundo ou nas laterais do terreno, ligado ao prédio principal por passadiços cobertos. Os sanitários também são instalados isoladamente sempre em parceria com o galpão (BUFFA e PINTO, 2002, p. 37).

Em diversos estados brasileiros, alguns grupos escolares possuíam um galpão destinado à ginástica, para a recreação ou para as festas cívicas, sendo muitas vezes construído separadamente, no fundo ou nas laterais do terreno, ligado ao prédio principal por corredores cobertos, conforme relatos dos pesquisadores (SOUZA, 1998; FARIA FILHO, 2000; BUFFA; PINTO, 2002; CASTRO, 2010).

As tarefas diárias nas instituições de ensino aconteciam inicialmente nos espaços das salas de aula e dos galpões de recreação. À medida que os processos de ensino foram se tornando mais complexos e burocratizados, foram surgindo necessidades de criação de espaços adequados para atender essas novas funções: a biblioteca, o museu, o gabinete médico e odontológico ou a sala da direção. Nesse momento, uma atenção especial estava voltada para a distribuição espacial escolar, pois a localização dessas novas funções no edifício escolar estava diretamente relacionada com a cultura de cada instituição.

Um aspecto dos ideais escolanovistas que se percebe nos edifícios dos grupos escolares modelos é a introdução de espaços como o gabinete médico e dentário, que passaram a ser requisitos das construções escolares a partir dos anos

de 1910. As bibliotecas e os museus escolares foram revalorizados nesse período, já que a mera observação indicada pelo ensino intuitivo estava ultrapassada pela escola ativa, que determinava a atividade constante do aluno, vivenciando os museus e as bibliotecas como espaços de experimentação (FARIA FILHO e VIDAL, 2000).

Entretanto, afirma Souza (1998), apenas algumas escolas-modelo foram favorecidas com a existência desses espaços apropriados conforme pretendia a escola renovada. Embora recomendado, em muitas escolas um único espaço concentrava os materiais didáticos e livros bastante escassos, sendo que esse quadro se repetia em diversos estados do país. Segundo Souza (1998),

Em realidade a escola graduada pressupunha não apenas um edifício de grandes dimensões para abrigar várias salas de aula, mas também outros espaços diferenciados que atendessem às novas necessidades administrativo-pedagógicas: gabinete para a diretoria, sala para arquivo, portaria, depósito, biblioteca, laboratórios, oficinas para trabalhos manuais, ginásio, anfiteatro, e pátios para recreio (SOUZA, 1998, p. 127, 128).

A sala da direção escolar era um espaço que passou a estar presente em todas as escolas a partir desse período, sendo sua localização no edifício estrategicamente definida para estar vinculada aos professores e, simultaneamente, estar próxima ao acesso ao edifício. Viñao Frago (2005), analisando diversas propostas de plantas baixas de escolas com diferentes localizações físicas para o espaço destinado à direção escolar, explica que na primeira fase da genesis da direção escolar na Espanha, essas variações refletiam as vacilações e indefinição teórica, legal e prática sobre a natureza, função e papel da direção na nova organização escolar. Um amplo programa de construções de grupos escolares foi implantado entre 1917 e 1922 em Barcelona, e nos edifícios figurava o gabinete da direção, localizado sempre no térreo, junto ao hall de entrada, junto à secretaria e à sala de professores, quando existiam essas dependências. Desse modo, segundo Viñao Frago (2005):

A direção se consolidava como um posto ou cargo cujas funções guardavam uma clara relação com o exterior, mas que, ao mesmo tempo, devia estar em estreita conexão com os professores, controlar as entradas e as saídas e possuir uma certa independência ou distanciamento físico que dificultasse o acesso direto desde o hall de entrada, de um corredor ou de outra dependência (VIÑAO FRAGO, 2005, p. 38).

Outra prática bastante usual era a flexibilização dos espaços nos edifícios escolares, adaptando as salas para diferentes usos, modificando as atribuições dos espaços com o passar do tempo, para atender novas necessidades em detrimento de

outras, que foram sendo suprimidas. Para Viñao Frago (2005), não é uma tarefa fácil adentrar o edifício e tentar compreender a realidade instrutiva: “Muito mais quando, como ocorre nesse caso, os usuários dos edifícios escolares podem e costumam modificar a distribuição e atribuições de uso efetuadas pelos teóricos e pelos arquitetos” (VIÑAO FRAGO, 2005, p. 40).

Uma questão fundamental para o efetivo funcionamento dos grupos escolares, para além da construção do edifício, estava relacionada com o mobiliário, os materiais didáticos e outros equipamentos necessários que precisavam ser supridos pelo Estado ou Município. A precariedade de alguns edifícios escolares estendia-se ao equipamento material, o mobiliário e os materiais didáticos, sendo a solicitação feita continuamente pelos inspetores e diretores. Para Souza (1998), os inventários apresentados pelos diretores nos relatórios de 1906 atestam uma diversidade:

Há escolas que possuem abundante número de livros, outras museus completos; algumas laboratórios ou objetos para ensino de física e química; outras biblioteca e material para ginástica. Os critérios de distribuição não eram explícitos. “É bem possível que nesses casos as relações pessoais e políticas se interpusessem diante dos critérios racionais de distribuição de acordo com as necessidades de cada estabelecimento de ensino (SOUZA, 1998, p. 155).

Independentemente da suntuosidade ou da simplicidade com que foi construído, a observação do edifício escolar possibilita ainda outras análises em função do caráter simbólico por ele desempenhado na sociedade em que está inserido, conforme explica Escolano (2001), “tem-se de convir também que a arquitetura escolar é um elemento cultural e pedagógico não só pelos condicionantes que suas estruturas induzem, [...], mas também pelo papel de simbolização que desempenha na vida social. A arquitetura escolar configura-se como um gênero específico de ordem espacial, e o edifício escolar traduz suas especificidades através de uma mensagem semântica:

O edifício-escola foi, por isso, uma construção diferenciada dos continentes exclusivamente práticos. Da mesma forma que outros edifícios (templos, palácios, câmaras municipais, quartéis...), o edifício escolar é uma forma que comporta determinada força semântica através dos signos e símbolos que exhibe como variante que é da chamada arquitetura institucional (ESCOLANO, 2001, p. 33, 34).

Segundo Escolano (2001), um viajante ao primeiro contato com uma localidade pode observar e nela identificar, mesmo sem conhecê-la, a singularidade de certas construções. Sua localização, o volume, o traço geométrico, os sinais que

seu desenho mostra e os símbolos que incorpora tornam nítido o seu objetivo e possibilitam sua fácil identificação. Entretanto isso não ocorria quando a escola não existia como edifício específico para essa função. O pesquisador enaltece o esforço dos políticos e técnicos regeneracionistas do último período entre séculos, por definir o modelo (ou os modelos) de arquitetura escolar: “cumpriu não só uma função pedagógica, mas também um objetivo cultural de primeira magnitude, ao criar um dos símbolos que melhor aglutinam a consciência coletiva das populações e sua própria identidade” (ESCOLANO, 2001, p. 33).

Assim, o próprio edifício deve carregar um caráter estético, em harmonia com a sua finalidade, que é acolher as crianças desde uma pequena idade. A solidez de suas paredes representa a solidez da instituição. A austeridade enobrece a arquitetura escolar elevando o prestígio dos professores e a afeição que os alunos devem ter pela educação. As condições de higiene e conforto determinam o prestígio e servem de referência para as crianças buscarem no futuro da sua vida. A escola cumpriria, assim, uma função cultural e social modernizadora da população, e, dessa forma, a arquitetura influenciaria a sociedade, colaborando para uma sociedade próspera. Ao ultrapassar o mero funcionalismo, que só atenderia às necessidades físicas, “dá origem a uma nova forma de comunicação cultural, que é também pedagógica no sentido mais amplo e generoso. A função pragmática da arquitetura adquire, assim, uma dimensão semântica” (ESCOLANO, 2001, p. 38).

Para além desse significado semântico que encerra a arquitetura escolar enquanto estrutura, também possibilita ser o suporte de outros símbolos, servindo à propagação dos ideais nacionais, ideológicos, culturais ou religiosos, representados pela bandeira nacional, por imagens e pensamentos de personagens ilustres, ou símbolos da religião. Analisando essa a questão de signos, símbolos e marcas, representações inscritas nos edifícios escolares, Souza (1998), explica:

Suporte de vários símbolos, os primeiros grupos escolares ostentaram representações políticas e sociais, uma apologia ao Estado republicano e à cultura urbana. Nas fachadas, alguns desses símbolos são emblemáticos. O nome GRUPO ESCOLAR, estampado na parte central dos edifícios, confirma a identificação da instituição. A denominação atribuída ao patrono revela um tributo à memória de importantes autoridades políticas (SOUZA, 1998, p. 133).

Assim, reinventar a escola significava organizar o ensino, “suas metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos para o ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e a própria cidade”

(FARIA FILHO, 2000, p. 31). E o edifício projetado especificamente para essa finalidade, estruturou-se no intento de corrigir, educar e definir regras, espaço modelador de hábitos, atitudes e sensibilidades, espaço definidor e possibilitador da ordem (FARIA FILHO, 1998).

Seguindo o pensamento de Foucault (1987), destacamos a influência do espaço sobre a produção submissa, treinada e domesticada dos sujeitos no ambiente escolar. O pensador abordou criticamente esse como sendo um “espaço serial”, associado à organização dos lugares, à ordenação do espaço da sala de aula por fileiras, configurando o valor dado à obediência, à hierarquia, ao controle da vigilância na sala de aula. A rigorosa divisão dos espaços atendendo às diferentes funções, a determinação das circulações controlando o fluxo dos indivíduos, enfim, a arquitetura assumindo o papel de transformadora de indivíduos, atuando diretamente sobre o comportamento daquele que abriga.

Afinal, como afirmam Funari e Zarankin (2005, p. 135-137), cabe considerar “a arquitetura como um eixo de comunicação não verbal, é uma linha alternativa para analisar discursos ligados ao manejo do poder, codificados em paredes”. A escola funciona num lugar cujo espaço está fisicamente determinado e organizado por meio de estruturas arquitetônicas, mas, ao mesmo tempo em que o poder estabelece esses lugares para transmitir os saberes legítimos, nega-se essa função ao resto dos espaços (TRILLA, 1985).

Para Bencostta (2005), a concretização de edifícios próprios para os grupos escolares foi uma preocupação das administrações dos Estados, que tinham o meio urbano como espaço privilegiado para sua implantação, especialmente nas capitais e nas cidades de economia desenvolvida. De modo geral, a localização dos edifícios escolares “deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornassem visíveis, enquanto signos de um ideal republicano, uma gramática discursiva que enaltecia o novo regime” (BENCOSTTA, 2005, p.97).

Portanto, para os poderes públicos, o grande desafio republicano era superar as dificuldades financeiras e construir os edifícios escolares adequados à sua função. Segundo Bencostta (2005), a administração do estado do Paraná, em 1901, atentava também para o fato da vantagem econômica do agrupamento das escolas: “Em vez das escolas funcionarem em casas diversas, que custam alto o aluguel,

passarão a funcionar em um só edifício, que reúna todas as condições exigidas pela higiene” (BENCOSTTA, 2005, p. 98, 99).

Entretanto, Bencostta (2001) questiona-se sobre esse investimento, que contribuiu para a propaganda da República e tornou-se mais uma estratégia de visibilidade do que uma ação para a democratização da escola. Dessa forma, foi no Período Republicano que a relação entre a educação, a instituição-escola e o edifício-escola foi configurada, ou seja, não poderia haver ensino sistematizado sem uma escola que o abrigasse, e essa deveria ser uma edificação adequada à sua função.

Outra questão importante que precisa ser analisada em relação ao ensino no Brasil no período da Primeira República está relacionada às instituições privadas de ensino. A presença da Igreja Católica destacou-se especialmente no ensino secundário por várias razões. Primeiramente, esse nível de ensino não gerou o conflito verificado no ensino primário, entre a rede pública e as escolas paroquiais, havendo a predominância dos ginásios católicos. Essa predominância deveu-se à atuação das congregações católicas de origem européia, masculinas e femininas serem formada por mão-de-obra especializada, com dedicação exclusiva e fervor missionário, criando uma rede de colégios de abrangência nacional. Seus quadros docentes, especializados nesse tipo de serviço, eram praticamente inexistentes no Brasil, e aspirados pelas elites nacionais. Essas instituições geralmente tinham sistema de internato, sendo divididas por gêneros (DALLABRIDA, 2011).

Em segundo lugar, o governo federal não consolidou políticas para constituir estabelecimentos públicos de ensino secundário e nem impulsionou a profissionalização da carreira dos professores desse nível escolar. Os governos estaduais privilegiaram o ensino primário, investindo, para isso, na formação dos professores dessa escola, implantando as escolas normais. Dessa maneira, com algumas exceções, o ensino secundário foi repassado às instituições privadas, principalmente as de caráter confessional. Por isso a privatização do ensino secundário brasileiro conferiu-lhe um caráter excessivamente elitista. A maioria dos colégios localizava-se nas capitais e cidades médias brasileiras, atendendo às classes urbanas abastadas e à burguesia agrária. Transmitindo saberes rebuscados e uma disciplina corporal definida, essas instituições faziam circular uma cultura

burguesa que contribuiu para produzir e/ou aperfeiçoar o *habitus* de seus alunos (DALLABRIDA, 2001).

Voltando-se para o aspecto da arquitetura das instituições privadas, observamos que, assim como as primeiras escolas públicas, as escolas particulares eram instaladas inicialmente em residências adaptadas para essa função. Entretanto, em São Paulo, relata Wolff (2010), as escolas particulares religiosas começam a construir suas sedes próprias, em número significativo, em um momento um pouco posterior àquele em que se iniciaram as edificações das escolas públicas e, às vezes, “faziam-no com projetos trazidos das sedes das ordens no continente europeu” (WOLFF, 2010, p. 25).

Essa implantação de edifícios para sediar escolas de cunho religioso propagou-se em diversos estados do país, sendo as escolas projetadas e construídas com critérios pedagógicos e higienistas, proporcionando o ambiente adequado para o ensino e desenvolvimento de conceitos como ordem e disciplina, associados a uma arquitetura imponente. Analisando a linguagem da arquitetura das escolas privadas religiosas, observamos que, como locais de transmissão de conhecimentos, esses espaços se inspiraram, como espaços tipológicos, formais e também funcionais, nos moldes dos conventos religiosos medievais (Wolff, 2010).

O complexo arquitetônico construído no país pelos jesuítas no período colonial pode ser considerado referência na compreensão histórica dessa categoria de edifício escolar religioso. Eram edifícios multifuncionais que reuniam usos variados, como o culto, o ensino, o trabalho a residência e o serviço, e estavam estrategicamente organizados com o fim de materializar e simbolizar a ordem, a setorização e a hierarquia. Para Castro (2010), a visão de mundo jesuítica foi impressa no espaço, “gerando uma tipologia específica, a disposição em quadra, e um caráter de austeridade, funcionalidade e imponentia que era imposto ao meio urbano, deixando sua herança nas escolas construídas posteriormente” (CASTRO, 2010, p. 21)

Os jesuítas deixaram demarcados no seu espaço os valores de ordem e hierarquia, estabelecendo uma adequação do edifício ao programa imposto, à distribuição interna das salas, à disposição de cada ambiente, ao destaque formal de parte do conjunto arquitetônico e à possibilidade de vigilância, garantindo assim, a permanência das suas características (CASTRO, 2010).

A localização dos conjuntos arquitetônicos jesuíticos voltados para praças, grandes espaços abertos que permitiam uma visão completa da sua arquitetura, aliada à utilização do porão alto, contribuíram para a imponência dessas escolas. Conforme relata Castro, essas são “características das escolas jesuíticas, implantadas sempre em locais nobres e de boa visibilidade” (CASTRO, 2010, p.46). A localização privilegiada aliada ao emprego de materiais e técnicas de construção refinadas e às amplas dimensões dos edifícios contribuíram para o destaque do edifício no cenário urbano.

Assim, as instituições de ensino privadas religiosas de um modo geral instalavam-se em edifícios próprios, construídos com investimentos e seguindo projetos das congregações mantenedoras, e caracterizavam-se por uma arquitetura sóbria e imponente, de grandes dimensões, concentrando espaços multifuncionais voltados ao ensino, serviço, moradia e atividades burocráticas. Para sua implantação, priorizavam as zonas nobres da cidade e os locais de ampla visibilidade.

A preocupação com a educação estava presente entre os governantes do Rio Grande do Sul, principalmente na capital e cidades mais prósperas, como a cidade de Pelotas, campo desta investigação. Passamos a relatar essa realidade no subcapítulo seguinte.

4.4 ARQUITETURA ESCOLAR E EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM PELOTAS

Aproximando o campo de pesquisa, passamos a discorrer sobre os espaços destinados ao ensino nesse período no Rio Grande do Sul, e em Pelotas, analisando as possíveis relações com o ensino estabelecido nos outros centros urbanos do país.

Para Burke (1992), segundo o paradigma tradicional, a história é objetiva, e a tarefa do historiador é apresentar os fatos, ou dizer “como eles realmente aconteceram”, rejeitando intenções filosóficas. Hoje, na Nova História Cultural, esse ideal é considerado irrealista, pois, por mais que tentemos evitar os preconceitos associados à cor, credo, classe ou sexo, “não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular” (BURKE, 1992, p. 15). O relativismo cultural se aplica tanto à própria escrita da história quanto aos seus objetos: “nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura

de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra” (BURKE, 1992, p.15).

Seguindo esses preceitos da Nova História Cultural, voltamos a atenção ao contexto regional e observamos que, relacionando a educação com a ação do estado gaúcho e da ação positivista do grupo castilhistas então no poder, podemos afirmar que, com a solidificação dos ideais republicanos no Brasil, “também no Rio Grande do Sul este período foi marcado por transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, e a educação foi um dos instrumentos utilizados para difundir esses ideais” (HUCH e TAMBARA, 2005, p. 63).

Assim como nos demais estados brasileiros, no Rio Grande do Sul a expansão educacional esteve presente de maneira significativa nas ações empreendidas por dirigentes republicanos, conforme relata a pesquisadora Corsetti (2008):

Como um campo marcado por contradições, conflitos e mediações, a educação gaúcha, no primeiro período da República, em relação ao período Imperial teve avanços. A expansão do ensino, a diminuição do analfabetismo, a modificação curricular e pragmática, representaram os aspectos progressistas da ação republicana, fundamento de um ufanismo que transbordou das falas governamentais como até então não se havia visto no Rio Grande do Sul (CORSETTI, 2008, p. 288).

A implantação e organização dos grupos escolares e dos colégios elementares estavam relacionadas com as construções de prédios apropriados à nova organização escolar e alinhados com as questões de saúde e higiene. Segundo Ermel (2011), a configuração de um espaço adequado para tais alterações tornou-se um dos focos principais no novo regime, visto que, no final do século XIX, era recorrente a menção dos dirigentes republicanos em relação à precariedade dos prédios escolares, a inadequação para as atividades de ensino, assim como a preocupação com os gastos despendidos com aluguéis de casas. Segundo o discurso presente nos Relatórios analisados, a construção de edifícios escolares foi apontada como a melhor saída:

O edifício próprio, tão aconselhado e tão necessário, que engrandece e radica a escola, eleva e dignifica a condição do professor, rodeando-o do necessário conforto e dos elementos apropriados a cumprir, com êxito, sua sublime missão, é a meu ver a única solução definitiva. Si a encararmos sob o ponto de vista higiênico, veremos que é de tão evidente conveniência que ocioso seria qualquer argumento no sentido de justificá-la, atender na enorme soma despendida anualmente com aluguéis de casas nas condições lucidamente expostas no vosso relatório (Relatório de Instrução Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1896, p. 293).

Em defesa da destinação de uma verba específica para a construção de escolas primárias, buscavam o engajamento dos poderes municipais, em conjunto com o Estado, para a concretização dessa ação, explica Ermel (2011). Ainda, segundo essa pesquisadora, era feito um apelo para o envolvimento de todos os cidadãos, pois, contemplava diretamente uma grande parcela da população que possuía filhos em idade escolar.

O Relatório de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul do ano de 1899 refere-se à construção de edificações escolares por parte do Governo do Estado, relatando a elaboração de um projeto padronizado para escola pública, que demonstrava a iniciativa do governo em criar um projeto tipo que serviria de modelo para o estabelecimento de escolas elementares. Possamai (2009, p. 151), esclarece que esse teria sido o primeiro projeto de edificação escolar elaborado pelo executivo estadual. Indica uma prática encontrada também em outros estados brasileiros, na qual um único projeto embasa a construção de vários edifícios.

Ainda segundo a pesquisadora Ermel (2011), o poder público estadual, através de seus Relatórios, salientava constantemente o desenvolvimento das construções escolares, tanto na capital quanto em cidades do interior do Estado, o que simbolizava a importância que o Estado atribuía à instrução pública, destacada como um dos principais problemas sociais:

Edifícios importantes pela capacidade e adequada construção, que obedece aos modernos preceitos da higiene das habitações escolares, acham-se em execução ou estão sendo projetados e orçados. Alguns ficam situados na Capital do Estado, outros se destinam às zonas de fronteira, tendo V. Ex. recomendado, quando estes que se organizem, dois tipos de construções: um para colégios elementares, nas cidades, e outro para escolas rurais isoladas (Relatório de Obras Públicas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1918, p. 5).

Os estudos de Ermel (2017) mostram que na capital foram construídos cinco prédios escolares entre 1907 e 1927, e quatro em cidades do interior. O primeiro edifício foi erguido em Porto Alegre em 1907, contando com dois pavimentos, com duas salas, sala de espera e gabinete do diretor concentrados no piso superior, localizado próximo ao centro urbano. O segundo edifício foi construído entre 1913 e 1920, caracterizando-se por uma arquitetura grandiosa e localizava-se na zona antiga da cidade, como forma de dar visibilidade à cultura da valorização do ensino. Já em 1922, nas comemorações do centenário da Independência é inaugurada a Escola Complementar, instalada em edifício grandioso, contando com 1.200 metros

quadrados. As obras de outro grupo escolar iniciadas em 1922 num bairro de Porto Alegre deram origem a um edifício com seis salas de aula, sala da diretoria e uma sala para museu escolar. Na zona suburbana foi construído em 1928 um edifício com duas salas de aula, para atender 100 alunos, compreendendo ainda moradia para o diretor e professor.

O estudo sobre a educação na Primeira República rio-grandense requer uma análise do papel da Igreja Católica presente no estado desde o início de sua história, tendo esta participado efetivamente em diversos setores do processo histórico regional, especialmente a educação. Corsetti (1998) nos mostra que as razões da aproximação entre a Igreja Católica e os republicanos positivistas, nesse período, podem ser encontradas nos valores apregoados pela instituição religiosa, como fé, obediência, gratidão, justiça, sabedoria, além dos valores sociais, como a democracia cristã e o desprezo ao comunismo. Para essa pesquisadora:

No plano educacional, atuação da Igreja gaúcha na direção da recuperação do seu espaço, teve na escola o instrumento fundamental defendido ferreamente pela instituição através de suas lideranças, de sua revista oficial, organizações de seus seguidores leigos, enfim, de todos os meios que encontrou ou que pode criar para esse fim (CORSETTI, 1998, p. 130).

Pesquisas sobre a educação na Primeira República de Jaime Giolo levaram a afirmar que tanto “o PRR¹⁸ como a Igreja Católica, buscaram, antes, o mútuo favorecimento do que a hostilização, embora motivos para o combate existissem de ambos os lados”, e, segundo o pesquisador, “os positivistas nunca esconderam suas incompatibilidades com a doutrina católica apostólica romana”, contrapondo o PRR, que valorizava a ciência e a religião da humanidade, não admitindo realidade transcendente. Entretanto, apesar dos pontos de discórdia “o que se viu no Rio Grande do Sul foi um PRR bastante cordato com a Igreja e uma Igreja entusiasmada com a administração republicana” (GIOLO, 1997, p. 152).

Essa preocupação com a educação estava presente entre os governantes do Rio Grande do Sul, principalmente na capital e cidades mais prósperas, como a cidade de Pelotas, campo desta investigação.

¹⁸ Partido Republicano Rio-grandense, constitui-se num partido político moderno, o qual possuía um ideário (o positivismo), que foi insistentemente utilizado pelos seus dirigentes. Era um partido com princípios e que procurava administrar o estado em função desses princípios, bem como justificar suas ações através dele (CORSETTI, 1998, pág. 25).

Na cidade de Pelotas, nos primeiros anos da Primeira República, pôde ser percebida a influência atribuída aos ideários republicanos em relação à educação, através da expansão da rede de ensino. Os pesquisadores Huch e Tambara (2005) afirmam que foi no período de 1889 a 1920 que houve uma grande expansão da rede de ensino, onde aconteceram grandes transformações no campo educacional “como a instrução popular, o incentivo ao estudo das mulheres, o ensino leigo e a visão de progresso onde a educação é vista como um processo e não apenas como um fim em si mesma” (HUCH; TAMBARA, 2005, p. 69).

O auge do desenvolvimento econômico da cidade de Pelotas é atingido nos anos de 1860, e o da urbanização em 1870, “acompanhado de grande produção de edifícios, cujas construções manifestam preocupações e ótimos resultados referentes à qualidade e linguagem arquitetônica” (PORTELLA; OLIVEIRA, 1999, p. 7). Os autores descrevem que foram construídos basicamente seis tipos de prédios: os de cunho religioso, os administrativos e de serviços, os de uso militar, os vinculados aos grandes proprietários e detentores dos meios de produção (habitações, clubes, escolas, teatros, hotéis, etc.) e os vinculados à força de trabalho (em geral habitações e pequeno comércio).

São representantes dos cinco primeiros as construções luxuosas, muitas delas verdadeiros monumentos; são representantes do sexto tipo os prédios singelos cuja linguagem se consagrou mediante a absorção dos elementos gramaticais da arquitetura dos cinco primeiros. De forma integrada e útil ao modo de produção e à estratificação social é, portanto, que o meio urbano nasceu e adquiriu sua forma, constituindo-se palco perfeito das relações e contradições então existentes, facilitando e espelhando o gregarismo da época. Esse período de nossa história determinou o pólo de irradiação do crescimento de Pelotas, influenciando e condicionando até hoje a vida de seus moradores.

Esse traçado bidimensional aparentemente não é percebido, mas participa da vida dos usuários regando e criando cenários para seus trajetos. Pelotas prosperou graças à intensa produção de riquezas geradas pelas atividades econômicas destacadamente vinculadas ao charque, no período de ocupação, densificação e evolução dos primeiros loteamentos

O espaço que integra esse processo de evolução urbana apresenta características peculiares, conferindo à Pelotas identidade e configuração diferenciada na Região e no País. Como fio condutor e representante de um processo que reúne natureza, saber fazer, artefatos e gente, seu traçado

urbano e sua arquitetura determinam uma espacialidade que merece ser conhecida e preservada (PORTELLA; OLIVEIRA, 1999, p.7).

A segunda metade do século XIX, mais exatamente o período de 1860 a 1890, marca o auge da “Opulência e Cultura” (MAGALHÃES, 1993) da cidade de Pelotas, baseada nas fortunas geradas pela fabricação do charque. A conversão da riqueza econômica em cultura é produto dessa época, os charqueadores mandaram seus filhos estudar em São Paulo, Rio de Janeiro, e cidades da Europa, criando em Pelotas uma sociedade que desfrutava do lazer e sociabilidade, valorizando a cultura.

Essas considerações nos permitem problematizar a possível influência desse contexto na implantação dos estabelecimentos de ensino na cidade de Pelotas, com a valorização da cultura letrada. A expansão do ensino se deu notadamente a partir da década de 1910; esclarecem Oliveira e Amaral (2010), que:

Foi nesse período em que o interesse pelo ensino primário iniciou a sua intensificação, especialmente por estar integrado em um processo de expansão da rede pública de ensino em nível estadual. O referido processo pode ser percebido pela criação dos dois “colégios elementares” e do incremento dado às aulas municipais e às subvenções. Embora a década de 1920 represente o decênio de criação do maior número de escolas municipais, foi na década anterior que se iniciou o discurso de importância da instrução como meio de elevação intelectual e econômica das nações (OLIVEIRA; AMARAL, 2010, p. 14).

Podemos observar que, no Brasil, durante a Primeira República, as grandes cidades passaram por um intenso processo de urbanização e modernização urbana. Pelotas acompanha esse progresso, explica Barrozo e Arriada (2014), e os primeiros grupos escolares foram criados associando a educação ao laicismo, à obrigatoriedade e à gratuidade. Novos modelos com organização didático-pedagógica mais racional estruturavam-se em edifícios escolares com diversas salas e vários professores.

No início da República, algumas congregações católicas começaram a se instalar na cidade e a fundar instituições educacionais privadas e outras posteriormente passaram a atuar em instituições filantrópicas já constituídas, como os asilos para órfãos.

A expansão da rede de escolas para os diversos níveis de ensino ocorreu nesse período, e em relação ao ensino secundário da época em Pelotas, observamos que era voltado para jovens das elites que pretendiam ingressar nos cursos superiores. Entre as instituições escolares privadas, destacamos o Ginásio

Gonzaga, primeiro colégio religioso de ensino secundário de Pelotas, criado em 1895 por padres jesuítas e instalado no edifício construído para essa finalidade em 1906. Segundo Arriada (2014), os estudantes secundaristas brasileiros durante a Primeira República “receberam nos poucos ginásios e colégios uma educação esmerada, disciplinada, centrada numa formação literária em detrimento de uma formação mais científica” (ARRIADA, 2014, p. 472).

Surgiram em Pelotas outros educandários, até mesmo contendo internatos para atender jovens provenientes das zonas rurais. Logo foram criados os colégios para as moças, como o Colégio São José, criado em 1910, administrado pelas Irmãs da Congregação de São José de Chambéry, freqüentado pelas moças da elite e instalado em edificação própria.

A maçonaria também teve atuação fundamental no cenário educacional pelotense. De acordo com Amaral (2003, p. 45) “a Maçonaria encontrou, em Pelotas, um terreno fértil para a propagação de seus ideais, pois desde o século XIX a cidade destacava-se por seu desenvolvimento econômico cultural”, sendo fundada a instituição educacional maçônica Ginásio Pelotense em 1902. Em 1855 foi fundado o Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição, tendo sido o asilo instalado no edifício doado pela loja maçônica Sociedade União e Concórdia.

Além das instituições fundadas pelas congregações católicas e pela Maçonaria, durante a primeira República os poderes públicos estadual e municipal criaram outras instituições escolares. Algumas delas ocuparam edifícios próprios construídos para o funcionamento de escolas.

A cidade acompanha as mudanças de modernização da capital federal, e o estabelecimento dos educandários comprova que o “Intendente Cipriano Correa Barcelos, como depois com seu sucessor, José Barbosa Gonçalves, entre diversas preocupações, tinham a educação como um dos pontos essenciais para o progresso e desenvolvimento da cidade” (ARRIADA, 2014, p. 475).

Na Pelotas de 1920, “o Intendente Municipal Pedro Luis Osório inicia a construção de edifícios escolares adequados, ou seja, os primeiros grupos escolares, para as Escolas João Affonso, Carlos Laquintinie e D. Mariana Eufrásia. A criação desse modelo de escola, logo foi percebida pelas autoridades públicas como algo novo, moderno e eficiente” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1926, p. 72).

Os estudos de Peres e Cardoso (2004) mostram que Pelotas viveu, “no campo educacional, uma fase modernizadora entre meados dos anos 1920 até meados dos 30, momento esse em que as idéias que aqui circularam, estavam em absoluta consonância com o movimento renovador do restante do país” (PERES; CARDOSO, 2004, p. 98). Essa valorização do ensino, em especial do ensino primário, levou o governo de Augusto Simões Lopes a criar escolas apropriadas para essa finalidade. São exemplos disso os Grupos Escolares D. Antonia e Dr. Joaquim Assumpção, cujos edifícios foram construídos com a finalidade de sediarem grupos escolares modelo da cidade de Pelotas, no período em que Augusto Simões Lopes foi Intendente da cidade de Pelotas (1924 e 1928).

Nesse contexto, a pujança econômica, a instalação gradual dos processos de industrialização e a urbanização da cidade de Pelotas nas primeiras décadas do século XX, bem como os ideais positivistas dos governantes, permitiram vislumbrar o investimento na construção de escolas como fator de modernização cultural e educacional. No próximo subcapítulo, damos prosseguimento aos estudos relacionados ao processo de urbanização da cidade de Pelotas, no período que essa pesquisa abrange.

4.5 NOTAS SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM PELOTAS

Analisando o processo da evolução histórica social urbana de Pelotas nas últimas décadas de 1800 e nas primeiras décadas de 1900, observamos que, como em outras cidades do Brasil, o progresso e a acelerada expansão urbana levaram à realização de obras de maior envergadura no tecido urbano pelotense. O êxito dos postulados positivistas de ordem e progresso com a proclamação da República foi a marca da abertura do caminho para o ingresso das idéias higienistas, com maior repercussão nos espaços onde a vida social no país ocorria com mais intensidade como nos centros industriais, nas cidades portuárias e nas capitais dos estados (SOARES, 2001).

Voltando o olhar para o urbanismo, ao estudar as cidades como cenário de modernidade no Brasil no final do século XIX e início do século XX, Segawa (2002) afirma que algumas delas, como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, ao investirem em infra-estruturas como aquelas adotadas nas grandes cidades européias, não tiveram suficiente atenção para reorganização do tecido urbano e

pouco mudaram a distribuição urbana, ainda herdeira do período colonial. Desse modo, esclarece:

“O sentido de intervenção urbana como produto de uma elaboração ideológica não só deriva dos processos de saneamento urbano desenvolvido no século 19, mas adquiria nova condição – como visão racionalizadora e integrada de interferência na cidade, numa lógica de modernização de uma disciplina específica: o urbanismo” (SEGAWA, 2002, p. 19).

Na realidade, não era possível dissociar os planejamentos urbanos dos planos para a instrução pública, pois, conforme Veiga (1994), no século XIX a urbanidade passa pelas premissas pedagógicas das instituições escolares, isto é, a *urbs* e a *civitas* são possíveis quando mediadas pela escola, num processo que desdobra as mesmas características da cidade como espaço de organização do saber, de privilégios, de exclusões e de relação de trabalho. Enquanto parte do tecido social, a experiência da escola não diz respeito apenas o repertório das reformas, leis projetos, intenções, “mas expressa as profundas alterações nas concepções de vida e sociedade e mais, nas formas de sobrevivência material e cultural que se impõem no mundo ocidental” (VEIGA, 1994, p. 327).

Pelotas em 1880 era um próspero centro de produção e exportação de charque; tendo sido a cidade fundada pela elite latifundiária e produtora na segunda década do século XIX, teve seu período de expansão entre os anos de 1860 e 1890, quando ocorreram importantes mudanças nas suas estruturas econômicas e sociais e na sua morfologia urbana. Os avanços tecnológicos possibilitaram um processo de diversificação industrial e o aproveitamento dos subprodutos da atividade principal (PESAVENTO, 1985). Dessa maneira, implantaram-se novas indústrias na cidade, muitas delas de capital imigrante, que atraíam a população e geravam, ao mesmo tempo, novas atividades comerciais e de serviços (SOARES, 2001).

A principal característica da morfologia urbana de Pelotas era o desenho de suas largas ruas, um extenso “tabuleiro de xadrez” situado na porção mais elevada de uma planície limitada ao sul, ao leste e a oeste por três importantes cursos de água.

“O traçado euclidiano-cartesiano de ângulos perfeitos da quadrícula que facilita a transformação da terra urbana em mercadoria representava também um ideal de racionalidade e modernidade de uma classe social que ergueu uma cidade onde os ventos do sul sopram com força, anunciando a proximidade com a imensidão do verde Pampa. A cidade se tornou moderna pela cultura urbana das letras e das artes que praticavam os filhos das famílias abastadas e com o sentido positivista da “ordem” na normatização autocrática do espaço urbano de uma das poucas cidades gaúchas que, não por acaso – na representação espacial do princípio liberal revolucionário da

separação entre a Igreja e o Estado – manteve no seu plano urbano a Matriz (sede do “poder divino”) afastada da “plaza” central (sede do poder secular)” (SOARES, 2001, p. 187).

Para Soares (2001), a história do saneamento da cidade pode ser contada também como a história da dominação da natureza pela sociedade, com sucessivas intervenções no sítio urbano, eliminando as barreiras para o seu crescimento e, principalmente, para a regularização do terreno da área central. O clima, apresentado umidade extrema durante o ano todo, e o excesso de água cercando a cidade exigiam várias ações contra as águas paradas, vistas então como fontes de enfermidades. Outra questão importante era a dos resíduos gerados pela matança do gado nas charqueadas, que atraíam insetos, ratos e urubus e causavam odores indesejáveis no verão.

Entretanto, Pelotas também era uma cidade de modernidade aparente e incompleta, onde o sustento e o requinte da arquitetura luxuosa dos palacetes e dos teatros contrastava com a crueldade e a desumanidade da escravidão nas charqueadas. Na cidade, os pobres estavam segregados nas baixadas, nas várzeas e nos subúrbios. A modernidade aparente chegou no início do século XX com as obras do porto, a instalação do telefone, os bondes, as caixas d'água e chafarizes importados da França e as reformas dos jardins e das praças do centro da cidade (SOARES, 2001).

A questão da incorporação da população às cidades revelou ser um tema preocupante nesse período. Para Veiga (1994), a perspectiva pedagógica da cidade, de fazer homens e mulheres detentores de características modernas, vai se realizar no plano dos deveres destes para com a cidade:

“De seu comportamento dependerá o acesso a direitos, destacando assim, a característica monumental e simbólica da cidade. A importância dos edifícios, a higiene urbana, os hábitos civilizados dos habitantes, os arruamentos e os parques vão se constituindo em referências para as “práticas atrasadas” daqueles marginalizados física e culturalmente da cidade” (VEIGA, 1994, p. 461).

A efetiva industrialização de Pelotas trouxe transformações; impôs-se uma nova matriz social e a racionalidade industrial aplicou-se a toda a sociedade e ao espaço. A disciplina da fábrica se diferenciava da vida anterior das pessoas que até então habitavam no espaço urbano. Para além do disciplinamento da força de trabalho, a elite local já tinha consciência dos conflitos sociais gerados pela

concentração do proletariado industrial em espaços determinados da cidade. “Dessa forma, podemos notar que a ação do poder público com relação à higiene, além da função de defender a salubridade da população, dirigia-se, sobretudo, a manter a estabilidade social” (SOARES, 2001, p. 189). A escolarização era o caminho para modificar a cultura dessa população, pois:

A educação para a industrialização pressupõe não somente as “escolas de indústria”, mas uma concepção mais ampla de formação que passa pelo auto-controle e auto-coação. Aprender a trabalhar, desde cedo, o trabalho como “segunda natureza”, precisava combinar com uma forma de se posicionar socialmente. O conteúdo do trabalho ultrapassa as habilidades técnicas: mesmo a precária instrução elementar diz respeito a um modo individual de estabelecer-se na cidade, de buscar superar a pobreza a partir da introjeção de novos valores – rapidez, eficiência, pontualidade” (VEIGA, 1994, p. 363, 364).

Os discursos em torno da escolarização dos trabalhadores e a insistência em discipliná-los e moralizá-los se acentuou no século XIX face aos conflitos e movimentos populares em torno da democracia. O poder público em Pelotas buscava operar uma mudança de linguagem, comportamentos, costumes das populações mais pobres, começando pelas crianças, visto que a cultura dessas populações não era considerada adequada ao convívio social no mundo urbano; portanto, para realizar essa transformação, buscaram-se alternativas semelhantes ao caminho tomado em Belo Horizonte, relatado por Veiga (1994):

Buscou-se fazer da escola parte mais efetiva da cultura urbana, assim como nas reformas da cidade teve-se em mente propiciar um espaço proliferador dos novos hábitos e valores. Pode-se mesmo falar de uma tentativa de homogeneização cultural num contexto onde já predominavam formas heterogêneas de fixação material na cidade. Não foram poucos, portanto os problemas encontrados para a instituição dessa nova função social da escola e se assemelhavam, sem dúvida, aos encontrados pelos reformadores urbanos” (VEIGA, 1994, p. 387).

Em Pelotas, em 1910, o crescimento urbano estimulou as discussões sobre o saneamento da cidade, especialmente no que se relacionava com os arroios que cruzavam a zona urbana e com o traçado quadriculado da cidade, que dificultava a “circulação e a purificação do ar”. A questão da habitação da população proletária também pode ser observada nos jornais e Relatórios Intendenciais. Os problemas com relação à insuficiência de moradia e à associação entre as doenças e os cortiços tornavam-se cada vez mais acentuados. Nesse sentido, já no final da década de 1910, a administração divulgava iniciativas apoiando o parcelamento e venda de lotes para a “família operária” nos subúrbios da cidade, bem como isenções de

impostos aos que se dedicassem à construção de vilas operárias. Presumia-se que a demanda por novas construções seria resolvida com esses incentivos para a construção de vilas operárias, levando os empresários com recursos para investir a se interessarem pela questão. Entretanto, raros casos de vilas operárias em Pelotas estiveram vinculadas às fábricas, estando a maioria ligadas a iniciativas privadas (GILL, 2006).

O funcionário público municipal Alberto Coelho da Cunha, que possuía um olhar investigativo, discutiu o tema intensamente, e comparou a expansão da cidade à formação de um labirinto. Vilas e bairros começaram a ser construídos, e seus projetos ou a inexistência deles foram analisados por Alberto Coelho da Cunha na crônica *Cidade em Crescimento*:

“Por lugares onde não prevalece o alinhamento urbano e nem vigora o Código de Construções, como criações a parte, de regime independente foram formados bairros e vilas, cuja ligação com ruas do centro urbano, mal se ativa, tão confusa e perturbante é, como é a saída de um labirinto” (ALBERTO COELHO DA CUNHA, 1922, s/p).

Moura (2006), na sua tese sobre a habitação popular pelotense (1880-1950), explica que entre 1915 e 1930, a partir dos loteamentos aprovados ou reconhecidos pela administração, Pelotas adquiriu um novo desenho: um centro construído ao longo do século XIX e que havia se ampliado em direção aos cursos de água ao leste e ao oeste; e para além desses arroios, parcelamentos localizados nas extremidades das antigas estradas de ligação do núcleo urbano com o restante do município a oeste, leste e norte. Entre a primeira área central e os novos loteamentos havia grandes vazios intercalados por ocupações habitacionais rarefeitas e periféricas às estradas.

Nesse aspecto, contrastam na planta da cidade de Pelotas a concretização de duas formas diferenciadas de alocação da população: a “cidade das regalias”, com arruamentos modernos, infraestrutura urbana, edifícios majestosos, população proprietária e civilizada, formada principalmente por comerciantes e funcionários públicos, e a “cidade das transitoriedades”, de desenho irregular, da carência de equipamentos urbanos, dos casebres, habitada pelas camadas mais humildes da sociedade, de hábitos grosseiros, configurando-se como um problema para as elites políticas e um temor potencial para a área urbana racionalizada. A pesquisadora Veiga (1994), referindo a essa diferenciação na distribuição espacial da população no meio urbano observada em Belo Horizonte, explica que

“A ciência e técnicas disponíveis para a modernização do espaço urbano não se estendeu à zona suburbana e, dessa forma, consubstancia-se um pensamento comum entre as elites: a degradação urbana não é consequência do planejamento da cidade ou de sua nova função de constituir proprietários; é, antes, parte de uma cultura de classe que possui em sua própria constituição o potencial de incivilidade e irracionalidade” (VEIGA, 1994, p. 461).

No último ano de seu mandato, o intendente Pedro Luis Osorio, tendo em vista a grande expansão a que a cidade estava destinada, declarou que era preciso “evitar o método natural de crescimento, em que as edificações se constroem a esmo, dispersando a população e encarecendo pelas distâncias os serviços públicos” (Jornal Diário Popular, 20 abril de 1924, p. 5). Seria necessário organizar a cidade higiênica e esteticamente para evitar essa situação, e, para isso, solicitou um amplo projeto de expansão urbana ao arquiteto Fernando Rullmann, que realizou o “Plano Geral de Pelotas” e o “Esboço do Projeto de Ampliação de Pelotas”, publicados no Relatório Intendencial de 1924, nos quais combinava o desenho de uma cidade rigidamente funcional e fortemente segregada socialmente com o discurso higiênico e culturalista.

Rullman propôs a divisão da cidade em zonas isoladas segundo a classe social: a de moradia dos operários, a de moradia burguesa e a cidade-jardim para o assentamento da elite, situada na expansão norte, demarcando uma nítida segregação espacial em relação à indústria e ao proletariado, que se situavam no setor sul, junto ao porto (Figura 18). O arquiteto introduzia um novo desenho para a cidade, com a hierarquização espacial e a adoção de zoneamento para os serviços administrativos no centro da cidade, os serviços públicos especializados distribuídos segundo as necessidades e as atividades consideradas molestas à saúde da população (hospitais, matadouros, cemitérios e outras) isoladas do “corpo saudável” da cidade, na periferia. Destacando a divisão da cidade a partir das características sociais de seus habitantes, o Jornal Diário Popular referia as palavras do Intendente sobre o assunto:

“Localizando, especificamente as seções de sua atividade, evitaremos que ao lado das habitações de luxo que deve constituir uma parte isolada de seu conjunto se erga sem propriedade a habitação modesta da classe média, prejudicando a formação de um bairro que, como em todas as cidades adiantadas deve estar destacado” (JORNAL DIÁRIO POPULAR, 15 de maio de 1924. A cidade do futuro, p. 1).

Adotava-se o planejamento como forma de criar uma área livre da inconveniente mescla social expressa nas suas características, tanto do parcelamento urbano quanto das habitações. Esse era o tipo de inconveniência que a administração enfrentava nas áreas mais antigas da cidade e cuja eliminação demandou medidas de longo prazo (Moura, 2006).



Figura 18 Mapa do zoneamento para Pelotas proposto por Rullmann, 1924
Fonte: SANTA CATHARINA, 2012 (Adaptado do Diário Popular, 1924).

O projeto foi parcialmente adotado em alguns bairros novos da cidade, que utilizaram um traçado semelhante ao do Plano; entretanto, as infraestruturas que deveriam acompanhar o novo desenho não foram construídas, com o que as contradições entre a área central e o perímetro urbano foram se intensificando. Nesse contexto, explica Veiga (1994), as experiências dos habitantes dos subúrbios nas cidades se traduzem com a conotação de fardo social e cultural; sobre elas se constitui uma questão para a qual diferentes pontos de vista propuseram soluções diversas para os problemas da formação de um novo homem. Para a autora:

“Sobre essa questão, o pensamento educacional guarda proximidades com o urbanismo: este pressupõe moldar a cidade (escola) para os indivíduos, aquele quer moldar os indivíduos para a cidade (escola). Também como no urbanismo, seus técnicos expoentes não apontam para uma revolução

social; pregam, antes, a homogeneização cultural e o equilíbrio social” (VEIGA, 1994, p. 332)

Poucos anos depois, a prefeitura solicitou um novo Projeto de Saneamento de Pelotas (1926-1928) ao engenheiro Saturnino de Brito, que desenhou um plano de expansão urbana mais realista e menos ambicioso que o de Rullman, projetando algumas ampliações na trama urbana já existente, solicitando a mudança do traçado das ruas, abandonando o “tabuleiro de xadrez” e adotando as curvas. Planejou ainda a construção de grandes vias de circulação e o desenho de avenidas marginais aos arroios, que, dessa forma, estariam separados das casas e não seriam contaminados, o que permitiria seu saneamento.

Com relação à moradia popular, Moura (2006) esclarece que, ao final de 1930, a administração concluiu que a política de incentivo à construção de moradias populares pela iniciativa privada havia contribuído mais para a dispersão da área urbana, com a ocupação de áreas distantes do núcleo e fora das áreas servidas pelas redes de infraestrutura, dificultando cada vez mais o retorno desse investimento e o pagamento de empréstimos para realizá-lo, do que para a redução do déficit habitacional popular (MOURA, 2006). Referindo-se às iniciativas já em curso, apoiando o parcelamento e venda de lotes para a “família operária” como a do final da década de 1910, a pesquisadora afirma que “os primeiros loteamentos, iniciados nesta década e citados como exemplo pela Intendência, representavam o início da construção de uma cidade formalmente descontínua e aprofundaram a segregação social” (MOURA, 2006, p.232).

Quanto à instrução popular, a construção dos grupos escolares foi mais um mecanismo para perpetuar essas populações nos espaço periféricos da cidade, além de ser um instrumento de controle das populações pobres, buscando uma homogeneização cultural. Mas atender às necessidades de uma homogeneização cultural passa, entre outros, pelo processo da constituição de uma determinada cultura, como explica Veiga (1994):

“A cidade e a escola não constituem apenas respostas a essa necessidade; ambas vão se formando, se instituindo, como parte dessa cultura. Com isso, queremos enfatizar que a história da escola e a dos projetos pedagógicos não podem ser separadas do redimensionamento cultural maior da sociedade enquanto relações de mercado, realização da propriedade e das individualidades” (VEIGA, 1994, p. 328)

Apesar disso, cabe ressaltar que a iniciativa de construção de escolas, seja na periferia ou no centro urbano, corresponde a políticas públicas que oportunizam a democratização do acesso à educação formal, e por isso merecem que seja reconhecida sua contribuição.

Ao concluir este capítulo, cabe retomar que abordamos os temas arquitetura escolar e história da educação, delineando inicialmente alguns conceitos fundamentais para a pesquisa. Depois, reconstituímos brevemente o histórico do surgimento da escola na Europa e nos Estados Unidos, para enfim explorar a arquitetura escolar no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Pelotas na Primeira República (1889-1930). Ao longo dessa discussão, abordamos os condicionamentos que a urbanização e o higienismo trouxeram para a constituição dos edifícios escolares em Pelotas, enfatizando as políticas de instrução dos governantes municipais no período abordado.

5. EDIFÍCIOS ESCOLARES EM PELOTAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Neste capítulo, primeiro apresentamos o levantamento das instituições de ensino estabelecidas no centro urbano da cidade de Pelotas na Primeira República (1889-1930). Logo, articulamos as escolas e seu contexto, mapeando as relações entre localização e configuração do espaço escolar, bem como as interações com o processo de urbanização da cidade. Diante desse vasto e diversificado cenário, identificamos quatro tipologias de edifícios escolares existentes no município de Pelotas no período, e abordamos cinco escolas que na perspectiva da cultura material tangibilizam as perspectivas e condições educacionais do contexto. Exploramos tais tipologias através do aprofundamento do olhar sobre cinco edifícios escolares que as representam, para enfim destacar os principais resultados da pesquisa.

5.1. LEVANTAMENTO DAS ESCOLAS

Na Primeira República, Pelotas acompanha as mudanças de “modernização” da capital federal Rio de Janeiro e das grandes cidades. O estabelecimento dos educandários comprova a preocupação de seus dirigentes com a educação, bem como a chegada ao município de congregações religiosas e da maçonaria dedicadas à educação. As escolas começam a se instalar e passam a ser construídos edifícios para abrigar essas instituições.

A expansão da rede de instituições para os diversos níveis de ensino ocorreu em Pelotas durante a Primeira República, conforme mostra o Quadro 3, que apresenta um levantamento, organizado em ordem cronológica, das instituições educacionais criadas no período estudado e que ainda estão em funcionamento, apesar de algumas mudanças de endereço. Quanto às datas de fundação, encontramos algumas diferenças entre as fontes consultadas. As denominações e administrações das instituições também passaram por sucessivas modificações ao longo do tempo. Aqui são utilizadas as denominações da época da criação e esfera pelas quais foram criadas.

Através de levantamento, identificamos que, nesse perfil, há no meio urbano do município de Pelotas edifícios de instituições de três tipos no que se refere à esfera: privada, pública (estadual e municipal) e assistencial.

Além disso, nesse perfil, há no meio urbano do município de Pelotas edifícios escolares de cinco tipos no que se refere ao nível de ensino: primário, secundário e complementar (magistério), técnico e superior (faculdade), apresentadas no Quadro 3.

QUADRO 3 - Instituições de Educação na cidade de Pelotas na Primeira República (1889-1930)

Nº	NOME DO ESTABELECIMENTO	ANO	LOCALIZAÇÃO	ESFERA	NÍVEL DE ENSINO	CLIENTELA ESCOLAR
1	LICEU RIO GRANDENSE DE AGRON E VETER ¹⁹	1883	Centro	Municipal/Estadual	Ensino Superior	Masculino Feminino
2	GONZAGA	1895	Entorno da Catedral	Privado Congregação religiosa	Primário Secundário Técnico	Masculino Internato externato
3	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	1889	Centro	Assistencial Congregação religiosa	Primário	Feminino
4	SÃO BENEDITO	1901	Entorno da Catedral	Assistencial Congregação religiosa	Primário	Feminino
5	PELOTENSE	1902	Centro	Privado Maçonaria	Primário Secundário	Masculino Internato externato
6	SÃO JOSÉ	1910	Centro	Privado Congregação religiosa	Primário Secundário Complementar	Feminino Internato externato
7	ORFANATO ESPÍRITA D. CONCEIÇÃO	1911	Porto	Assistencial	Primário	Feminino
8	ESCOLA DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA	1911	Centro	Privado Maçonaria	Ensino Superior	Masculino Feminino
9	FACULDADE DE DIREITO	1912	Centro	Privado Maçonaria	Ensino Superior	Masculino Feminino
10	FELIX DA CUNHA	1913	Entorno da Catedral	Estadual	Primário (Elementar)	Masculino Feminino
11	CASSIANO DO NASCIMENTO	1913	Centro	Estadual	Primário (Elementar)	Masculino Feminino
12	ESCOLA DE ARTES E OFÍCIOS (DEMOLIDA)	1917	Biblioteca Pública/Praça XX Setembro	Municipal/Federal	Técnico	Masculino
13	CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE PELOTAS	1918	Centro	Privado	Ensino Superior	Masculino Feminino
14	ESCOLA PRÁTICA DE COMÉRCIO	1920	Centro	Privado	Técnico	Masculino
15	JOAO AFFONSO	1922	Parque Júlio de Castilhos	Municipal	Primário	Masculino Feminino

¹⁹ Funcionou em prédio construído e ofertado em 1882 à cidade de Pelotas pela família de Eliseu Maciel, em homenagem à sua dedicação pela instrução da população. A Escola de Agronomia e Veterinária foi fundada em 1888, reorganizada em 1909 [...]. A primeira turma de agrônomos colou grau em 1895 (Pimentel, p. 33 e 34). Embora o edifício tenha sido construído em data anterior ao recorte temporal desta pesquisa, foi efetivamente utilizado no período em estudo.

16	CARLOS LAQUINTINIE	1922	Porto	Municipal	Primário	Masculino Feminino
17	PATRONATO AGRICOLA VISCONDE DA GRAÇA	1923	Distrito Boa Vista	Municipal	Primário Técnico	Masculino
18	DONA MARIANA EUFRÁSIA	1924	Bairro Fragata	Municipal	Primário	Masculino Feminino
19	DONA ANTONIA	1927	Centro	Municipal	Primário	Masculino Feminino
20	DR JOAQUIM ASSUMPÇÃO	1927	Centro	Municipal	Primário	Masculino Feminino
21	PIRATININO DE ALMEIDA	1927	Bairro Areal	Municipal	Primário	Masculino Feminino
22	JACOB BROD	1927	Bairro Três Vendas	Municipal	Primário	Masculino Feminino
23	DONA MARIA ANTONIA	1927	Bairro Três Vendas Barbuda	Municipal	Primário	Masculino Feminino
24	MINISTRO FERNANDO OSÓRIO	1927	Bairro Três Vendas	Municipal	Primário	Masculino Feminino
25	MAUÁ	1927	Bairro Areal	Municipal	Primário	Masculino Feminino
26	BIBIANO DE AMEIDA	1928	Bairro Areal	Municipal	Primário	Masculino Feminino

Fonte: dados coletados pela autora, 2016, 2017 e 2018.

Identificamos 26 prédios escolares, sendo 16 escolas primárias; 2 escolas primárias e secundárias; 2 escolas primárias, secundárias e complementares; 2 escolas técnicas; e 4 instituições de ensino superior. Optamos por trabalhar somente com as escolas primárias, secundárias e/ou complementares pelos motivos já expostos.

Diante dessa diversidade, através do recorte da pesquisa, enfocamos os edifícios escolares construídos para fins educacionais no meio urbano de Pelotas na Primeira República (1889 e 1930) e ainda preservados, privados ou públicos (municipais) e voltados ao ensino de nível primário, secundário ou complementar, apresentados no Quadro 4. As linhas sombreadas significam que os prédios foram projetados e construídos para a educação escolar, objeto desta pesquisa.

QUADRO 4 - Instituições de Educação na cidade de Pelotas na Primeira República privadas ou públicas (municipais) voltadas ao ensino de nível primário, secundário ou complementar

Nº	NOME DO ESTABELECIMENTO	ANO	LOCALIZAÇÃO	ESFERA	NÍVEL DE ENSINO	CLIENTELA ESCOLAR
1	GONZAGA	1895	Entorno da Catedral	Privado Congregação religiosa	Primário Secundário Técnico	Masculino Internato externato
2	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	1889	Centro	Assistencial Congregação religiosa	Primário	Feminino
3	SÃO BENEDITO	1901	Entorno da Catedral	Assistencial Congregação religiosa	Primário	Feminino
4	PELOTENSE	1902	Centro	Privado Maçonaria	Primário Secundário	Masculino Internato externato
5	SÃO JOSÉ	1910	Centro	Privado Congregação religiosa	Primário Secundário Complementar	Feminino Internato externato
6	FELIX DA CUNHA	1913	Centro	Estadual	Primário (Elementar)	Masculino Feminino
7	CASSIANO DO NASCIMENTO	1913	Centro	Estadual	Primário (Elementar)	Masculino Feminino
8	JOAO AFONSO (*)	1922	Parque Júlio de Castilhos	Municipal	Primário	Masculino Feminino
9	CARLOS LAQUINTINIE	1922	Porto	Municipal	Primário	Masculino Feminino
10	DONA MARIANA EUFRÁSIA	1924	Bairro Fragata	Municipal	Primário	Masculino Feminino
11	DONA ANTONIA(*)	1927	Centro	Municipal	Primário	Masculino Feminino
12	DR JOAQUIM ASSUMPÇÃO	1927	Centro	Municipal	Primário	Masculino Feminino
13	PIRATININO DE ALMEIDA	1927	Bairro Areal	Municipal	Primário	Masculino Feminino
14	JACOB BROD	1927	Bairro Três Vendas	Municipal	Primário	Masculino Feminino
15	DONA MARIA ANTONIA	1927	Bairro Três Vendas Barbuda	Municipal	Primário	Masculino Feminino
16	MINISTRO FERNANDO OSÓRIO	1927	Bairro Três Vendas	Municipal	Primário	Masculino Feminino
17	MAUÁ	1927	Bairro Areal	Municipal	Primário	Masculino Feminino
18	BIBIANO DE AMEIDA	1928	Bairro Areal	Municipal	Primário	Masculino Feminino

Fonte: dados coletados pela autora, 2016, 2017 e 2018.

Dentre as 18 escolas primárias, secundárias e complementares, observamos que 3 eram da esfera privada, 12 eram da esfera pública (10 municipais e 2 estaduais), e 3 eram assistenciais.

Assim chegamos a 12 escolas cujos edifícios foram construídos para fins educacionais, dentre as quais identificamos, através de uma observação de campo, aquelas ainda preservadas.

Dessas 12 escolas, apenas duas escolas(*) deixaram de existir, entretanto as edificações encontram-se em bom estado de conservação, sendo a primeira utilizada para sediar a Academia Pelotense de Letras; a segunda encontra-se fechada. As escolas dos bairros tiveram suas instalações ampliadas com novas áreas construídas nos seus lotes, mas foram mantidos os prédios originais. A escola Dona Maria Antonia teve seu prédio original demolido, e foi construída nova edificação para a escola que funciona ainda hoje naquele lote.

Portanto, o corpus dessa pesquisa compreende 11 prédios escolares construídos para fins educacionais no meio urbano da cidade de Pelotas no período de 1889 a 1930 (Quadro 5), sendo: 2 privados e 10 públicos/municipais; 10 primários, 1 primário e secundário e técnico, e 1 primário, secundário e complementar.

QUADRO 5 - Instituições de Educação construídas na cidade de Pelotas na Primeira República que compõem o corpus da pesquisa.

Nº	NOME DO ESTABELECIMENTO	ANO	LOCALIZAÇÃO	ESFERA	NÍVEL DE ENSINO	CLIENTELA ESCOLAR
1	GONZAGA	1895	Entorno da Catedral	Privado Congregação religiosa	Primário Secundário Técnico	Masculino Internato externato
2	SÃO JOSÉ	1910	Centro	Privado Congregação religiosa	Primário Secundário Complementar	Feminino Internato externato
3	JOAO AFONSO *	1922	Parque Júlio de Castilhos	Municipal	Primário	Masculino Feminino
4	CARLOS LAQUINTINIE	1922	Porto	Municipal	Primário	Masculino Feminino
5	DONA MARIANA EUFRÁSIA	1924	Bairro Fragata	Municipal	Primário	Masculino Feminino
6	DONA ANTONIA*	1927	Centro	Municipal	Primário	Masculino Feminino
7	DR JOAQUIM ASSUMPÇÃO	1927	Centro	Municipal	Primário	Masculino Feminino
8	JACOB BROD	1927	Bairro Três Vendas	Municipal	Primário	Masculino Feminino

9	MINISTRO FERNANDO OSÓRIO	1927	Bairro Três Vendas	Municipal	Primário	Masculino Feminino
10	MAUÁ	1927	Bairro Areal	Municipal	Primário	Masculino Feminino
11	BIBIANO DE AMEIDA	1928	Bairro Areal	Municipal	Primário	Masculino Feminino

Fonte: dados coletados pela autora, 2016 e 2017.

Apresentamos a seguir as 11 instituições de ensino existentes em Pelotas na Primeira República, segundo a cronologia de sua fundação.

As escolas privadas identificadas foram o Gonzaga e o São José, ambos de caráter confessional. O Gonzaga (Figura 19) foi fundado no ano de 1895, passando a ocupar o novo edifício, construído em 1906 no mesmo endereço, no entorno da Catedral (hoje Praça José Bonifácio, 166). Instalado para oferecer ensino de nível primário, secundário e técnico, apenas ao público masculino, dispunha de internato.



Figura 19 Fotografia do Gonzaga, Pelotas, 1922

Fonte: Álbum do Centenário de 1922.

O São José (Figura 20) foi fundado no ano de 1910, passando a ocupar edifício próprio em 1916, no Centro (atual Rua Félix da Cunha, 400). Oferecia curso completo de oito anos (ensino de nível primário) e, em 1930, passou a ofertar o

ensino complementar iniciando a formação de professoras primárias. Atendia unicamente ao público feminino, e também dispunha de internato.



Figura 20 Fotografia do São José, Pelotas, 1922
Fonte: Álbum do Centenário de 1922.

As escolas públicas municipais identificadas foram João Affonso, Carlos Laquintinie, Dona Mariana Eufrásia, Dona Antonia, Dr. Assumpção, Bibiano de Almeida, Jacob Brod, Ministro Fernando Osório e Mauá.

O João Affonso (Figura 21) foi fundado no ano de 1922 no interior da Praça Julio de Castilhos (hoje Parque dom Antonio Zattera, sem número), para oferecer ensino de nível primário ao público feminino e masculino.



Figura 21 Fotografia do João Afonso, Pelotas, 1924
Fonte: Almanach de Pelotas de 1924.

O Carlos Laquintinie (Figura 22) foi fundado no ano de 1922, na região do Porto (Praça Domingos Rodrigues, 32, nome do logradouro preservado e numeração atual), para oferecer ensino de nível primário ao público feminino e masculino.

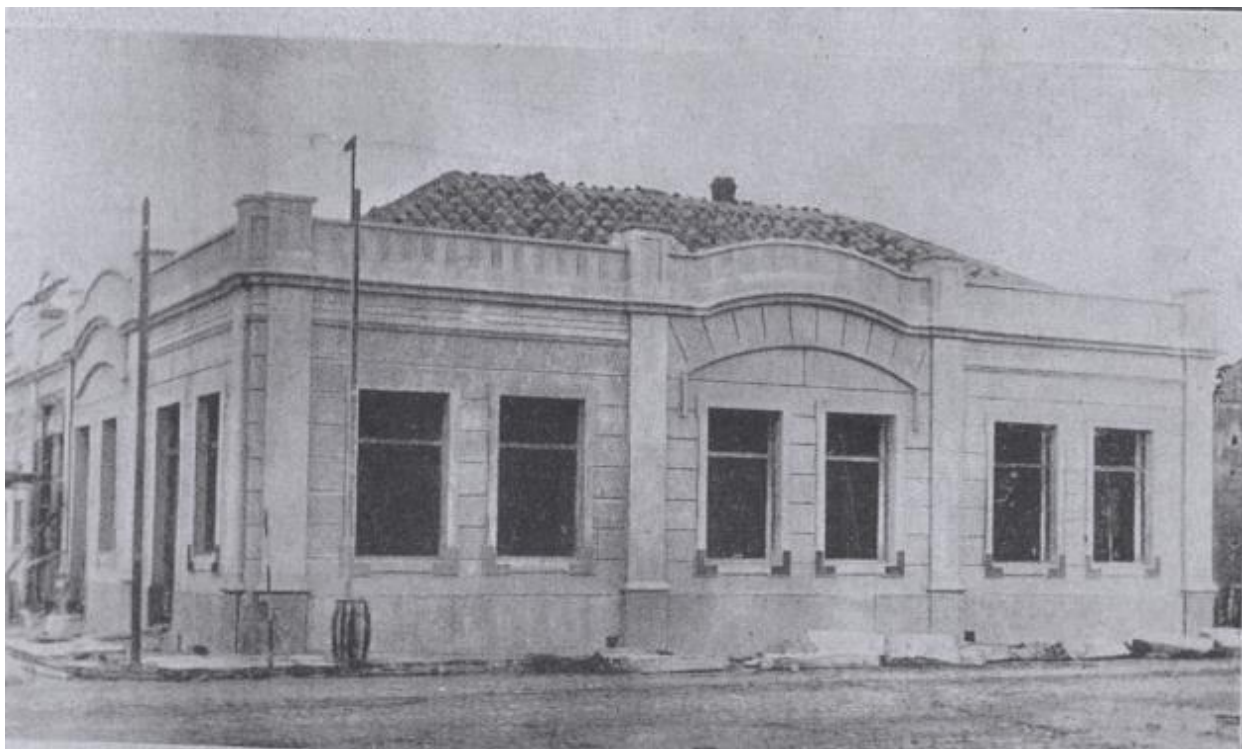


Figura 22 Fotografia do Carlos Laquintinie, Pelotas, 1924
Fonte: Almanach de Pelotas de 1924.

O Dona Mariana Eufrásia (Figura 23) foi fundado no ano de 1924, no Bairro Fragata (atual Avenida Duque de Caxias, 900), para oferecer ensino de nível primário ao público feminino e masculino.



Figura 23 Fotografia do Mariana Eufrásia, Pelotas, 1924
Fonte: Diário Popular, dia 22 de abril de 1924.

O D. Antonia (Figura 24) foi fundado no ano de 1927, no Centro (Praça Saldanha Marinho, 67, nome do logradouro preservado e numeração atual), para oferecer ensino de nível primário ao público feminino e masculino.



Figura 24 Fotografia do Dona Antonia, Pelotas, 1927
Fonte: Almanaque do Bicentenário de Pelotas 2012.

O Dr. Assumpção (Figura 25) foi fundado no ano de 1927, no Centro (hoje Rua Almirante Barroso, 1679, nome do logradouro preservado e numeração atual), para oferecer ensino de nível primário ao público feminino e masculino.



Figura 25 Fotografia do Dr. Assumpção, Pelotas, 1927
Fonte: Almanaque do Bicentenário de Pelotas, 2012.

O Jacob Brod (Figura 26) foi fundado no ano de 1927, no Bairro Três Vendas (hoje Avenida Fernando Osório, 5413), para oferecer ensino de nível primário ao público feminino e masculino.



Figura 26 Fotografia do Jacob Brod, Pelotas, 1928
Fonte: Relatórios Intendenciasais de Pelotas, 1927 e 1928.

O Ministro Fernando Osório (Figura 27) foi fundado no ano de 1927, no Bairro Três Vendas (hoje Avenida Fernando Osório, 1912), para oferecer ensino de nível primário ao público feminino e masculino.



Figura 27 Fotografia do Ministro Fernando Osório, Pelotas, 1928
Fonte: Relatórios Intendenciasais de Pelotas, 1927, 1928.

O Mauá (Figura 28) foi fundado no ano de 1927, no Bairro Areal, próximo ao canal do São Gonçalo, para oferecer ensino de nível primário ao público feminino e masculino.



Figura 28 Fotografia do Mauá, Pelotas, 1928

Fonte: Relatórios Intendenciais de Pelotas, 1927 e 1928.

O Bibiano de Almeida (Figura 29) foi fundado no ano de 1928, no Bairro Areal (endereço atual Avenida da Paz, 80), para oferecer ensino de nível primário ao público feminino e masculino.



Figura 29 Fotografia do Bibiano de Almeida, Pelotas, 1928
Fonte: Relatórios Intendenciais de Pelotas, 1927 e 1928.

Diante desse levantamento, podemos afirmar que, entre as escolas construídas em Pelotas na Primeira República, a maioria das instituições era pública municipal (nove nesse recorte), e não privada (duas). O nível primário foi o mais ofertado, e as escolas públicas municipais, que somente contemplavam esse nível, atendiam tanto meninas quanto meninos. Entre os anos de fundação, o período que teve maior número de construções foi na década de 1920, especialmente nos governos do intendente Pedro Luis Osorio (1924-1928), com três escolas construídas, e no governo do intendente Augusto Simões Lopes (1924-1928), com doze escolas construídas. Quanto à localização, a área que teve maior implantação de edifícios escolares foi o centro, complementado pela distribuição equilibrada de escolas nos diversos bairros da cidade.

Desse conjunto de 11 escolas, elegemos posteriormente cinco para aprofundar a análise e ilustrar as quatro tipologias de edifícios escolares identificados na tese (discussão do subcapítulo 5.3). Entretanto, para dar conta da complexidade do contexto educacional de Pelotas na Primeira República

(subcapítulo 5.2), abarcamos as 18 escolas mapeadas anteriormente, traçando a articulação dessas instituições de ensino com aspectos econômicos, políticos e socioculturais, bem como com o processo de urbanização na história do município.

5.2. ARTICULAÇÃO DAS ESCOLAS AO CONTEXTO URBANO

Em diálogo com os estudos da história da educação, exploramos agora a organização do espaço escolar das instituições existentes em Pelotas na Primeira República em relação ao contexto histórico e urbano (localização espacial, regiões e bairros, bem como critérios que levaram a essas escolhas na época).

Bencostta (2007) destaca a importância de observar e entender as relações da arquitetura escolar com os planos de urbanização que interferem na formação e transformação da cidade e seus territórios, procurando compreender a história da criação do espaço escolar “como parte dos processos de urbanização e metropolização intermediada por discursos, linguagens, representações e concepções sobre a história da escola na cidade” (BENCOSTTA, 2007, p. 113)

A construção e a comunicação de um discurso de nação civilizada e moderna que o Brasil desejava transmitir na passagem do século XIX para XX contou com a remodelação do tecido urbano e o saneamento social e físico para o embelezamento das grandes cidades e capitais, bem como com a construção dos prédios escolares, uma forte contribuição para essa nova paisagem e para reforçar esse discurso.

Através do recorte da pesquisa, enfocamos os edifícios escolares construídos para fins educacionais no meio urbano de Pelotas, na Primeira República (1889 e 1930) e ainda preservados e em uso, que sejam privados ou públicos (municipais) voltados ao ensino de nível primário, secundário ou complementar, cujos prédios foram projetados e construídos para a educação escolar, objeto desta pesquisa. Dentro desse perfil, foram identificadas no meio urbano do município de Pelotas 18 instituições escolares, sendo que 12 delas tiveram seus edifícios construídos especialmente para a atividade educacional.

O estudo da distribuição destas 18 instituições na cidade de Pelotas na Primeira República está representado na Figura 30, um mapeamento que revela o ordenamento dessas edificações, acompanhando a expansão urbana. Os nomes das instituições podem ser verificados de acordo com os números do Quadro 4

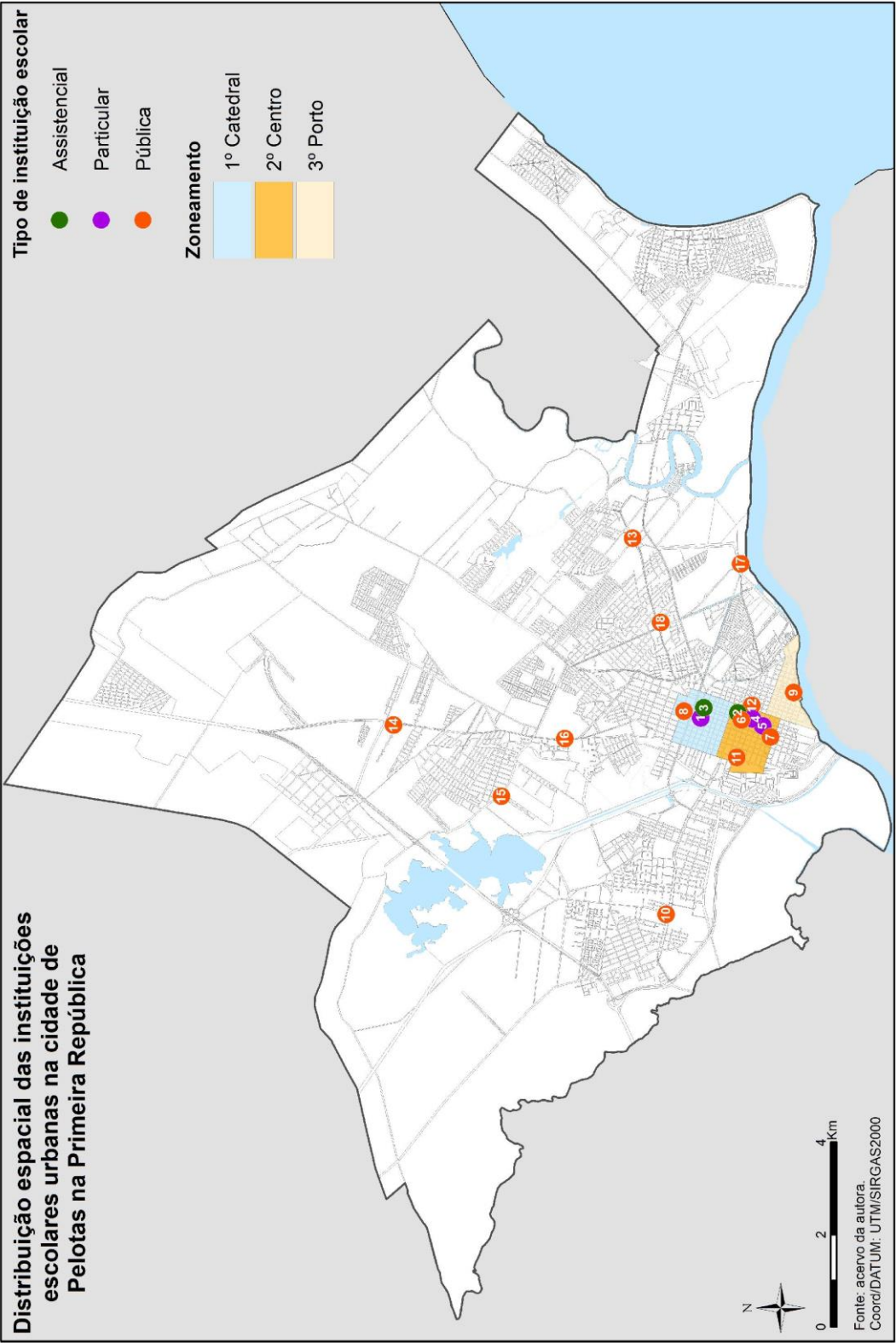


Figura 30 Mapa da distribuição espacial das instituições escolares urbanas particulares, públicas e assistenciais na cidade de Pelotas na Primeira República
Fonte acervo da autora

A história da formação urbana aponta que em 1812, na Freguesia de São Francisco de Paula, no local denominado Pelotas, inicia-se a construção da catedral (hoje a Catedral São Francisco de Paula) e, em torno dela, desenvolve-se a abertura das ruas do novo agrupamento urbano, com traçado de um quadro de perfeito xadrez, com doze ruas no sentido norte/sul e sete no sentido leste/oeste, compreendendo o território mais antigo da área urbana da cidade. Essa região, onde se originou a cidade, está neste estudo denominada de entorno da Catedral.

A primeira escola construída por doação particular em Pelotas foi a Eliseu Maciel em 1883, em homenagem prestada pelas famílias Antunes Maciel e Alfredo Moreira, localizada na Praça Sete de Julho, no Centro. Inicialmente esse edifício deveria sediar uma escola municipal, mas o Governo Imperial instalou ali o Instituto Agrícola e Veterinário, logo extinto. Em 1898 o poder municipal readquiriu o edifício e criou o Liceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária, reorganizado em 1909, com a denominação de Escola de Agronomia e Veterinária, citada como uma das mais antigas do Brasil, formando profissionais que se dedicaram às culturas agrícolas da região (OSORIO, 1922, pag. 164). Deu origem à Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, que está ligada à Universidade Federal de Pelotas.

Os padres Jesuítas, em 1895, lançaram as bases fundando o Gonzaga “um estabelecimento de primeira ordem e do qual se honra a nossa cidade, no entorno da Catedral. Sua fama já ultrapassou as fronteiras do estado e do País” (PIMENTEL, 1940, p. 39), instalando-se no edifício construído para esta finalidade em 1906. Osório (1922, p. 166) relata que o ginásio era de propriedade da Sociedade Pe. Antônio Vieira, com sede em São Leopoldo, neste Estado, e que em 1905 foi equiparado ao Ginásio Nacional Dom Pedro II. Esse historiador local descreve o ginásio relatando que “dispõe de internato, em belo edifício, amplo salão de festas, gabinetes de estudos e higiênicas instalações, administrando-o competentemente, o Pe. Agostinho Scholl” (OSORIO, 1922, pag. 166). Em 1926 passou a ser dirigido pelos filhos da Congregação de São João Batista de la Salle, e em 2000 a instituição passa para o poder privado de uma empresa.

Na mesma região do entorno da Catedral foi fundado e instalado oficialmente em 1901 o Asilo de Órfãos São Benedito. De iniciativa de Luciana Lealdina de Araújo, conhecida por “Mãe Preta”, o objetivo da instituição era recolher, amparar e instruir meninas órfãs e desvalidas sem distinção de cor, e contando com o apoio da

comunidade negra pelotense, dando início as suas atividades na casa de número 7 no entorno da Catedral, “sendo posteriormente transferida para o prédio da esquina da Rua Félix da Cunha com a Praça José Bonifácio, sendo que a Entidade funciona até hoje neste local” (MAGALHÃES, 1991, p. 4). O terreno para a construção do prédio do Asilo foi adquirido através de campanhas coordenadas por uma comissão de líderes pelotenses, e desde 1912 a consagração das Irmãs do Imaculado Coração de Maria teve a incumbência do ensino primário, como também a orientação dos serviços domésticos às meninas.

Com o passar dos anos, a povoação foi se expandindo para o sul, para onde se transferiu o centro da cidade, e parcelas do loteamento foram reservadas para uma nova igreja, algo que não passou das fundações, serviços públicos e praça (hoje Praça Coronel Pedro Osório). No seu entorno estão Prefeitura Municipal, a Biblioteca Pública Pelotense e o Teatro Sete de Abril, bem como prédios de padrão mais sofisticado, marcando a presença da classe dominante no meio urbano, região essa, aqui neste estudo, denominada de Centro.

Localizada na região do Centro, outra instituição assistencial, a Escola São Francisco de Assis de Pelotas, nasceu com as primeiras seis alunas, em 1889, e seis meses depois as meninas matriculadas já eram em número de cem. Da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, originária da Holanda, as primeiras irmãs chegaram a Pelotas em 1888, a convite do vigário Pe. Canabarro, para tomar conta do Asylo de Orphãs Nossa Senhora da Conceição. As famílias pelotenses reconheceram os resultados do trabalho educativo por elas realizados e manifestaram o interesse de ter tais ensinamentos para suas filhas. Sensibilizadas com os pedidos, visando subsídios para a manutenção do asilo e recorrendo à ajuda de professoras leigas, as irmãs deram início à escola onde, paralelamente, eram ministrados cursos de piano, trabalhos manuais e pintura (ALMANAQUE GAÚCHO, 2014).

A Maçonaria em Pelotas, empenhada na disseminação de escolas onde o ensino leigo assegurasse a liberdade de consciência aos futuros cidadãos de uma democracia, fundou o Ginásio Pelotense em 1902, como “uma alternativa de ensino laico de elevada qualidade, destinado a camadas mais abastadas da sociedade, e que se contrapunha ao Gonzaga, criado pelos jesuítas” (AMARAL, 2003, p. 175). Instalado provisoriamente no entorno da Catedral, foi no mesmo ano transferido para

o Centro, em edifício próprio, um palacete familiar adaptado para fins educacionais. Osorio (1922) relata que “tal sendo tomou esse estabelecimento que na direção de Francisco R. de Araújo foi equiparado (8 de janeiro de 1906) ao Ginásio Nacional” (OSORIO, 1922, pag. 165). Atualmente recebe a denominação de Colégio Municipal Pelotense e desde 1961 ocupa prédio próprio em um local próximo ao Centro da cidade.

Na região do Centro, porém afastado da zona comercial, dos ruídos e movimentos mais intensos, em 1910 passa a funcionar o Colégio São José, uma instituição para moças, oferecendo inclusive internato para alunas provenientes de zonas mais afastadas. Dirigido pelas Irmãs Francesas da Congregação de São José de Chambéry, funcionou os primeiros anos em prédio alugado à Rua 15 de Novembro, passando a funcionar, em 1916:

[...] “Em local bem central o moderno e solido predio do acreditado Collegio São José é todo iluminado a luz electrica, com amplos e confortáveis accomodações, obedecendo todos os preceitos da mais rigorosa hygiene. Em todas as aulas, dormitorios, salões e gabinetes de estudo etc., nota-se exemplar organização, rigoroso asseio e muito bom gosto [...]” (ALBUM DE PELOTAS. CENTENÁRIO DA INDEPENDENCIA, 1922, s/p.).

Ainda no Centro, localizaram-se os Colégios Elementares, que foram estabelecidos no Rio Grande do Sul a partir do ano de 1906, com a finalidade de desenvolver o ensino elementar e preparar candidatos para o magistério público primário. Os Colégios Elementares foram organizados em um primeiro momento nas cidades do interior do Rio Grande do Sul, sob uma fiscalização bastante rigorosa, mantidos pelo Estado, sendo ministrado o ensino graduado (PERES, 2000). Os Colégios Elementares Félix da Cunha e Cassiano do Nascimento foram instalados em Pelotas utilizando residências alugadas e adaptadas para a função educativa, homenageando políticos destacados no estado com a denominação da instituição.

O incremento da população ampliou o perímetro urbano mais para o sul, até o Canal do São Gonçalo, zona de atividade portuária, por onde escoava a produção pelotense, impulsionando a atividade industrial, no início o charque e depois os produtos manufaturados das indústrias localizadas nas proximidades. No presente estudo essa região está sendo denominada Porto.

Na Pelotas de 1920, “o Intendente Municipal Pedro Luis Osório inicia a construção de edifícios para a Escola Carlos Laquintinie localizado na Praça Domingos Rodrigues na região do Porto, e a Escola João Affonso localizados na

Praça Júlio de Castilhos (hoje Parque Dom Antônio Zattera). A criação desse modelo de escola, logo foi percebida pelas autoridades públicas como algo novo, moderno e eficiente” (Relatório Intendencial de Pelotas de 1926, p. 72), e, para nomear essas escolas, são homenageados professores de destaque na época. A localização dessas escolas, uma no interior e outra em frente à praças públicas, não foi casual, mas buscava atender a um modelo de educação desejado na época, as escolas ao ar livre.

Essa valorização do ensino, em especial do ensino primário, levou o governo do Intendente Augusto Simões Lopes a investir nessa área, mandando construir o G. E. Dr. Joaquim Assumpção, considerado grupo escolar modelo e que foi expressão máxima de modernização pedagógica em Pelotas, com o nome homenageando esse advogado e político de destaque no Estado. Um prédio de acabamento esmerado e estrategicamente construído no espaço urbano, localizado no Centro, sendo destaque em nota do jornal: “O bello edificio, que altamente honra a esthetica da nossa cidade, com suas vastas salas cheias de ar e de luz, construidas de accordo com as mais exigentes regras da moderna hygiene escolar [...]” (DIÁRIO POPULAR, 02 de agosto de 1927).

Durante sua administração, Augusto Simões Lopes realizou muitas obras de melhorias de infraestrutura em Pelotas. Entre outras obras que o seu governo implementou, a ele deve-se também o ajardinamento da Avenida Saldanha Marinho. Nesse espaço, no Centro, foi construído o Grupo Escolar D. Antonia, com verbas doadas por Dr. Edmundo Berchon, em homenagem à memória de sua esposa, que emprestou o nome à escola. Notícia do DIÁRIO POPULAR de dois de agosto de 1927 anunciava: “Funcionam na cidade de Pelotas dois grupos escolares municipais, instalados em prédios construídos especialmente para esse fim, com todas as comodidades dos mais modernos estabelecimentos de ensino”. A matéria explica que ambos possuem gabinetes dentários e consultórios médicos para os colegiais, suas instalações sanitárias são perfeitas, e a água é filtrada e fornecida aos estudantes em bebedouros higiênicos. (PERES; CARDOSO, 2004).

Na virada do século, nos arredores da cidade existiam alguns aglomerados de população dispersos, principalmente ao longo das estradas que ligavam a cidade à campanha, às “colônias”, formadas por população imigrante com suas pequenas fazendas produtoras de alimentos, e às charqueadas, formando, assim, uma rede

viária suburbana perto da cidade. “Esta rede, na forma de seus vetores de crescimento constituíram os “tentáculos” pelo qual a cidade foi abastecida de alimentos e matérias-primas. Mais tarde eles se tornaram a principal rede de expansão do espaço urbano de Pelotas” (SOARES, 2006).

Como exemplo de estradas estruturadoras dos futuros bairros aparece a estrada Domingos de Almeida, um dos eixos do futuro bairro do Areal, onde foi construído o Grupo Escolar Bibiano de Almeida, e instalado o Grupo Escolar Piratinino de Almeida em residência reformada e adaptada para essa finalidade. As denominações das escolas prestam homenagem a um educador e a um político gaúcho, respectivamente.

Outra era a estrada das Três Vendas (hoje Avenida Fernando Osório), eixo de ligação do bairro Três Vendas com o centro urbano, local de instalação do Grupo Escolar Fernando Osório, do Grupo Escolar Jacob Brob e do Grupo Escolar D. Maria Antonia.

A Estrada do Fragata (hoje Avenida Duque de Caxias) era a principal ligação entre o centro urbano e a zona oeste da cidade, e, quanto ao município, era essa estrada que conectava a cidade com a região da Campanha, onde se criava o gado que abastecia as charqueadas pelotenses, sendo nessa região construído o Grupo Escolar D. Mariana Eufrásia, loteadora dos terrenos compreendidos entre o entorno da atual praça Cel. Pedro Osório e a margem norte do canal São Gonçalo.

Analizando o mapa que representa o estudo da localização das instituições escolares (Figura 30), observamos que a implantação dos edifícios escolares acompanhou o processo de expansão urbana da cidade. As escolas estão numeradas conforme a cronologia de sua criação (Quadro 4), podendo-se observar que os edifícios iam sendo construídos seguindo as zonas de ampliação do município, embora mais tardiamente.

As instituições de ensino privado (números 1, 4 e 5) instalaram seus edifícios nas zonas centrais, onde já se havia iniciado o processo de urbanização com implantação de uma infraestrutura como ruas calçadas, redes de água e energia elétrica e praças. As escolas criadas por instituições religiosas atendiam às elites que residiam nessas imediações. Assim, seus edifícios foram construídos com localização privilegiada e utilizaram uma linguagem arquitetônica monumental. A

escola criada pela maçonaria também manteve a localização na zona central, mas trocou de endereço, instalando-se em casarões adaptados para sua função.

As instituições de ensino das entidades assistenciais (números 2 e 3), que eram ligadas às congregações religiosas, também instalaram seus edifícios nas zonas centrais, utilizando casarões adaptados para suas funções.

As primeiras instituições de ensino públicas, voltadas para as camadas populares do meio urbano (números 8, 9, 17 e 18) têm seus edifícios racionalmente distribuídos em bairros na região periférica da cidade, ao Norte, ao Sul e Oeste da zona central, localizados em amplos terrenos e com uma linguagem arquitetônica caracterizada pela solidez.

Também dentro do grupo das instituições públicas de ensino existem os edifícios dos grupos escolares que foram construídos para serem “escola modelo”, seguindo os preceitos escolanovistas (números 11 e 12), e que foram construídos em espaços urbanizados próximos da zona central, nas vias de acesso à cidade, para quem chegava pelo porto e pela estação ferroviária. Seus edifícios foram construídos em locais de destaque e utilizaram uma linguagem arquitetônica de acabamento esmerado.

Ainda dentro do grupo das instituições de ensino públicas, um conjunto de escolas teve seus edifícios construídos em núcleos populacionais mais densos, localizados nas vias principais de acesso à cidade (números 10, 13, 14, 15, 16). Estavam localizados em terrenos de zonas pouco urbanizadas e utilizaram uma linguagem arquitetônica caracterizada pela simplicidade, defasada em relação ao seu tempo e em relação aos edifícios dos grupos escolares implantados no centro urbano.

Verificou-se que a questão dos locais onde seriam construídas as instituições educativas públicas se colocava de maneira singular, mas variando em função dos momentos políticos e das necessidades, essas verificadas através de censos para levantar o número de crianças analfabetas nas diversas zonas do meio urbano, organizados pela administração municipal.

Assim, buscando destacar algumas articulações entre a história do edifício escolar e o processo de urbanização da cidade de Pelotas, observamos que a transição dos séculos XIX e XX foi um período de profundas transformações nas estruturas das cidades, em escala mundial. Esses processos gerais de mudanças

repercutiram em Pelotas, apesar de ser um espaço afastado dos centros de economia capitalista internacionais. Para o desenvolvimento urbano da cidade, foram concebidos e implementados vários planos de melhorias e de reformas, expansão da infraestrutura, do saneamento e do planejamento urbano. Entre 1900 e 1930 havia todos os tipos de leis – regulamentos municipais, regulamentos sanitários, códigos de construções e reconstruções que afetaram a área urbana da cidade. Entretanto, os primeiros planos urbanos gerais apareceram em 1920 na cidade, não sendo plenamente realizados, mas foram de grande importância para apontar tendências e desenhar uma nova cidade que foi parcialmente produzida nas décadas anteriores. Paralelamente com os projetos sanitárias e higienistas, os Intendentes registravam nos Relatórios as suas preocupações e ações relacionadas com a instrução pública.

Segundo Soares (2001), as idéias higienistas dos países industrializados do mundo do final do século XIX chegaram e influenciaram a cidade de Pelotas, no extremo sul do Brasil, e a elite dominante incorporou os princípios mais avançados em termos de controle social no momento da industrialização da cidade. Dessa maneira, o higienismo em Pelotas cumpriu funções de garantir a transição da forma urbana “em uma cidade que havia sido núcleo de uma economia escravagista e agro-exportadora e se transformou numa cidade capitalista e industrial, mesmo que esta transição pouco tenha alterado a estrutura do poder político local” (SOARES, 2001, p. 199).

A participação de uma equipe de técnicos qualificados nas grandes cidades do país que trabalharam na implantação dos planos de saneamento da cidade e um discurso bem elaborado justificando as medidas higiênicas aponta que uma parcela da elite pelotense estava compartilhando no plano das idéias com os centros de modernidades. Mas, para além da iminente necessidade de controlar o “ambiente hostil” para a expansão do tecido urbano, existia a intenção de controlar as populações pobres, cuja cultura não era considerada adequada ao convívio social no mundo urbano. Segundo a visão de Soares (2001)

“Também podemos observar que apesar dos aparentes esforços para impor a ordem higiênica na cidade, muitas das obras e leis necessárias para o saneamento da mesma não foram realizadas ou cumpridas, incluso pelos representantes da elite dominante. O que nos leva a concluir que o saneamento da cidade se caracterizou mais por uma atitude das elites visando o controle das classes subalternas, que realmente um amplo e inovador processo caracterizado pelo consenso social. Esta foi, em nossa visão, uma das principais características da imposição da modernidade urbana na maior e mais importante cidade do sul do Rio Grande do Sul” (SOARES, 2001, p. 199)

Os processos de urbanização e as inovações aqui relatadas não diferem, de maneira geral, dos processos que ocorreram nos centros de capitalismo mundial ou sua periferia mais próxima. Isto é, a influente corrente de modernização que transcorreu em todo o mundo no final do século XIX, “imbricou territórios diferentes na mesma temporalidade, embora as estruturas locais ‘remodelassem’ estes processos de acordo com as peculiaridades de poder local” (SOARES, 2006, s/n). O pesquisador afirma ainda que a cidade de Pelotas é considerada outro exemplo histórico que reafirma a originalidade de urbanização na América Latina, com a construção de uma cidade informal periférica, independente dos regulamentos do centro da cidade, um lugar de segregação das elites estabelecidas. Para o autor: “A contradição indissolúvel entre esses dois “territórios” da cidade marca profundamente a história da sociedade latino-americana” (SOARES, 2006, s/n).

Essa cultura de segregação e controle revelada nas atitudes das elites dominantes e na definição das políticas municipais, bem como a contradição entre os diferentes territórios da cidade na mesma temporalidade, reflete-se na cultura escolar, e, paralelamente, na arquitetura escolar, mais especificamente dos edifícios construídos durante o governo de Augusto Simões Lopes. O Intendente mostrou-se muito interessado no incremento das atividades de ensino, especialmente o primário, o qual considerava em condição de destaque, afirmando:

Em plena phase de supremacia dos ideaes de igualdade, entre os homens, é certo que para objectivar esta cara aspiração nada mais adequado do que a escola, onde os mais ricos juntamente com os mais pobres vão receber o mesmo pensamento redemptor, os mesmos princípios, os mesmos conhecimentos semeados pela escola primaria. A directriz da escola primaria, a única freqüentada pela maioria do povo, dado que a luta pela existência desvia cedo os elementos populares de actividades sem rendimento econômico, a directriz da escola primaria, dizíamos, é educar para a vida. (RELATÓRIO INTENDENCIAL de 1927, p. 215)

Na apresentação do Relatório de 1926, o Intendente reafirma o propósito de bem servir a coletividade pelotense, e trabalhar para o renome do Partido Republicano, resolvendo os complexos problemas administrativos do Município, cuja prosperidade se reafirma. Descrevendo as exigências que se fazem sentir de obras novas e melhorias, faz uma ressalva, afirmando que se é fácil enunciar, difícilimo é provê-las como desejado. O equilíbrio financeiro do Município relegava para mais tarde empreendimentos que se afiguravam inadiáveis, e, sem a obtenção de

recursos extraordinários, fracassariam as iniciativas projetadas. Entretanto, esses recursos poderiam ser buscados, desde que fossem aplicados em obras reprodutivas:

“Mas com olhos voltados para o promissor futuro de Pelotas e inspirado num otimismo fundado nas fontes produtivas do rico Município, cabe-me o dever de procurar esses recursos cujas consequentes obrigações a assumir-se poderão ser cumpridas, uma vez que sejam esses recursos convertidos em obras reprodutivas” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1926, p. 4).

Entre outras obras produtivas, refere-se aos melhoramentos do “caes do porto”, que trariam o retorno através de taxas e impostos recolhidos na movimentação das embarcações. Outra obra era a de embelezamento urbano, com calçamento com paralelepípedos, construção de passeios e arborização da Rua Benjamim Constant, uma rua padrão que serviria de referência para outras vias, e obteria o retorno através dos impostos prediais das construções ali localizadas.

Por outro lado, os investimentos para a construção dos edifícios escolares eram todos provenientes das Fundações D. Antonia e da família do Dr. Assumpção. Mais tarde, no Relatório de 1928, referindo-se às construções das novas escolas, Augusto Simões Lopes registraria seu descontentamento com as despesas acarretadas:

“Esse impulso necessário dado á instrucção publica primaria contribuiu para o crescimento da despeza não só como consequencia da criação de novos institutos como ainda pela revisão feita nos vencimentos do magistério em geral, acto de justiça e que veio tornar possível, cada vez mais, a incorporação de novos elementos idôneos ao professorado” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928, p. 14).

Cabe enfatizar, pois, mesmo reafirmando o seu interesse pela educação, no aspecto concreto suas realizações contaram com verbas das Fundações, não tendo comprometido recursos do município ou tomado recursos extraordinários. Ainda em relação à sua fala sobre a escola: “onde os mais ricos juntamente com os mais pobres vão receber o mesmo pensamento redentor, os mesmos princípios, os mesmos conhecimentos semeados pela escola primaria” (RELATÓRIO INTENDENCIAL de 1927, p. 215), no aspecto prático a realidade dos edifícios escolares construídos veio a contrapor esse pensamento.

Durante o seu governo em Pelotas instala-se dois grupos escolares modelo, estando esses empreendimentos representados nas diversas simbologias

modernas: prédios imponentes e bem localizados, currículos atualizados e ampliados, métodos adequados, tempos destinados às atividades escolares com rigorosa distribuição, controle do trabalho dos professores, além da hierarquização dos seus salários.

Ao mesmo tempo, eram edificadas as escolas na periferia em que as questões higienistas eram as únicas marcas características da modernização: prédios simples com uma única sala de aula, localizados em bairros sem infraestrutura adequada, currículo concentrando as primeiras séries, métodos tradicionais, tempos escolares adaptados em função do número de alunos que precisavam acolher, professores sem formação específica.

Alteridades e contrastes caracterizaram o aspecto social urbano da cidade de Pelotas, e, conjuntamente, os edifícios escolares e a escola no período da Primeira República. A escola constitui um elemento significativo da cultura material e imaterial de nossas civilizações. Observamos que o aspecto da cultura material do edifício escolar é importante para compreender a história da escola no meio social. Nesse sentido, apresentamos uma análise da distribuição espacial das instituições escolares pesquisadas com as reflexões geradas, relacionando o espaço escolar definido pelos edifícios com a estrutura urbana.

Buscamos agora enfatizar o diálogo do edifício escolar com a cidade e a relação da escola com a sociedade. Segundo Viñao Frago (2001), o problema da localização das escolas emerge da convergência de dois fatos, sendo um a necessidade da construção de um edifício próprio para a implantação da instituição e outro, o crescimento das cidades e as tentativas de regulá-las mediante o planejamento urbanístico. Os dois princípios fundamentais que determinavam a escolha da localização do edifício escolar eram de ordem higiênica e moral. Apenas em algumas circunstâncias complementaram com outros critérios, como o deslocamento dos alunos, a própria tarefa educativa e as dimensões do estabelecimento de ensino.

À medida que as cidades cresciam e o padrão de organização da escola ia se expandindo e se estabelecendo, definiram-se outros critérios complementares, às vezes levando a soluções discordantes. Enquanto algumas instruções de 1905 aconselhavam a localização “em pleno campo” pelas vantagens da pureza do ar e dos exercícios físicos, outras preferiam colocar a escola “nos arredores da

população”, nos terrenos centrais, seguindo o critério da comodidade. Outra proposta, para os locais com mais de uma instituição de ensino, era sua divisão em distritos, um para cada escola, situando cada uma delas no centro dos mesmos (VIÑAO FRAGO, 2001).

Nesse aspecto, a proposta da divisão do local em distritos para a localização de vários edifícios escolares pode-se relacionar com a decisão de Pedro Luis Osorio quando investiu na construção dos primeiros grupos escolares em Pelotas, e decidiu dividir a cidade em zonas para definir sua localização. Optou pela implantação em bairros periféricos, não muito distantes das moradias das crianças, e também manteve o cuidado de escolher lugares próximos a praças e jardins.

O Intendente estava atento ao desenvolvimento e melhoramentos do Município, às condições da vida da sociedade, determinando projetos para melhoria das condições de moradia das classes operárias e do funcionalismo público. Quanto às questões de urbanização, investiu na drenagem de áreas alagadiças, na estética da cidade, na criação do parque municipal, nos avanços da rede viária, no melhoramento das habitações e no planejamento de quarteirões, determinando a execução de um Plano de desenvolvimento da cidade. Dessa maneira, observamos “que a origem dessa relação entre planejamento urbano e educação já se encontra nas primeiras tentativas de levar para a prática, em termos concretos, os projetos mais ou menos utópicos de reforma social ou de criação de uma nova sociedade” (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 85).

Outra questão abordada por Viñao Frago (2001) é a respeito da relação entre os edifícios e os campos escolares. A escola precisava de uma grande extensão de terreno, porque não se constituía apenas pela sala de aula, mas a necessidade de ter um campo anexo significava a presença da Natureza na instituição escolar. Além de sair para o exterior, se juntar à natureza, o aluno deveria ainda incorporá-la:

“Não apenas um jardim ou um horto, elemento importantíssimo, seja para ensinar certas coisas, seja para educar a fantasia; nem mesmo um pátio, tanque de ar corrompido e imóvel... O campo escolar é, ao mesmo tempo, tudo isso, mas infinitamente mais que isso. Por mais que se reduzam as condições de uma escola, por modestas que sejam suas exigências, jamais deve renunciar a esse elemento. Tão importante, pelo menos, como a própria sala de aula, e cuja necessidade é, ao mesmo tempo, higiênica e pedagógica” (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 89).

Essa concepção originava a valorização dos espaços não edificadas e a necessidade de prever sua distribuição segundo funções e usos: educação física, jogos, práticas de jardinagem, recreio, zonas de transição, acessos, puxados ou pátios cobertos, assim como sua ordenação ou disposição em relação ao edifício principal, ao exterior e outras zonas edificadas (VIÑAO FRAGO, 2001).

Em Pelotas, a relevância dessa concepção reflete-se na escolha de terrenos amplos para a implantação das escolas. Entretanto a pesquisa não encontrou registros a respeito da organização funcional desses espaços. Embora as medidas econômicas exigissem gastos reduzidos na construção dos grupos escolares, a amplitude dos terrenos escolhidos permitiu a implantação dos grupos escolares em grandes espaços urbanos ou da periferia. Faria Filho descreve o significado e relevância dos jardins nos terrenos dos grupos escolares:

“Na verdade, o jardim no interior dos grupos escolares, acaba por adquirir o mesmo significado simbólico e material que o “parque da cidade” – Parque Municipal - deveria ter na capital, ou seja, como elemento a dar visibilidade à ruptura da cultura escolar com a tradição e com a temporalidade cíclica da natureza e a demonstrar, por assim dizer, a sua vinculação com a modernidade simbolizada pelo ritmo das fábricas, da produção e circulação das mercadorias e, porque não, do próprio conhecimento humano” (FARIA FILHO, 2000, p. 66)

Nessa relação entre zonas edificadas e não edificadas, o que determinava disposição do conjunto das instituições em relação à rua era geralmente a fachada e o edifício principal. Ballesteros, citado por Viñao Frago (2001), recomendava construir o edifício “à entrada do campo escolar, mas separado da rua ou lugar de trânsito, por uma zona que se pode destinar ao jardim ou horto”, tentando proteger dos ruídos, perigos e distrações. Em outras palavras “não encerrar, mas sim isolar”. Entretanto, essa visão e desenho que hoje é bastante usual na construção dos edifícios escolares, não eram habituais no passado. De maneira geral, a arquitetura escolar conjugava clausura ou encerramento com a marcada ostentação de um edifício sólido “cujas paredes constituíam a fronteira com o exterior ou que se achava separado desse exterior por uma zona mais ou menos ampla do campo escolar e um muro ou grade que assinalava os limites do espaço reservado” (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 91).

O pesquisador apresenta algumas possibilidades de localização dos edifícios nos campos escolares, exemplificando com colégios e escolas franceses e espanhóis. Na sua análise do espaço como território e lugar, utiliza, nas palavras de

Bachelard, a dialética do interno e do externo, aquilo que é escola e aquilo que fica fora dela, dela, por exemplo; o fechado e o aberto, estruturas herméticas frente a estruturas de transição ou porosas (Viñao Frago, 2001). Observando os edifícios escolares pelotenses da Primeira República a partir da categorização de Viñao Frago (2001), podemos identificar diferentes formas de relação entre o edifício e a rua, a escola e a cidade:

- a) Edifício no meio urbano com a fachada junto à rua, pátios internos fechados e sem visibilidade a partir do exterior como nos claustros, fachadas imponentes e sólidas (Gonzaga, Figura 19);
- b) Edifício separado do exterior por um muro ou grade e um maior ou menor espaço de terreno, conformando um jardim frontal, e mantendo pátios internos e fechados por muros altos, prédio de arquitetura imponente (São José, Figura 20);
- c) Edifício ao qual se tem acesso através de zona ajardinada que se estende por seu entorno e se prolonga como pátio. Separado da rua por grades, mantém a visibilidade para e a partir do exterior (Dr. Assumpção, arquitetura requintada, Figura 25; Mariana Eufrásia, arquitetura sólida, Figura 23; Bibiano de Almeida, arquitetura modesta, Figura 29).
- d) Edifício com a fachada junto à rua que permite que sejam totalmente visíveis (Laquintinie, Figura 22). Pátios cercados por estruturas porosas como os aramados e com arquitetura mais modesta e dimensões mais reduzidas (Ministro Fernando Osório, Figura 27; Jacob Brod, Figura 26).
- e) Edifícios que são acessados através de pequenos espaços de terreno recuando as fachadas em relação à rua, que permite visibilidade de seus pátios fechados lateralmente por aramados, de arquitetura modesta (Bibiano de Almeida, Figura 29; Mauá, Figura 28).
- f) E numa situação diferenciada das possibilidades apresentadas por Viñao Frago (2001), encontramos a modalidade do Edifício com a fachada próxima à calçada, situado no interior de canteiro central de avenida urbanizada ou no interior de praça. (D. Antonia, arquitetura de acabamento requintado, Figura 24; João Affonso, arquitetura caracterizada pela simplicidade, Figura 21; ambos sem limites físicos ou visuais delimitando os pátios).

O jogo dialético dentro-fora, aberto-fechado não se encerra nesses aspectos determinados pelas relações da escola com a rua, mas encontra-se presente na arquitetura e na vida escolares, na relação entre os espaços edificados e na disposição dos diversos espaços de um mesmo edifício. A existência ou não de zonas de transição, a presença de pórticos, pátios cobertos e corredores ao ar livre determinam marcas que caracterizam os espaços nos aspectos visuais e funcionais. Como exemplo, o alpendre do Bibiano de Almeida, estrutura simples, mas que estabelece uma ordenação espacial, delimitando os espaços interiores dos espaços exteriores da escola, além da função de proteção da entrada principal do edifício.

Ainda em relação aos espaços não edificados, destaca-se o pátio escolar, outro espaço de transição que fazia com que as crianças saíssem da rua, afastando-se das influências negativas, além de evitar que entrassem para a sala de aula no mesmo ritmo que vinham da rua. Nesse sentido o pátio escolar, presente em todas as instituições escolares de Pelotas, “significava a passagem de uma ordem para a outra, de uma cultura para a outra, onde a fila cumpria o importante papel de imposição de uma postura espaço-corporal necessária à vida escolar” (FARIA FILHO, 1998, s/p).

Assim, observamos que não existe uma caracterização específica que defina a escola como lugar, também não é possível definir uma tipologia que possa abranger a diversidade intrínseca na função educativa. O trajeto percorrido pelo espaço educativo até a sua delimitação e seu estabelecimento perpassa por diversas possibilidades de estruturação espacial e de localização.

Diferentemente da definição de Viñao Frago (2001) sobre as escolas espanholas do passado, em que predominava uma arquitetura escolar que reunia clausura ou encerramento com a marcada ostentação de um edifício sólido, pode-se constatar que em Pelotas essa tipologia estava restrita aos edifícios das escolas particulares religiosas. Já as escolas públicas, como os grupos escolares modelo e as escolas da periferia, estavam totalmente ou parcialmente integradas à rua, sem barreiras visuais e com barreiras físicas pouco significativas. Assim, a relação do edifício com a rua, buscando oferecer visibilidade aos seus espaços, estava tentando uma forma de aprofundar as relações da escola com a sociedade como um todo e até mesmo, quem sabe, atuar sobre esse meio social em que estava inserido, contribuindo para a transformação social.

Tais aspectos, observados na relação entre os edifícios escolares, os campos, a rua e a cidade tangibilizam os condicionamentos que a urbanização, o higienismo e as políticas educacionais do período trouxeram para a configuração dos edifícios escolares de Pelotas na Primeira República.

5.3 EDIFÍCIOS ESCOLARES COMO CULTURA MATERIAL

Tendo explorado a articulação das escolas ao seu contexto, enfocamos agora os edifícios escolares como cultura material. Para isso, amparados pelos pressupostos da tipologia arquitetônica (ARGAN, 1966), e considerando os elementos essenciais que identificaram cada tipo de instituição escolar (número de salas), sua distribuição espacial (o esquema de circulação adotado) e a opção formal por uma fachada específica (RAMALHO e WOLFF, 1986), exploramos as características dos 11 edifícios escolares identificados (Quadro 6).

QUADRO 6 - Números comparativos e caracterização dos edifícios para definição de tipologias.
Edifícios escolares públicos e privados urbanos projetados e construídos em Pelotas na primeira República (1889-1930)

Nome inicial Ano	Nº salas	Área salas M	Média alunos por sala	Nº pavimentos	Valor investido públ./ priv.*	Tipologia	Linguagem	Sanitários	Pátio/galpão	Outros ambientes
Gonzaga 1906	11 3 **	19 18 14	20 a 30	2 + porão + sótão	Verba privada	Bloco único Circulaç. Longit. Quadra	Eclética	Interno	Pátio e galpão	Administrat. serviços; dormitórios/ religiosos
São José 1914	7***	38 35 31 28 26 18 16	20 a 30	3 (porão habitável)	Verba privada	Bloco único Circulaç. Longit. Quadra	Eclética/art nouveau	Interno	Pátio e salão de recreio coberto	Administrat. serviços, dormit/relig; dormit /alunas; capela; salão.
João Affonso 1922	1	75	50	1	25:000\$00/ Verba públ.	Bloco único Sem circulaç. int.	Chalé rural	Interno	Pátio	Sala de apoio
Carlos Laquintinie 1924	5	41 39 36 36 31	20 a 30	1	20:000\$00 Verba públ.	Bloco único Circulaç. Longit	Eclética, ornatos geometriz.	Interno	Pátio	Sala de apoio
Mariana Eufrásia 1924	5	40 30 28 21 10	20 a 30	1	20:000\$00 Verba públ.	Bloco único Circulaç. Ext.	Eclética, ornatos geometriz.	Interno	Pátio	Sala de apoio
D. Antonia 1927	2	48 48	40	2	97:200\$000 Verba Fundação.	Bloco único Circulaç no hall	Eclética	Interno	Pátio	Diretoria; Gabinete Med/odontol.
Dr. Assumpção 1927	5	40	30	2	320:000\$00 Verba Fundação	Bloco único Circulaç. central	Eclética	Interno	Pátio	Diretoria; Gabinete Medico odontológ.

Jacob Brod 1927	1	40	30	1	15:000\$00 Verba Fundação	Bloco único Sem circulaç. Int.	Colonial	Interno	Pátio	Sala de apoio
Fernando Osorio 1927	1	75	50	1	23:700\$00 Verba Fundação	Bloco único Sem circulaç. Int.	Chalé rural	Interno	Pátio	2 Quartos, varanda, cozinha 50m²
Mauá 1927	1	75	50	1		Bloco único Sem circulaç. Int.	Chalé rural	Interno	Pátio	Sala de apoio
Bibiano Almeida 1928	1	40	30	1	9:300\$000 Verba Fundação	Blocos interligados.	Colonial	Interno	Pátio	Sala de apoio

* Para uma referência dos valores da época, em 1926 foram exportados pelo Porto de Pelotas 43.502.259 quilos, com valor oficial de 32.540:454\$330. Nesse mesmo ano foram estas as rendas das repartições fiscais: Renda Federal 4.266:767\$249; Renda Estadual 4.607:052\$283; Renda Municipal 5.454.905\$960 (Anexos Relatório Intendencial, 1927).

3** Já haviam sido construídos dois edifícios de dois pavimentos no terreno contíguo: um primeiro edifício com 4 salas de aula no pavimento térreo e capela no pavimento superior, e um segundo edifício para o salão de refeições no pavimento térreo e 4 salas de aula no pavimento superior. No edifício em estudo havia 3 salas de aula.

*** A área das salas de aula ia diminuindo de acordo com o adiantamento das séries, 38 m² para o ensino das primeiras letras, 35 m² para o primeiro ano, 31 m² para o segundo ano, sucessivamente até a sala do 6º ano, com 16 m².

Fonte: Elaborado pela autora, 2018

Como discutimos na metodologia, ao comparar os 11 edifícios escolares, observamos aspectos que explicitam diferenças relevantes, ao mesmo tempo em que se apresentam como semelhanças entre alguns edifícios. Alguns aspectos permitiram identificar quatro tipologias, especialmente seu tamanho (número de salas), sua distribuição espacial (o esquema de circulação adotado e os ambientes) e a opção formal por uma fachada específica (ecclética, colonial, chalé).

Assim, identificamos quatro tipologias de edifícios escolares entre 1889 e 1930 em Pelotas, apresentadas no Quadro 7. Abordamos as tipologias a seguir, através do aprofundamento da análise de cinco escolas que, enquanto cultura material, as representam: o Gonzaga (Edifícios Escolares Monumentais), depois o João Affonso e o Bibiano de Almeida (Edifícios Escolares Padronizados), a seguir o Mariana Eufrásia (Edifícios Escolares Seriados), e por fim o D. Antonia (Edifícios Escolares Escolanovistas).

QUADRO 7 - Números comparativos e caracterização do corpus da pesquisa.

Edifícios escolares públicos e privados urbanos projetados e construídos em Pelotas na primeira República (1889-1930)

Nome inicial Ano	Nº salas	Área das salas M²	Média de alunos	Nº pavimentos	Valor investido Verba públ./priv *	Tipologia	Linguagem	Sanitários	Pátio/galpão	Outros ambientes
Gonzaga 1906	11 3 **	14 18 19	20 a 30	2+porão + sótão	Verba privada	Bloco único Circulaç. Longit. Quadra	Eclética	Interno	Pátio e galpão	Administrativos, serviços, moradia
João Affonso 1922	1	75	50	1	25:000\$00/ Verba públ.	Bloco único Sem circulaç. int.	Chalé rural	Interno	Pátio	Sala de apoio
Bibiano Almeida 1928	1	40	30	1	9:300\$000 Verba Fundação	Blocos interligados	Colonial	Interno	Pátio	Sala de apoio
Mariana Eufrásia 1924	5	10 21 28 30 40	20 a 30	1	20:000\$00 Verba públ.	Bloco único Circulaç. Ext.	Eclética, ornatos geometriza dos	Interno	Pátio	Sala de apoio
D. Antonia 1927	2	48 48	40	2	97:200\$000 Verba Fundação.	Bloco único Circulaç no hall	Eclética	Interno	Pátio	Diretoria Gabinete Medico odontológ.

** Para uma referência dos valores da época, em 1926 foram exportados pelo Porto de Pelotas 43.502.259 quilos, com valor oficial de 32.540:454\$330. Nesse mesmo ano foram estas as rendas das repartições fiscais: Renda Federal 4.266:767\$249; Renda Estadual 4.607:052\$283; Renda Municipal 5.454.905\$960 (Anexos Relatório Intendencial, 1927).

3** Já haviam sido construídos dois edifícios de dois pavimentos no terreno contíguo: um primeiro edifício com 4 salas de aula no pavimento térreo e capela no pavimento superior, e um segundo edifício para o salão de refeições no pavimento térreo e 4 salas de aula no pavimento superior. No edifício em estudo havia 3 salas de aula.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018

A seguir, apresentamos por ordem cronológica as cinco escolas (uma de cada e duas de uma tipologia), (Figura 31), que foram escolhidas seguindo critérios explicitados em cada seção e o Mapa de Pelotas (1926) com a sua localização (Figura 32).



Figura 31 Imagem dos edifícios que caracterizam as tipologias identificadas, modelagem digital baseada nas fotografias originais
Fonte: Acervo da autora

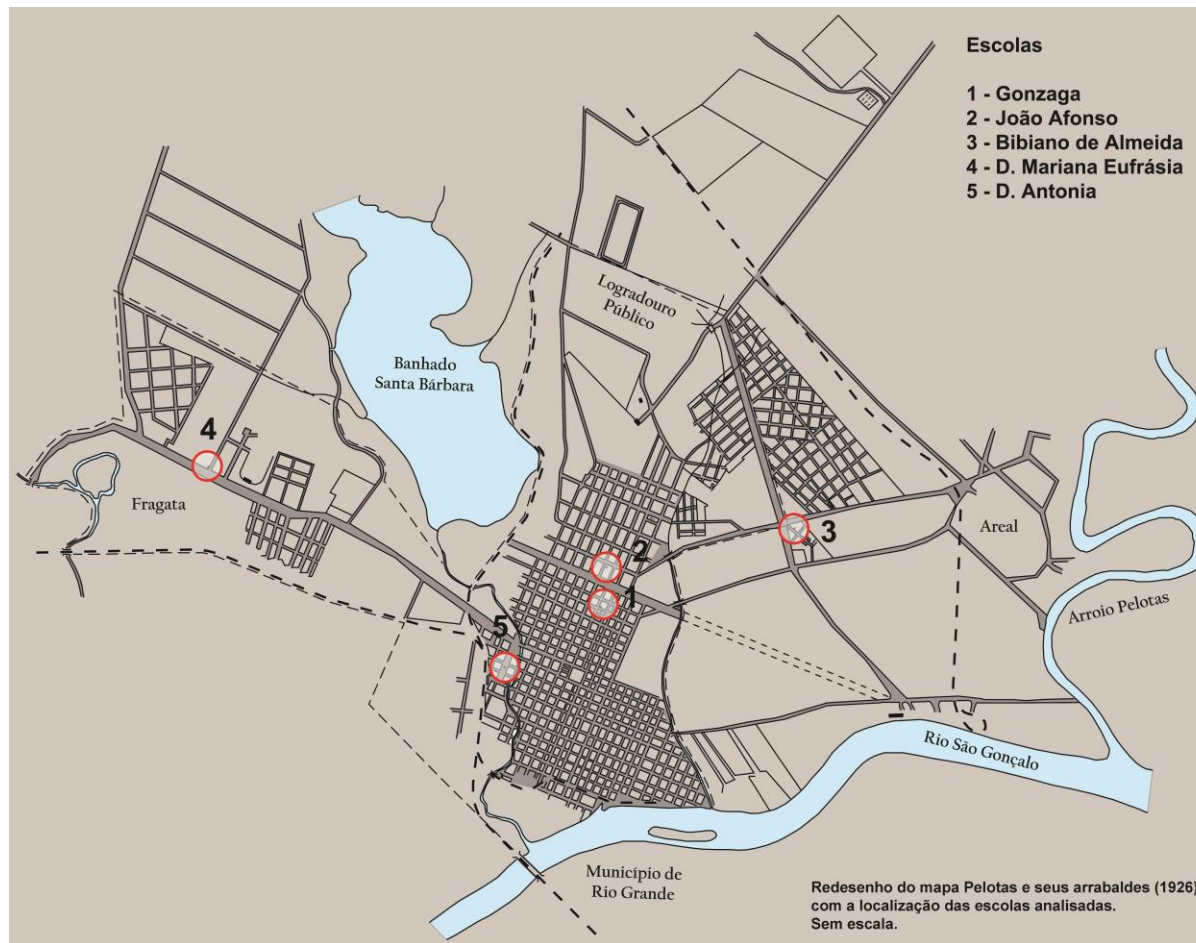


Figura 32: Mapa de localização dos edifícios que caracterizam as tipologias identificadas
 Fonte: Redesenho do mapa de Pelotas de 1926. Acervo da autora.

5.3.1. Edifício Escolar Monumental. Gonzaga, 1906

Essa tipologia abrange os edifícios escolares privados de dois pavimentos e linguagem arquitetônica de aspecto monumental. Contemplava um programa de necessidades com espaços para diversos usos, distribuídos em setores. Caracterizava-se por escolher uma localização privilegiada para a implantação dos edifícios escolares. O ensino era fundamentado pelo binômio cultura e religião, zelando pela educação cristã e imprimindo ao espaço os valores de ordem e hierarquia

No corpus desta pesquisa foram identificadas na cidade de Pelotas no período da Primeira República duas escolas com essa tipologia. São elas: Gonzaga e São José. Elegemos para análise o Gonzaga porque nas pesquisas analisadas não havia estudo voltado especificamente para o edifício dessa Instituição.

As congregações religiosas foram as primeiras a edificar os prédios próprios para instalar suas escolas em Pelotas. Oferecendo o ensino privado, distinguiam-se à época o Gonzaga, que atendia os alunos do sexo masculino, fundado em 1895, e o São José, direcionado ao público feminino, que teve sua sede construída em 1916. Neste subcapítulo, será feita uma análise descritiva do Gonzaga, instituição de cunho privado, fundada por jesuítas e localizada em frente à Praça da Igreja Matriz de Pelotas. Teve as primeiras instalações em uma antiga residência doada por seminarista, passando a ocupar um novo edifício em 1905, o qual foi construído no local da antiga casa onde foi fundado o Ginásio, na Praça da Matriz.

Para uma contextualização do momento histórico da criação dessa instituição, recorre-se à pesquisa de Magalhães (1993). Segundo esse autor, a freguesia de São Francisco de Paula estabeleceu-se em sete de abril de 1812, do desmembramento da então vila de São Pedro do Rio Grande, hoje município de Rio Grande. Anteriormente denominada paróquia de Pelotas, nome dado por primitivos moradores ao local, tem início então, no povoado, as discussões sobre a localização da igreja. Na época, “freguesia era um título de autonomia religiosa, dado a povoados que dispunham de igreja paroquial própria” mesmo sem possuírem unidade administrativa (MAGALHÃES, 1993).

Após discussões das autoridades para definir a localização da igreja, que determinaria o local da praça, da administração e das melhores casas, começa a construção da capela e a medição judicial para abertura das 19 ruas do novo

agrupamento urbano, em uma área de propriedade do capitão-mor Francisco Antônio dos Anjos. Com um traçado de quadro de perfeito xadrez, teve origem o primeiro loteamento com o assentamento de casas esparsas em torno da capela (MAGALHÃES, 1993).

Nesse sítio, no entorno do prédio da igreja, no lote de esquina da Rua Quinze de Novembro e Praça da Matriz, hoje denominada Praça José Bonifácio, localizava-se um prédio medindo cerca de 20 por 12 metros, fazendo frente com a face lateral da igreja, uma construção térrea em linguagem luso-brasileira, de propriedade do então seminarista João Francisco Braga.

Em 1888 chegaram a Pelotas os missionários da Companhia de Jesus²⁰, sendo inicialmente apenas dois: Padre Anselmo de Souza e Padre Gustavo Locher, os quais celebraram a primeira missa no Asilo de Órfãos. Nesse período, o país estava em processo de mudança de regime, vindo a implantar-se a República no ano seguinte, com a Igreja não mais ligada ao Estado (PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 27).

Como consequência da riqueza obtida na fabricação do charque, Pelotas caracterizava-se pelo luxo, conforto e nível cultural adiantado. Entretanto, sob o ponto de vista religioso era diferente, sendo a religião hostilizada e tendo os padres jesuítas enfrentado inúmeras dificuldades.

Encontrando adversidades, sem auxílio e sem moradia os missionários receberam o apoio do seminarista João Francisco Braga, sendo hospedados em uma de suas propriedades. Este, herdeiro de riqueza oriunda do charque, e detentor de muitas propriedades, transferiu-se para estudos no seminário em Hamburgo, na Alemanha, mas antes resolveu fazer doação do imóvel situado na Praça José Bonifácio, número 166, aos missionários da Companhia de Jesus.

Entre os anos de 1888 e 1896, os jesuítas desenvolveram atividade pastoral em Pelotas e municípios próximos, mas o padre Anselmo de Souza “deu-se conta de que o melhor meio de reavivar o espírito cristão seria começar pelas crianças, abrindo uma escola de que faria seu quartel general sob a proteção de São Luiz Gonzaga” (PARMAGNANI; RUEDELL, 1995, p. 28). Em 1895 iniciaram-se nesse

²⁰ Sobre a história do Colégio Gonzaga, ver os Irmãos Parmagnani e Ruedell, que organizaram o “Memorial do Colégio Gonzaga”, publicado em 1995, em comemoração aos 100 anos dessa instituição escolar.

imóvel, doado aos seminaristas em Pelotas (Figura 32), as atividades da Escola São Luiz Gonzaga, de propriedade da sociedade católica²¹. Era uma escola paga, oferecendo o curso primário ou curso elementar para meninos, começando com apenas 15 alunos, inicialmente com acomodações um tanto precárias.



Figura 33 Fotografia da primeira residência dos padres jesuítas em Pelotas, onde iniciou a Escola São Luiz Gonzaga, Pelotas, RS, 1905

Fonte: PARMAGNANI; RUEDELL, 1995, p. 24.

Norteando as atividades escolares pelo binômio cultura e religião, zelando pela educação cristã da mocidade, o ensino do Gonzaga era oferecido para alunos de classes sociais de maior poder aquisitivo e deveria ser completo: “sólidos conhecimentos científicos, amplos conhecimentos humanísticos, rigorosa educação disciplinar e ética, ampla participação através de grêmios, associações, congregações, banda, esporte, atividades práticas e iniciação à vida litúrgica sacramental” (PARMAGNANI; RUEDELL, 1995, p. 18).

Com o decorrer dos anos houve um aumento significativo do número de alunos, surgindo a necessidade de um espaço físico maior que a área de 240 metros quadrados da esquina, que deu origem à escola. Segundo Parmagnani e Ruedell (1995, p. 30), no ano de 1898 é feita a compra de um terreno confrontante ao prédio principal pela Rua Quinze de Novembro, e iniciam, então, os trabalhos para a nova construção, sendo inaugurada em 1900, com a capela localizada no pavimento

²¹A reorganização das escolas católicas no Brasil foi uma importante arma no processo de reestruturação do catolicismo nos anos posteriores à implantação da República. No Rio Grande do Sul este processo desenvolveu-se de forma singular e muito significativa, graças à ideologia do governo castilhistas, que estimulava a iniciativa particular na área educacional (AMARAL, 2003, p.154).

superior, e quatro salas de aula no pavimento térreo, que passam a serem ocupadas pelas classes dos alunos “maiores”.

Nos anos seguintes cresce o ingresso de alunos na instituição, abrem-se novas turmas, chegam mais professores, e a escola passa a oferecer o curso ginásial. No ano de 1901 foi registrada a compra de outro terreno, na continuidade da Rua Quinze de Novembro, no qual foi iniciada em 1904 a construção de um edifício de dois pavimentos para o salão de refeições no pavimento térreo e salas de aula no pavimento superior, sendo o acesso por uma escada externa (Figura 33) (PARMAGNANI; RUEDELL, 1995, p. 32).



Figura 34 Fotografia dos pensionistas no salão de recreio e de refeições do Gonzaga.
Fonte: Lembranças do Gonzaga, 1927. Acervo Biblioteca Pública Pelotense.

A edificação em que se localiza a capela possui um afastamento diferente das demais construções, gerando um pátio interno, que era utilizado pelos alunos “menores”, local muito utilizado para fotografias nas comemorações da Escola (Figura 34). Podemos observar à direita uma edificação onde se localizava a capela no pavimento superior e quatro salas de aulas no pavimento térreo, ao fundo o outro edifício que reunia quatro salas de aulas no pavimento superior e salão de refeições no pavimento térreo, e à esquerda o muro no alinhamento da Rua Quinze de Novembro.



Figura 35 Fotografia do pátio interno do Gonzaga
Fonte: Álbum de Pelotas, 1922.

Apesar das hostilidades que vinha sofrendo inicialmente, a nova escola foi ganhando prestígio e, ao término do século XIX, já havia se firmado como educandário eficiente quanto ao ensino e à educação cristã ministrada, conquistando a confiança das famílias pelotenses. Um exemplo nesse sentido é que em 1902 o colégio foi “previamente equiparado ao Colégio D. Pedro II no Rio de Janeiro e assumiu o nome de Ginásio São Luiz Gonzaga” (PARMAGNANI; RUEDELL, 1995, p. 32).

Com o crescimento da instituição e a necessidade de espaço físico para serviços administrativos e religiosos, a direção decidiu pela demolição da “casa velha”, primeira casa na Praça José Bonifácio, e pela construção de um novo edifício. Então, “a 18 de janeiro de 1906, em lugar da casa antiga começa a construção da nova, foi benta e posta a “Pedra Angular” a 15 de maio (Figura 35). Veio de Florianópolis o Irmão jesuíta Gellermann para ajudar na nova construção de edifício para as aulas” (PARMAGNANI, RUEDELL, 1995, p. 39). É interessante mencionar que embora exista essa nota, não há registro da data da inauguração deste novo prédio. Assim, o ano de 1906 foi tomado como marco temporal para construção do edifício principal do Gonzaga, analisado nessa pesquisa.

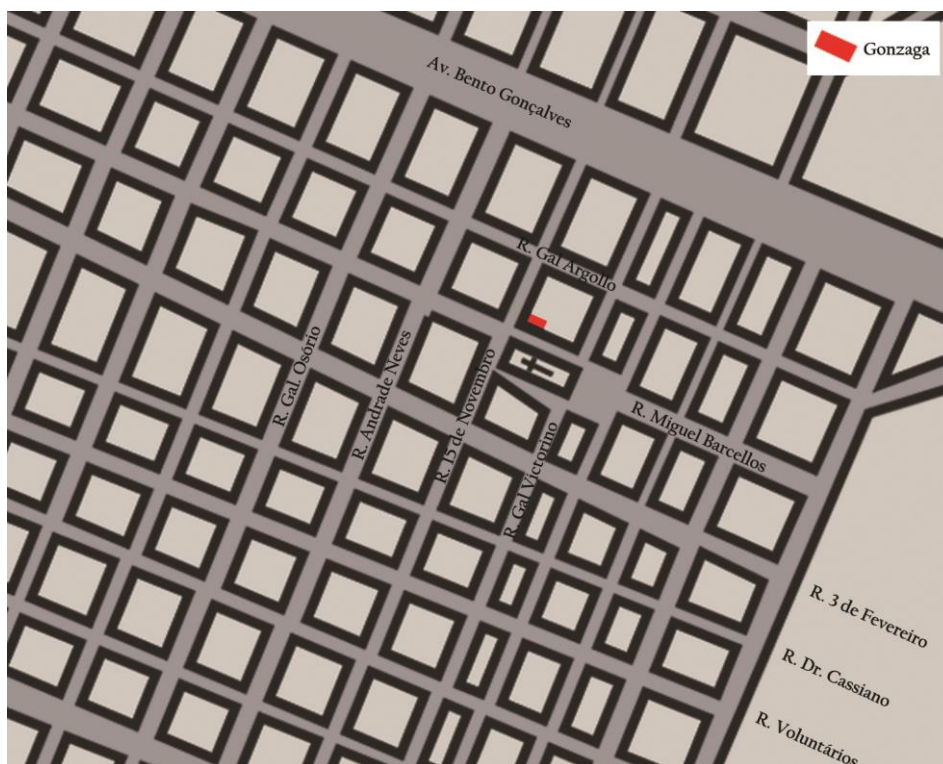


Figura 36 Mapa de situação do Gonzaga
Fonte: Mapa de Pelotas, 1926, adaptado pela autora.

O planejamento e a construção do novo edifício, que permanece até hoje em funcionamento e do qual será feita a análise, foram de responsabilidade da ordem dos jesuítas, não foram encontrados na documentação pesquisada o projeto original ou referência ao nome do autor do projeto, que possivelmente tenha vindo de Florianópolis trazido pelo Irmão jesuíta Gellermann, supostamente engenheiro ou construtor, que veio auxiliar no período da construção e mais tarde realizou outras obras no Gonzaga, como em 1917, quando construiu uma área coberta para o recreio dos alunos (PARMAGNANI, RUEDELL, 1995, p. 43).

Embora os históricos do Ginásio acessados não façam menção a nomes de educadores participantes na comissão de criação do projeto, sua configuração denota influências de modelo de edifício escolar alemão, como a Thomasschule de Leipzig, Alemanha (Figura 9). Algumas características da concepção de educação vigente, como o ensino seriado, estão representadas na planta da edificação, assim como a distribuição hierarquizada dos espaços dos alunos e espaço dos professores, restringindo as atividades dos alunos ao pavimento térreo.

Quanto ao partido arquitetônico, o edifício foi projetado em bloco único, com dois pavimentos, porão alto e apresentou na fachada principal a parte central destacada em relação às laterais por tratamento diferenciado dos vãos. O bloco

apresenta planta retangular cortada ao centro, no sentido da maior dimensão, por um largo corredor longitudinal que vai de um acesso secundário lateral até uma janela na parede oposta. A planta baixa apresenta, então, uma configuração de edifício com ambientes dispostos ao longo de uma circulação central, que lhes dá acesso e ao mesmo tempo permite um controle constante dos alunos (Figura 36).



Figura 37 Fotografia do edifício do Gonzaga construído em 1906
Fonte: Acervo Eduardo Arriada, Editora Meiria.

No novo edifício erguido (Figura 37) instalaram a sede principal da instituição, sendo o mais significativo do conjunto arquitetônico construído. A linguagem formal é eclética, constituída por dois pavimentos e mais uma água-furtada²², janela de sótão coberta por duas águas que emerge de uma água de telhado, imprimindo um aspecto de monumentalidade ao edifício, que ficava destacada em função de sua localização privilegiada. A implantação ocupou os alinhamentos prediais e laterais do terreno de esquina, sem recuos para ajardinamento. Os lotes de esquina, por permitirem a construção de prédios que se evidenciavam por explorar duas fachadas, foram disputados pelos ricos proprietários de construções residenciais e comerciais, e até mesmo educacionais.

²² Água-furtada é parte do espaço compreendido entre duas ou mais tesouras nos telhado, de ponto alto, que se atinge por uma escada própria, e que geralmente se destina a depósito. Pode ser provida de janelas para o exterior, as mansardas (CORONA; LEMOS, 1972, p. 321).



Figura 38 Fotografia de parte dos edifícios vista pela rua XV de novembro do Gonzaga
Fonte: Álbum de Pelotas 1922.

Sua localização em frente aos jardins da Praça José Bonifácio (Figura 38), onde não existem construções, permitindo uma amplitude visual ao observador, mostra a perspectiva imponente do Gonzaga, destacando a sobriedade e equilíbrio das linhas que definem o conjunto da edificação. Destacou-se em meio às construções do entorno, em sua maioria térreas, em linguagem luso-brasileira.



Figura 39 Postal da Catedral São Francisco de Paula, à direita o edifício do Gonzaga, 1913

Fonte: <http://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/742/3/A%20marmoraria%20da%20Catedral%20Sao%20Francisco%20de%20Paula.pdf>

O edifício escolar, que deveria exercer uma função educativa no meio social, era a estrutura física do lugar que precisaria provocar a estima dos alunos e dos pais, elevar o prestígio dos professores e portar uma identificação arquitetônica que o diferenciase dos demais edifícios públicos e civis, configurando-o como um lugar específico para as atividades de ensino. Com o crescimento da estrutura física ao longo dos anos, o estabelecimento veio a ocupar quase a totalidade do quarteirão localizado em frente da praça da igreja matriz da cidade.

A fachada principal caracterizava-se pela simetria²³ (Figura 39), e sua parte central era o núcleo da composição, tendo acima do acesso principal do edifício um frontão triangular ornamentado²⁴, e, sob esse, o nome da escola inscrito em relevo. A porta principal e as janelas possuíam vergas de arco pleno, diferentes das demais aberturas, todas com verga reta. As aberturas eram amplas, caracterizando-se,

²³ Simetria – equidistância de elementos formais de composição arquitetônica, semelhantes entre si, em relação a um eixo.

²⁴ Tentativas foram realizadas para decifrar a imagem do desenho incrustado em relevo no frontão triangular. Entretanto não foi possível identificar através das fotos, pois estas perdem nitidez ao serem ampliadas, nem foram encontradas referências nos textos pesquisados.

portas e janelas, pela verticalidade. Algumas aberturas do pavimento térreo possuíam sacadas protegidas por balaústres²⁵ em concreto. A entrada nobre, situada na fachada principal da escola, utilizada pelos alunos apenas em dias de festas, era secundada por entrada lateral de uso diário.



Figura 40 Desenho da fachada principal do Gonzaga
Fonte: Acervo da autora.

O uso do porão alto, que em períodos anteriores não era comum, agora aparece compondo a fachada, como uma característica das construções da fase eclética. Possuía vãos no porão, que são aberturas chamadas de gateiras e servem de iluminação e ventilação, geralmente fechadas com grades. Outra característica desse período é também a incorporação do uso do ferro fundido, presente nas gateiras do porão, não habitável nesse edifício.

Na sua composição formal, a fachada era dividida verticalmente de maneira proporcional, a tripartição realçada pela presença de pilastras, das quais algumas apresentavam capitel no seu acabamento superior e outras rusticação²⁶ em sua superfície. As pilastras sobressaíam à cimalha, sendo ornamentadas com pinhas no topo. Os elementos decorativos acima das aberturas eram mais simples no

²⁵ Balaustre é uma pequena coluna ou pilar, de altura e secção variável, de metal, madeira, pedra ou alvenaria que sustenta o corrimão, ou mesmo travessa ou capeamento de alvenaria dos parapeitos (CORONA e LEMOS, 1972, p.66, 67).

²⁶ Rusticação - refere-se à alvenaria cortada em grandes blocos, com a superfície lisa ou rústica, separados por juntas secas, utilizado frequentemente na parte inferior de uma edificação para aparentar solidez (CASTRO, 2010, p. 324).

pavimento térreo e mais rebuscados no pavimento superior. A platibanda acompanhava as divisões da fachada, sendo algumas cheias com elementos decorativos simples e outras vazadas com ornamentos mais rebuscados.

Na fachada principal, o mastro da bandeira mostra a valorização com que o Gonzaga cultuava as comemorações de festas cívicas e religiosas. Destacavam-se as comemorações da Semana da Pátria, com a participação da juventude nas homenagens à Pátria quando eram organizadas entre outras atividades, cerimônias de hasteamento da bandeira e alunos cantando hinos, desfiles com banda e demonstrações de exercícios físicos realizados ao ar livre, juntamente com alunos de outras escolas (AMARAL, 2003, p. 164, 165).

Quanto às técnicas construtivas e materiais utilizados, o prédio foi edificado em alvenaria de tijolos, técnica de parede sobre parede, utilizando o porão alto para nivelamento do edifício e isolamento em relação ao terreno. Outra inovação é identificada no uso de materiais como telhas francesas de barro na cobertura, com molde diferente das tradicionais telhas coloniais. As paredes externas eram revestidas de reboco liso, apresentando rusticação nas marcações dos cantos das paredes e nas pilastras.

O piso do pavimento superior foi feito em madeira, estruturado com apoios nas paredes portantes. Na escada também foi utilizada a madeira na estrutura, nos degraus, e na balaustrada²⁷. A madeira se faz presente ainda nas aberturas, nas janelas de abrir envidraçadas e na porta principal almofadada.

No pavimento térreo os pisos das salas foram revestidos com ladrilhos, assim como os pisos nas áreas de sanitários, e sistemas de abastecimento de água, de coleta de esgotos e de águas pluviais foram incorporados ao edifício, trazendo as instalações sanitárias para dentro do prédio.

O pé-direito de quase quatro metros de altura proporciona condições de conforto aos ambientes nos dois pavimentos. As janelas são amplas, permitindo insolação e ventilação abundantes, atendendo às demandas das preocupações higienistas e de conforto ambiental.

²⁷ Balaustrada é o sistema completo de corrimãos e balaustres estacas que impede as pessoas de caírem sobre a borda. Balaustre tradicional, também conhecido como balaustre torneado, é aquele que tem quadrados nas bases da barra. E essas barras acompanham todo o movimento da escadaria, ou seja, elas viram conforme a inclinação das escadas, criando assim uma visão mais estética e harmoniosa. Esse é o tipo mais utilizado tanto em residências como também em igrejas e outras construções. <http://construindodecor.com.br/balaustre/>

Quanto à distribuição espacial, o programa de necessidades denota que o crescimento da instituição tornou imprescindível a previsão de espaço físico para fins administrativos, além de novas salas de aula, e outros serviços que foram distribuídos no pavimento térreo²⁸. Era necessário ainda ampliar as acomodações para os Irmãos e criar espaço para serviços religiosos, os quais se concentraram no pavimento superior, atentando, assim, para uma distribuição hierarquizada das diversas funções

No pavimento térreo (Figura 40), junto à entrada principal, existiam duas salas contíguas ao vestíbulo. A sala da secretaria e possivelmente a sala do prefeito geral – o inspetor do colégio – a quem os prefeitos de cada divisão, regentes de cada classe e professores deviam subordinar-se. Ambas as salas davam acesso direto ao vestíbulo de entrada, o que facilitava a recepção de pessoas de fora, o público externo à escola, denotando ser um espaço mediador entre o “dentro” e o “fora” da instituição. Esses ambientes eram ligados também com o corredor interno por outras portas. Na fachada principal, na lateral direita do edifício, havia uma porta de acesso secundário e um pequeno hall, possivelmente utilizado para a entrada dos alunos, e próximas a esse localizavam-se três salas de aula.

²⁸ As plantas baixas analisadas foram desenhadas em 1963, quando foi feito o levantamento do edifício para obra de reforma e ampliação, e obtidas na Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria Municipal de Urbanismo, processo nº 166/63. A distribuição dos ambientes foi comparada com as fachadas das fotografias do período da fundação e conferidas em visita interna à instituição. Foram executados novos desenhos a partir dessas informações.

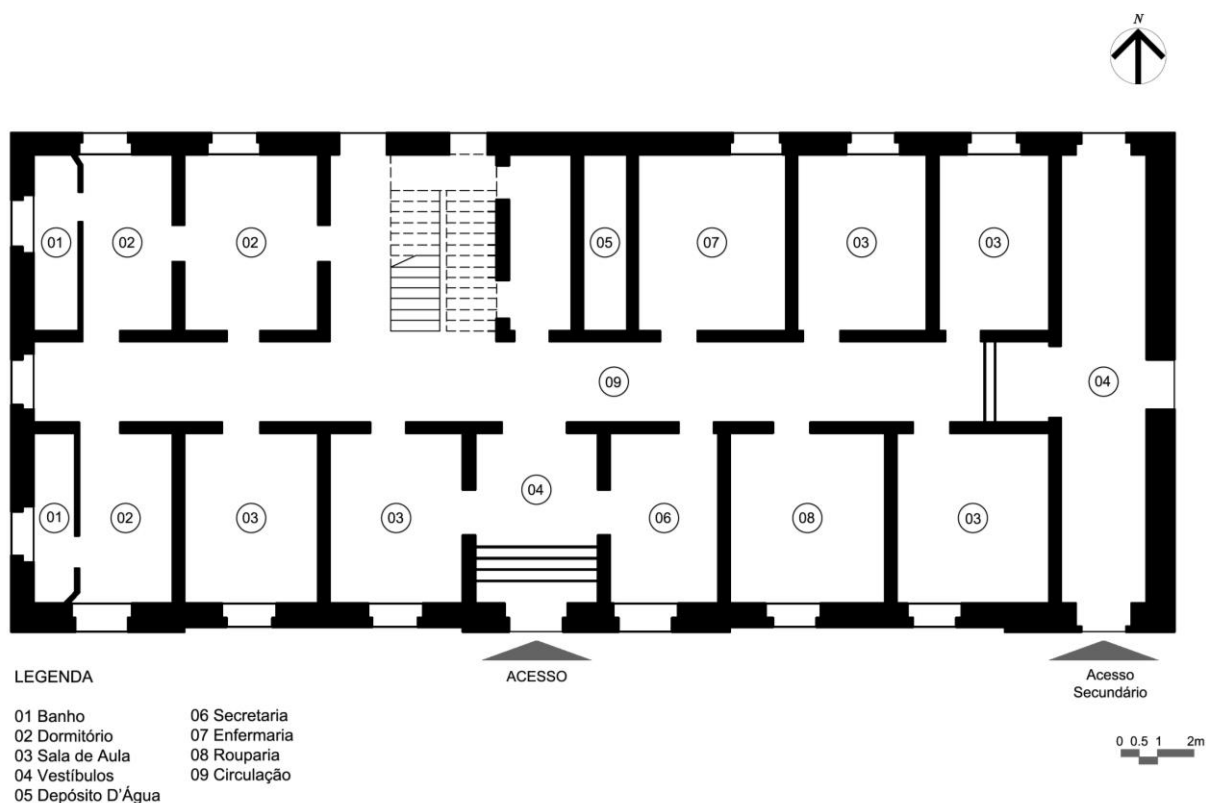


Figura 41 Planta baixa do pavimento térreo do Gonzaga
Fonte: Acervo da autora.

Nesse pavimento, que concentrava as salas de aula e serviços burocráticos, havia mais uma sala, provavelmente da direção, e três dormitórios com duas salas de banho anexas a eles. Havia ainda uma rouparia, uma enfermaria, um depósito de água e um corredor de acesso ao pátio do lado da escada. A circulação vertical era feita por uma escada de madeira em dois lances e um patamar. O acesso dos alunos ficava restrito a esse pavimento.

O pavimento superior (Figura 41) era área de uso exclusivo dos jesuítas, para descanso, reuniões e preparações litúrgicas, havendo uma ligação com a capela por meio de um compartimento denominado sacristia, espaço em que o padre faz a preparação para a missa. O uso predominante era de dormitórios para os Irmãos, havia ainda uma ampla sala de reuniões e um escritório anexo a um dormitório. Duas salas de banho localizavam-se num extremo do corredor longitudinal, e os sanitários, no outro extremo. A escada, com mais um lance de degraus, levava ao sótão ou terceiro pavimento, pequenos espaços abaixo do telhado, ambientes que podiam ser aproveitados, mas eram pouco cômodos.

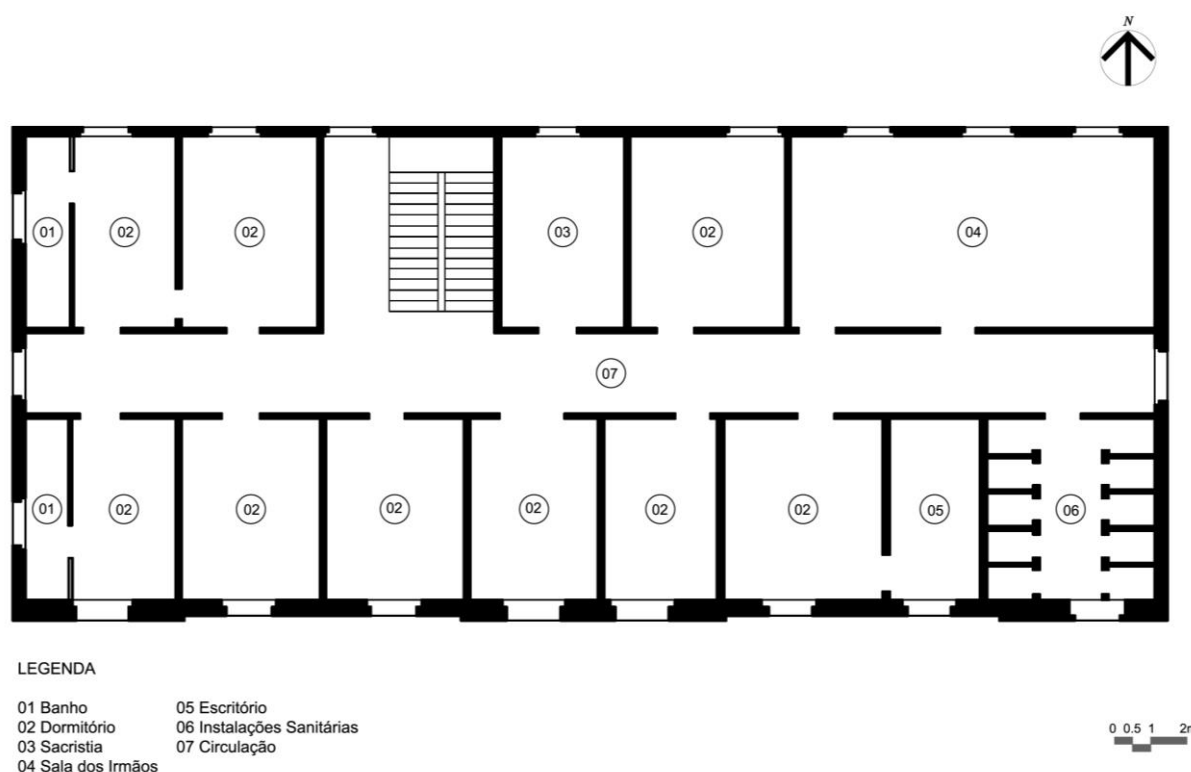


Figura 42 Planta baixa do pavimento superior do Gonzaga
Fonte: Acervo da autora

Quanto à sofisticação ou simplicidade dos acabamentos, os edifícios²⁹ construídos pelos jesuítas para as instalações do Gonzaga caracterizavam-se pela alta qualidade dos materiais e da mão-de-obra, por técnicas construtivas atualizadas, com acabamentos esmerados, apresentando um aspecto dominante de sobriedade sem sofisticação ou luxo. Os prédios do estabelecimento foram sendo construídos separadamente, com pequeno intervalo de tempo entre eles, o que resultou em uma construção com leituras arquitetônicas semelhantes.

Voltando a atenção para o espaço escolar, observamos que ele é constituído por zonas edificadas e não edificadas, podendo, algumas, acolher atividades específicas, outras ser espaços de usos livres, ou até permitirem diferentes utilizações em momentos diversos. A análise do programa de necessidades de uma

²⁹ O edifício principal apresenta características espaciais e fachada semelhantes ao edifício do Ginásio Santa Catarina de Florianópolis, além da localização em frente a uma praça, tendo sido esse organizado pelos jesuítas, que retornaram à Vila da Nossa Senhora do Desterro, em meados de 1905. Contaram com o apoio do então governador do Estado de Santa Catarina, Coronel Vidal de Oliveira Ramos, para seu estabelecimento, representando uma aliança da Igreja Católica com o Governo de Santa Catarina; passou a chamar-se Colégio Catarinense em 1943. As instituições Colégio Gonzaga e Colégio Catarinense apresentam semelhanças nos seus percursos, nos sistemas de ensino, possuíam regime de internato, ministraram uma educação evangelizadora e regrada, oferecendo uma formação completa aos seus alunos. <http://www.colegiocatarinense.g12.br/historia/>

instituição nos leva a questionar se “a existência ou inexistência de um espaço específico para uma determinada função ou tarefa” seria indicador da relevância ou pouca importância de tal tarefa (VIÑAO, 2005, p. 19). Também podemos considerar como indicadores do destaque de determinada função a sua localização, a relação com os outros espaços, as suas dimensões, bem como a sua disposição interna.

Nesse sentido, destaca-se que o ambiente das salas de aula era amplo, para cinquenta alunos com lugares fixos nas carteiras determinados pelos regentes, a mesa do professor ficava sobre estrado elevado, permitindo efetivo controle, e utilizava símbolos religiosos na parede, constituindo a identidade da instituição, como pode ser observado na descrição de Parmagnani e Ruedell (1995, p. 130, 131) sobre o que consideram uma “aula tradicional no Gonzaga” nesse período:

“Uma sala vazia, vasta para 50 alunos bem acomodados. Na frente, um quadro negro, a escrivaninha do professor sobre o estrado de uns 35 cm de altura para bem dominar toda a classe. No centro da parede, acima do quadro negro, a imagem do Sagrado Coração de Jesus e o Crucifixo. Tudo em perfeita ordem. A porta abre-se. Um irmão de batina preta e colarinho branco entra e vai direto à sua mesinha”.

A ordem e a disciplina impostas eram correspondidas pelos alunos, o hábito da prece fazia parte da rotina da aula e o professor concentrava a atenção de todos:

“Pouco depois, chegam os alunos. Vão entrando e ocupando seus lugares quase em silêncio. O Irmão, de pé, recebe-os com um sorriso e corresponde com leve inclinação aos que o saúdam. Estão todos de pé. Silêncio. Faz-se uma breve oração. Todos se sentam e não têm nada sobre a mesinha. O Irmão, com voz clara, palavras bem espaçadas, inicia a lição. Os olhares dos 50 alunos estão cravados nele, pelo menos no começo. [...] O professor serve-se do quadro e giz e assim vai prosseguindo a explicação” [...] (PARMAGNANI; RUEDELL, 1995, p. 130-131).

A organização do espaço escolar possibilitava a separação de acordo com a idade, e nos intervalos das aulas havia pátios específicos para cada grupo: os alunos “menores”, que pertenciam aos três primeiros anos do curso secundário, e “os maiores”, que freqüentavam os dois últimos anos do ginásio. Os processos de ensino e as avaliações freqüentes dos conhecimentos eram feitos através de métodos didáticos prescritos na *Ratio Studiorum*,

“O método de ensino da Companhia de Jesus inventado na conjunção das reformas religiosas e das guerras de religião do século XVI. Entre as estratégias de “governo” de condutas e de produção de subjetividades definidas na “Ratio”, pode-se destacar o

incitamento à atividade permanente do corpo discente, o controle do espaço, a escanção do tempo, a separação dos alunos em classes e grupos, a emulação, a classificação e premiação dos alunos, a vigilância panóptica” (DALLABRIDA, 2002, p. 3).

Os alunos eram mantidos dentro dos muros do colégio e envolvidos o máximo possível em atividades escolares. Os muros se configuravam como uma fronteira física, isolando os alunos da rua, do bairro e dos transeuntes. Os pátios internos, cercado pelos edifícios da escola, propiciavam a vigilância panóptica. O controle do tempo era rigoroso, contando com aulas pela manhã e à tarde, exigindo frequência e pontualidade.

Na hierarquia escolar dos jesuítas, entre o corpo dirigente o diretor ocupava o topo da pirâmide administrativa e pedagógica, sendo seguido pelo prefeito geral. Os prefeitos responsáveis pela disciplina faziam a vigilância geral da escola, acompanhavam os alunos nos corredores, nos recreios, nos jogos, nas salas de estudos, nos dormitórios, e nos refeitórios e acompanhavam em seus passeios (AMARAL, 2003, p. 146). Os espaços de circulação se configuravam como espaços de controle, com normas como a sala de aula, não sendo permitidos brincadeiras e descuidos por parte dos alunos.

Paralelamente ao ensino, a prática religiosa era parte do cotidiano dos alunos e professores no Gonzaga. Esse hábito origina o espaço da Capela, destinada aos Irmãos e também freqüentada pelos alunos entre os quais cresciam a vida e as práticas cristãs quando ingressavam no Gonzaga e eram estimulados à adesão aos princípios do catolicismo. Segundo Amaral (2010, p.164), “aos alunos era obrigatória a frequência às missas dominicais, momento em que tinham, inclusive, sua presença fiscalizada pelos Irmãos. Mas, durante a semana, estavam desobrigados dessa prática”. Localizada no pavimento superior, ocupando uma posição axial em relação ao edifício principal, com acesso para os alunos através de uma escada externa ao prédio, a capela possuía o interior com acabamentos e decoração bastante suntuosos (Figura 42).



Figura 43 Fotografia do interior da Capela do Gonzaga

Fonte: Álbum de Pelotas, 1922.

Na medida em que o Gonzaga foi crescendo e ampliando o número de alunos foram sendo incorporados novos espaços no programa de necessidades. “Completos gabinetes de Phisica, Chimica e História Natural auxiliam efficazmente a instrucção” (ÁLBUM DE PELOTAS, CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA, 1922, s/p). Em 1909 foi criado um museu de História Natural, espaço diferenciado para atender necessidades pedagógicas de ensino das ciências naturais, organizado com a colaboração de diversos doadores de peças, principalmente alunos. Contava com exemplares de repteis, tartarugas, conquillos (conchas de moluscos), insetos e minérios, etc., além de peças de numismáticas e outros objetos (Lembranças do Gonzaga³⁰, 1939).

Os espaços destinados à biblioteca para uso dos alunos não eram usuais nesse período, entretanto foi encontrada referência a este ambiente no livro da instituição Lembranças do Gonzaga do ano de 1925, sendo descrito que “O movimento na biblioteca foi extraordinário este anno, pois houve nada menos que 1019 tiragens de livros”. Consta ainda que, com o dinheiro das contribuições dos familiares dos alunos, custearam a reforma de muitos livros gastos pelo uso e a compra de novos, e faz agradecimentos a diversos doadores, descrevendo os títulos

³⁰ “Lembranças do Gimnasio Gonzaga” eram publicações anuais que, a partir de 1899, relatavam nomes e notas dos alunos premiados por se destacarem em comportamento, aplicação, aproveitamento e melhor classificação nas notas das disciplinas. A partir da década de 1920 as “Lembranças”, passam a apresentar ainda as principais atividades oferecidas aos alunos do Colégio, como participação das associações católicas, do batalhão militar, das festas religiosas, das excursões, dos festivais teatrais e musicais e de autoridades civis e religiosas. Essas publicações trazem ainda diversas fotografias tanto externas como internas dos edifícios Colégio do Gonzaga, bem como de grupos de alunos, professores e Irmãos realizando diferentes atividades.

das obras doadas. Refere-se ao Sr, Darcy Teixeira, que se dedica à organização e manutenção da biblioteca. Acredita-se que deveria existir ainda a biblioteca de uso exclusivo dos Irmãos, localizada em algum espaço comum como a “Sala dos Irmãos”, no pavimento superior.

Os Irmãos maristas chegaram ao Rio grande do Sul em 1900, sendo em sua maioria procedentes da França e da Alemanha e tendo-se destacado por serem hábeis educadores e professores. Dado o crescimento do número de alunos do Gonzaga, em 1910, estes foram convidados pelos padres jesuítas, e assumiram a regência de classes do Curso Elementar. A colaboração dos maristas no Gonzaga foi selada através de contrato, e constituíram uma comunidade, residindo numa casa vizinha, cedida pelo reverendo (PARMAGNANI, RUEDELL, 1995, p. 41).

O crescimento do Gonzaga continuava; nos anos seguintes, foram sendo comprados casas e terrenos contíguos. Em 1916, na esquina das Ruas Anchieta e Argolo, foi inaugurado o edifício do Salão do Teatro no pavimento térreo e das salas de aula no primeiro andar, fazendo ligação com o restante da escola por meio do pátio interno (Figuras 43 e 44). O espaço do Salão teve destaque nas atividades sociais da cidade, sendo apresentado no Álbum de Pelotas de 1922 como local em que se realizam belos saraus dramáticos e musicais, “a que concorrem os alunos, suas famílias e outras pessoas, “o salão de festas tem 20 m de comprimento por 15 de largura e as suas condições acústicas são julgadas as melhores de Pelotas”. O teatro era uma das atividades que mais despertava o interesse dos alunos, e, sendo incentivados pelos lassalistas, criaram um “Corpo Cênico” que realizava festivais de teatro, possuía diretoria eleita e dela participavam Irmãos e professores, uma forma de manter a vigilância (AMARAL, 2003, p. 160).

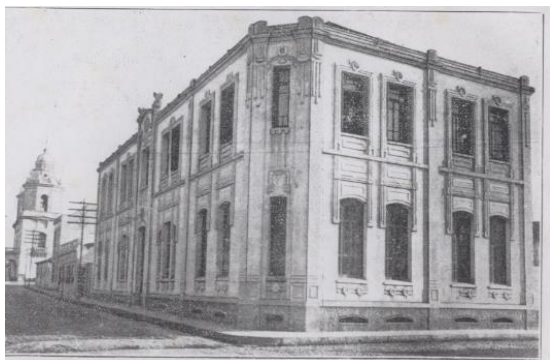


Figura 44 Fotografia do edifício do salão teatro do Gonzaga, 1916.

Fonte: Lembranças do Gonzaga, 1925. Acervo Biblioteca Pública Pelotense.

Figura 45 Fotografia do edifício do salão teatro do Gonzaga, 2018.

Fonte: Acervo da autora

Em destaque no frontão (Figura 45), acima do acesso principal do edifício do salão, foram inscritas as palavras “Arte” e “Sciencia” (Figura 46), e colocado um medalhão com ornatos de estuque, contendo a data da inauguração, estando este incrustado em alto relevo acima da porta principal (Figura 47). Nesse mesmo ano começou a instalação da luz elétrica, pois até então a iluminação era a gás, ou gás acetileno (PARMAGNANI; RUEDELL, 1995, p. 50).



Figura 46 Fotografia da porta principal do edifício do salão teatro do Gonzaga, 2018
Fonte: Acervo da autora.

Figura 47 Fotografia dos ornatos da porta principal do salão teatro do Gonzaga, 2018
Fonte: Acervo da autora.



Figura 48 Fotografia do frontão do salão teatro do Gonzaga, 2018
Fonte: Acervo da autora

O Gonzaga adotou o método de Educação Física Francês, obrigatório para todos os Institutos de Ensino Oficializados, “não somente pela orientação de seus

princípios anátomo-fisiológicos como também por suas características científicas” (Lembranças do Gonzaga, 1939, s/n). Considerado de valor físico e moral, “tão necessários para o aperfeiçoamento da Raça” (Lembranças do Gonzaga, 1939, s/n), reunia atividades de exercícios de Educação Física, treinamentos esportivos, competições de futebol e treinamentos de marcha para desfiles “a fim de dar resistência e militarizar a juventude estudantil” (Figura 48). Inicialmente os exercícios e os esportes eram realizados e disputados em quadra a céu aberto no pátio da escola. Nesse caso, apesar de não existir um espaço específico para esta função, essa atividade era considerada de muita relevância.



Figura 49 Fotografia da aula de educação física no pátio do Gonzaga
Fonte: Lembranças do Gonzaga, 1925. Acervo Biblioteca Pública Pelotense.

O pátio escolar é espaço essencial para o desenvolvimento infantil e de jovens, espaço representativo das experiências sociais, de convívio com as diferenças e de lazer na escola. A presença de áreas cobertas para recreação deve ser destacada no ambiente escolar e, a sua melhoria é uma importante alternativa para tornar as escolas mais atrativas e aprazíveis (RIOLI, 2016). Em 1917, o irmão Gellermann construiu uma área coberta para o recreio dos alunos (Figura 49). Segundo Castro (2009), “esses ambientes eram considerados imprescindíveis em manuais franceses de arquitetura escolar, estando adequados ao clima frio e úmido da cidade e às recomendações sobre a importância do pátio recreativo” (CASTRO, 2009, p. 129).



Figura 50 Fotografia do pátio grande, e pátio coberto do Gonzaga.
Fonte: Álbum de Pelotas 1922

Possivelmente o pátio coberto era utilizado como espaço para ginástica em períodos chuvosos. Mais tarde, em 1940, no novo pavilhão construído havia um ginásio de esportes no pavimento térreo.

Relatam Parmagnani e Ruedell (1995, p. 50) que, em 1920, foi comprada uma chácara³¹ no arrabalde da Luz, no final da Rua Anchieta, destinada ao lazer e jogos dos alunos, a “Chácara dos Padres”. Mais tarde, foram adquiridos outros terrenos adjacentes, sendo plantados eucaliptos, e demarcados campos de futebol, muito utilizados pelos pensionistas e também pelos alunos externos, que aí disputavam partidas nas tardes em que não havia aula.

No ano de 1919 começou a funcionar no Gonzaga um pensionato que abrigava jovens provenientes do meio rural e de cidades vizinhas, que aqui vinham estudar, abrigando inicialmente 16 alunos. No edifício do Salão do Teatro, foi organizado um dormitório para os internos (Figura 50), logo abaixo do telhado, ou sótão, onde há aquelas janelas chamadas de águas-furtadas, tendo sido o Irmão Grusen encarregado da preparação do dormitório (PARMAGNANI; RUEDELL, 1995, p. 43).

³¹ Em seu estudo sobre o Ginásio Catarinense, de orientação jesuítica, Dallabrida (2002) faz menção à existência de uma chácara dos padres em Florianópolis. Constata-se, dessa forma, a importância dada pelas escolas de orientação católica a atividades realizadas ao ar livre, reflexo, inclusive, das políticas higienicistas da época (AMARAL, 2010, p. 168).



Figura 51 Fotografia do pátio, cobertura do salão com janelas água-furtada do pensionato do Gonzaga

Fonte: Álbum de Pelotas, 1922.

Em 1918 iniciou um curso noturno no qual lecionavam matérias do Comércio, contando com poucos alunos, mas aumentando logo depois. O Gonzaga oferecia então: três anos de curso primário, um ano de curso médio, cinco anos de ensino secundário ou ginasial, dois anos de ensino comercial. O corpo docente era composto por treze irmãos jesuítas para os anos ginasiais e comerciais e sete irmãos maristas para os cursos primários.

Nessa época seguia-se nos cursos ginasiais o Programa Oficial do Pedro II, preparando os alunos para os exames preparatórios e vestibulares. Os alunos prestavam exames finais perante banca examinadora em Rio Grande e Porto Alegre, ou quando os exames eram realizados com bancas examinadoras de Pelotas, havia a presença de fiscal vindo do Rio de Janeiro, como ocorreu em 1919 (PARMAGNANI; RUEDELL, 1995, p. 43-44).

Quanto à origem social da clientela escolar e seu provável destino, os alunos do Gonzaga pertenciam a famílias de alto poder aquisitivo, vinham tanto do meio urbano quanto do meio rural, de fazendas da região e de cidades vizinhas, sendo que esses tiveram o ingresso facilitado especialmente após a criação do internato. Sua ação educacional buscava formar nas novas gerações lideranças católicas que

voltariam-se aos cursos superiores e se tornariam profissionais liberais, trabalhadores em empresas privadas ou, ainda, funcionários públicos graduados.

Era oferecida uma educação integral, abrangendo o lado humano, em que os bons costumes e os hábitos de bom caráter eram essenciais, sem deixar de lado a preparação para o trabalho:

“Além da formação humana que todos devem dar a seus alunos, a Escola deu-lhes ensino sério e aprimorado. Ensino adequado aos tempos e costumes. Se o aluno precisava de uma profissão, cabia à Escola oportunizar-lhe tal preparo. Assim se fez com a criação do ensino comercial bem antes da vinda das escolas profissionalizantes em nosso meio. Oferecia-se aos alunos um ensino prático e adequado aos gostos e necessidades. O aluno cursava o Ginásio ou o Curso Comercial em função de suas necessidades de trabalho. Cada aluno podia sair dali pronto para o serviço que iria desempenhar” (PARMAGNANI; RUEDELL, 1995, p. 197).

Segundo Parmagnani e Ruedell (1995, p. 78), em 1926 os Irmãos lassalistas substituem os padres jesuítas no Gonzaga³², e a instituição continua sua expansão. Os Irmãos da ordem La Salle, porém, adotaram outro tipo de ensino, mais voltado à vida prática, já que o ensino clássico atendia mais às elites. O curso primário continuou a existir, mas o ginasial foi extinto, sendo implantado um curso Comercial Prático. Contavam com um corpo docente preparado e com habilidades para ministrar essa modalidade de ensino, relacionada às atividades econômicas e financeiras.

O Gonzaga passou a oferecer um curso secundário que era voltado para as necessidades imediatas de mercado de trabalho relacionadas às atividades que cresciam na cidade, as atividades comerciais, bancárias e de administração pública. Uma nova necessidade surge, sendo então implantado o Banco do Gonzaga (Figura 51), e foi criado um espaço de simulação de agência bancária, instalado em sala anexa, que era deixado à ampla iniciativa dos alunos para a gestão de negócios, limitando-se o professor a acompanhar e orientar. Essa nova modalidade de ensino, com aplicação prática, teve como consequência o aumento do número de matrículas em 1927.

³² Mas não houve um rompimento entre a ação dos jesuítas e dos lassalistas, pois a Companhia de Jesus permaneceu mantendo um padre para dar assistência religiosa à capelania da escola. Os capelães, sacerdotes da Escola, eram padres orientadores espirituais que acompanhavam os alunos e os professores de Ensino Religioso na busca de um aperfeiçoamento, para uma boa moral e formação religiosa (PARMAGNANI; RUEDELL, 1995, p. 95).



Figura 52 Fotografia dos alunos do curso de Comercio Prático em ação no Banco do Gonzaga
Fonte: PARMAGNANI; RUEDELL, 1995.

Segundo Tambara (2014, p. 502), a década de 1930 foi rica em movimentos sociais vinculados à ocupação de espaço ideológico, principalmente em relação a organizações sociais que pretendiam neutralizar movimentos, como os comunistas, integralistas, etc. A Igreja Católica reforçava o processo de ocupação de espaço na área do ensino, e, nesse período, já havia estabelecido seu domínio no ensino privado secundário e, lentamente, passou a investir no ensino superior.

Pelotas não foi contrária a esse movimento, e os lassalistas³³ criaram na década de 1930 o curso superior de Ciências Econômicas, tendo sido construído um edifício para a faculdade na esquina das atuais rua Anchieta e praça José Bonifácio (Figura 52).

³³ Escola Quartier - A congregação La Salle e, em continuação os Irmãos, fizeram da gratuidade do ensino para os pobres prioridade para a ação educativa. Assim, sua ação se desenvolvia também através do trabalho dos Irmãos junto à escola gratuita que mantinham para atender alunos. Em 1926, quando assumiram o Gonzaga, passaram a atender uma escola na paróquia Sagrado Coração de Jesus, no bairro do Porto, oferecendo às classes populares somente o ensino primário. Mais tarde, em 1962 passaram a dedicar-se à Escola e Assistência Social Hipólito Leite, localizada em uma região extremamente pobre da cidade, o Bairro Cruzeiro do Sul (PARMAGNANI, RUEDELL, 1995, p. 89).



Figura 53 Fotografia do edifício da faculdade de Ciências Econômicas do Gonzaga, 1954
Fonte: Lembranças do Gonzaga, 1939. Acervo da autora.



Figura 54 Fotografia do edifício da faculdade de Ciências Econômicas do Gonzaga, 2018
Fonte: Acervo da autora.

A construção acompanhou a linguagem arquitetônica do edifício principal, na esquina da Rua Quinze de Novembro, anteriormente analisado. Com dois pavimentos, marcação de frontão, pilastras, molduras simples nas janelas, vergas retas e com presença de porão, conservando as características originais até os dias atuais. Frontão triangular trabalhado, tendo em destaque medalhão com símbolos, floreios e com a inscrição “Lex” ao centro e “Justitia” e “Probitas” à direita e à esquerda (Figura 54) (PARMAGNANI; RUEDELL, 1995, p. 52).



Figura 55 Fotografia do frontão da faculdade de Ciências Econômicas do Gonzaga, 2018
Fonte: Acervo da autora.

Em 1939 “começam as sondagens do terreno sobre o qual a direção do Ginásio pretende edificar majestoso prédio escolar” (Lembranças de 1939, s/n) usando técnicas de cimento armado, tendo vindo de Porto Alegre o engenheiro e técnico especializado em concreto armado Henrique Gruber para conduzir a obra. Notícias sobre essa nova construção, divulgadas pelo Diário Popular e transcritas para “Lembranças de 1940”, descrevem o edifício:

O novo e elegante edifício tem quatro andares, medindo 110 metros de comprimento por 9 de largura. O andar terreo foi destinado para ginástica e para o recreio nos dias chuvosos. No primeiro andar estão as aulas do curso primário e comercial e no segundo, funcionam os cursos ginasiais, os gabinetes, laboratórios e museus de física, química e história natural, todos eles instalados com requisitos indispensáveis. No andar superior estão situados tres grandes salões para dormitórios dos alunos internos. Cada um desses salões tem quarenta leitos, dispostos em espaço suficiente, além de instalações sanitárias (Lembranças do Ginasio Gonzaga de 1940, p. 187-189).

O pavilhão em L, com um acesso pela Rua Quinze de Novembro e outro pela Rua Anchieta, veio a determinar o fechamento do pátio central, restando poucas pequenas edificações e terrenos que não pertenciam ao Gonzaga (Figura 55).



Figura 56 Fotografia da construção do pavilhão da rua Anchieta do Gonzaga
Fonte: Lembranças, 1939. Acervo da autora.

A ordenação espacial, que organiza e distribui os diferentes ambientes a partir de critérios como setorização, hierarquia e fluxo de atividades, fica bastante evidente na leitura dos espaços que vão sendo construídos e formando o complexo institucional do Gonzaga, caracterizando uma implantação da tipologia jesuítica:

“No Brasil, o complexo arquitetônico construído pelos jesuítas no período colonial é a referencia na compreensão histórica do edifício escolar. Estes locais multifuncionais (de culto, trabalho, ensino, residência e serviço) foram estrategicamente determinados de modo a materializar e simbolizar ordem, setorização, hierarquia, a diferença na uniformidade” (CASTRO, 2010, p 14).

O partido arquitetônico tradicionalmente empregado pelas ordens religiosas nos mosteiros ou conventos, ou seja, o de dispor os vários corpos da construção em “quadra”, como então se dizia, formando-se assim um ou mais pátios, foi inicialmente utilizada pelos jesuítas na implantação do Gonzaga, tendo continuidade com os lassalistas. Dispostos em forma quadrangular, os edifícios formaram um grande pátio interno, protegido do movimento e dos olhares da rua.

“A visão de mundo jesuítica foi impressa no espaço, gerando uma tipologia específica, a disposição em quadra, e um caráter de austeridade, funcionalidade e imponência que era imposto ao meio urbano, deixando sua herança nas escolas construídas posteriormente. Estabeleceu-se um tipo, “didaticamente conveniente na sua condição de signo, pois seu reconhecimento e sua repetição o tornam facilmente assimilável e influente no contexto, como escreveu Argan” (CASTRO, 2010, p. 14).

A construção do novo bloco em torno do pátio erigiu uma galeria de circulação coberta interligando as salas da aula. É um espaço semicerrado que se volta à circulação, com corredores abertos, amplos beirais e colunas delgadas (Figura 56). Usando o recurso das galerias cobertas e sobrepostas, localizadas sobre o pátio de recreio, e a consequente abertura das janelas das salas de aula para a via pública, optou-se por uma distribuição que resultou da combinação de princípios higienistas, de dar dupla iluminação e ventilação a todas as peças (como nos edifícios hospitalares), e de coerções disciplinares, de poder cuidar de todos os movimentos dos indivíduos (como na arquitetura carcerária). Foi um recurso muito utilizado pelos arquitetos escolares franceses, nos anos de 1880, chegando a tornar-se uma especificidade dos liceus³⁴ (LE COEUR, 2005, p. 77).

³⁴ Ver “Os Liceus na Cidade: O exemplo Parisiense (1802-1914)” de Marc Le Coeur, em Bencosta, 2005, p. 49 a 94.



Figura 57 Fotografia das galerias cobertas do Gonzaga, 2018
Fonte: Acervo da autora.

O pátio interno “reencontra seu padrão ancestral, o espaço dos claustros religiosos, tradicionalmente ligados ao estudo e ao conhecimento” (WOLFF, 2010, p. 235), permitindo uma maior integração dos espaços e, ao mesmo tempo, o controle dos alunos, de quem era cobrada uma disciplina exemplar, imposta pela vigilância e autoridade dos Irmãos. Observamos (figura 57) essa conformação do pátio central originado pela disposição das construções implantadas ao longo dos anos.

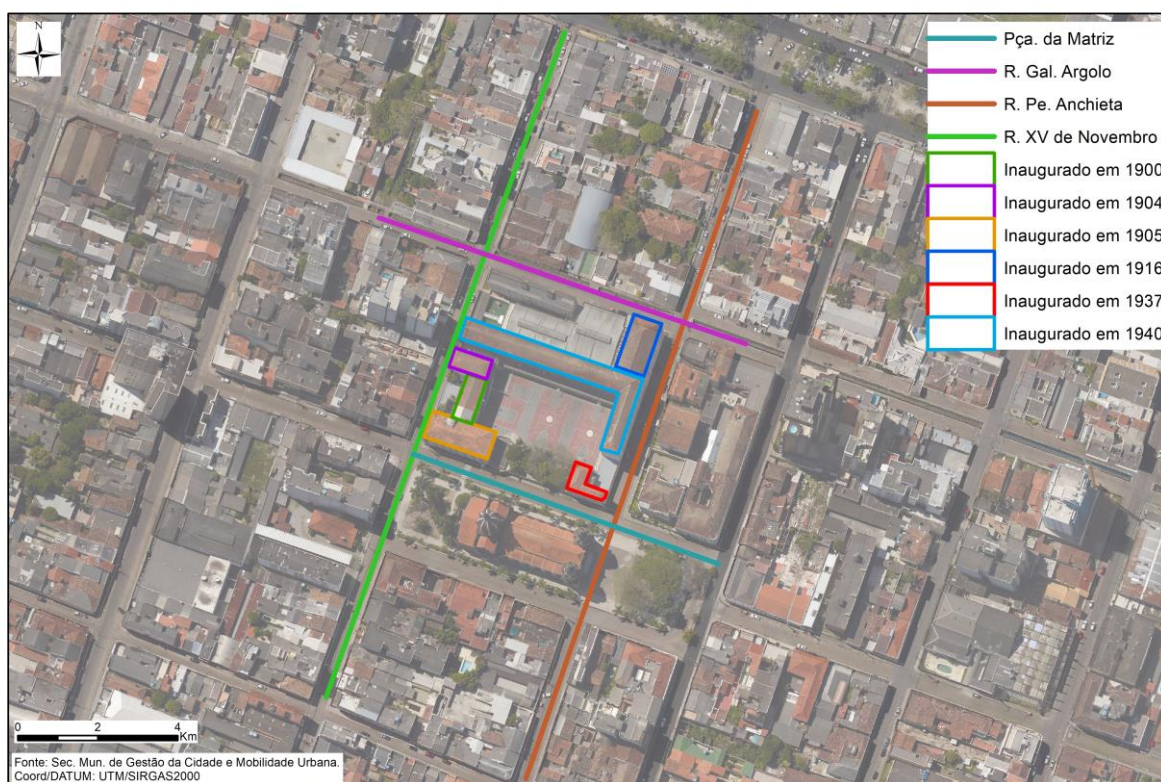


Figura 58 Cronologia das construções do Gonzaga
Fonte: Acervo da autora, 2018

Considerando que a instituição foi composta por vários prédios edificadas em um grande terreno, formado por lotes contíguos que foram sendo adquiridos com o decorrer dos anos e em função das necessidades de crescimento dessa, o estudo focou no edifício principal do ginásio, sem desconsiderar os demais construídos dentro do período temporal da pesquisa.

Por conta da dificuldade de encontrar uma implantação dos projetos das diversas edificações e diante da necessidade de localizar o conjunto da instituição no contexto urbano da cidade, foi utilizada uma fotografia aérea atual para contemplar esse objetivo.

A evolução construtiva da instituição continuou, e abrange, nos dias de hoje, quase a totalidade do quarteirão, tendo esse crescimento acompanhado o percurso das atividades do ensino ao longo de um século. O ensino e a educação passaram por várias e sucessivas reformas³⁵. Novas estruturas na administração, inicialmente formada pelos Irmãos diretor, prefeito e professor regente, nas últimas décadas

³⁵ Em 1943 foi criado o curso científico e a denominação Ginásio foi substituída por Colégio Gonzaga (PARMAGNANI; RUEDELL, 1995, p. 52).

passaram a ser integradas por pedagogos coordenadores, orientadores e supervisores. Nesse processo de constante inovação e renovação, houve um permanente investimento em estruturas físicas, adequando os espaços às novas necessidades do ensino.

Uma intervenção foi realizada no prédio principal em 1963, fazendo transformações internas e externas nessa construção. Para atender a necessidades funcionais foi acrescentado um novo piso para uso de moradia para os irmãos lassalistas (Figura 58). As fachadas principais foram redesenhadas, sendo apagados todos os elementos que decoravam e a caracterizavam, embora fosse considerada como um atrativo visual na paisagem do entorno da catedral São Francisco de Paula, a Igreja Matriz da cidade. Foram retiradas a platibanda, o frontão, as pilastras e os capitéis, as aberturas de arco pleno, as sacadas com balaústres, restando apenas a porta principal e as gateiras em ferro do porão. Essa descaracterização da fachada em estilo eclético, com supressão dos elementos compositivos, ocorreu em uma época em que o patrimônio arquitetônico não era devidamente valorizado e reconhecido como elemento integrante da paisagem urbana e da história que o cerca.



Figura 59 Fotografia do edifício do Gonzaga 2018
Fonte: Acervo da autora.

Em 2018 um tombamento de sete setores da cidade estabelecido pelo IPHAN, reafirmou o valor histórico e cultural local e estabeleceu a proteção, a manutenção desses espaços e seus internos, evitando que novas intervenções

descaracterizem a paisagem cultural e histórica da cidade. Foi reconhecida com o tombamento federal a Praça José Bonifácio, considerada marco inicial da cidade, incluindo a Catedral. Também estão protegidos imóveis no seu entorno como o Colégio Gonzaga. O conjunto dos edifícios também tem as fachadas públicas e volumetrias dos prédios protegido pelo “Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural” (Lei Municipal 4568/2000).

Em 2003 a instituição esteve próxima do encerramento das atividades, vindo a ser assumida pela Mantenedora Luiz de Camões³⁶, tendo no ano de 2010 adquirido seu conjunto arquitetônico. Essa possibilidade de fechamento gerou manifestações em apoio ao estabelecimento pela população da cidade, dada sua importância para o ensino local e regional. Sua trajetória está inscrita nas suas edificações, e o conjunto que constitui as instalações do Gonzaga reflete uma caminhada centenária da evolução da educação na cidade de Pelotas.

Desenvolvemos, neste subcapítulo, a análise descritiva do Gonzaga. Seu edifício apresentava uma linguagem formal eclética, constituído por dois pavimentos. A implantação ocupou os alinhamentos prediais e laterais do terreno de esquina, sem recuos para ajardinamento. O lote de esquina localizado em frente aos jardins da Praça José Bonifácio permitia uma amplitude visual ao observador, mostrando a perspectiva imponente do colégio, destacando a sobriedade e equilíbrio das linhas que definem o conjunto da edificação. Destacou-se em meio às construções do entorno, em sua maioria térreas, em linguagem luso-brasileira.

Passamos, no próximo subcapítulo, para a descrição do João Affonso, a primeira escola pública que teve um edifício construído para sua instalação, na Praça Julio de Castilhos, em 1922.

5.3.2. Edifício Escolar Padronizado. João Afonso, 1922; Bibiano de Almeida, 1928.

Essa tipologia abrange os edifícios escolares públicos que se baseavam em projetos padronizados de um único pavimento e linguagem arquitetônica caracterizada pela sobriedade e simplicidade. Contemplam no seu programa de necessidades uma sala de aula, ambiente de apoio e sanitário anexo. Foram implantados nos bairros que estavam se estabelecendo na época. São norteados

³⁶ A partir de 2004, o Gonzaga entrou em uma nova fase ascendente, modernizando a estrutura física e pedagógica, através de projetos inovadores, desenvolvidos da Educação Infantil ao Ensino Médio. Hoje, ele conta com cerca de 1.100 alunos e é referência em educação na cidade. <http://www.gonzaga.com.br/Pagina/31/Nossa-Historia>

pela transição dos locais adaptados e pouco adequados à instrução pública para os edifícios construídos com a finalidade educativa.

No corpus dessa pesquisa identificamos que em Pelotas no período Primeira República existiam cinco edifícios escolares com essas características. São eles João Affonso, Ministro Fernando Osório, Jacob Brod, Mauá e Bibiano de Almeida.

Elegemos dois edifícios escolares para realizar a análise dessa tipologia. O primeiro, o João Affonso, construído em 1922, é norteado pelo princípio da educação ao ar livre, e o segundo, do Bibiano de Almeida, edificado em 1928, faz parte do conjunto das 12 escolas construídas no período 1924 a 1928.

O João Affonso foi escolhido por ter sido o primeiro grupo escolar público construído em Pelotas no período estudado, além de termos encontrado apenas estudos superficiais especificamente relacionados à instrução no quadriênio, 1920 a 1924.

O Bibiano de Almeida foi eleito por ser uma escola de periferia, com suas características particulares, e por ter sido o último grupo escolar público construído no período da Primeira República em Pelotas. Considerando a ordem cronológica das apresentações, o Bibiano de Almeida, criada em 1928, será apresentada após o João Affonso, esgotando a tipologia dos Edifícios Escolares Padronizados.

João Affonso, 1922

Aqui trataremos da análise descritiva do João Affonso, a primeira instituição pública que teve seu edifício construído para estabelecer a instrução pública na cidade de Pelotas, em 1922, sendo o primeiro investimento de dinheiro público para construir prédios escolares. Implantado na Praça Júlio de Castilhos, sua localização denota a influência das correntes de pensamento de um movimento escolar maior ao ar livre, que começou na Europa em 1904, expandindo-se para os Estados Unidos.

As escolas ao ar livre eram instituições educacionais para crianças, criadas especificamente para prevenir e combater o aumento generalizado da tuberculose, ocorrido antes da Segunda Guerra Mundial. Eram construídas principalmente em áreas afastadas dos centros urbanos, proporcionando condições de higiene e a exposição ao sol e ao ar fresco, ao mesmo tempo em que era oferecida a educação.

Buscamos descrever de maneira concisa uma contextualização do tempo e do espaço em que foi implantada essa instituição, permitindo uma percepção mais clara das condições dessa construção escolar.

O crescimento da zona urbana de Pelotas entre 1815 e 1870 foi regulado por quatro “Loteamentos”. Esses projetos de urbanização seguiram um traçado de linhas ortogonais, sendo o primeiro delimitado pelas ruas das Fontes (atual Almirante Barroso), do Passeio (General Argolo), da Boa Vista (Marcílio Dias) e da Palma (General Neto). No segundo loteamento, as ruas longitudinais estenderam-se para o sul, até o São Gonçalo, na região do porto. Em 1858 aconteceu a terceira etapa de desenvolvimento, com o crescimento da cidade para o norte, nos arredores da Igreja da Luz (GUTIERREZ; GONSALES, 2014, p. 516).

O historiador Mario Osorio Magalhães relata que, por volta do ano de 1875, foi pensada a possibilidade de instalar um dos chafarizes importados da França na Rua do Passeio, hoje Avenida Bento Gonçalves, mas o projeto não chegou a ser executado, porque não havia água encanada naquele local. A Rua do Passeio era o extremo norte da área urbana de Pelotas naquela época, então com nome de São Francisco de Paula.

Além desse limite, só existia a Igreja da Luz, construída em 1824 pelo português Vieira Braga, como cumprimento de uma promessa feita a Nossa Senhora, ao obter a cura de sua cegueira. Com o título de cidade, o perímetro urbano começa a se expandir, dando início a outros loteamentos de terras. Em 1835 um engenheiro norte-americano realiza um Plano Urbano ampliando o município para o norte, com a implantação do Bairro da Luz³⁷ iniciando com a abertura da Rua 24 de Fevereiro no mesmo sentido da Avenida, hoje denominada Rua Dr. Amarante. A área do parque também era percurso para quem ia em direção às charqueadas ou para o Logradouro Público, espaço onde aconteciam os leilões de gado, denominado Tablada (MAGALHÃES, 1993).

Existiu um cemitério católico na quadra ao lado do local onde mais tarde foi instalado o parque, na área entre a Rua Augusta (General Osório) e a Rua das Flores (Andrade Neves). Esgotada a capacidade do primeiro cemitério de Pelotas, nos fundos da Catedral, os mortos passaram a ser enterrados no final da Rua Santa

³⁷ Existe divergência nas informações a respeito da autoria do projeto de ampliação da cidade em direção norte dando origem ao Bairro da Luz. Diferente de Magalhães (1983), para Ramos (2013) o Bairro da Luz teria sido projetado por Romualdo de Abreu Silva.

Cruz. Da Santa Cruz o cemitério foi transferido para a região do futuro parque. Ali teriam sido realizados sepultamentos até 1855, quando a ameaça da cólera levou a localização do cemitério para um local afastado do centro, onde se localiza ainda hoje, no Bairro Fragata (OSORIO, 1922, p. 54).

Outro registro histórico é sobre a existência de uma forca no local, erguida em frente ao cemitério, que existiu pela altura da Rua Andrade Neves, entre 24 de Fevereiro e o Boulevard Bento Gonçalves, isto é, na zona ocupada pela Praça Júlio de Castilhos. Aconteceram ali algumas execuções, principalmente de negros acusados de homicídios ou ferimentos graves a seus senhores. Por volta de 1850 a forca foi transferida para a Praça da Constituição, antes Praça das Carretas e atualmente com o nome de Cipriano Barcelos, onde existia a cadeia municipal, que ganhou o apelido de “Praça dos Enforcados” (OSORIO, 1922, p. 53).

Criada há mais de 140 anos, a Praça³⁸ ganhou a nomenclatura de parque a partir de 1980. Até 1893 a praça recebeu o nome de General Câmara, e passou a ser chamada de Júlio de Castilhos no ano em que o primeiro presidente do Rio Grande do Sul voltou ao comando do estado pouco mais de um ano depois de ter sido deposto. A Figura 59 mostra a Rua do Passeio, atual Avenida Bento Gonçalves, e, à direita, ao fundo a arborização do Parque Júlio de Castilhos. No ano 2000, por decreto legislativo, passou a se chamar Parque Dom Antônio Zattera, homenageando a um bispo de Pelotas.

³⁸ Por sua ampla área de mais de 37 mil metros quadrados, por ser bastante arborizada e, por ter uma localização central no perímetro urbano, a Praça tem sido ao longo dos anos um espaço público bastante frequentado pela população, oferecendo diversas formas de lazer para as diferentes faixas etárias de todas as classes sociais. Local onde as famílias se reúnem para tomar chimarrão, as crianças brincam nos equipamentos de diversão infantil e no parquinho, sendo também utilizado para a prática de esportes. Durante um bom tempo esteve em situação de abandono, tornando-se local de prostituição e marginalidade. Revitalizado em 2009, o espaço aos poucos voltou a ser reapropriado pela comunidade pelotense (ZANELLA, 2009, s/p).



Figura 60 Fotografia da rua do Passeio, atual avenida Bento Gonçalves, 1916.

Fonte:

<https://www.facebook.com/Olharessobrepelotas/photos/a.211126975661182.46895.136187553155125/1690060684434463/?type=3&theater>

Mas a praça também era lugar para a instrução, e o amplo espaço arborizado foi o local escolhido pelo Intendente Pedro Luis Osorio para construir o primeiro grupo escolar de Pelotas, localizado na esquina da Rua Andrade Neves com a Rua Dr. Amarante e inaugurado em 1922, nas comemorações do centenário da Independência do Brasil.

Com o estabelecimento da República os políticos passaram a defender um projeto de educação popular, por entenderem que a consolidação da República demandava a difusão do ensino primário. A implantação da escola primária graduada, com diversas classes e diferentes professores, alicerçava esse projeto. Para sua efetiva implantação, a escola elementar, designada de grupo escolar, necessitava de um espaço apropriado para essa nova organização escolar. Até então, a instrução pública subvencionada, oferecida por professores em espaços diversos, muitas vezes inadequados, e reunindo alunos de diferentes idades era o sistema consagrado de educação popular oferecido pelos Municípios e Estado.

Em Pelotas, assim como em outros municípios do interior do Rio Grande do Sul, essa transição inicia bem mais tarde que em municípios de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Segundo Luchese e Kreutz (2012, p. 50, 51), no Rio Grande do Sul, em 1896, o secretário do Interior e Exterior, João Abbot, identificado com os “ideais da moderna pedagogia” e, especialmente, com o projeto republicano, recomendava a conveniência de substituir gradualmente as aulas alugadas por

espaços construídos para abrigar escolas. Apesar das intenções manifestadas nos discursos, de maneira prática pouco foi realizado nesse sentido durante a Primeira República, conforme estudo de Corsetti:

O custo sempre ascendente dos aluguéis constituiu-se, assim, em elemento complicador do quadro das condições materiais que cercavam os professores públicos, tanto nas maiores cidades como nos pequenos lugarejos do Estado [...] As condições físicas das escolas, portanto, só tiveram uma certa melhoria na década de 1920. Apesar das preocupações em relação à higiene e do papel a ser cumprido pela escola no campo da saúde preventiva, as condições das escolas foram precárias ao longo de todo o período estudado, na ampla maioria das pequenas escolas públicas espalhadas pelo interior do Rio Grande do Sul (CORSETTI, 1998, p. 384 e 387).

Eleito em 1920 para governar a cidade no quadriênio 1920 a 1924, o Intendente Pedro Luis Osorio tinha formação médica, tendo estudado em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, e era filiado ao Partido Republicano, então dominante no Estado. Dedicava-se à profissão, atuando também como professor nas Faculdades de Farmácia e Odontologia, criadas por ele conjuntamente com um grupo de médicos da cidade. Além das funções médicas, investia no estudo dos temas de higiene, de instrução das Municipalidades e de organizações hospitalares, apresentando teses em congressos de Medicina realizados no Estado (PIMENTEL, 1940, p. 120).

Os problemas de salubridade pública, muito comuns nas cidades em crescimento no país nessa época, faziam parte da realidade de Pelotas. A cidade contou com o interesse e o dedicado trabalho de Pedro Luis Osorio em favor do crescimento científico local. Realizou ainda importantes melhoramentos na cidade nos aspectos da higiene e salubridade pública, investiu na urbanização, estabelecendo um plano geral de desenvolvimento da cidade, sem, entretanto, deixar de lado o aspecto social, pois instrução pública foi um dos serviços promovidos durante seu governo, destacando as escolas ao ar livre, construídas em praças públicas (PIMENTEL, 1940, p. 121).

Os espaços abertos e amplos que propiciavam o movimento e crescimento das crianças eram fatores considerados pelo Intendente Pedro Luis Osorio, para quem, “passando a criança grande tempo entregue a trabalhos escolares, é preciso que seu organismo encontre condições favoráveis a seu funcionamento regular e a seu desenvolvimento normal”. Defendia a ideia que para o desenvolvimento infantil

“a sua vida deve se desenvolver sem obstáculos tendo momentos para pôr em acção seus pulmões e seus músculos” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1922 p. 68).

Quanto à localização do edifício do João Affonso, foi escolhida para sua implantação uma praça da cidade, a Praça Júlio de Castilhos. A escolha do bairro em que o grupo escolar seria instalado obedecia a determinados critérios. Para a definição dos locais de maior demanda, foi proposto pelo Intendente Pedro Luis Osorio, conforme registro na nota Circular³⁹ de abril de 1922, o zoneamento da cidade, buscando assim minimizar os problemas da instrução pública municipal e conduzir a campanha contra o analfabetismo (OSORIO, 1922, p. 167, 168) (Figura 60).

³⁹ Como demonstração do empenho patriótico do atual Intendente em prol da instrução municipal, fala, eloquentemente, a seguinte circular dirigida por S. S^a, em abril de 1922, com real êxito, aos professores de Pelotas; “Communico-vos, pela presente Circular, achar-se dividida – EM ZONAS – esta cidade, para fim de intensificar-se, de modo pratico, a cruzada contra o analphabetismo. E confio em que os vossos esforços produzam o maximo resultado, de modo que os meninos analphabetos, da vossa aula, se alistem em excepcional matricula; que os Paes correspondam aos vossos incitamentos, como brasileiros ou como estrangeiros, solidarizados com os destinos de nossa Terra, e que os vossos zelos pela causa sagrada da instrução se effectivem por essa forma tão expressiva, nobilitando-vos pelo civismo, ao celebrar a Pátria Brasileira o seu aurifulgente Centenário. Sobrelevará esse pensamento a todas as manifestações de nosso jubilo, pelo exemplo do menor numero e, quiçá, da extinção de analphabetos nesta cidade. Não poderá prevalecer a allegação de falta de escolas, dissiminadas, como aqui se encontram, pelos governos estadual e municipal, a par do ensino particular. Estou em que tudo depende de um incitamento e de estímulo, que entrego ao vosso patriotismo. De minha parte, podeis contar que empregarei, junto aos meus dedicados auxiliares, os melhores esforços, para que elles, em pessoa, se informem do numero de crianças analphabetas, para vosso governo nesta incomparável cruzada” (OSORIO, 1922, p. 167, 168)

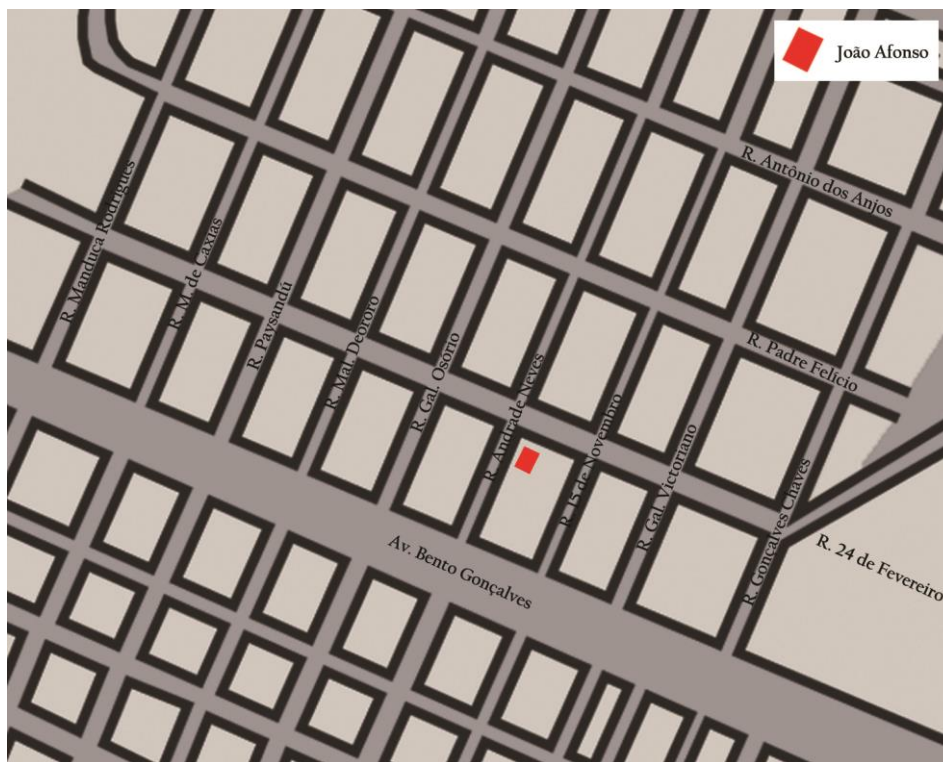


Figura 61 Mapa de situação do João Afonso
 Fonte: Mapa de Pelotas de 1926, adaptado pela autora.

Outro critério era o número de crianças em idade escolar, e, para não persistir a alegação de falta de escolas, o Intendente Pedro Luis Osorio implementou um levantamento do número de crianças analfabetas nas diversas zonas da cidade (OSORIO, 1922, p.167 e 168).

A definição do bairro para implantação da escola passava ainda por influências que os políticos locais exerciam. A política de Pedro Luis Osorio era fazer com que os projetos de instrução e saúde avançassem em paralelo, e defendia que “Dous são os requisitos indispensáveis á escola moderna: prédios absolutamente sanitários e exames periodicos pelas autoridades. Tem-se, assim, a inspecção medica e escolar” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1923, p. 37).

Outro parâmetro a ser considerado eram os recursos disponíveis pelo Município para investimentos em obras. No Relatório Intendencial de 1921, no que se refere a Obras e Saneamento, observamos e a retomada da prosperidade da cidade: “Felizmente, [...] vaie acendendo, de dia para dia, o desenvolvimento da cidade, como já foi notado, e que fora bruscamente interrompido pela grande guerra” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1921, p. 52).

Em 1922, o Município gastou com a instrução na cidade o valor de 56:355\$510 (cinquenta e seis contos de reis), e no Projeto de Orçamento submetido a estudo pelo Conselho Municipal, apresentava a proposta da criação de imposto sobre diversos para auxiliar a verba de instrução e caridade (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1922, p. 67).

A Intendência Municipal foi o órgão público responsável pelo planejamento e construção do edifício do João Affonso, sendo essa obra considerada um dos quatro principais empreendimentos executados no quadriênio (1920-1924), dispondo de recursos no valor de 25:000\$00 (vinte e cinco mil réis). (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1924, p. 108).

Quanto aos profissionais envolvidos, o projeto e a execução eram de responsabilidade do engenheiro Dr. Benjamim Gastal, então diretor da Diretoria de Obras Públicas (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1924, p. 108). Provavelmente o engenheiro, ao ser responsabilizado pela construção da escola ao ar livre, numa zona afastada do centro e localizada em uma praça, tenha utilizado como referência as publicações técnicas sobre arquitetura das escolas ao ar livre então disseminadas pela Europa.

Por outro lado, nesse período, a preocupação com os projetos para escolas públicas fazia-se presente em diversos municípios do interior do Estado, exigindo que a Diretoria de Obras Públicas do Estado atendesse a essa necessidade. Em 1915 foi lançado um modelo a ser adotado pelas escolas municipais, e em 1919 foi elaborado um projeto com mais detalhes e um maior número de especificações.

Quanto à presença de educadores nas comissões, não existe registro de sua participação na elaboração do projeto da edificação da Escola. Entretanto, os professores eram convocados pelo Intendente, e sua responsabilidade era conquistar as crianças, os jovens e suas famílias, motivando-os a freqüentar a escola. O Intendente Pedro Luis Osorio, em circular dirigida em abril de 1922 aos professores, convocava-os a dedicarem esforços buscando melhores resultados, atraindo as crianças a freqüentarem as escolas “de modo que os meninos analfabetos, da zona de vossa aula, se alistem em excepcional matrícula”. (OSORIO, 1922, p. 167, 168).

Quanto à presença de médicos envolvidos na concepção do projeto, fica explícita a participação e influência do médico Pedro Luis Osorio, na decisão de

construir uma escola ao ar livre. A escola ao ar livre estava entre dois campos distintos, mas que na época começavam a estabelecer relações: o da medicina e o da educação. O Intendente enfatizava a importância do ar puro e da luz solar para a saúde das crianças, “a primeira coisa a exigir-se é que ella respire um ar puro e soffra a influência de luz solar”.

Para isso, “me preocupo com a organização dos prédios adequados, para que a escola realise uma licção completa das cousas e se torne comprehensivel aos espíritos dos jovens discípulos”. (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1922 p. 68). Foi definido o Regulamento da Inspeção Médica e Dentária, e, para o controle das condições de saúde, eram realizadas várias mensurações da estatura das crianças duas vezes por ano, assim como diversas pesagens, sendo que a todas as crianças era conferida uma ficha médica individual.

Para a comemoração do centenário da independência do Brasil, o Intendente Pedro Luis Osorio procurou dar um caráter prático às realizações do governo municipal, não se limitando a festas, mas apresentando “uma série de obras que atestam o anseio de progresso e demonstração e culto da Patria” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1922 p. 47).

Em relação às escolas, às dezesseis horas, com discurso inaugural apresentado pelo senhor capitão Coelho da Costa, foi inaugurada o edifício do João Affonso (Figura 61) localizado na Praça Julio de Castilhos, “1ª da série de escolas ao ar livres, tão aconselháveis, e que, como nos povos superiormente orientados em matéria de ensino, tanto virá contribuir para disseminação da cultura primaria entre a população” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1922 p. 68).



Figura 62 Fotografia do João Affonso.
Fonte: Almanach de Pelotas, 1924.

A escola como base da educação popular e a valorização dos espaços amplos, das áreas verdes, do sol e do ar puro para o desenvolvimento saudável da criança eram argumentos defendidos pelo Intendente, determinando a instalação das escolas nas praças.

As escolas ao ar livre, pelo seu alto valor social, devem merecer as melhores atenções, pois se destinam, sobretudo, às crianças de débil constituição.

Pelotas tem já as suas duas primeiras, nas praças Julio de Castilhos e Domingos Rodrigues, onde irão esses entezinhos passar, em trechos bastante arborizados, parte do dia ao sol e ao ar livre, com exercícios methodicos, ao mesmo tempo recebendo a necessária instrução (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1922, p. 69).

Quanto às concepções de educação, o teor do discurso do Intendente descrito nos Relatórios demonstra a influência das correntes de pensamento de um movimento escolar maior ao ar livre que começou na Europa com a criação do *Waldschule für kränkliche Kinder*, traduzido como “escola florestal para crianças doentes”, em Charlottenburg, na Alemanha, perto de Berlim, em 1904.

As escolas ao ar livre eram instituições educacionais para crianças, criadas especificamente para prevenir e combater o aumento generalizado da tuberculose, que ocorreu no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, construídas principalmente em áreas longe dos centros das cidades, para fornecer um espaço livre de poluição e superlotação. O movimento, iniciado na Alemanha, expandiu-se

para diversos países da Europa e América do Norte, resultando de muitos congressos⁴⁰ reunindo médicos, educadores ou filantropos.

A proposta do espaço físico das escolas era semelhante à dos “pavilhões” de sanatórios da tuberculose, em que a higiene e a exposição ao ar fresco eram primordiais, entretanto, as escolas ao ar livre também ofereceram educação.

Perto da utopia em sua vocação para produzir um homem regenerado, longe do universo mórbido da cidade, a escola ao ar livre é um lugar de inovação médica, educacional e arquitetônica, que não exclui alguns desvios, a tentação eugênica, por exemplo: é em nome da raça e de sua sobrevivência que muitas instituições realmente foram criadas (CHÂTELET, 2017, p.s/n)

Segundo essa pesquisadora, se as atividades físicas, o cultivo da horta, a jardinagem, os trabalhos manuais e a relação das crianças com os elementos da natureza reduziam a duração das lições escolares, “favorecem a exploração instrutiva do meio, os métodos ativos, o aprendizado da autonomia (*Selbsttätigkeit*), autodisciplina e novas relações entre professores e alunos” (CHATELET, 2017). Sem descuidar da atenção à saúde, a organização do tempo escolar foi estipulada pela Intendência:

As lições são dadas pela manhã, de preferência ao ar livre, usando a meninada chapéus de palha de abas largas, sempre que o tempo permitir à sombra das árvores, e no pavilhão, quando houver mau tempo. Ficam ao contacto direto com a natureza, recebendo lições de cousas práticas que, mais do que todas as theorias, desenvolverão nelas a inteligência.

Cada lição dura, no máximo, vinte e cinco minutos, seguida de recreio. As lições não excedem de muitas horas para cada classe, de modo que se torna possível alternar-se duas classes: uma de instrução e outra de recreio e vice-versa. (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1922, p. 68).

Os princípios da instrução estavam de acordo com o método intuitivo, amplamente difundido nas escolas das capitais e principais cidades brasileiras, considerado “uma inovação crucial para alcançar a modernização do ensino” (MARCILIO, 2005, p.182). Então, para ensinar “o professor deveria partir da curiosidade infantil, valorizar a observação e a experiência, e caminhar do conhecido para o desconhecido, do particular para o geral, do concreto para o abstrato” (BUFFA

⁴⁰ “Embora ainda fosse de pouco interesse para os arquitetos, o programa era objeto de debates regulares em congressos internacionais sobre saúde escolar. O primeiro foi realizado em Nuremberg em 1904, o terceiro em Paris em 1910, Higiene na e pela escola, que, sob a direção do professor Gaston Lemonier, publica 44 edições entre 1910 e 1914. [...] Mais tarde, se estabelece um grande espaço para os congressos internacionais das escolas ao ar livre, realizada em Paris em 1922 e depois em Bruxelas em 1931”(CHÂTELET, 2017).

E PINTO, 2002, p. 50). Esse método teve outras denominações, mas ficou mais conhecido como Lições das Cousas e no seu emprego o professor deveria desenvolver o raciocínio, em vez de exercitar a memória.

Quanto à origem social da clientela escolar, essa era formada pelas crianças do bairro e entorno próximo, que provinham de famílias de baixa renda, com limitadas condições financeiras, habitando lares em condições insalubres, caracterizadas como as “crianças de débil constituição”. Permanece, entretanto, a questão que se coloca sobre o tipo de crianças que essas escolas estavam planejadas para assistir em Pelotas. Poderiam ser pacientes com tuberculose, crianças em risco de saúde, crianças de famílias de baixa renda ou todas as crianças que habitavam nas proximidades.

Em reportagem do jornal Diário Popular do dia 22 de Abril de 1924, intitulada “Em benefício da Instrução publica”, são destacadas algumas obras realizadas neste âmbito, fazendo menção à criação das “Escolas Gratuitas do arrabalde do Parque”, descritas como a “legítima expressão [...] dos sentimentos piedosos, do interesse pela causa publica e da preocupação com que a mulher pelotense encara a marcha do progresso social”.

Destaca assim o valor social atribuído às escolas para atendimento das crianças desfavorecidas, aliada à benemerência das professoras no trabalho dedicado a esses pequenos necessitados. O provável destino destas crianças era o trabalho nas atividades fabris em expansão na cidade, bem como na prestação de outros serviços urbanos. Acreditava-se que a verba destinada à despesa com os alunos seria compensada mais tarde, pois ao saírem da escola essas crianças seriam adultos com preparação adequada e energia para dar o retorno ao Município através de seu trabalho.

Foi o projeto da primeira da escola primária em Pelotas, uma concepção escolar precursora, onde a experimentação e a incerteza do programa e da linguagem a empregar em escolas afastadas dos centros mais urbanizados estavam presentes. Num período de transição entre a “aula isolada” e o “grupo escolar”, entre o “ensino das primeiras letras” e o “método intuitivo”, é implantada a João Affonso,

que, por sua simplicidade, pode ser identificada como uma “casa escolar⁴¹” (CASTRO, 2009, p 127).

Nesse sentido, de maneira gradual se inicia a construção de edifícios escolares em Pelotas, com a arquitetura buscando responder às demandas pedagógicas e higienistas, como também sendo “partícipe do processo de estruturação da escola e da rede física escolar” (CASTRO, 2009, p. 127), tornando-se, com sua configuração, modelo para servir de referência nesse processo que se inicia.

Quanto ao partido arquitetônico, foi adotado em bloco único, térreo, de planta baixa retangular, sem circulação interna, com o programa restrito a apenas três ambientes. Com um aspecto peculiar, distinto da sobriedade clássica característica dos demais edifícios públicos, o João Affonso foi projetado com a composição estrutural que se convencionou chamar de “chalé⁴²”, ou “pavilhão”, conforme é descrito no Relatório Intendencial: “A instalação da aula em pavilhões simples, orientados devido às condições de nosso clima, é tudo quanto ha de melhor” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1922, p. 69). Como resultado, tem-se uma opção por uma linguagem mais flexível, associada a uma visão menos rígida sobre arquitetura de utilidade pública, remetendo a jogos, a brincadeiras e práticas adequadas à vida infantil.

Quanto à organização espacial, a escola João Affonso foi instalada num edifício térreo, projetado com uma única sala de aula retangular, modelo de sala de aula predominante na maioria dos países, inclusive no Brasil, atendendo ao princípio

⁴¹ Um grande número de escolas foi criado no Paraná, no início dos anos 1900, em Curitiba e cidades do interior, “com programa de necessidades enxuto, uma ordenação espacial compacta. [...] A linguagem formal contida e austera condizente com seu programa arquitetônico e sua ordenação espacial [...]. A fachada eclética apresentando pouca ornamentação”, (CASTRO, 2009, p 127). As classes eram reunidas em um mesmo edifício, mas não estavam agrupadas administrativamente, sem existir uma sistematização dos trabalhos por séries sob a coordenação de um diretor. Foram categorizadas por Castro (2009) como “casas escolares”, compondo uma primeira fase da escolarização na Primeira República, antecedente à etapa da construção dos grupos escolares com programas mais complexos. O Grupo Escolar Xavier da Silva, inaugurado em 1903 em Curitiba, foi considerado um grupo modelo, contendo espaçosas salas e recreios cobertos ao ar livre, fachada suntuosa e implantação em local de grande visibilidade, vindo a servir de referência para outros. Apesar de ter sido construído nesse período, não se enquadra na categoria de “casa escola” (CASTRO, 2009).

⁴² Chalé, casa de campo de madeira com telhados em duas águas, bem inclinados, que avançam sobre a fachada. “O termo Chalé é proveniente do francês “chalet” e que originariamente se aplicou entre nós, para designar a casa campestre de estilo suíço principalmente, e que hoje se refere de modo geral a toda casa de madeira rural, campestre, etc.” (CORONA; LEMOS, 1972, p. 123).

da racionalidade funcional e a critérios disciplinares⁴³. Medindo 12 metros de comprimento por 6 metros de largura, uma sala ampla, com 72 metros quadrados, revelava-se adequada à acomodação confortável de 50 alunos, especificado no Relatório Intendencial:

O Pavilhão, que constitue uma aula independente, divide-se em sala de classe e annexos. Cada sala pode comportar 50 alumnos. Bem visível, na parte principal do pavilhão, como que mostrando o nobre fim a que a Escola é destinada, se collocou a bella phrase de Michelet⁴⁴: “A flor humana é de todas as flores a que mais necessita de sol” (Relatório Intendencial, 1922, p. 68,69).

Além da sala de aula havia mais uma sala de apoio, provavelmente destinada às professoras e para guardar materiais. Não existia circulação interna, sendo as ligações entre os ambientes realizadas diretamente. Não havia salas para direção ou secretaria, uma vez que as escolas não possuíam administração centralizada. Havia, ainda, dois sanitários incorporados ao edifício (Figura 62).

⁴³ “Um apartamento retangular consolidou-se como a figura mais apropriada para a aula. A questão mereceu a atenção não só de arquitetos, mas de educadores, médicos, higienistas que recorreram a sua missão civilizadora de prescrever critérios e condições ideais de ar, luz, mobiliário e postura do alunos” (SOUZA, 1998, p. 139).

⁴⁴Jules Michelet foi um historiador francês nascido em Paris, considerado um dos maiores historiadores de todos os tempos, conhecido como o primeiro historiador a afirmar que não eram as grandes personalidades e sim as massas os principais agentes das mudanças sociais, originando os ideais da revolução francesa. Filho de um tipógrafo modesto, nasceu pouco após a Revolução Francesa, que marcou a transição da Idade Média para a Modernidade. Começou a escrever seus primeiros livros antes mesmo de se formar em letras (1817) e começar a lecionar na escola preparatória. Nomeado diretor do setor de história dos arquivos nacionais (1834), passou a ensinar no Collège de France (1838). Perseguido por suas ideias liberais e por seu posicionamento contrário ao segundo império, acabou preso (1851) e perdeu os cargos públicos. Voltou-se, então, inteiramente ao trabalho de historiador até seus últimos dias, em Hyères. Na sua obra destacaram-se *Tableau chronologique de l'histoire moderne* (1825), *Précis de l'histoire moderne* (1827), *Histoire de France* (1833), primeira parte, *Histoire de la révolution française* (1847-1853) e *Histoire de France* (1855-1867), segunda parte, além de obras líricas e de trabalhos irreverentes, tais como *Les Jésuites* (1843). <http://www.netsaber.com.br/biografias/biografia-2425/biografia-de-jules-michelet>

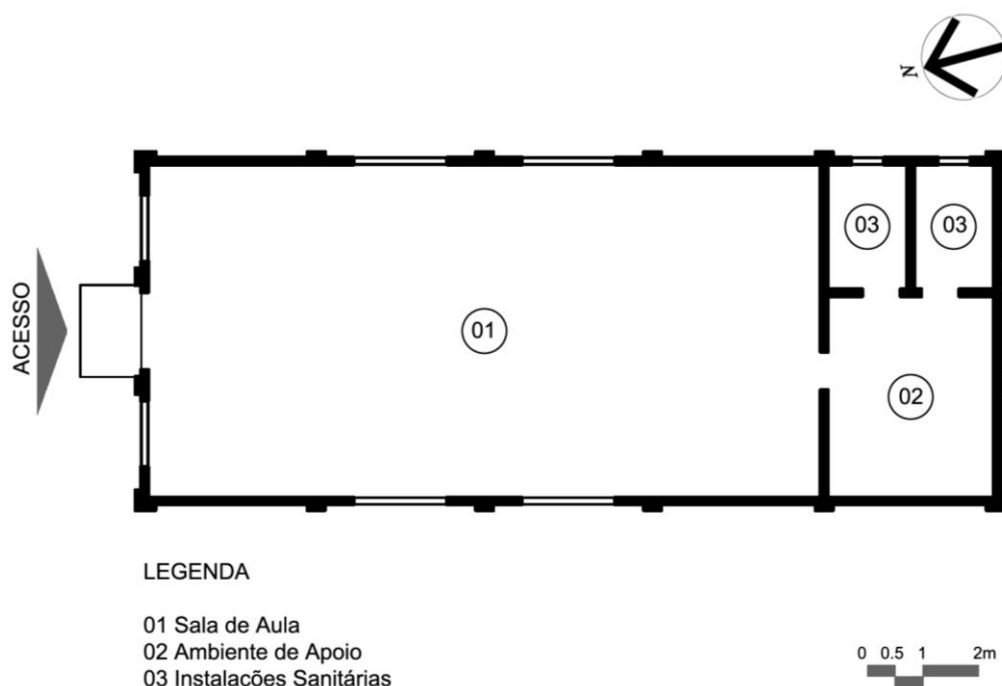


Figura 63 Planta baixa do João Affonso

Fonte: Acervo da autora, baseada no Relatório Intendencial de 1925.

As preocupações higienistas com a boa iluminação e ventilação controlada estão presentes na grande sala onde a luz é projetada pelo sistema bilateral, por oito aberturas, janelas guarnecidas de vidros e postigos, além de caixilho envidraçado acima da porta.

Além da área mínima por aluno e área mínima de iluminação, outras determinações higienistas eram exigidas no estabelecimento das escolas. Também deveria ser observada a implantação em terreno que não acumulasse umidade e estivesse afastado de locais ruidosos e insalubres. Atentando para essas exigências, o edifício foi implantado a 40 centímetros do nível do solo da praça, para isolamento do edifício em relação ao terreno, tendo a altura do pé-direito bem elevada, com 3,50 metros, buscando o maior conforto térmico ambiental.

Outra preocupação higienista era a mobília escolar, especialmente por parte dos médicos e fisiologistas que se dedicaram a “exaustivas análises sobre as leis que deveriam presidir a construção de carteiras escolares”. Levando em consideração as diversas dimensões desta mobília, como a altura, a largura e a inclinação, e atentando para a relação com a altura das crianças, conformaram modelos com inegável disciplinamento corporal (SOUZA, 1998, p. 139).

A mobília também foi preocupação de Pedro Luis Osorio na fundação do João Affonso, mas apresentava um diferencial, dada a peculiaridade da localização da escola, permitindo aos alunos trabalhar ao ar livre, “As carteiras são portáteis, removíveis facilmente, em bruscas mudanças de tempo” (Relatório Intendencial, 1922, p. 69). Esse modelo de mobiliário escolar transportado com facilidade pelas crianças (Figuras 63 e 64) era bastante difundido entre as escolas ao ar livre em funcionamento na época.



Figura 64 Fotografia de uma classe ao ar livre e ao sol, escola Monnetir, 1913.
Fonte: FIGUEIREDO, 1922.



Figura 65 Fotografia do mobiliário “portátil” da escola Monnetir, 1913.
Fonte: FIGUEIREDO, 1922.

O mobiliário de algumas escolas ao ar livre era constituído por mesas e cadeiras muito leves, compondo-se de duas peças de madeira articuladas, um banco e uma escrivaninha, que facilmente podiam ser transportadas para qualquer lugar, conforme as condições atmosféricas, denominadas “portáteis”. Assim, “a criança, com extrema simplicidade, aprendia a montá-la ou desmontá-la e, sem a menor fadiga, a transportava no dorso” (FIGUEIREDO, 1922, p. 60). As mesas “portáteis” eram sempre destinadas aos mesmos alunos, que adquiriam a idéia da propriedade, da conservação e da limpeza. Junto à carteira vinha uma pequena bolsa, própria para trazer a lousa, lápis, papel e livros.

Quanto à linguagem arquitetônica, o João Affonso possui ornamentos próprios de uma casa de campo, caracterizada por sobriedade e simplicidade (Figura 65). São características do “estilo chalé”, por possuir a sua cobertura desprovida de platibandas, elemento estrutural do repertório neoclássico que estava sendo empregado em prédios públicos, e por ter como ponto focal da composição as duas águas do telhado perpendiculares à fachada principal, formando uma

empena⁴⁵, onde está o nome da escola (Figura 66, nome hoje alterado) incrustado em relevo no frontão⁴⁶.



Figura 66 Fotografia do João Affonso, 2018
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 67 Fotografia do detalhe da fachada do João Affonso, 2018

⁴⁵ Empena cada uma das duas paredes laterais onde se apoia o pau da cumeeira nos telhados de duas águas. “Nome de cada uma das duas paredes laterais de edifício de duas águas em cujos vértices superiores apóiam-se o pau da cumeeira nos telhados de duas águas; [...] nome de cada uma das faces dos frontões (CORONA e LEMOS, 1972, p. 182).

⁴⁶ Frontão é o componente de arremate superior das janelas ou portas; o arremate triangular que veda o espaço entre duas águas da cobertura. “O termo vem do latim “frontis” e designa a frente, a face dianteira, e é aplicado para dar nome, principalmente nos edifícios clássicos, ao arremate superior que tem por função primeira vedar o espaço compreendido pelas duas águas da cobertura e pelo plano situado nos topos das paredes do pavimento da construção. [...] a superfície central triangular ou tímpano era geralmente ornado de esculturas, de relevos decorativos ou de vãos de óculos de iluminação” (CORONA e LEMOS, 1972, p. 229).

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Sua fachada apresenta elementos verticais e horizontais lisos, autoportantes, em forma de colunas e vergas, demarcando os vãos da porta principal e das janelas. Esses elementos compõem-se na forma de pórticos em alto relevo, dando sustentação aos vãos que são preenchidos com paredes como elemento de vedação, onde recebem as esquadrias.

O telhado prolonga-se para além das paredes por todo o perímetro do edifício, protegendo-as das chuvas, criando beirais⁴⁷ forrados com madeira, apoiados em mãos-francesas em madeira nos frontões (Figura 67).



Figura 68 Desenho da fachada do João Affonso
Fonte: Acervo da autora

Possui um soco⁴⁸ de meio metro de altura circundando o edifício e existe uma calçada de um metro de largura e vinte centímetros acima do nível do solo. Essa calçada serve de proteção para não enlamear as paredes em dias de chuva, além

⁴⁷ Beiral é o prolongamento do telhado para além da parede externa, protegendo-a da ação das chuvas. “Parte do telhado formada por uma ou mais fiadas de telhas, que faz saliência sobre o prumo da parede externa de uma construção. Os beirais podem se mantidos por mãos francesas, ou podem permanecer em balanço, onde parte do madeiramento do telhado propriamente dito se prolonga para fora das paredes. [...] A real função dos beirais era de desviar as águas fluviais dos topos das paredes” (CORONA e LEMOS, 1972, p.229).

⁴⁸ Soco é uma faixa horizontal, com ou sem uma pequena saliência na base de um edifício. Os socos muitas vezes eram pintados em cores mais escuras que o restante das paredes, o que preservava a pintura das manchas dos respingos das chuvas ao cair nas calçadas. “Base aparente das paredes, o revestimento do elegimento” (p. 430).” Elegimento é o nome da parte da parede situada logo acima do alicerce ao nível do chão, sobre a qual era aplicado um sobre revestimento que constituía o chamado soco” (CORONA; LEMOS, 1972, p. 430 e 178).

de permitir a circulação das pessoas em local protegido pelo telhado e em piso limpo, tendo em conta o clima chuvoso e úmido da cidade.

Em termos de materiais e de técnicas construtivas, reunindo conforto e durabilidade, a João Affonso foi edificada em alvenaria de tijolos, coberta com telhas francesas de barro, técnica amplamente utilizada e material abundante na região. Quanto aos revestimentos, foi aplicado reboco liso, nas colunas estruturais, na viga que arremata o prédio, nas paredes externas de fechamento e na moldura do frontão. Nas paredes internas também foi usado o reboco liso como revestimento.

Nas aberturas, a madeira foi utilizada nas janelas e na porta. Quanto aos acabamentos internos, no piso da sala de aula, na sala anexa e nos sanitários, para revestimento do piso foram utilizados os ladrilhos hidráulicos (Figura 68), que já eram produzidos em Pelotas, existindo duas fábricas.

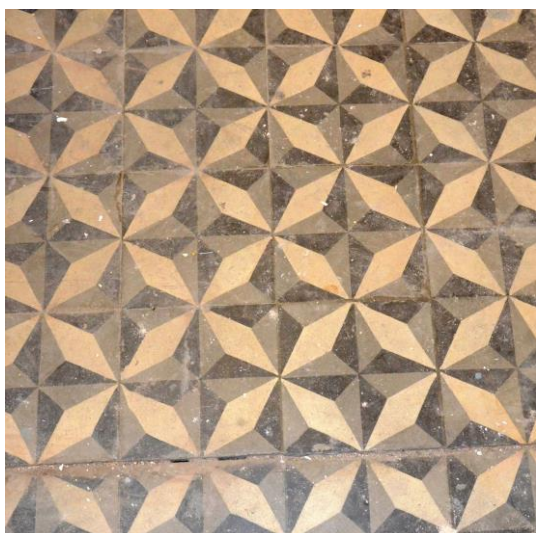


Figura 69 Fotografia detalhe piso do João Affonso, 2018.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 70 Fotografia detalhe forro do João Affonso, 2018
Fonte: Acervo da autora, 2018.

O forro trabalhado em tábuas estreitas, emoldurado por frisos em relevo, fica dividido em dois planos, um plano central e outro que circunda esse. Nos vértices do retângulo central o madeiramento muda de direção nas duas faces menores, criando uma configuração ornamental. Junto à parede, o roda forro colocado no contorno serve de arremate entre o forro e as paredes (Figura 69).

A maioria das escolas nesse período possuía apenas os cômodos indispensáveis para seu funcionamento. A inexistência de determinadas funções no

programa de necessidades, entretanto, não significava que não havia a prática de determinadas atividades.

Na João Affonso, segundo o Relatório Intendencial, “As creanças executam exercícios de gymnastica e canto e occupam-se de jardinagem (cultivo de flores) e de outros pequenos trabalhos manuaes (confecção de cestos, caixas, bordados, costuras, etc.)” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1922, p. 69). Os exercícios de ginástica e as aulas de canto deveriam ocorrer ao ar livre e durante os períodos chuvosos e de frio, no próprio Pavilhão escolar, já que dispunha de carteiras “portáteis e removíveis”.

A prática de trabalhos manuais era bastante incentivada, com exposições para divulgar e estimular essa produção nas escolas. Tinha como propósito desenvolver habilidades nas crianças, para que continuassem seus estudos no ensino técnico profissional, que lhes daria suporte para uma profissão. Uma das metas do Intendente Pedro Luis Osório com relação à instrução foi implantar o ensino profissional, “que procura desenvolver na creança conhecimentos technicos, aproveitados, mais tarde para sua profissão [...]”. É de se desejar que se tenha, breve a funcionar a “Escola de Artes e Officios”, velha aspiração dos pelotenses (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1923, p. 39).

Quanto à existência de signos ou símbolos nas fachadas, havia o nome Escola João Affonso encravado em relevo no frontão da fachada principal acima da porta de acesso à escola. Essa gravação foi retirada durante reforma, tendo hoje grafado o nome da instituição que ocupa atualmente o prédio. Existe ainda, ao lado direito da porta, um suporte de mastro da bandeira, para a sua instalação em datas festivas do município e da nação.

Não foram encontradas fotografias internas do edifício, mas existe o registro no Relatório Intendencial da frase de Michelet: “A flor humana é de todas as flores a que mais necessita de sol”, uma mensagem simbólica e pedagógica, registrada em local visível do pavilhão, destacando o “nobre fim” a que se dedica a Escola.

Ainda fazendo parte das comemorações do centenário da Independência, o Intendente Pedro Luis Osorio Mandou inaugurar, “neste dia, às 12 h em ponto, em todas as aulas municipaes e nas subvencionadas, o retrato do glorioso Patriarcha da nossa emancipação política - José Bonifacio de Andrada e Silva” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1922 p. 47), num tributo a esse importante estadista brasileiro.

Também com o propósito de homenagear, foi dado à escola o nome do João Affonso Corrêa de Almeida, professor altamente capacitado e reconhecido pela sociedade por sua atuação. Lecionou em diversas instituições de ensino em Pelotas, além de atuar também como diretor em duas delas (NEVES; AMARAL, 2012, p. 173), num tributo à memória desse colaborador com a instrução local:

Esta practica de homenagear publicamente e de maneira mais ou menos eterna os grandes vultos e factores de nosso desenvolvimento, o governo da Municipalidade já vem adoptando com os aplausos da população, e certo de que esse procedimento bem condiz com o nosso apurado civismo e sentimento de gratidão aos mortos ilustres da cidade (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1924, p. 32).

Quanto à sofisticação ou simplicidade, os materiais empregados no edifício do João Affonso foram de boa qualidade e durabilidade, pois o prédio continua a ser usado e mantém as características originais, não tendo sofrido reforma significativa. Não foram utilizados materiais nobres nos acabamentos e as fachadas sóbrias não apresentam ornamentação.

Quanto à utilização ou não de projetos padronizados, nas primeiras construções escolares, a alternativa predominante foi a utilização de projetos-tipo, ou seja, projetos genéricos que poderiam ser construídos em diversos bairros urbanos e muitas cidades do interior do Estado, implantados em situações topográficas diversas usando o recurso dos porões. Além disso, a utilização de projetos-tipo atendia às necessidades de construir com rapidez grande número de edifícios em prazos reduzidos e a baixo custo (BUFFA E PINTO, 2002, p. 34, 35).

Com relação à tipologia, a arquitetura de algumas escolas ao ar livre mais avançadas na Europa foi construída seguindo o modelo tradicional "pavilhão", que também era usado para sanatórios, com uma distribuição interna parecida com aquela usada na arquitetura hospitalar, com paredes bastante vazadas por aberturas. As crianças eram instruídas em salas com grandes janelas abertas para serem parcialmente expostas, ou ao ar livre, na sombra das árvores e totalmente expostas ao exterior (Figura 70).

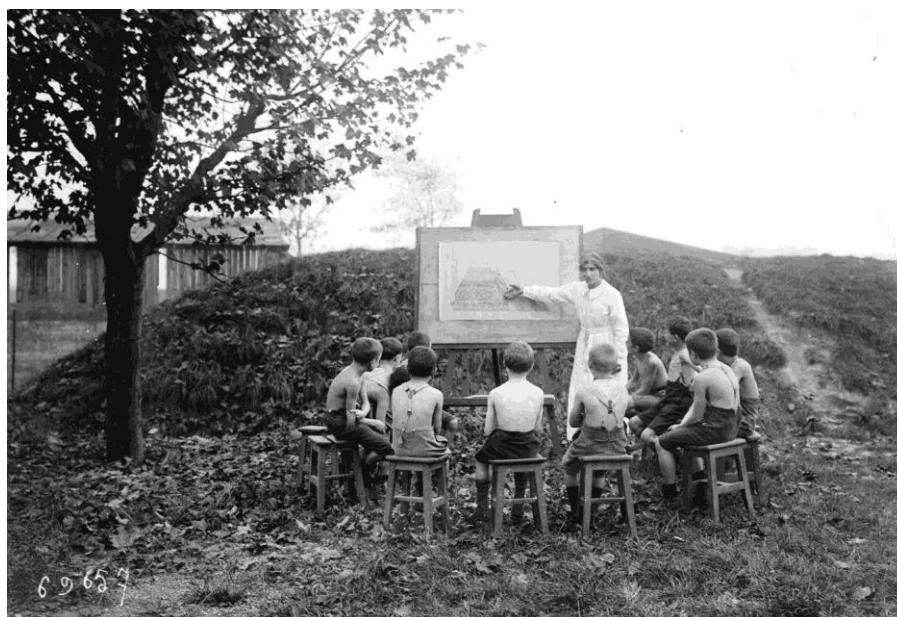


Figura 71 Fotografia da aula ao ar livre, Boulevard Bessières, 1921

Fonte: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53067426h.item>

Um exemplo mostra a experiência da construção de uma nova escola em Paris, à beira da avenida Bessières. Na edição de 5 de abril de 1920, *Le Figaro* saudava a construção da primeira escola ao ar livre na cidade, e relatava que “na cidade, esperava-se que esses novos e mais arejados edifícios e seus grandes pátios contribuíssem para melhorar a saúde dos estudantes”. Quanto ao prédio: uma construção realizada com “felicidade e sabedoria”, segundo o jornalista, “construindo um térreo simples e amplo de cimento reforçado bem distribuído”. Destacava ainda a amplitude das janelas: “O que é louvável são as janelas altas, que fazem deste pequeno edifício uma grande gaiola de vidro, onde a luz e o ar fluirão” (*Le Figaro*, 5 abril, 1920). Na cerimônia de inauguração da escola ao ar livre (Figura 71), no Boulevard Bessières, em 1921, as crianças praticavam exercícios físicos em frente aos convidados do evento.



Figura 72 Fotografia da inauguração da escola ao ar livre, Boulevard Bessières, 1921

Fonte: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53067426h.item>

Por outro lado, era problema recorrente entre as cidades do interior do Estado a necessidade de um modelo para a construção das instituições de ensino que atendessem às exigências de higiene e salubridade recomendadas na época. Empenhado na resolução dos problemas de instalação de escolas públicas no interior do município de Caxias do Sul, o Intendente Penna de Moraes procurou a Secretaria de Obras Públicas do Estado, órgão que se encarregou de confeccionar uma planta que serviria de orientação para as novas construções, “conciliando as questões da higiene e estética indispensáveis nas casas onde funcionam quaisquer institutos de ensino” (LUCHESE; KREUTZ, 2012, p. 53, 54).

O projeto elaborado pela Secretaria de Obras Públicas do Estado, em 1915, como modelo a ser adotado pelas escolas municipais de Caxias do Sul (Figura 72), constituía-se apenas de “uma ampla sala ventilada por seis janelas e uma porta frontal”, apresentando traçado arquitetônico simples, e sem previsão de divisões internas.



Figura 73 Desenho do projeto para as escolas municipais, Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1915

Fonte: Moraes, 1915, apud Luchese; Kreutz, 2012, p. 52.

Em 1919, a Diretoria de Obras Públicas do Estado elaborou um novo projeto com planta-tipo para escola colonial (Figura 73), com uma representação gráfica mais detalhada, incluindo os cortes longitudinal e transversal, as fachadas principal e secundária, além da planta-baixa. Apresentava ainda detalhes e especificações em relação à implantação da escola no lote, como construção de muro definindo o pátio, e as instalações sanitárias no fundo à direita, junto à divisa. A localização do prédio estava junto à linha da testada e recuado nas laterais, com portão de acesso único à direita (ERMEL, 2017, p. 184).

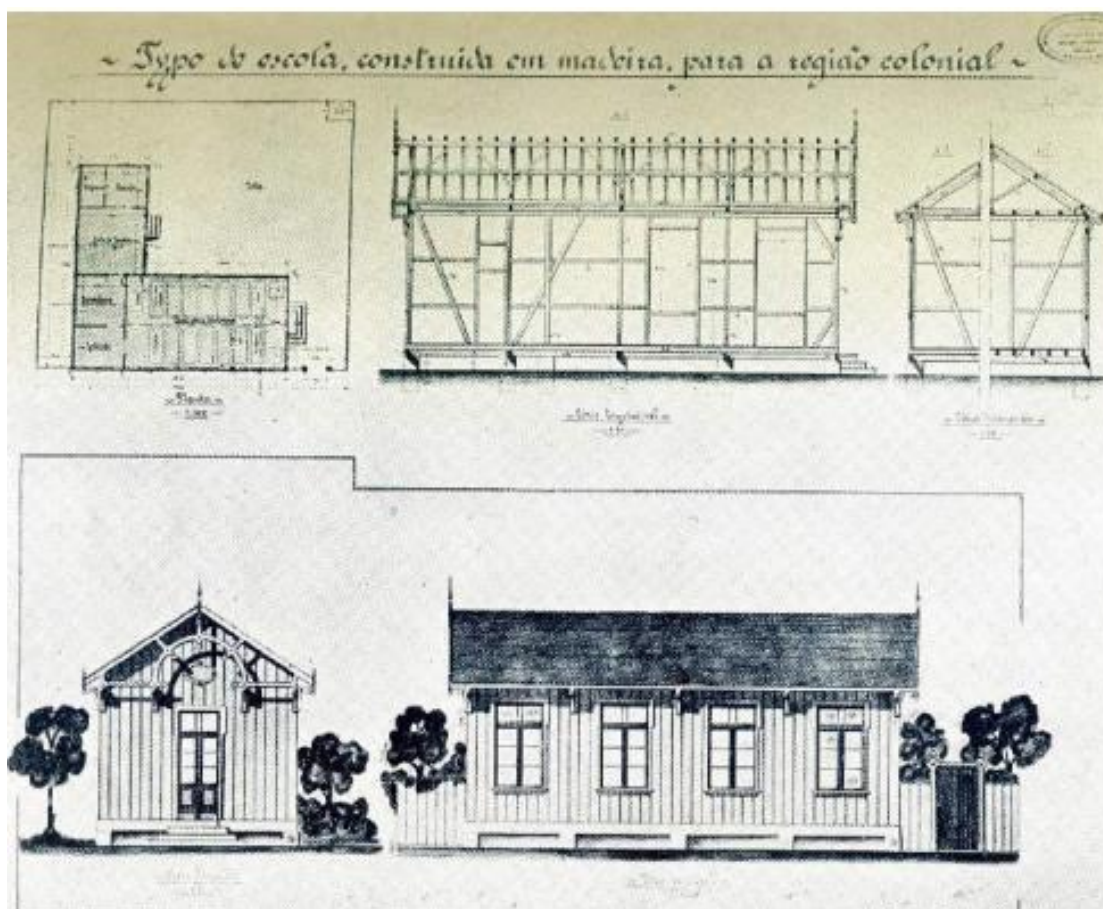


Figura 74 Desenho do projeto tipo para escola colonial, 1919

Fonte: Relatório Diretoria de Obras Públicas (RS), 1919; apud Ermel, 2017, p. 184.

O material empregado para a estrutura, o fechamento e a cobertura do prédio era a madeira, existente em grande quantidade, utilizando técnicas de preparação do material e de construção bastante conhecidas na região. O programa de necessidade era simplificado, com uma sala de aula ampla, e espaços destinados à moradia do professor, exigência voltada para as escolas implantadas na zona rural (ERMEL, 2017, p. 185).

Diversas são as semelhanças entre esse projeto de escola colonial e o projeto do edifício do João Affonso, quanto à ordenação espacial e à linguagem formal, destacando as fachadas, a planta baixa retangular, a distribuição das aberturas e o telhado de duas águas. A diferença está restrita ao material utilizado nas construções, abundante em cada uma dessas regiões, ou seja, a madeira em Caxias do Sul e a alvenaria de barro em Pelotas.

Um projeto arquitetônico deve ser pensado e materializado garantindo conforto, funcionalidade e considerando a viabilidade econômica. O uso dos materiais e técnicas característicos do local de implantação possibilitam a sua

aplicação de forma racional e a obtenção de melhores resultados, criando uma arquitetura típica regional. Somada a isso, no período em estudo, no nosso Estado a industrialização de alguns materiais construtivos estava apenas iniciando e havia dificuldades de transporte. Assim, podemos observar que houve aplicação de alguns elementos do projeto comuns para ambas as cidades, mas, por outro lado, surgiram adaptações a algumas particularidades regionais.

Dada a similaridade com o projeto modelo da Diretoria de Obras Públicas do Estado, presume-se que este possa ter sido o modelo consultado pelo engenheiro Dr. Benjamim Gastal para elaboração do projeto da Escola João Affonso. Sendo um projeto padronizado (Figura 74), serviu de referência e foi repetido nas escolas de bairro e rurais construídas em Pelotas alguns anos mais tarde, no período de 1924 a 1928, pelo Intendente Augusto Simões Lopes, um dos grandes incentivadores da instrução em Pelotas.

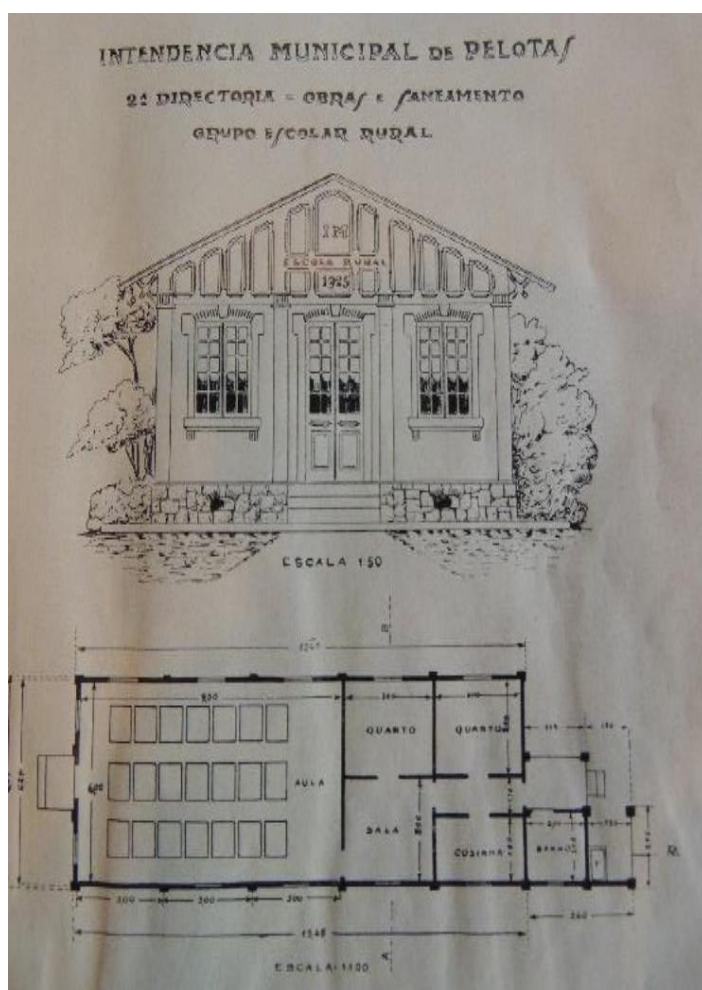


Figura 75 Desenho do projeto tipo chalé rural nº 2, Pelotas, 1925
Fonte: Relatório da Intendência Municipal, 1925

Quanto à visibilidade, a implantação do edifício em uma esquina, no espaço de uma praça, proporcionava uma visão panorâmica e permitia a leitura da proposta da interação entre a instrução e a saúde materializada na Escola ao ar livre.

Fora da zona edificada, a inexistência de muro e de portão permitia o acesso livre e direto ao ambiente externo, aos jardins, à calçada, à rua e à cidade. Apenas uma cerca alta formada por vegetação separava a escola do movimento da rua, a poucos metros da fachada lateral direita, ao longo da Rua Andrade Neves, proporcionando silêncio e segurança e preservando o espaço das crianças da inquietação da rua próxima.

A antiga instituição escolar João Affonso deixou de funcionar, mas o edifício passou a servir de abrigo para o Movimento Bandeirante e desde 2001 sedia a Academia Pelotense de Letras, por convênio com a Secretaria Municipal de Educação. O edifício está cadastrado como bem representativo da cidade no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas, tendo suas fachadas públicas e volumetria protegidas por lei.

Mantendo a característica educacional, em 1963 a praça passou a sediar também a Escolinha Municipal de Arte, que hoje ainda leva o nome de sua primeira diretora, Ruth Blank. Ampliada, continua em funcionamento, sendo hoje denominada Escola Municipal de Ensino Infantil Ruth Blank.

Apresentamos aqui o João Affonso, descrevendo e analisando suas características e peculiaridades. Projetado com a composição estrutural que se convencionou chamar de “chalé” ou “pavilhão”, foi implantado na Praça Júlio de Castilhos, seguindo as correntes de médicos higienistas e educadores da época sobre educação ao ar livre. A exposição ao sol e ao ar fresco dos espaços abertos permitia condições de higiene adequadas às crianças, ao mesmo tempo em que era proporcionada a instrução. A proposta traduz o pensamento progressista do Intendente Pedro Luis Osorio, que buscava reunir a saúde com o ensino, acompanhando as correntes de pensamento de países da Europa e Estados Unidos.

A seguir, desenvolve-se a descrição do Bibiano de Almeida, construído no Município de Pelotas em 1928.

Bibiano de Almeida, 1928.

Procuramos aqui caracterizar a estrutura do Bibiano de Almeida, instituição de educação pública criada em 1928, tendo sido o edifício construído com verbas da Fundação D. Antonia. Apresentamos aspectos da educação popular no bairro do Areal de Pelotas, onde foi implantado, no período de governo do Intendente Augusto Simões Lopes (1924-1928).

O desenvolvimento do município de Pelotas foi favorecido por sucessivas administrações republicanas desde a implantação do Regime Republicano no Estado. Entre eles, o Intendente Augusto Simões Lopes, que, tendo se formado na Faculdade de Direito de São Paulo, retornou a Pelotas movido por sua vocação política e, como membro do Partido Republicano, assumiu a Intendência do município de Pelotas.

Em sua administração, Pelotas conquistou impulso, e entre seus diversos empreendimentos destacava-se como grande incentivador da instrução no município. Para o Intendente: “Organizar a educação, é para o mundo hodierno o problema central em torno do qual gravitam os demais nos países de vida regular pelos interesses sociais mais relevantes”, (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1927, p. 215).

Buscando disseminar a educação popular, organizou uma secretaria específica para cuidar dos interesses da instrução, e, assim, a falta de um “departamento autônomo para orientar questões pedagógicas foi sanada com a criação da 5ª directoria que vae promovendo, satisfactoriamente, a systematização e uniformidade do ensino dentro das modernas correntes pedagógicas” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1926, p. 7). Seguindo os princípios de igualdade entre os homens e com o ideal de “educar para a vida”, afirmava:

Em plena phase de supremacia dos ideaes de igualdade, entre os homens, é certo que para objectivar esta cara aspiração nada mais adequado do que a escola, onde os mais ricos juntamente com os mais pobres vão receber o mesmo pensamento redemptor, os mesmos princípios, os mesmos conhecimentos sementeados pela escola primaria. A directriz da escola primaria, a única freqüentada pela maioria do povo, dado que a luta pela existência desvia cedo os elementos populares de actividades sem rendimento econômico, a directriz da escola primaria, dizíamos, é educar para a vida (RELATÓRIO INTENDENCIAL de 1927, p. 215).

Apesar das inúmeras iniciativas públicas e privadas no setor educacional em Pelotas, o Intendente Augusto Simões Lopes reconhecia os problemas com a instrução no município e manifestava seu interesse em investir para sua melhoria: “A

instrução publica, magno e relevante problema, tem merecido a minha especial atenção” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1926, p. 5). Para isso, traçou planos de investimento na construção de edifícios escolares, contando com verbas da Fundação Antonia Berchon des Essarts:

Deverei iniciar ainda este anno a construção de um grupo modelo na cidade e a difusão do maior numero possível de edifícios para escolas nos districtos rurais, achando-se para isso já habilitada a administração com o empréstimo de 2500 contos de reis, realizado para esse fim exclusivo com o ilustre conterrâneo dr. Edmundo Berchon des Essarts, que, n’um gesto generoso e benemerito, creou a meritória Fundação Antonia Berchon des Essarts, criação que estimula e premeia aos que se dedicam ao estudo (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1926, p.5, 6).

Nesse sentido, buscando assegurar a expansão da instrução popular, o Intendente tinha preocupação em construir “edifícios próprios e adequadamente aparelhados” (Relatório Intendencial, 1926, p. 7). Era sua intenção realizar, no seu quadriênio de governo, a construção de um grupo escolar modelo, além da difusão do maior número possível de edifícios para escolas nos distritos rurais, incluindo, nessa categoria, as escolas nos bairros.

Immediatamente terminei a elaboração de projectos de edificios typó ruraes, já concluídos e aprovados, e tomadas as providencias para aquisição nas mais vantajosas condições do material necessario para as construções em objecto; contando com o desinteressado e prestimoso auxílio do esforçado sr. Alexandre Gastaud para fiscalizar, directamente, o andamento dos trabalhos, espero que muito em breve possamos vêr abertas mais uma dúzia de aulas para as populações ruraes, e, provavelmente, um grupo modelo na cidade (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1925, p. 30).

Augusto Simões Lopes registrou ainda no Relatório o interesse em edificar as escolas de forma econômica, atentando para o mobiliário com que seriam equipadas e a adequada localização. Desse modo, “nada escapou á previsão de aproveitar o melhor possível o patrimônio disponível; o mínimo custo das obras, o modelo de seus mobiliários, e a localização das escolas são pontos estudados com o maior carinho e segurança” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1925, p. 30).

A complexidade das questões relacionadas com a educação popular⁴⁹ ocupava cada vez mais a administração, que sentia falta de um departamento autônomo capaz de orientar as questões pedagógicas⁵⁰. Além disso, com a

⁴⁹ Os termos “educação popular” e “ensino” aparecem com bastante frequência nos textos dos Relatórios Intendenciais no quadriênio do governo do Dr. Augusto Simões Lopes, diferente dos Relatórios antecedentes, pesquisados dos anos de 1904 a 1930, onde utilizavam a expressão “instrução publica”.

⁵⁰ Ver NAGLE, 1976, FREITAS; BICCAS, 2009.

expansão adquirida nos últimos anos, as escolas municipais não poderiam estar sujeitas ao Regulamento⁵¹ de 1912, concebido para gerir uma situação bastante distinta daquela predominante em 1925.

Assim, a Directoria da Instrução Municipal foi criada em 1928, sendo o departamento que substituiu a 5ª Directoria, tendo nomeando como diretor o Sr. Brum de Azeredo. Com subsídios das legislações que vigoravam nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, foi elaborado o Regulamento da Instrução que “consubstancia as modernas tendências do ensino, alcançando as directrizes vitoriosas nas legislações mais adeantadas das que vigoram em nosso país” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928, p. 85).

Com relação aos edifícios escolares, determinava que esses “deverão obedecer às prescrições estatuídas no capítulo respectivo do Regulamento, sobressaindo entre os itens ali enumerados os requisitos de natureza hygienica” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928, p. 85).

Em 1928 a Secção Pelotense da Associação Brasileira de Educação⁵² e o diretor da 5ª Directoria do Município, buscando esclarecer a verdadeira situação do ensino em Pelotas, programaram a realização de um recenseamento escolar, procurando apurar a população escolar de 7 a 14 anos, para verificar o número de crianças ainda sem inscrição escolar na data do recenseamento. A taxa encontrada, cotejando com os resultados do recenseamento de 1920, “si não é ainda totalmente satisfactoria, indica, sem duvida, os progressos realizados e a constancia no proposito de continua-los” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928, p. 91).

O Intendente determinou então as construções dos edifícios escolares e baseou-se nos dados levantados pelo recenseamento para definir o local da

⁵¹ O Intendente Cypriano Barcellos “promulgou com o Acto nº 642 de 24 de Janeiro de 1912 o primeiro regulamento de legislação municipal sobre ensino, prescrevendo as normas geraes a serem obedecidas na vigencia das aulas para que fora creado” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1925, p.28). Ver nos APÊNDICES.

⁵² “A Associação Brasileira de Educação (ABE) surgiu no Rio de Janeiro, na década de 20, um período da história de grandes e graves apreensões, reunindo um numeroso grupo de intelectuais e profissionais do ensino liderados pelo Professor Heitor Lyra da Silva com o propósito de avaliar suas responsabilidades e deveres em relação aos grandes problemas nacionais”. <http://www.abe1924.org.br/quem-somos>.

Segundo Arriada (2014), uma das ações mais importantes, em Pelotas, nos anos 20, foi a criação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação. Joaquim Luís Osório - bacharel em Direito, reconhecido nacionalmente por conta de sua intensa atuação na política, ocupava os cargos de deputado federal e de diretor administrativo do Ginásio Pelotense, onde propôs em assembléia a criação da Associação Pelotense de Educação, seção local da ABE, no dia 24 de outubro de 1926 (ARRIADA, 2014).

implantação das mesmas. “Prestigiando o recenseamento estabeleci novas escolas com a localização orientada pelas conclusões do mesmo” (Relatório Intendencial, 1928, p. 97). Além das verbas obtidas através da Fundação Antonia Berchon des Essarts, em 1926 foi autorizada uma nova conversão de crédito com a Exma. Sra. D. Maria Francisca de Mendonça de Assumpção⁵³, que permitiria a construção de dois grupos escolares modelo na cidade, “Dr. Joaquim Assumpção” e “D. Antonia”.

A expressão “grupo escolar modelo” foi utilizada nos Relatórios Intendenciais quando havia referência às instituições D. Antonia e Dr. Assumpção, que estavam localizadas no centro urbano e apresentavam uma arquitetura diferenciada, instaladas em edifícios com dois pavimentos e esmero no acabamento. Para as demais instituições, localizadas nos bairros periféricos e no meio rural, alojadas em construções seguindo o projeto-tipo ou prédios reformados, eram utilizados os termos escola, instituto de ensino, casa escolar e grupo escolar.

Segundo Relatório Intendencial de 1928, foram realizadas construções escolares no meio rural, e nos bairros da periferia urbana: as escolas João da Silva Silveira, na Colônia Monte Bonito; Bernardo Taveira Júnior, na Colônia Santa Eulália; Professor Affonso Massot, na Colônia Quilombo; Garibaldi, na Colônia Maciel; Alvaro Berchon, no Passo das Pedras; Mauá, no Passo dos Negros; Ministro Fernando Osório, nas Três Vendas; D. Maria Antônia, na Barbuda; Bibiano de Almeida, na Villa Gastão Duarte; e Jacob Brod, nas Terras Altas (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928 p. 13). Foram executadas ainda obras de adaptação de prédios adquiridos para instalar outras escolas municipais no Areal, no Capão do Leão, no Areal, na Cascata e no Theodósio.

O município de Pelotas era destaque numa região em desenvolvimento, atraindo dessa maneira um grande contingente populacional, tanto provindo de cidades menores quanto do êxodo rural. Além das atividades fabris houve o incremento de outras ocupações dentro do comércio e serviços. Esse aumento populacional gerou uma demanda por habitações, levando os moradores a instalarem-se geralmente nas periferias, em locais insalubres. Para sanar esse problema, numa campanha pela extinção das moradias insalubres e sua substituição

⁵³ “O capital de duzentos contos de reis a empregar nessa construção é obtido com a emissão de apólices, ao par da Lei n. 136, e por ocasião de se effectuarem os pagamentos aos constructores são tomados pela Exma. Sra. D. Maria F. M. Assumpção, que num rasgo digno de louvores, contribue, assim, expontaneamnete, facilitando os recursos necessários a fim de tanta utilidade” (RELATORIO INTENDENCIAL, 1926, p. 6).

por habitações dotadas de serviços higiênicos, surgiram proprietários com posses interessados em investir nesses empreendimentos (GILL, 2006).

Essas iniciativas foram apoiadas pelas autoridades municipais através de legislação isentando de emolumentos aos construtores de casas particulares de baixo aluguel, compatíveis com os salários dos operários. Segundo Gill (2006), em 1910 o engenheiro Dr. Alfredo Lisboa, responsável pela execução de projeto de rede de esgotos no Município, já considerava a conveniência de que, além dos proprietários de casas em más condições de higiene serem convocados a fazer sua reconstrução ou melhoramentos, caberia ao poder público municipal incentivar a construção de vilas operárias em regiões ermas da cidade.

No Relatório do Intendente Cypriano Corrêa Barcellos, de 1914, foi publicada lei concedendo isenções para construções que se destinassem à moradia de operários e com baixo valor de aluguel: “Como se trata de facilitar a vida das classes operárias, parece de justiça que a isenção pedida seja extensiva a quantos busquem edificar com idêntico intuito e de acordo com as condições estabelecidas em lei” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1914 p. 8).

As vilas e os bairros vinham se multiplicando na periferia urbana, e, entre outras, a Vila Gastão Duarte, nome esse do proprietário do empreendimento, que foi implantada no Bairro Areal. Estava localizada próxima ao cruzamento de duas importantes vias, a Estrada Domingos de Almeida, hoje Avenida Domingos de Almeida, que ligava o núcleo urbano às charqueadas e o Corredor das Tropas, hoje Avenida São Francisco de Paula, que era o caminho percorrido pelo gado desde o Passo dos Negros⁵⁴ até a região da Tablada, local onde o gado era comercializado pelos estancieiros e charqueadores para abastecer a indústria saladeril.

Dessa forma, com o crescimento da cidade, como nos grandes centros urbanos, em Pelotas se observa a conformação do “grupo-bairro” (SOUZA, 1998, p. 126) acompanhando o processo de diferenciação da cidade e da expansão urbana.

Quanto à localização dos edifícios escolares e relação com o contexto urbano, para a implantação de um Grupo Escolar no Bairro Areal, em 1927,

⁵⁴ O Passo dos Negros tem destaque na história da cidade devido a sua localização, por estar próximo às charqueadas e ter como principais moradores os negros, escravos que estavam ali para servir de mão-de-obra na indústria saladeril, foi um dos caminhos estruturadores da cidade que fica próximo do local onde mais tarde foi instalado o primeiro núcleo urbano de Pelotas. Estando localizado ao lado do São Gonçalo, o Passo dos Negros estava próximo ao arroio Pelotas, era local de passagem do gado que vinha dos campos Neutrais (RAMOS, 2013, pg. 86).

conforme registro da seção de Patrimônio da 1ª Diretoria, no item “Cessões”, no dia 26 de maio, “foi lavrado o termo pelo qual o Sr. Gastão C. Duarte, fez doação a esta Intendencia de um terreno no lote nº 33 da “Villa Gastão Duarte” (Figura 75), com frente para a Avenida da Paz, afim de nelle ser instalada uma escola publica” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1927, p.14, 15).

Bastante próxima, em torno de quarteirão de distância da Escola, foi construída no centro da Vila a Praça da Paz, que existe ainda hoje arborizada e disponibilizando espaços de descanso.

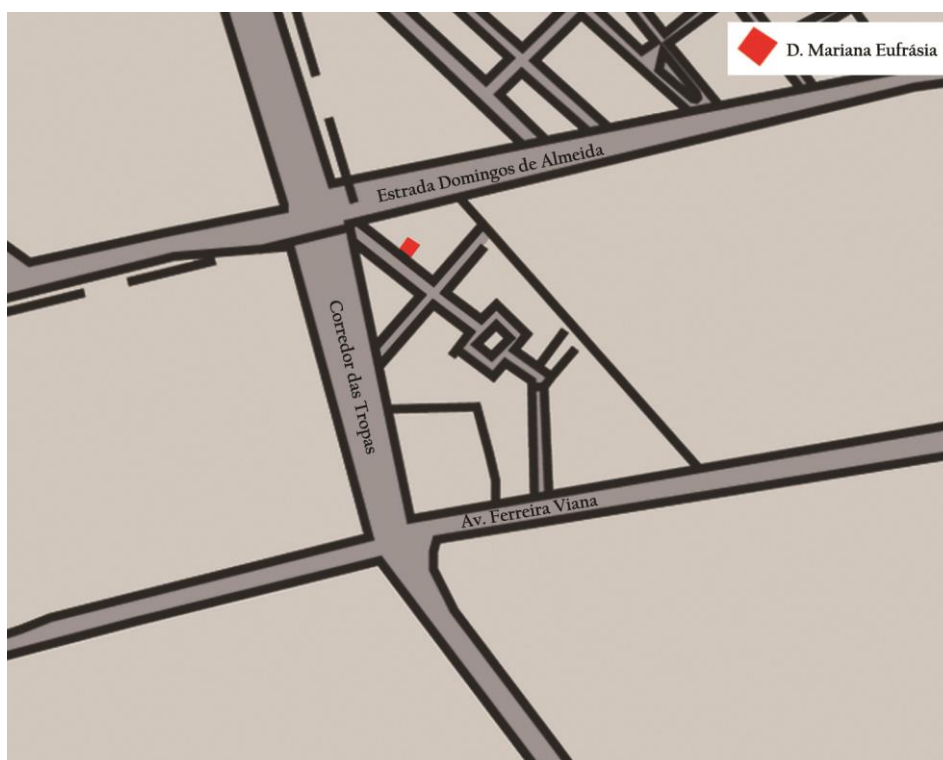


Figura 76 Mapa de situação do Bibiano de Almeida
Fonte: Mapa de Pelotas de 1926, adaptado pela autora

A escola foi fundada em 17 de agosto de 1928, como Escola Rural Bibiano de Almeida, conforme decreto Nº 1.739 assinado pelo Intendente do Município de Pelotas, Dr. Augusto Simões Lopes. O nome Bibiano de Almeida foi uma homenagem ao escritor e professor Bibiano Francisco de Almeida, “admirado por muitos pelo profundo conhecimento dos autores latinos e o amplo domínio da língua portuguesa, além de ser exímio poeta” (ARRIADA, 2007, p. 172). Segundo Arriada (2007), Bibiano de Almeida estabeleceu em Pelotas excelentes instituições de

ensino, o Colégio Sul-Americano, em 1881, e, mais tarde, o “Colegio Bibiano de Almeida”.

Segundo Souza (1998), nos grupos escolares criados em São Paulo entre 1894 e 1910 foram homenageados eminentes políticos republicanos, barões e doutores: “É a República imortalizada na memória coletiva pela lembrança de seus representantes máximos” (SOUZA 1998, p. 134). Mais tarde, numa estratégia utilizada para captar recursos para as construções escolares, o estado passou a denominar as escolas distinguindo os beneméritos que colaborassem com a instrução pública.

Essas práticas foram utilizadas por Augusto Simões Lopes na escolha dos nomes das escolas criadas, conforme afirmou: “Procurei homenagear nos institutos de ensino figuras insignes da nossa collectividade, designadamente aquellas que se devotaram a nobre tarefa educativa” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928, p. 98). Nesse caso, o homenageado foi o destacado educador Bibiano de Almeida, e não o colaborador Gastão Campello Duarte, que doou o terreno e tijolos para a construção.

De maneira diferente, mas no mesmo período, ao inaugurar as Escolas Jacob Brod, a Escola Álvaro Berchon e os Grupos Escolares D. Antonia e Dr. Assumpção, o Intendente homenageou a memória dos beneméritos cujas famílias fizeram as doações.

Quanto ao órgão responsável pelo planejamento e construção do edifício do Bibiano de Almeida, ficou ao encargo da Diretoria de Obras e Saneamento do Município, que tinha como diretor o engenheiro Hugo Martinez Veiga, sendo esse o responsável pelo contrato da firma construtora. O total das despesas com a obra, “A mão de obra inclusive diversos materiais custará Rs 9:300\$000” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928, p. 37).

A concepção seguia a proposta do “projeto-tipo colonial”, um dos três modelos de escola disponibilizados pela Secretaria Obras e Saneamento para a construção dos grupos escolares de bairros e rurais neste período de governo do Intendente Augusto Simões Lopes.

Em relação ao construtor envolvido na execução do edifício da Bibiano de Almeida foi “contractado com o constructor Liberato Fonseca e acha-se em

construção o prédio destinado á escola acima referida, situada em terrenos doados pelo sr. Gastão Campello Duarte”. Além da doação do terreno, Gastão Duarte empenhou-se na concretização do projeto da escola fornecendo o material construtivo, visto “que concorreu com o fornecimento do tijollo necessário” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928, p. 37).

Quanto à presença de educadores nas comissões, não está documentada a sua participação na elaboração de “projeto-tipo” para as escolas. Entretanto, a valorização dos professores e seu aperfeiçoamento estavam entre as metas do Intendente Augusto Simões Lopes, que considerava que “A base de toda a construção em matéria de ensino é o elemento pessoal, cuja aptidão e aperfeiçoamento intellectuais são cogitações diuturnas” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1927, p. 216).

Buscando qualificar a categoria, foram instituídos concursos para provimento das cadeiras urbanas e rurais, e foi realizada uma revisão nos vencimentos do magistério em geral, “acto de justiça e que veio tornar possível, cada vez mais, a incorporação de novos elementos idôneos ao professorado” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928, p. 14).

Outras práticas voltadas para os professores foram o estabelecimento de cursos de férias, os cursos de aperfeiçoamento para “ministrar ao professorado uma orientação moderna de ensino”, e a instalação em todas as escolas, de bibliotecas nucleares para uso dos professores (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928, p. 14).

Quanto à presença de médicos nas comissões de concepção de projeto-tipo das escolas tipo também não existem anotações nos Relatórios Intendenciais. Entretanto, no Regulamento da Instrução “a saúde na escola foi objeto de um titulo especial, abrangendo a educação physica, a assistência medica dentaria e as instituições de proteção⁵⁵” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928, p. 86).

Diversas iniciativas denotam a preocupação com a saúde infantil, como a criação da assistência médica escolar, anexa à Diretoria da Instrução estabelecendo-se ficha individual para exames físico e antropométrico dos alunos, a aplicação da vacinação obrigatória contra o tifo e a varíola, a instalação de filtros

⁵⁵ Como instituições de proteção ou de assistência, aparecem o “Pelotão da Saúde” e o “Copo de Leite”. O primeiro constitui-se por um núcleo de alunos que se obrigam ao cumprimento diário de uma série de deveres necessários à saúde física e moral; o segundo é uma instituição de assistência aos alunos com deficiência orgânica notória, que passavam a receber o alimento necessário a sua nutrição (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928, p. 87).

para água e bebedouros higiênicos nas escolas construídas. A assistência dentária foi ampliada, sendo criado o gabinete ambulante (Figura 76), que funcionava um mês em cada escola (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928, p. 14).

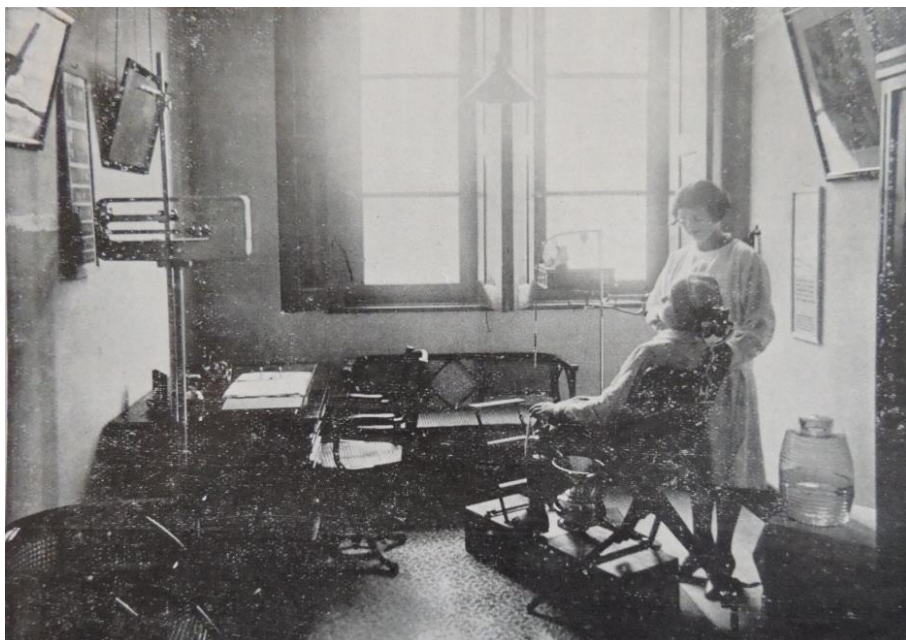


Figura 77 Fotografia do gabinete dentário ambulante, Pelotas, 1928.
Fonte: Relatório Intendencial, 1925

Nos grupos escolares modelo localizados na zona central urbana foram instalados gabinetes médicos dotados de aparelhamento de medida e pesagem, exame de audição e visão. A inspeção médica atingiu também aos professores e empregados das escolas. O jornal Diário Popular de sete de março de 1928 também enfatiza essas medidas:

Destaca-se brilhantemente no Estado a instrução publica municipal de Pelotas. Os respectivos aparelhos technicos do governo estadual podem ir ali beber ensinamentos. Predios proprios, material modernissimo, processos pedagogicos adeantados, hygiene escolar, cultura physica systematica e consultórios medicos e dentários nas escolas (DIÁRIO POPULAR, 1928).

Integrava ainda o Regulamento da Instrução, a previsão do funcionamento obrigatório ao ar livre, das escolas situadas em bosques e jardins, “para o que deverão ser dotadas de mobiliário adequado, recebendo, preferencialmente, as creanças débeis para ellas encaminhadas pelo inspector medico” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928, p. 87). Essa perspectiva educacional dava continuidade ao projeto implantado pelo Intendente Dr. Pedro Luis Osório quando construiu os Grupos Escolares João Affonso e Carlos Laquintinie em praças públicas.

Quanto à influência das concepções de educação, os estudos mostram que Pelotas viveu, no campo educacional, uma fase modernizadora entre meados dos anos 1920 até meados dos 1930, momento esse em que as ideias que aqui circularam estavam em absoluta consonância com o movimento renovador do restante do país (PERES; CARDOSO, 2004, p. 98).

Nos Relatórios da Intendência desse período estão registradas, de maneira assídua, as referências à reforma pedagógica do ensino público municipal nos moldes da pedagogia moderna: “Orientar o ensino pelas proposições da pedagogia moderna, dar-lhes a mais intensa difusão e a mais perfeita unidade foram os propositos da ação municipal nesse período” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1926, p. 71).

A concepção moderna creditava uma importante função à escola e a estabelecia como instituição onde se produziria mais do que o simples aprendizado intelectual, mas promoveria a educação da criança com o propósito de formar a sua consciência cívica e orientar as suas aptidões profissionais futuras, como especificava Augusto Simões Lopes:

Essa a grande missão do ensino, hodiernmente compreendido como uma complexa função que para segurança e felicidade sociaes exige uma orientação superior e busca uma finalidade generosa. Não basta dar ao alumno os rudimentos de uma cultura que universalizou os conhecimentos humanos mais geraes. Esta deslocada dos intuitos e directrizes da escola moderna essa função sobremaneira simplificada. Ella avoca para si uma mais ampla e fecunda collaboração na obra ingente do progresso social (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1926, p. 71).

O ensino saiu fora dos estreitos limites das primeiras letras, tendendo a alcançar um objetivo mais alto – educar integralmente – contribuindo, dessa forma, para elevar o nível intelectual da população. Houve ainda, com a criação dos diversos grupos escolares, uma consequente mudança na posição municipal em relação ao ensino público, “novos aspectos foram creados pedindo soluções novas as questões de ensino” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1926, p. 72). A coexistência das aulas isoladas com os grupos escolares obrigou a uma classificação dos cursos, assegurando que só os grupos poderiam desenvolver programas completos.

Entretanto, era um momento de transição, e não era possível prescindir da participação das aulas isoladas. Mas essas deveriam atualizar suas práticas, atentando para a integralidade do ensino “de modo que embora de natureza mais

restricção, os seus cursos ministrem um ensino aproveitável, no triplice aspecto da instrução intelectual, physica e civica” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1926, p. 73).

De maneira geral, o futuro Regulamento previu uma organização escolar de três graus no ensino primario, com a divisão em básico, médio e integral, dividido em cinco séries, devendo os programas obedecer a uma mesma seriação da matéria. As aulas isoladas deveriam ser reunidas em edifícios adequados logo que fosse possível, com programa reduzido, ministrando o ensino em duas séries. Os grupos escolares já existentes, funcionando por turnos, ofereceriam quatro séries e somente o Grupo Escolar Joaquim Assumpção desenvolveria todo o programa, para ser ensinado em cinco séries.

Nos arredores da cidade, alguns aglomerados da população estavam dispersos principalmente ao longo das estradas que ligavam o núcleo urbano com outros municípios vizinhos e com as atividades estabelecidas nas periferias, formando assim uma rede viária suburbana perto da cidade, através da qual o município se abastecia de alimentos e matéria-prima. Com o passar do tempo, eles se tornaram o principal espaço urbano do crescimento de Pelotas (SOARES, 2006, p.s/n).

Quanto à origem social da clientela escolar, o Bibiano de Almeida, localizado próximo a duas importantes vias de circulação, atenderia não somente aos moradores da Vila Gastão Duarte, onde estava inserido, mas também as crianças oriundas dos agrupamentos de famílias das classes trabalhadoras residentes ao longo dessas vias.

Para Teixeira (1969), na década de 1920 as escolas passaram a ter como propósitos a instrução geral e comum de todos os cidadãos e o preparo de classes de trabalhadores especializados e especialistas de toda espécie requeridos pela sociedade moderna. O Intendente Augusto Simões Lopes entendia a educação popular como força transformadora capaz de criar riqueza e progresso, proclamando que “Valorizar o nosso patricio, fazendo d'elle uma força capaz da mais alta somma de produção, eis o mais elementar dever que se antolha ao administrador, qualquer que seja a sua parcella de responsabilidade” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1925, p. 27).

Dessa forma, as crianças eram preparadas para ingressar nas atividades produtivas, e o provável destino para os alunos do Bibiano de Almeida era o trabalho

fabril ou no comércio que se ampliava e diversificava, ou ainda no setor da prestação de serviços, outra especialização funcional que se expandia com a urbanização. Essas eram as diretrizes da Diretoria de Instrução no esforço pela reforma pedagógica do ensino público municipal, e a “orientação desse órgão director tem sido emcaminhada para a instrução objectiva, real e animada, preparando o alumno para os mistérios da vida, sem esquecer a educação moral e cívica” (DIÁRIO POPULAR, 02/10/1928).

Tão relevante quanto a escolha do terreno são o projeto e a construção do edifício escolar. Os grupos escolares construídos nos bairros nesse período têm caracterização marcante, são sólidos e exibem qualidades construtivas distintas das demais construções do entorno, apesar de não apresentarem particularidades então próprias dos edifícios públicos, que utilizavam uma linguagem eclética.

Quanto ao partido arquitetônico, o edifício do Bibiano de Almeida apresenta traços da arquitetura colonial⁵⁶, térreo, constituído por volumes prismáticos retangulares puros, aparecem os beirais com telhado característico de quatro águas e os ornamentos se restringem (Figura 77). É formado por um corpo principal e um bloco secundário, anexo na parte posterior do primeiro. Como peculiaridade, destacam-se o alpendre⁵⁷ no acesso principal e o frontão trabalhado acima da porta. O edifício foi apresentado no Relatório Intendencial conforme a descrição:

Abrange esse edifício uma área de 66,51 metros quadrados e dispõe de uma sala de aulas, um alpendre, secretaria, corredor e cômodos para instalações sanitárias, tendo sido adoptado o typo colonial. A mão de obra inclusive diversos materiais custará Rs 9:300\$000 (Relatório Intendencial, 1928, p. 37).

⁵⁶ São consideradas construções de linguagem colonial todas as que foram construídas no período de 1800 a 1822, salvo construções tardias até o final do século, cujos elementos arquitetônicos constituem-se de telhado em beiral com cimalha (parte superior da cornija) no arremate, normalmente em duas águas, podendo ser em três ou quatro águas, revestido com telha, capa e canal (...); nos vãos, janelas de guilhotina ou de abrir com postigo, portas relhadas ou almofadadas, vergas em arco abatido, arco pleno ou retas, bandeiras fixas ou móveis. Essas construções normalmente não têm porão (PRIJ, 2005, p. 49).

⁵⁷ Alpendre é uma cobertura suspensa por si só ou apoiada em colunas sobre portas e vãos, e geralmente fica localizada na entrada da casa. Aos alpendres maiores dá-se o nome de varanda. “Por definição alpendre é todo teto suspenso por si só ou suportado por pilastras ou colunas, sobre portas ou vãos de acesso. A todo acesso abrigado corresponde um alpendre. Pode aquela peça formar saliência no frontispício da construção ou estar engastada entre paredes da mesma, compreendendo então, espaço coberto reentrante. No primeiro caso o alpendre é cobertura independente, não possuindo continuidade com o telhado da construção propriamente dita, salvo quando é um mero prolongamento parcial de uma água, além do alinhamento do beiral (CORONA; LEMOS, 1972, p. 32).



Figura 78 Fotografia do Bibiano de Almeida, 2018
Fonte: Acervo da autora.

Quanto à distribuição espacial, o Bibiano de Almeida foi implantado num edifício térreo, com um programa de necessidades enxuto, com planta baixa (Figura 78) composta por dois retângulos: um principal maior, constituindo o corpo onde está a sala de aulas, com um alpendre na entrada principal. O retângulo menor gerou o bloco secundário que abriga uma secretaria, uma pequena circulação e os sanitários, sendo que essa circulação permite o seu acesso direto tanto da sala de aula quanto do pátio.

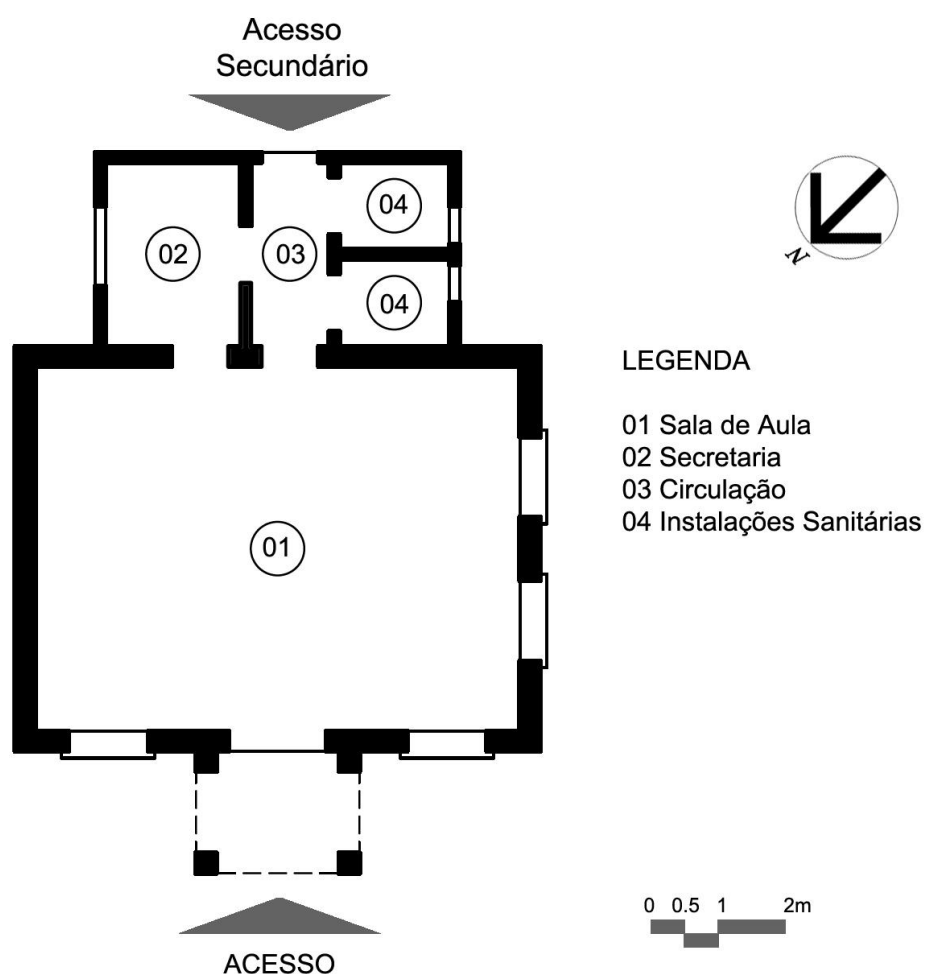


Figura 79 Planta baixa do Bibiano de Almeida , 2018

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Desporto Pelotas. Acervo da autora.

Para sua a implantação, o edifício foi construído afastado dos limites do terreno, com um jardim no entorno e o pátio no fundo, um posicionamento que garantia insolação e ventilação em todo o perímetro do edifício, distinguindo-o na paisagem urbana e atribuindo-lhe uma identidade própria.

A sala de aula e os demais ambientes se abrem para esse jardim e existe uma calçada contornando o edifício. Separando a Escola da rua existia um muro baixo em alvenaria, com elementos vazados arrematando, formado por gradil trabalhado, acompanhando desenhos dos planos de vidros nas esquadrias, permitindo assim, o contato visual das crianças com as ruas do bairro (Figura 79).

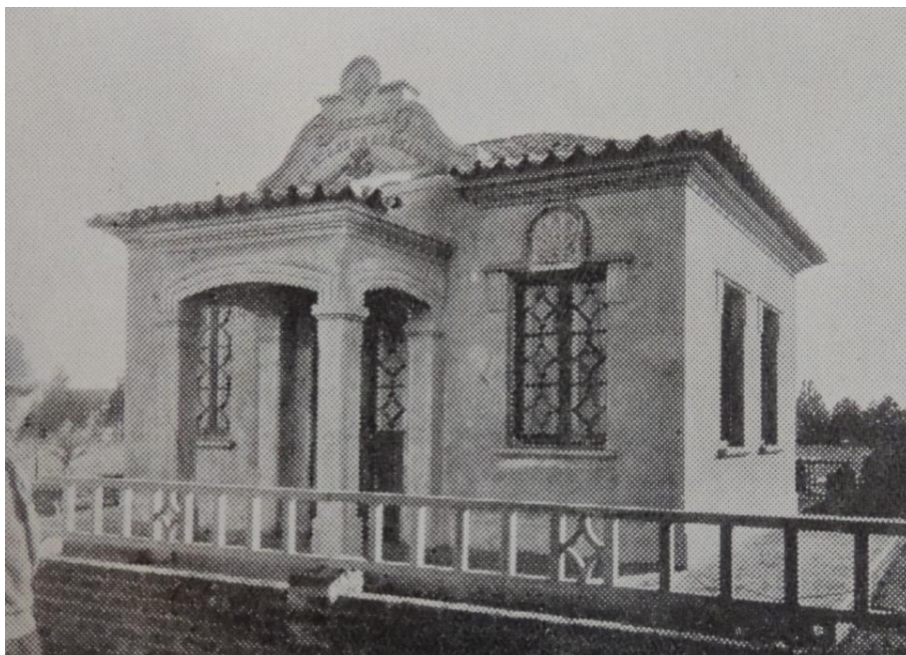


Figura 80 Fotografia do Bibiano de Almeida, 1928
Fonte: Relatório Intendencial, 1928/1929.

Os gradis eram executados nas Oficinas Municipais, e nos demais lados o fechamento era feito com uma cerca com oito fios de arame. Esse tipo de cercamento foi usado em diversas escolas criadas nesse período (Relatório Intendencial, 1928, p. 15). Mais tarde, na Escola Bibiano de Almeida, essa cerca foi substituída por um muro alto em alvenaria e fechamento superior com tela metálica.

A um programa de necessidades simplificado corresponde uma ordenação espacial compacta. Quanto à linguagem arquitetônica, o edifício do Bibiano de Almeida apresenta uma configuração simétrica na fachada; existe uma preocupação com a composição formal com elementos próprios da linguagem do colonial, apresentando uma linguagem arquitetônica caracterizada por sobriedade e simplicidade (Figura 80). É uma construção térrea, não possui porão, mas está implantada a trinta centímetros acima do nível do terreno, afastado da umidade do solo e proporcionando conforto ambiental, também garantido pelo amplo pé-direito. Possui paredes estruturais de alvenaria de tijolos sobre as fundações.

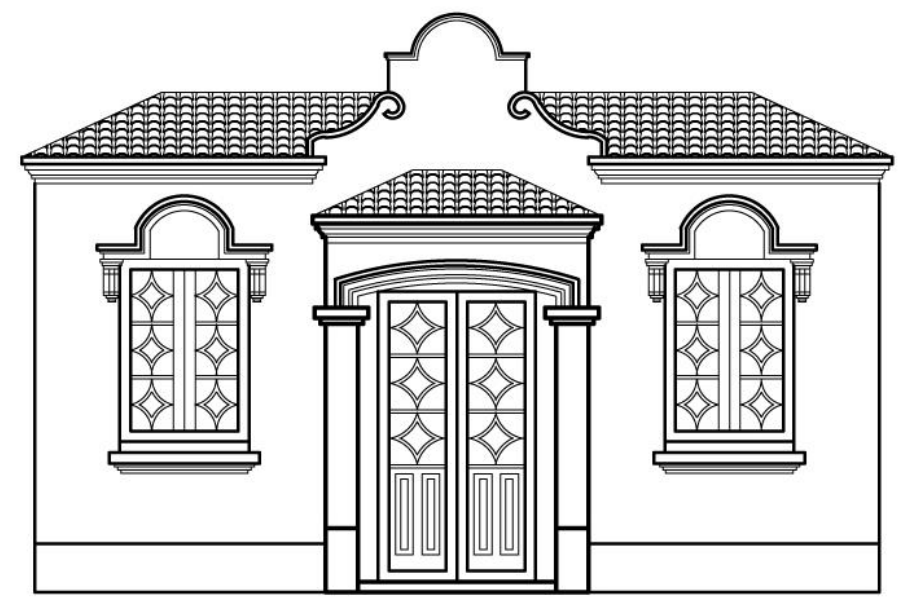


Figura 81 Desenho da fachada do Bibiano de Almeida
Fonte: Acervo da autora.

O volume da edificação apresenta um pequeno avanço central na fachada, no acesso principal, tipificado como alpendre, uma área pavimentada sobre a qual avança o beiral do telhado que cobre a construção (Figuras 81 e 82). Estabelecendo uma hierarquia, delimitando os espaços interiores dos espaços exteriores da Escola, o alpendre tem ainda a função de resguardar o acesso do prédio da incidência direta dos raios solares e da chuva. A sua volumetria é caracterizada por quatro colunas que sustentam a cobertura, e a parte superior recebe ornatos com frisos lisos, levemente curvados, e mais acima, no encontro com as telhas, é arrematado por cornijas⁵⁸ de frisos em relevo horizontal.

⁵⁸ “De maneira geral, dá-se o nome de cornija a todo conjunto de molduras salientes que servem de arremate superior às obras de arquitetura. Sua função principal é a de desviar as águas pluviais que descem pelo telhado, quando situada na extremidade alta das paredes. Nesta acepção é sinônimo de cimalha” (CORONA; LEMOS, 1972, p. 148).



Figura 82 Fotografia do alpendre do Bibiano de Almeida, 2018
Fonte: Acervo da autora.



Figura 83 Fotografia da janela frontal do Bibiano de Almeida, 2018
Fonte: Acervo da autora.

No período colonial, a varanda frontal era constante na arquitetura rural, enquanto nas cidades fica voltada para o fundo da casa, visando à privacidade. As varandas eram mais usadas neste tipo de construção, e, quando existiam, os alpendres geralmente eram recuados, fazendo parte da planta baixa retangular, estando cobertos pelo telhado principal, não como um volume externo como no edifício da Escola Bibiano de Almeida

Acima da porta principal existia um frontão ornamentado com a designação Escola Bibiano de Almeida em relevo incrustado, sendo esse elemento pouco utilizado na arquitetura colonial. Atualmente não existe mais, tendo sido substituído por outro, composto por uma simples parede em alvenaria (Figura 83). Os frontões arrematando as portas são típicos da arquitetura eclética, dominante em Pelotas nessa época; entretanto essas construções apresentam o diferencial de possuir platibandas escondendo os telhados.



Figura 84 Fotografia da fachada principal do Bibiano de Almeida, 2018
Fonte: Acervo da autora.

Os vãos determinam a predominância da verticalidade nas proporções das portas e das janelas e não possuem molduras em cantaria ou alvenaria (Figura 82). As vergas das aberturas são retas. Acima das janelas da frente aparecem ornatos em estuque, constituído por pequenos frisos em relevo simulando arcos plenos ladeados por elementos de apoios. Essa ornamentação já passou por restaurações e hoje apresenta um aspecto um pouco diferenciado do original, o que pode ser observado comparando a fotografia de 1928 (Figura 79) com a fotografia atual (Figura 81).

As janelas de abrir são em madeira com duas folhas envidraçadas e com postigos internos e detalhes nos planos de vidros, ornamentados em formas geométricas formando um desenho decorativo nas janelas (Figura 82). A porta principal também é de madeira com duas folhas, possui metade superior envidraçada e com postigos internos e, na parte inferior, possui almofadas lisas sem entalhes. As janelas estão distribuídas em duas paredes, proporcionando ventilação cruzada e insolação adequadas (Figura 84).



Figura 85 Fotografia interna, portas e janelas do Bibiano de Almeida, 2018
Fonte: Acervo da autora.

O edifício tem a cobertura composta por telhado em quatro águas, com telhas de barro do tipo capa e canal que avançam com beiral de caimento livre. Esse avanço serve para proteger as paredes da água das chuvas. No encontro com as telhas, as cornijas de faixas e frisos em relevo horizontal formam o coroamento das fachadas, onde são arrematadas as telhas do beiral, emoldurando o contorno da edificação.

Quanto aos materiais e às técnicas construtivas utilizadas, a construção das escolas de bairro e escolas rurais desse período baseava-se no trabalho de mão-de-obra rudimentar, empregando técnicas construtivas até então dominadas pelos construtores, bastante utilizadas em décadas anteriores.

As paredes das construções são autoportantes executadas em alvenaria de tijolos e cal. O tijolo foi um material muito utilizado em nosso município, e passou a ser mais empregado em decorrência da existência de olarias, muitas delas ligadas às charqueadas. Nos acabamentos, o reboco liso cobrindo as paredes externas e internas.

As esquadrias são feitas com madeira, que também está presente nos forros de tábuas. Os vidros estão presentes nas janelas e porta. Os ladrilhos hidráulicos são usados nos pisos da sala de aula, do compartimento de apoio, da circulação e

dos banheiros. Nos telhados, as estruturas eram feitas de grossas madeiras de lei emparelhadas, cobertas com telhas de barro capa e canal.

Em relação ao mobiliário das escolas, preocupação do Intendente, registrada no Relatório Intendencial de 1925 (p. 30), como “pontos estudados com o maior carinho e segurança”, nenhum registro escrito nem fotografias internas da Escola foram encontrados mostrando essas instalações.

Quanto à existência ou inexistência de determinadas funções, o programa de necessidades despojado configura a escola como uma matriz que concentra o que é primordial para o atendimento das crianças, disponibilizando espaço físico para oferecer o essencial, que era a instrução básica ministrada na sala de aula. Existia uma pequena sala destinada à secretaria, conforme descrição no Relatório Intendencial. Não havia sala para direção, uma vez que essas escolas ainda não possuíam administração centralizada.

Não foram encontrados registros de existência de pátio coberto para atividades físicas e recreio. Entretanto, no Regulamento da Instrução, no título da saúde na escola, existem recomendações com relação à introdução da prática da educação física, com propósitos como o da constituição de hábitos higiênicos e a disciplina de espírito, além do desenvolvimento corporal, sua função primeira, “que será procurada na ginástica racional e na prática dos desportos adequados para cujo cultivo deverão ser instaladas praças especiais nos locais escolhidos pela Diretoria de Instrução”. (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928, p. 86, 87).

Quanto à existência de signos ou símbolos na edificação, na fachada existia no frontão em relevo a designação Escola Bibiano de Almeida. Em primeiro plano, no alpendre e em posição centralizada, está o suporte do mastro da bandeira (Figura 85), hasteada nas datas comemorativas e festas cívicas.



Figura 86 Fotografia porta principal e suporte para o mastro do Bibiano de Almeida, 2018
Fonte: Acervo da autora

Quanto à sofisticação ou simplicidade dos acabamentos, as construções escolares desse tipo são edifícios austeros, isto é, sem muitos ornamentos, utilizando uma linguagem mais despojada devido a razões financeiras, seguindo determinações do Intendente, que pretendia construir o maior número possível de escolas durante seu quadriênio de governo, com verbas da Fundação D. Antonia. Por outro lado, possivelmente essa sobriedade estava determinada por sua localização nos bairros, distantes do centro urbano, onde não tinham tanta visibilidade, e também por se destinarem a atender crianças de classes menos abastadas, acostumadas com ambientes mais modestos. Utilizando a linguagem colonial, não apresentava uma sincronia entre a época da construção e seu tempo histórico, revelando-se defasada em relação aos edifícios dos grupos escolares modelo implantados no centro urbano.

Para a construção do edifício do Bibiano de Almeida, foi utilizado um projeto padronizado que havia sido elaborado pela Diretoria de Obras e Saneamento, a pedido do Intendente Augusto Simões Lopes, quando iniciou a implantação das

escolas programadas para atender sua política de ensino municipal, tendo sido adotado o “typo colonial” (ver Apêndices).

A seleção do terreno para a construção do edifício escolar era criteriosa: quadras inteiras ou grandes lotes de esquina que proporcionassem uma visualização completa do edifício e permitissem múltiplos acessos (BUFFA e PINTO, 2002, p. 44). Essas condições foram plenamente atendidas pelo lote doado para construção do Bibiano de Almeida, (Figura 86) bem localizado em relação às vias de acesso e com dimensões que permitiram futuras ampliações, que ao longo dos anos foram sendo realizadas. Destaca-se em azul o primeiro edifício escolar construído, aqui analisado.

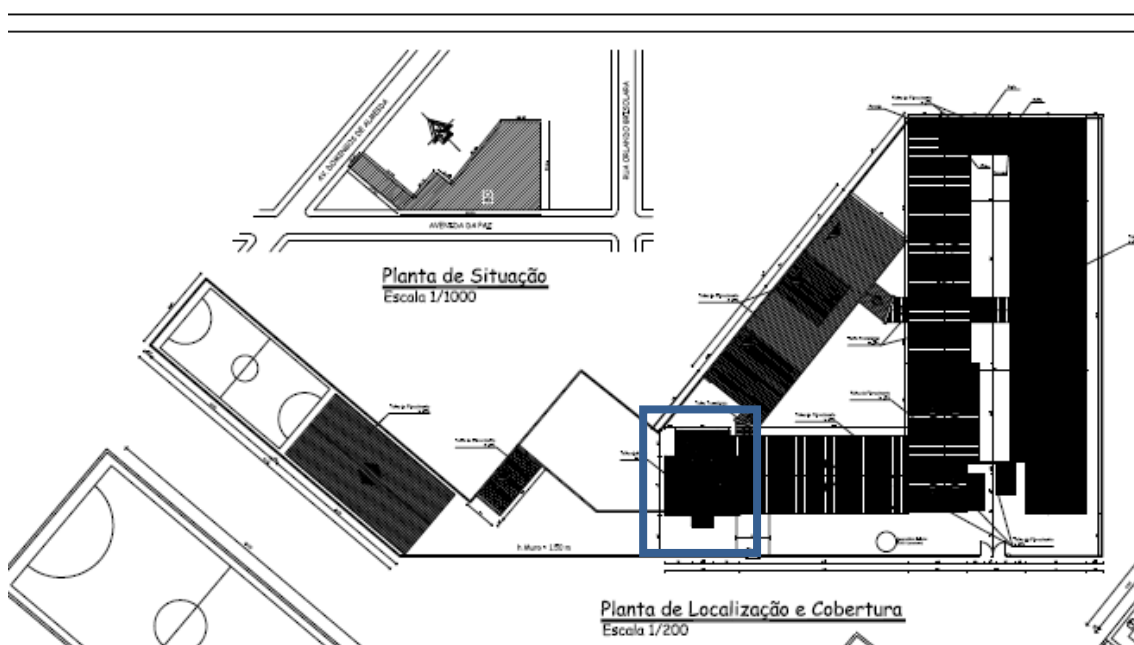


Figura 87 Planta de Situação da Escola Municipal de Ens. Fund. Bibiano de Almeida 2018
Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Desporto Pelotas.

Atualmente, após completar 90 anos, a Escola apresenta uma estrutura bastante complexa formada por sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de ciências, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado, quadra de esportes coberta, quadra de esportes descoberta, cozinha, biblioteca, parque infantil, banheiro adequado à educação infantil, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, refeitório e pátio descoberto. Oferece as modalidades de ensino regular, pré-escola, ensino fundamental e EJA – fundamental. Apesar da sua permanência e uso e da

representatividade de um período histórico , seu edifício não faz parte do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas.

A análise descritiva permite a caracterização do Bibiano de Almeida como edifício que adotou um projeto padronizado elaborado pela Secretaria de Obras Municipal. Com um programa enxuto, contando com apenas uma sala de aula, era uma construção sólida e apresentava sobriedade. Utilizando a linguagem colonial, considerada tardia nesta época da construção, aparentava desatualização em relação aos edifícios dos grupos escolares modelos construídos no centro urbano.

5.3.3 Edifício Escolar Seriado. Mariana Eufrásia, 1924

Essa tipologia abrange os edifícios escolares públicos de um único pavimento e linguagem arquitetônica que se caracteriza pela solidez. Contemplam no seu programa de necessidades cinco salas de aula, ambiente de apoio e sanitário anexo. Foram implantados afastados do centro urbano nas novas zonas de concentração populacional. São fundamentados na implantação do ensino seriado com diferentes salas para os diversos adiantamentos.

No corpus dessa pesquisa, identificamos que em Pelotas, no período Primeira República, existiam dois edifícios escolares com essas características. São eles Mariana Eufrásia e Carlos Laquintinie.

Elegemos para realizar a análise dessa tipologia o Mariana Eufrásia, tendo em vista que nas pesquisas analisadas houve rápida referência aos outros grupos escolares do período 1920 a 1924, porém não foi citada a criação do Mariana Eufrásia, o terceiro grupo escolar construído em Pelotas em 1924. Além disso, foi escolhido por ter sido o primeiro Grupo Escolar construído em um bairro em Pelotas.

Mariana Eufrásia, 1924.

Aqui buscamos caracterizar a estrutura do Mariana Eufrásia, instituição de ensino público criada em 1924, com localização no Bairro Fragata. Considerada como o terceiro grupo escolar do município, foi implantada pelo Intendente Pedro Luis Osorio, que governou Pelotas durante os anos de 1920 a 1924, tendo sido o edifício construído com verbas públicas. Inicialmente, será descrita uma breve contextualização para facilitar a compreensão da realidade local.

A partir das primeiras décadas de 1900 novos loteamentos foram implantados ultrapassando os limites dos arroios Santa Bárbara e Pepino. O crescimento da cidade avançou para oeste, configurando o bairro Fragata, para leste, o Bairro Areal, e para norte, formando a área das Três Vendas (GUTIERREZ; GONSALES, 2014).

A Estância Santa Bárbara, pertencente à Rosália Maria Angélica a partir de 1817, possuía uma área de 6.600 metros de frente (uma légua) e 19.800 metros de fundo (três léguas), entre os arroios Fragata e Santa Bárbara. Nas terras dessa estância se originou o "Passo do Fragata", como ficou conhecido esse acesso de entrada da cidade (OLIVEIRA, 2007).

Na Estância, com o tempo, foi surgindo uma estrada por onde passavam rebanhos de bois em direção à Tablada, grande local dos remates na região das Três Vendas. Era também um caminho que servia para facilitar o transporte de produtos proveniente das colônias, instalando-se na beira da estrada armazéns que comercializavam esses produtos, sendo posteriormente vendidos na cidade.

Assim, relata Oliveira (2007), o bairro Fragata teve sua formação urbanística originada na criação de armazéns de secos e molhados (alimentos e bebidas) que se instalaram na região. Foram surgindo casas ao redor desses comércios, que deram início às vilas, e com o aumento das habitações originou-se o bairro, que, desde fins do século XIX, foi área de maior ocupação urbana depois do núcleo central. A construção da estrada de chão, tipo uma agrovia rústica, acabou originando a avenida principal que corta longitudinalmente o bairro, a Avenida Duque de Caxias, que já foi conhecida como Estrada de Piratini, Estrada Geral, Estrada do Fragata, também como Avenida 20 de Setembro, e posteriormente, Avenida Daltro Filho, até 1958.

Na "Estrada do Fragata", em 1857, devido a um surto de cólera na cidade, foi construído o cemitério da Santa Casa, longe da zona central, onde se localizava anteriormente, permanecendo ativo até os dias de hoje, com o nome de Cemitério São Francisco de Paula. Inicialmente chamado de Campo Santo, era apenas um campo, onde os mortos eram enterrados, mas com o tempo o espaço foi cercado e foram construídas as catacumbas.

No Bairro Fragata também existiram chácaras, granjas, leiterias e outros estabelecimentos rurais. Havia também parques, áreas de lazer e diversão, locais pertencente a famílias abastadas que ali construíam suas residências cercadas de

amplos de jardins. Havia o Parque Ritter, pertencente ao Sr. Carlos Ritter, filho de imigrantes alemães e proprietário da Cervejaria Ritter. Foi esse industrial e morador que residiu onde hoje é a Faculdade de Medicina da UFPel, o precursor na arborização da Avenida Duque de Caxias, onde plantou um corredor de eucaliptos em toda a sua extensão, por volta do ano de 1905. Ele foi um grande colecionador de insetos e animais empalhados, principalmente aves, cuja coleção encontra-se no Museu Natural Carlos Ritter, da UFPel (OLIVEIRA, 2007).

Também existia na avenida uma linha de bonde com tração animal, posteriormente substituída pelo bonde elétrico. O trilho dos bondes ficava bem no meio da avenida, acompanhando o corredor de eucaliptos. A fotografia (Figura 87) mostra o bonde no canteiro central da avenida, e à esquerda pode-se observar o muro, o pórtico e parte da área do Cemitério.



Figura 88 Fotografia da avenida Duque de Caxias, Pelotas, 1910.

Fonte: http://pelotascultural.blogspot.com.br/2012_12_01_archive.html

Destaque na história e cultura do Bairro Fragata foi o Parque Pelotense, que transformou a vida dos moradores do bairro e da cidade, proporcionando um espaço de diversão e lazer. Inaugurado na estrada do Fragata em 1883, o Parque Pelotense posteriormente passou a ser chamado de Parque Souza Soares, nome de seu criador e proprietário do Laboratório Homeopático Souza Soares. Ali se localizavam, além do laboratório, a residência da família, as casas dos funcionários, e a tipografia onde eram feitas as impressões do material para propagandas, rótulos, bulas e almanaques (OLIVEIRA, 2007).

De origem portuguesa, Souza Soares transformou um local rústico num espaço com tratamento paisagístico e propostas de lazer para todas as faixas etárias e todas as classes sociais, sendo muito freqüentado na época, já que permanecia aberto para o uso da população. O parque foi amplamente arborizado com diversas espécies de plantas, ornamentado com riachos, cascatas, labirintos, e coreto para apresentações musicais. Possuía ainda uma praça de recreação com carrossel, balanços, ringue de patinação e canchas para prática de esportes como futebol.

No início de seu funcionamento, a locomoção para o Parque era feita a pé, em carruagens particulares ou de aluguel, e através de bondinhos puxado a burro. O lugar tornou-se tão freqüentado pela população que a Companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas prolongou a linha de bondes até a entrada do Parque, no Fragata.

Além de diversão, festas e medicamentos o Parque possuía uma capela, consagrada a Santa Luzia, que foi construída e ornamentada por artistas locais. A instrução também estava entre as prioridades de Souza Soares, pois o Parque também era freqüentado para estudos:

Em seu interior havia a Escola Popular, na qual era ministrado gratuitamente o ensino primário para crianças carentes e para seus empregados, alfabetizando-os e, conseqüentemente, vinha aluno de longe, das chácaras e colônias para ali estudar. Após a visita da princesa Isabel a escola passou a se chamar Escola Popular Príncipe do Grão Pará (OLIVEIRA, 2007, p. 31).

Com o declínio da indústria do charque, a produção industrial em Pelotas diversificou-se a partir de 1900. O município dispunha de força elétrica abundante e acessível e, por sua localização, era ponto de escoamento de diversos municípios vizinhos, aos quais vendia sua produção. Além das indústrias, a cidade contava com variados tipos de serviços, numeroso comércio e com o Banco Pelotense. Pela estatística municipal de 1910, registrou-se que nesse ano existiam 188 fábricas, 278 oficinas e 822 casas diversas de negócios, totalizando 1288 firmas em atividade, (OSORIO, 1922).

A cidade acompanhava o progresso do país, o processo de urbanização se intensificava, foram realizados investimentos em melhoramentos públicos nas redes de águas, esgotos, drenagens, pavimentação das ruas, arborização. O contínuo e expressivo aumento da população urbana exigiu um olhar voltado para a instrução das crianças.

A instrução pública em Pelotas era difundida até então através de escolas públicas municipais e estaduais que funcionavam na residência dos próprios professores ou em prédios alugados. Mas esse modelo não mais se adequava à organização do ensino que se instalava no país, a nova sociedade urbana industrial exigia uma escolarização diversa daquela que supria a velha sociedade rural comercial.

A disseminação desse novo modelo de ensino assentava-se na criação de uma escola primária graduada, com várias classes e vários professores. Essa escola elementar, denominada Grupo Escolar, exigia, primeiramente, um espaço adequado para seu funcionamento. Ao mesmo tempo, os grupos escolares materializavam e davam visibilidade aos novos signos políticos e culturais dos novos tempos.

Esses ideais eram compartilhados pelo Intendente Pedro Luis Osorio, que governou o município entre 1920 e 1924. Alinhado aos princípios do Partido Republicano, dominante no Estado, o Intendente acreditava na importância do estabelecimento dos sistemas públicos de ensino para a consolidação da República: “A escola é um dos organismos da vida moderna, influenciando diretamente sobre o destino das nações”; e no poder da escola na formação popular: “Nella se formam o temperamento e desenvolvimento físico da criança, sua inteligência se desenvolve e suas faculdades morais se orientam” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1922, p. 66). Defendendo esse projeto de educação popular, o Intendente afirmava:

A instrução é, certamente, um dos nossos grandes problemas; impossível é organizar uma pátria forte e consciente de seu destino, sem, antes de mais nada, educar-lhe o povo, dando-lhe, com a alfabetização, o recurso suficiente para que dos seu espirito, já iluminado, venha a contribuição eficiente, a dedicação e o interesse pelas cousas publicas. Para tanto, é mister que convirjam esforços de todos os que, investidos ou não de poder publico, devem reunir o seu concurso para debellação deste mal social- o analfabeto. A Escola é um fator importantíssimo para a mobilização de novas energias. Nella se trabalha a criança, tendo-se em vista a garantia futura da raça (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1923, p. 37).

O empenho do Intendente Pedro Luis Osorio em sanar os problemas da instrução municipal e impulsionar a campanha contra o analfabetismo levou-o a planejar um zoneamento da cidade, para implantação das escolas em lugares que demandavam esse tipo de instituição, anunciando em circular dirigida aos professores, de abril de 1922: “Communico-vos, pela presente circular, que acha-se

dividida – em zonas – esta cidade, para fim de intensificar-se, de modo pratico, a cruzada contra o analfabetismo” (OSORIO, 1922, p. 167).

O Intendente passou a investir na construção dos grupos escolares: “será nossa preocupação acomodar para o futuro alunos em prédios adequados” (Relatório Intendencial, 1922, p. 66). Os dois primeiros grupos escolares construídos pelo Intendente Dr. Pedro Luis Osorio em 1922, foram o Primeiro Grupo Escolar João Affonso localizado na Praça Julio de Castilhos, na zona norte da cidade, e o Segundo Grupo Escolar Carlos Laquintinie, na Praça Domingos Rodrigues, na região do Porto.

O Diário Popular do dia 22 de Abril de 1924, em nota comemorativa da Intendência, comunicava: “Amanhã às 9 horas, inaugura-se o Terceiro Grupo Escolar Municipal”. No contexto urbano do Bairro Fragata, o Grupo Escolar Municipal Dona Mariana Eufrásia foi inaugurado em 21 de abril de 1924, sendo a primeira escola municipal do bairro (Figura 88). Localizada na Avenida Duque de Caxias, foi solenemente inaugurada pelo Intendente Dr. Pedro Luis Osorio, dando-lhe a denominação de Terceiro Grupo Escolar Municipal Dona Mariana Eufrásia.



Figura 89 Mapa de situação do Mariana Eufrásia.
Fonte: Mapa de Pelotas de 1926, adaptado pela autora.

Quanto à localização do edifício escolar e à relação com o contexto urbano, acredita-se que a implantação do terceiro grupo escolar no Bairro Fragata (Figura

88), possivelmente atendia a proposta do Intendente da divisão da cidade em zonas, e baseou-se em dados levantados em recenseamento escolar realizado, conforme registro no Relatório Intendencial de 1922, “este anno, com meus dedicados auxiliares, fiz o recenseamento de crianças de 7 a 14 annos, analfabetos ou não, na cidade, para intensificar o ensino” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1922, p.66).

Assim, o Mariana Eufrásia encontra-se localizado no antigo núcleo do Bairro Fragata, ocupando na trama urbanística um lugar de destaque ao lado de outras instituições públicas como o posto policial e a cadeia, que estavam instalados junto à escola. Entretanto, estabelece-se um paradoxo, pois essa função punitiva que reúne pessoas em desajuste com a moral e com a lei se apresenta antagônica aos princípios da instrução. A denominação da escola foi uma homenagem à benfeitora⁵⁹, legatária das terras doadas à cidade de Pelotas na zona central, a benemérita Dona Mariana Eufrásia da Silveira. Essa conduta de homenagear personalidades que se destacaram por sua dedicação ao desenvolvimento do município e população foi praticada pelo governo e legitimada pela população num ato de civismo e agradecimento aos mortos ilustres da cidade (RELATÓRIO INTENDENCIAL 1924, p. 32).

Quanto ao órgão responsável e engenheiros envolvidos, o planejamento e a execução do edifício foram de responsabilidade da Intendência Municipal, tendo como engenheiro chefe de obras o Dr. Benjamim Gastal “Director da Directoria de Obras Públicas”. Entre os principais serviços e obras realizadas no quadriênio (1920-1924), o Relatório Intendencial registra a construção do Mariana Eufrásia, num valor de 20:000\$00, recursos esses investidos pela própria Intendência (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1924, p. 108).

Quanto à participação dos educadores na comissão responsável pelo projeto do Mariana Eufrásia, não foram encontrados relatos, mas era tarefa dos professores aproximar os alunos e conquistar pais, para que um número maior possível de

⁵⁹ Os terrenos doados ou vendidos por Dona Mariana Eufrásia, em 7 de novembro de 1829, eram para a construção de obras públicas. Não fora respectivamente construído no local determinado o que fora apresentado na lista do inventariado Ignácio Antônio Pires. O terreno doado para a construção da nova igreja não foi utilizado para esse fim, pois a mesma acabou sendo construída no mesmo local da anterior (atual catedral). No terreno doado para a praça da povoação foi construída a Praça da Regeneração, hoje Praça Coronel Pedro Osório. Nas terras doadas para o hospital e quartel, acabaram sendo construídos a Prefeitura Municipal, a Escola Eliseu Maciel e a Biblioteca Pública Pelotense. No terreno doado para a estrada de passagem do gado, foram construídos a Rua Santa Tecla e outros logradouros públicos, onde, posteriormente, foi erguida também a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (OLIVEIRA, 2007, p. 56).

crianças e jovens freqüentassem as aulas do grupo escolar. Para o Intendente Pedro Luis Osorio, a tarefa da alfabetização exigia a participação de todos, detentores ou não de poder público, que deveriam colaborar para erradicar esse “mal social”. Em 1923 relata que “Os meus desejos de difundir, o mais possível, o ensino primario, vão se realizando, com grande interesse da população e do professorado” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1923, p. 67).

Quanto à presença de médicos envolvidos na concepção do projeto do edifício escolar, não há registros. Entretanto, a influência do Pedro Luis Osorio e dos seus conhecimentos médicos permeia as atividades relacionadas à instrução durante seu quadriênio de governo. Além de instruir e moralizar, a escola deveria civilizar e estabelecer a ordem social, proporcionando conhecimentos e hábitos saudáveis: “Aos que a frequentam devem ser inculcados princípios de hygiene material e moral, com os quaes terão que enfrentar toda a existência” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1922, p.66).

A questão sanitária estava diretamente ligada aos problemas da instrução, e era fundamental para o bom funcionamento de ambas, tanto boas instalações físicas das escolas quanto o rigoroso acompanhamento da saúde das crianças, garantindo que “Dous são os requisitos indispensáveis á escola moderna: prédios absolutamente sanitários e exames periodicos pelas autoridades. Tem-se, assim, a inspecção medica e escolar” (RELATÓRIO INTENDENCIAL 1923, p.37). Para ele, a saúde na escola dependia:

a) da organização de um ambiente semelhante com o das habitações mais hygienicas; b) do alarme immediato de moléstias contagiosas; c) de múltiplas previsões para a correção de defeitos e vícios físicos e mentaes; d) do estímulo ao estudo, do amor ao livro, conseguidos pela vida ao ar livre e pelos recreios, que fazem nascer na creança o affecto perdurável pela casa onde aprende (RELATÓRIO INTENDENCIAL 1923, p. 37).

Dessa maneira, incrementando ações relacionadas à previdência escolar e ao combate ao analfabetismo, a municipalidade oferecia ao mesmo tempo a assistência e a proteção à saúde da criança. Em relação à construção dos edifícios escolares, eram considerados os elementos do meio físico, sua localização em relação ao sol, ventos, bem como com as condições higiênicas e pedagógicas do edifício. Ao projetar as escolas em Pelotas, essas deveriam obedecer a Legislação do Município que estava regulamentada “sobretudo a referente ao edifício, salas das aulas,

iluminação, mobiliário, preceitos sanitários e inspeção medica do aluno, organização da ficha individual hygiene da boca com o tratamento respectivo” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1924, p.19).

A cirurgiaã dentista responsável pelas escolas destacava o interesse que o serviço de inspeção dentária despertou entre as próprias crianças, que se mostraram mais confiantes, prestando-se com docilidade ao trabalho. A partir das observações feitas, relata que o número dos trabalhos executados aumentou, como também a frequência em relação aos anos anteriores.

Por meio de palestras singelas, tenho procurado incutir no animo destes pequenos a necessidade que se impõe e os beneficios que advêm com a hygiene da boca e o tratamento dos dentes. Presentemente observei que estes preceitos tem sido notados pelas creanças, pois o estado sanitário da boca tem melhorado satisfactoriamente. Por meio de tratamentos oportunos, venho procurado corrigir, á medida do possível, as anomalias dentarias (RELATÓRIO INTENDENCIAL 1923, p. 41).

Para fim de intensificar, de modo prático, a “cruzada contra o analfabetismo”, o Intendente Pedro Luis Osorio estabeleceu um levantamento do número de crianças fora da escola. Garantindo que empregaria esforços junto aos seus auxiliares, “para que eles em pessoa se informem do número de crianças analphabetas, para vosso governo, nesta incomparável cruzada”. Fazia ainda um chamamento aos pais, para que esses encaminhassem as crianças à escola, “que os paes correspondam aos vossos incitamentos, como brasileiros ou como estrangeiros, solidarizados com o destino de nossa Terra” (OSORIO, 1922, p. 167, 168).

As professoras e professores também precisaram se adaptar às mudanças que vinham ocorrendo. Anteriormente o sucesso da instrução numa escola isolada dependia do bom nome do professor junto às famílias, e isso garantia a frequência dos alunos. Agora, seria preciso também zelar pelo nome de um estabelecimento “que a professora individualmente já não controla” (FARIA FILHO, 2000, p. 97). Acostumados a desenvolver seu trabalho com autonomia, passam a se submeter ao controle e fiscalização, produzindo uma nova identidade para os próprios professores. Ao nome dele passam a acrescentar o da própria instituição, “de tal forma que a reputação de um é indissociável da do outro” (FARIA FILHO, 2000, p. 97).

As escolas isoladas perduraram por muito tempo no período republicano, também na cidade de Pelotas. Era uma sala de aula com alunos de diferentes idades e adiantamento escolar diverso. Os professores transmitiam a seus alunos, individualmente, conhecimentos de leitura, escrita e cálculo. Cada aluno ficava sem atenção do professor por muito tempo durante a aula, gerando indisciplina e baixo rendimento.

Entretanto, esse modelo de ensino não poderia oferecer a instrução pública primária adequada às novas exigências da vida nas cidades e do mercado de trabalho. Foi preciso “reinventar a escola”, o que significava, “dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade (FARIA FILHO, 2000, p. 31).

Os edifícios escolares deveriam atender a uma série de necessidades da nova concepção do ensino. Os programas arquitetônicos da escola graduada passaram a obedecer às determinações dessa nova realidade escolar: classes sequenciais, ambiente administrativo, valorização do professor, novas relações entre os alunos, assim, “a nova configuração que a escola primária assume nesse período exige, ao mesmo tempo, uma nova configuração espacial” (BUFFA, PINTO, 2002: 45).

Em Pelotas, observamos o início da institucionalização da escola graduada para a instrução pública durante o governo do Intendente Pedro Luis Osorio (1920 - 1924), com construção dos primeiros grupos escolares. O Mariana Eufrásia caracteriza-se como um edifício do período em que as escolas primárias começaram a se organizar em classes sequenciais, exigindo organização do espaço em ambientes específicos para os diferentes níveis, e contando ainda com ambiente de apoio.

Na festa comemorativa de conclusão da escola, compareceram vários convidados do governo local acompanhados da banda municipal, chegando por meio de dois bondes especiais (Figura 89). Muitas pessoas da comunidade participaram da festa, aproveitando para conhecer as dependências do prédio, tendo matéria sobre o evento divulgada no jornal Diário Popular (Diário Popular, 22 de abril de 1924).



Figura 90 Fotografia do jornal Diário Popular, manchete da inauguração do Mariana Eufrásia no Bairro Fragata, 1924

Fonte: Acervo Biblioteca Pública Pelotense

O texto da matéria do jornal do dia da inauguração do Mariana Eufrásia relata que “o prezado Senhor Santos Rodrigues Cândida doou para o grupo escolar, os cinco primeiros livros e nove tabuadas e também doze, segundos livros” (Diário Popular, 22 de abril de 1924), levando a acreditar que entre os alunos deveriam existir crianças carentes, visto que o benemérito preocupou-se em doar algum material escolar.

O aumento populacional gerava, entre outros problemas, a escassez de habitações, especialmente para as classes mais pobres. Para atender a essa demanda de moradias populares, proprietários de terras organizavam parcelamentos de terrenos periféricos e vendiam para as famílias em busca de moradia barata, nos arrabaldes onde a terra era menos valorizada. Uma lei de 1913 concedia isenções para construções destinadas habitações de baixo aluguel. Esses novos loteamentos estavam afastados do centro urbano, como foi o caso das vilas do Prado, Gotuzzo para o lado oeste da cidade, no Bairro Fragata (GILL, 2006).

Assim, a clientela escolar era formada de crianças provenientes do bairro e entorno, e da Vila Gotuzzo e Vila do Prado, próximas dali. As crianças eram bastante numerosas, pois existiam quatro salas de aula na escola e eram oferecidas aulas nos dois turnos. O grupo escolar também era freqüentado por adultos e meninos operários que compareciam às aulas noturnas. Seu provável destino, preparados pela escola para se adequarem às necessidades do mundo do trabalho, seria trabalhar como futuros prestadores de serviços no meio urbano e nas atividades industriais em crescimento na época.

Apesar da expansão dos grupos escolares, era difícil atender à demanda crescente por educação pública elementar com o contínuo aumento da população

em idade escolar. Num esforço de sanar esses problemas, o Mariana Eufrásia que oferecia aulas durante a manhã e aulas durante a tarde, passou a oferecer aulas noturnas também:

Cumprindo o meu programma de difusão do ensino, estabeleci um novo Grupo escolar que é o 3º de seu gênero. O grupo escolar, à Avenida Vinte de Setembro, mantém duas aulas, uma de manhã e outra á tarde, as quaes vêm facilitar sobremodo a maior capacidade instrutiva desse novo centro de educacional. Em data de 30 de agosto creei uma aula nocturna nesse grupo escolar (...) (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1924 p.32).

O partido arquitetônico adotado para o Mariana Eufrásia foi de um edifício térreo, formado por um bloco compacto sem circulação interna (Figuras 90 e 91). O esquema da planta baixa estabelece as salas de aula concentradas num conjunto, em torno do qual organiza-se o sistema de circulação externa. Existe um jogo de volumes nas fachadas e as platibandas escondem os telhados, conferindo um aspecto de uma composição formada por sólidos.



Figura 91 Fotografia do Mariana Eufrásia, 1924
Fonte: Diário Popular, dia 22 de abril de 1924.



Figura 92 Fotografia do Mariana Eufrásia, 2018
Fonte: Acervo da autora.

Quanto à distribuição espacial, para a implantação do Mariana Eufrásia foi construído um edifício térreo, com um programa arquitetônico composto basicamente por cinco salas de aula e um único ambiente de apoio. Os sanitários estão instalados no corpo do edifício. As salas de aulas abrem-se para o exterior por amplas janelas e porta voltadas para o pátio que circunda o prédio. Os acessos são individuais para cada sala e para os sanitários, através desse pátio, e existe uma calçada contornando e interligando esses acessos, permitindo uma circulação em piso alto e limpo nos dias de chuva (Figura 92).

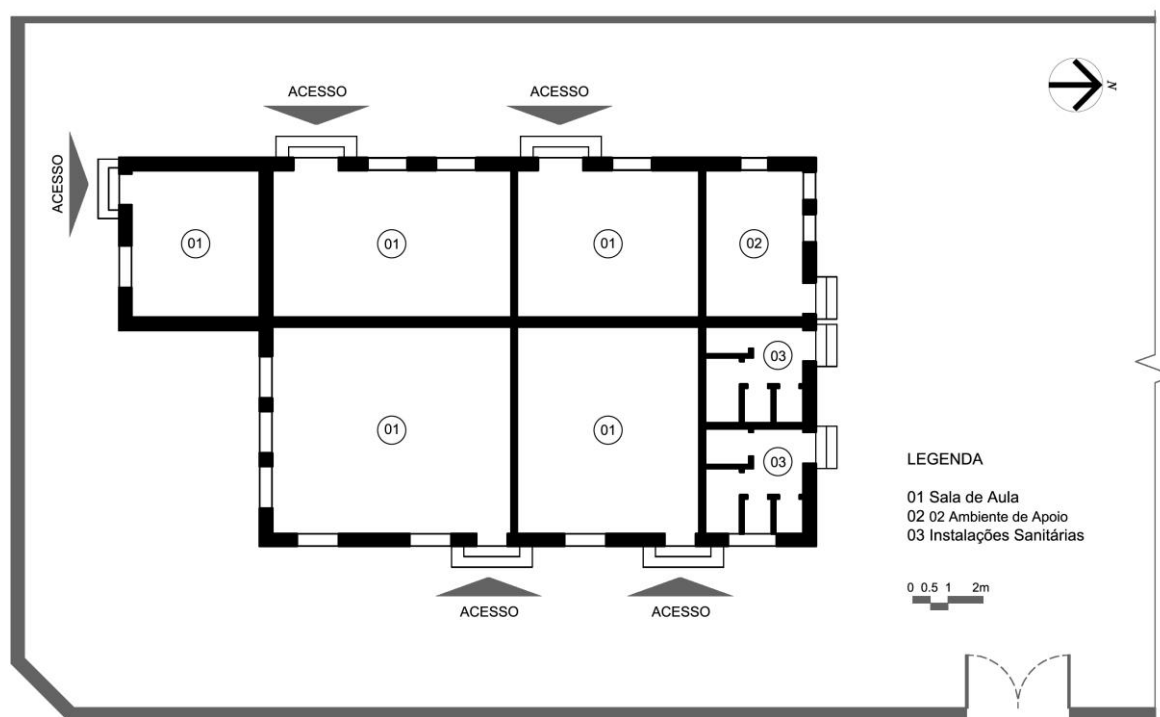


Figura 93 Planta baixa do Mariana Eufrásia
 Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Pelotas, 2018..

Assim, o edifício não apresenta uma única entrada principal. O terreno é cercado por muro delimitando o pátio de recreios, criando uma fronteira física entre a escola e a rua, e gerando um espaço intermediário e coletivo, onde as crianças se encontram e se reúnem antes das aulas e nos horários de recreio. O acesso ao grupo escolar era feito pela avenida Duque de Caxias, para onde está voltada a fachada principal.

Segundo Souza (1998), nos anos de 1900 em São Paulo, a uniformidade inicial do tamanho das salas denota a “concepção imperante na época quanto à proporcionalidade do fluxo dos alunos nos diferentes anos do curso primário num momento em que a evasão, a repetência e a seleção não se configuravam ainda como problema” (SOUZA, 1998, p. 129). Passada uma década da instalação dos grupos escolares, a constatação da seletividade do ensino resultou em implicações para a concepção de novos edifícios:

A presença de salas de aula de tamanhos diferentes denota algumas características da configuração funcional e social da escola. Salas maiores para o primeiro ano e diminuição crescente para os anos posteriores correspondem, por um lado, ao investimento da população na alfabetização (manutenção dos filhos nos primeiros anos), e, por outro, certificam a seletividade da escola primária (SOUZA, 1998, p. 132).

O programa arquitetônico básico do Mariana Eufrásia restringiu-se a poucos ambientes. Através da planta baixa, observam-se cinco salas de aula de diferentes dimensões: uma maior com 40 metros quadrados, outra com 30 metros quadrados, outra com 28, outra com 21, outra com 15 e uma pequena sala de apoio com 11 metros quadrados. Possivelmente, pela experiência nos dois primeiros grupos escolares criados em 1922, e até mesmo pelo conhecimento dos padrões usados nas principais cidades do país, foi seguida essa proposta para a concepção do edifício do Mariana Eufrásia, criando salas maiores para os anos iniciais e salas menores para os anos seguintes, quando a seletividade reduzia o número de crianças freqüentando as salas de aula.

Não havia separação das salas de aula por sexo, nem entradas específicas para meninas e meninos. As crianças eram separadas dentro das salas de aula, ocupando as filas dos meninos de um lado da sala e a fila das meninas de outro lado da sala.

Embora a implantação da escola graduada traduzisse um esforço para a uniformização e padronização do ensino, a composição arquitetônica dos edifícios escolares apresentou solidez e esmero no tratamento das fachadas com a presença de ornamentos, proporcionando a cada escola uma identidade própria (Figura 93), independentemente da existência de projetos padronizados adotados por vários edifícios.



Figura 94 Desenho da fachada do Mariana Eufrásia
Fonte: Acervo da autora.

Com uma linguagem arquitetônica eclética, o edifício do Mariana Eufrásia caracteriza-se pelo aspecto, sólido, projetado para durar. Volumetricamente, o

edifício apresenta-se composto por dois volumes justapostos, com o telhado encoberto por platibanda em todo o perímetro. A composição ganha movimento com um jogo nos volumes, o recuo imprime um aspecto de movimento às fachadas (Figura 94). A simetria, um arranjo que era quase uma regra na arquitetura pública do século XIX e que permaneceu a seguir, é quebrada nesse projeto. A fachada não apresenta a tripartição clássica da arquitetura, mas o equilíbrio fica assegurado pelas proporções do prédio.



Figura 95 Fotografia da fachada principal do Mariana Eufrásia, 2018
Fonte: Acervo da autora.

Os pilares nos cantos de parede e entre as aberturas elevam-se até uma altura de um metro e meio acima das aberturas, sendo arrematados por um friso que contorna as fachadas. Um pouco mais acima, apresentando um pequeno balanço, a platibanda, elemento fundamental do repertório neoclássico, coroa a composição do edifício.

Os elementos arquitetônicos de composição da fachada começaram a simplificar e a geometrizar, caracterizando as linguagens utilizadas naquele momento. As platibandas passaram a ser cegas, os elementos ornamentais geometrizados anunciavam a modernidade na arquitetura. As platibandas esconderam as calhas de escoamento das águas pluviais e eliminaram os antigos beirais dos telhados.

As paredes com quarenta centímetros de espessura (Figura 95) receberam reboco liso, as vergas retas nas portas e janelas foram arrematadas por molduras

decorativas em relevo, imitando arcos de forma escalonada na fachada principal (Figura 96). Na fachada lateral, os vãos das aberturas eram arrematados por molduras simplificadas.



Figura 96 Fotografia de detalhe da largura da parede do Mariana Eufrásia, 2018
Fonte: Acervo da autora.



Figura 97 Fotografia de detalhe das janelas principais do Mariana Eufrásia, 2018
Fonte: Acervo da autora.

O pé direito do edifício é amplo com três metros e vinte centímetros de altura, conferindo conforto e salubridade aos espaços de aula. As janelas e as portas com bandeiras são amplamente utilizadas, o que pode ser percebido pela predominância dos vazados sobre os cheios observados nas fachadas (Figura 97).



Figura 98 Fotografia da fachada lateral do Mariana Eufrásia, 2018
Fonte: Acervo da autora.

A estabilidade do edifício, solidamente implantado no terreno, ia ao encontro da nova proposta pedagógica. Quanto às técnicas construtivas e materiais utilizados, o edifício foi construído basicamente com tijolos e telhas de barro, conforme a tradição construtiva que se firmou na época colonial e permaneceu em uso nas décadas posteriores.

No que se referem aos revestimentos externos, os socos, as paredes, os pilares e as platibandas receberam reboco liso. Quanto aos revestimentos e acabamentos internos, foram empregados materiais como madeira, que foi amplamente utilizada nos forros, portas e janelas (Figura 98). O ladrilho hidráulico foi empregado no piso das salas de aula e dos sanitários.



Figura 99 Fotografia interna do forro das salas do Mariana Eufrásia, 2018
Fonte: Acervo da autora.

Seguindo os princípios de higiene e salubridade, tão considerados por educadores, médicos e políticos nesse período, foi feito uso de diversas aberturas e emprego intensivo do vidro no edifício do Mariana Eufrásia. As janelas foram largamente utilizadas, possuindo meia folha de venezianas que permitiam arejar o ambiente e, ao mesmo tempo, proteger do sol e do vento, além de conferir privacidade, evitando que as crianças se distraíssem com os movimentos da rua (Figura 99). Dispunha ainda de bandeirolas de vidro sobre as portas (Figura 100), o que permitia boa luminosidade e, ao mesmo tempo, ventilação controlada.



Figura 100 Fotografia da janela das salas do Mariana Eufrásia, 2018
Fonte: Acervo da autora.

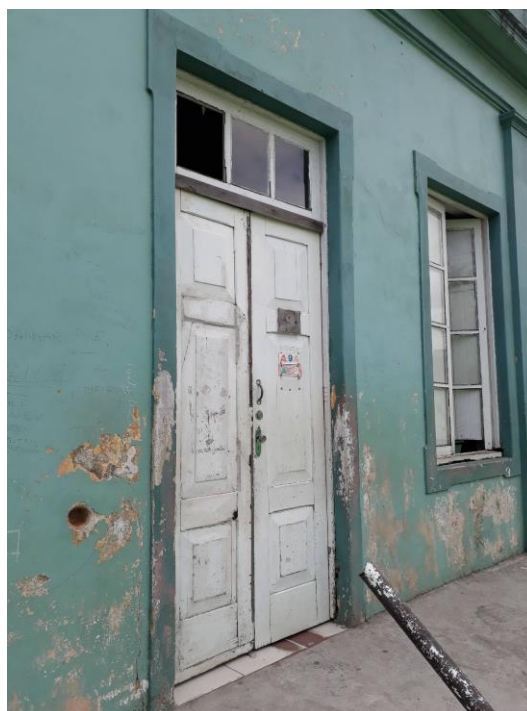


Figura 101 Fotografia da porta das salas do Mariana Eufrásia, 2018
Fonte: Acervo da autora

Mesmo nos prédios construídos especificamente para o funcionamento de grupos escolares, por medida de economia, muitas vezes eram excluídos os espaços para bibliotecas, oficinas para trabalhos manuais e galpões para ginástica. Quanto à existência ou inexistência de determinadas funções no programa de necessidades do Mariana Eufrásia, observamos que não existe registro de edificação de galpão destinado ao recreio coberto, à ginástica e às festas cívicas ou oficinas para trabalhos manuais. Também não existiam passadiços cobertos circundando o prédio, recurso que poderia ser utilizado para proteger os alunos e professores do mau tempo e das intempéries.

Quanto à sofisticação ou simplicidade, os acabamentos mais nobres, como mármore, os materiais de uso mais recente na época, como o ferro, e uma ornamentação mais rica não foram utilizados nesse grupo escolar, que, no geral, apresenta-se bastante austero, com despojamento de ornatos elaborados.

Quanto à existência de signos ou símbolos nas fachadas, observamos o nome G. E. Dna. Mariana Eufrásia incrustado em relevo na platibanda da fachada frontal principal e existência de um suporte para o mastro da bandeira (Figura 101), que deveria ser hasteada em datas de comemorações cívicas.



Figura 102 Fotografia da denominação na platibanda do Mariana Eufrásia, 2018
Fonte: Acervo da autora.

Quanto à utilização ou não de projetos padronizados, podemos observar que alguns projetos de grupos escolares em Pelotas foram elaborados por um profissional e com características personalizadas, diferentes dos projetos-tipo. Nesse período, podemos citar o Grupo Escolar Carlos Laquintinie e o Grupo Escolar Dona Mariana Eufrásia. Essas instituições apresentam planta baixa e fachada específicas para resolver a proposta da organização do espaço e do aspecto formal, e sua execução não foi replicada em outras obras de escolas.

Quanto à visibilidade, o período republicano caracteriza-se pela seleção criteriosa do terreno, levando em conta esse aspecto para a construção do edifício dos grupos escolares. Normalmente utilizavam-se quadras inteiras ou lotes grandes de esquina os quais propiciavam visão completa do edifício escolar e diversos acessos. O Mariana Eufrásia foi localizado em um terreno amplo localizado na

esquina da avenida Vinte de Setembro (hoje avenida Duque de Caxias) com a avenida Pinheiro Machado. O lote mede 20 m de frente por 66 metros de fundo, e o quanto à implantação apresenta afastamento dos limites do terreno de esquina, posicionamento que garantia adequada insolação e ventilação em todo o perímetro do edifício, tornando-se um diferencial na paisagem urbana.

No mesmo lote, a poucos metros de distância do edifício escolar, estava localizado o prédio destinado ao posto policial e à cadeia do bairro (demarcado na Figura 102). A espessura das paredes, com sessenta centímetros (Figura 103) registra a preocupação com a segurança e solidez. Atualmente esse espaço é ocupado pela secretaria e sala de direção (Figura 104), tendo à frente um pátio coberto que se estende até o portão de acesso, hoje feito pela avenida Pinheiro Machado, que apresenta um trânsito mais calmo do que a avenida Duque de Caxias.



Figura 103 Planta baixa atual do EMEF Dona Mariana Eufrásia, 2018

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Pelotas.



Figura 104 Fotografia interna do prédio da cadeia, no lote do Mariana Eufrásia, 2018
Fonte: Acervo da autora.



Figura 105 Fotografia externa do prédio da cadeia, hoje sala da diretoria, 2018
Fonte: Acervo da autora.

A existência do muro alto cercando o edifício não criava uma barreira visual, pois ele era composto por uma base fechada, estrutura de pilares e um remate superior com balaustrada treliçada, moldadas em cimento armado. Mais tarde, o muro foi substituído por outro de alvenaria, fechado, prejudicando bastante a visualização do edifício da escola.

O terreno amplo do Mariana Eufrásia permitiu a expansão da escola, buscando atender o aumento do número de crianças que habitam essa área do Bairro Fragata, com a construção de novos conjuntos de salas de aula. O edifício original está cadastrado no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, um dos principais instrumentos de preservação em Pelotas dos bens inventariados, impedindo modificações nas fachadas públicas e volumetria. Apresentamos uma descrição e análise do Grupo Escolar Dona Mariana Eufrásia, que permanece em funcionamento até os dias de hoje, com a denominação atual de Escola Municipal de Ensino Fundamental Dona Mariana Eufrásia.

Aqui, o Grupo Escolar D. Mariana Eufrásia foi trazido para uma análise descritiva, sendo abordados aspectos da arquitetura escolar de Pelotas. O Mariana Eufrásia instalou-se em um edifício implantado nas esquinas da avenida Duque de Caxias e avenida Pinheiro Machado, num amplo terreno, afastado das divisas, proporcionando boas condições de insolação e ventilação. Térreo, é constituído por blocos compactos, criando um jogo de volumes, e tem os sanitários instalados no corpo do prédio. Possui quatro salas de aulas e um espaço administrativo

remetendo às características da escola graduada. Suas fachadas possuem platibandas com ornamentos geometrizados, anunciando a modernidade.

A seguir, analisaremos o Grupo Escolar D. Antonia, localizado na zona central urbana, fundado em 1927. Um grupo escolar considerado modelo, por ser laboratório da implantação dos processos pedagógicos da “Escola Nova” que se anunciava em Pelotas, juntamente com o Grupo Escolar Dr. Assumpção.

5.3.4 Edifício Escolar Escolanovista; D. Antonia, 1927

Essa tipologia abrange os edifícios escolares públicos de dois pavimentos e linguagem arquitetônica de aspecto esmerado. Em seu programa de necessidades, além de mais de uma sala de aula e sanitário anexo, deveria haver uma sala de direção e um gabinete médico e odontológico. Foram implantados em amplos terrenos ajardinados próximos do centro urbano. São norteados pela proposta educacional que atendia os princípios da Escola Nova.

Na cidade de Pelotas, no período da Primeira República, no corpus pesquisado foram identificados dois grupos escolares dessa tipologia. São eles: Grupo Escolar D. Antonia e Grupo Escolar Dr. Assumpção.

Nesse contexto destacamos o Grupo Escolar D. Antonia. Apesar de existirem várias pesquisas no período de 1924 a 1928, o D. Antonia foi escolhido para análise por ter sido preterido em outros estudos que deram destaque ao Grupo Escolar Dr. Assumpção. Ambos são considerados como grupo escolar modelo, laboratório da Escola Nova em Pelotas.

D. Antonia, 1927

A análise descritiva do D. Antonia desenvolvida aqui pretende relatar especificidades dessa instituição pública de ensino primário, construída na zona central do município de Pelotas, inaugurada no ano de 1927, sinalizando um novo posicionamento municipal em relação ao ensino público durante o governo do Intendente Augusto Simões Lopes. A tarefa de educar já começava a ser orientada pelas premissas da pedagogia moderna nesse período, e o ensino deveria transcender os limites das primeiras letras, buscando atingir o objetivo de educar integralmente, contribuindo, assim, para promover o nível intelectual dos cidadãos.

Buscando contextualizar a implantação do D. Antonia temporal e espacialmente, recorre-se a Gutierrez e Gonsales (2014). As autoras relatam que, durante a República Velha (1889-1930), o sistema fabril do município de Pelotas manteve-se voltado para os produtos oriundos da pecuária e da agricultura⁶⁰. Juntamente com as indústrias existiam as chamadas oficinas. “Com exceção das charqueadas, a participação estrangeira nas demais atividades era majoritária. Alguns imigrantes foram responsáveis por obras na cidade, assim como foram personagens importantes na formação da nova elite” (GUTIERREZ; GONSALES, 2014, p. 516). Para essas pesquisadoras:

O século XX é o período fundamental da concretização de uma modernidade no campo das artes, da arquitetura e do urbanismo. A partir de uma idéia em voga de ordem e racionalidade, a cidade tem seu crescimento fundamentado em ordenanças e planos urbanísticos que se apóiam em modelos pautados nas idéias urbanísticas do século XX (GUTIERREZ; GONSALES, 2014, p. 516).

Entre 1912 e 1915 o centro urbano recebia melhorias, como ampliação da distribuição de água potável canalizada e da rede de esgoto cloacal. A energia elétrica propiciou a iluminação dos espaços públicos, dos domicílios e dos comércios, no Centro, estendendo-se às fábricas no Porto. Os bondes, que eram puxados por burros, também passaram a utilizar a energia. Um grande número de edificações grandiosas foram erguidas no centro histórico para usos diversos, como residências, bancos, hospitais, clubes, teatros, mercado, entre outros. Os elementos industrializados de ferro começam a ser utilizados nos edifícios, nas estruturas de cobertura, marquises e clarabóias (GUTIERREZ; GONSALES, 2014).

Nesse período também foi implantado o Código de Construções e Reconstruções, legislação que trazia inovações em relação aos primeiros loteamentos, como incentivo ao uso de recuos das construções em relação ao alinhamento das calçadas, e obrigava a construção de platibandas, evitando os beirais sobre as calçadas. A crescente aglomeração em torno da área central “se traduz em uma proposta que expressa uma preocupação com higiene, conforto e

⁶⁰ “Durante o Império, a economia escravista do Rio Grande do Sul era mantida, sobretudo, pela atividade pastoril e pela manufatura das carnes. Com a Abolição e a Proclamação da República, junto aos pecuaristas e charqueadores, novas lideranças subiram ao poder. Através do aparato positivista, o Partido Republicano Rio-Grandense manteve-se no governo por praticamente quatro décadas” (GUTIERREZ; GONÇALES, 2014, p. 518).

segurança, como vinha acontecendo nas grandes cidades como são Paulo, Rio de Janeiro, além de outras no estrangeiro” (GUTIERREZ; GONSALES, 2014, p. 516).

A cidade continuava a crescer, e, tendo em vista essa perspectiva de grande expansão, no final de seu mandato, em 1924, o Intendente Pedro Luis Osorio, buscando “evitar o chamado método natural de crescimento em que as edificações se constroem a esmo, dispersando a população e encarecendo pelas distancias os serviços públicos” (JORNAL DIÁRIO POPULAR, 20 de abril de 1924), determina a elaboração de um projeto pelo arquiteto Fernando Rullmann. Este, juntamente a uma equipe de profissionais engenheiros e médico higienista elaboraram e apresentaram um projeto de melhoramentos e ampliação da cidade, para evitar essa situação e organizar a cidade sob os aspectos higiênicos e estéticos.

O plano propunha que a cidade fosse dividida, num zoneamento de acordo com as funções: centro comercial, centro industrial, zona de comércio da carne, centro de habitação operária, centro de cultura cívica e intelectual, centro de cultura física, cidade jardim e habitação burguesa. O plano baseava-se em várias discussões que vinham acontecendo na Europa e em outros lugares, propondo a separação das pessoas, acima de tudo, pela classe social à qual pertenciam e pela função que desempenhavam. O planejamento não foi aplicado na realidade, sendo adotado em parte, em alguns bairros da cidade onde se utilizou um traçado semelhante ao proposto pelo plano (GILL, 2006).

A valorização dos princípios higienistas no urbanismo também era uma das propostas do Intendente Augusto Simões Lopes. Em 1927, solicitou ao engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito a realização de um Plano de Extensão da cidade de Pelotas, que pretendia o desenvolvimento e complemento dos serviços de abastecimento de água, esgoto pluvial e sanitário, drenagem e melhorias no cais do Porto. Os canaletes da rua Argolo são estruturas de drenagem construídas nessa época, que existem ainda hoje e que se destacam na paisagem urbana. Saturnino de Brito planejou ainda uma extensão da cidade, projetando para algumas regiões ainda não ocupadas a leste do loteamento de fundação, onde seriam construídas edificações com amplos recuos de ajardinamento (GUTIERREZ; GONSALES, 2014, p. 516). Para o Intendente:

As quantias investidas em obras de saneamento e hygiene, alem dos benefícios resultantes dessas obras, atestarão indubitavelmte o grão de civilização da nossa terra attrahindo e conquistando novos elementos da

valia, q irão colaborar conosco para o seu crescente desenvolvimento” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1925, p.5).

Espacialmente, a posição geográfica de Pelotas é favorável sob vários aspectos, em especial por sua localização à beira do canal São Gonçalo. Assim, desde o início do século XX, a cidade estava ligada aos demais estados do país e outros países mantendo um intercâmbio comercial por meio de seu porto, localizado na Barra do São Gonçalo, onde “entram diariamente os produtos que de todos os mercados do mundo afluem a Pelotas, em troca de imensos e valiosos que dela saem, graças ao desenvolvimento da indústria pastoril, a principal base de toda nossa riqueza pública” (PIMENTEL, 1940, p. 25)

Pelotas também estava ligada a diversas localidades próximas através de rodovias, originadas de antigas estradas por aonde chegavam as tropas de gado para as charqueadas e a produção agrícola destas regiões. Os transportes coletivos e individuais urbanos eram atendidos por bondes elétricos e automóveis (PIMENTEL, 1940).

Pelotas estava ainda ligada ao litoral, ao centro norte do estado e às fronteiras, pela via férrea. O município estava em comunicação direta com o litoral, pela cidade de Rio Grande; com a fronteira do Uruguai por Bagé; e ao centro norte do estado, graças ao serviço da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Gutierrez, prefaciando a obra de Santos, esclarece que:

A proximidade com a fronteira da Argentina e do Uruguai, os portos e as linhas férreas favoreceram a entrada tanto de novos materiais e técnicas construtivas, quanto de construtores imigrantes estrangeiros. [...] Muitos desses homens depois de alguma permanência em Buenos Aires e ou Montevideo se dirigiam para as cidades sulinas brasileiras em processo de urbanização (GUTIERREZ, 2014, p. 8).

Bem próxima à Estação Férrea de Pelotas, localizada na Praça Rio Branco, encontra-se a Avenida Saldanha Marinho, onde foi construído o Grupo Escolar D. Antonia. Foi situado na área central da cidade, próxima a atividades fabris e de comércio, as quais impulsionavam a ocupação urbana, que demandava a existência de uma escola. Assim, destinava-se a atender às crianças em idade escolar da população vizinha, possivelmente da Vila da Graça e Vila Simões Lopes, ensinando não só as primeiras letras, mas também a educação integral, moral, física e intelectual aos alunos. De acordo com o pensamento dos homens esclarecidos desse final de século XIX, essa educação integral deveria ser iluminada pelo espírito

científico e não mais pelo literário, como ocorrera até então (BUFFA; PINTO, 2002, p. 49). O D. Antonia, assim como o Grupo Escolar Dr. Assumpção, localizados no centro da cidade, eram escolas de prestígio social, freqüentadas por crianças oriundas dos setores da classe média, filhos de profissionais liberais e dos demais trabalhadores urbanos.

A instrução pública em Pelotas teve no Intendente Augusto Simões Lopes um dos grandes incentivadores do ensino na cidade. Membro do Partido Republicano Rio-Grandense, em seu governo foi criada a 5ª Diretoria de Ensino, tendo sido nomeado como diretor da mesma o senhor Brum de Azevedo, período em que o município construiu diversos prédios destinados a escolas rurais e urbanas. Entre as escolas municipais criadas no seu período de governo, de 1924 e 1928, no perímetro urbano, destacam-se o grupo escolar Dr. Joaquim de Assumpção e o grupo escolar D. Antonia (Figura 105), “de vastas proporções e linda arquitetura” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1927, p. 80).

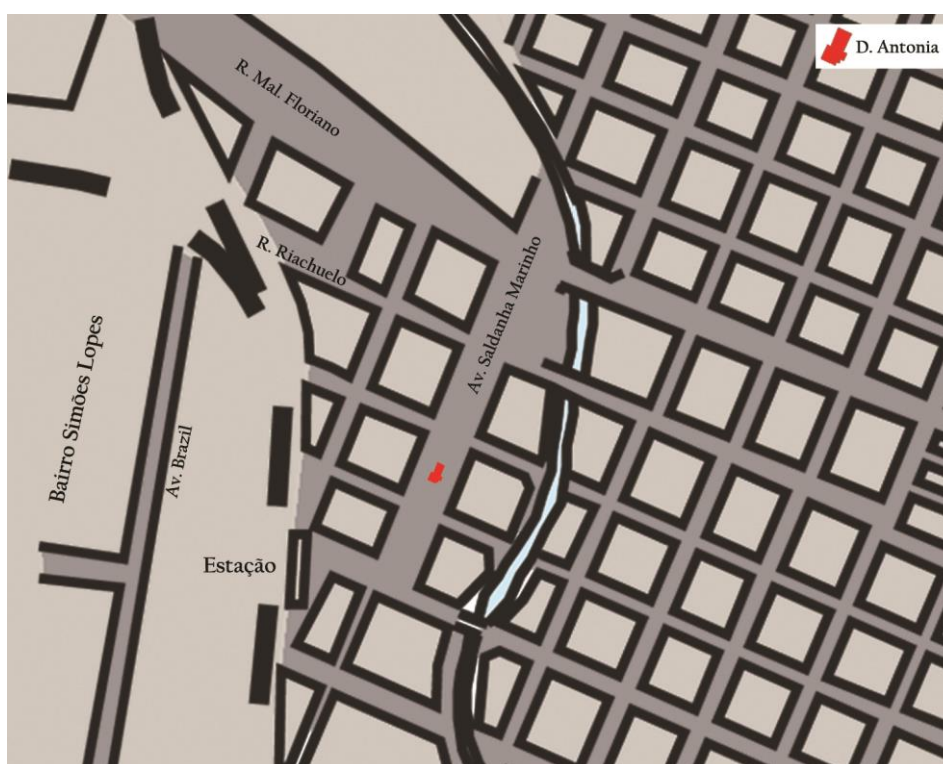


Figura 106 Mapa de situação do D. Antonia
Fonte: Mapa de Pelotas de 1926, adaptado pela autora.

Entretanto, a construção desses dois edifícios não foi realizada com recursos da Intendência, mas contava com verbas vindas das famílias dos homenageados

com o nome das instituições: doações da viúva do Dr. Joaquim de Assumpção e doações do marido de D. Antonia Berchon des Essarts.

Em 31 de julho de 1925, o cirurgião Dr. Edmundo Berchon des Essarts, em homenagem à memória de sua mulher, institui a “Fundação Antonia Chaves Berchon des Essarts”, “que tem por fim premiar e estimular o mérito dos que se dedicam ao estudo, incentivar a Instrução e a Caridade”. O capital destinado à Fundação é de 250 contos de réis (250:000\$000), tendo a Intendência Municipal assumido o compromisso pela administração desse capital. Parte foi destinada à “construção de prédios destinados a escolas públicas na cidade e nos districtos ruraes”. Outra parte desse valor destinava-se à distribuição de prêmios aos estudantes, preferencialmente os órfãos e órfãs de menores recursos, que se destacassem nas escolas públicas primárias e secundárias de Pelotas, sendo que o merecimento era aferido “não só pelas melhores notas como também pela conduta edificante e distinção moral dos candidatos” (Escritura do Cartório 3º Notário de Pelotas Capitão Antonio Rönheldt, Escrivão G. Leal, 28 de agosto de 1925).

Também preocupado com as questões de urbanização e saneamento, o Intendente Augusto Simões Lopes criou a 2ª Diretoria de Obras e Saneamento e, entre outras obras em que se seu governo investiu, destaca-se o ajardinamento da Avenida Saldanha Marinho, paralelamente à construção do D. Antonia: “Na Avenida Saldanha Marinho, onde a par da construção do edifício se procede, activamente, atendido por outras verbas, ao ajardinamento da parte central em todo o percurso dessa avenida”, conforme descreve no Relatório de 1926:

O calçamento da Avenida Saldanha Marinho acarretou a conveniência de serem ajardinados os intervalos centrais, compreendidos entre a Praça Rio Branco e as ruas General Telles, Tiradentes e Riachuelo. Foram, desse modo, construídos grandes recintos, destinados a jardins, com aproveitamento da arborização existente (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1926, p.7).

Assim, no ano de 1926, no canteiro central da Avenida Saldanha Marinho, teve início a construção do edifício destinado ao Grupo Escolar D. Antonia (Figura 106). Os trabalhos foram executados por empreiteira, mediante contrato assinado com a firma Xavier, Duarte & Cia⁶¹, cuja proposta foi aceita em concorrência

⁶¹ Algumas informações a respeito da execução da obra do GEDA diferem, sendo encontrada no Almanaque do Bicentenário de Pelotas a descrição de que “em 1926, com projeto da 2ª Diretoria de Obras e Saneamento e execução de Tellini e Soares, o grupo Escolar D. Antônio...” (GUTIERREZ e GONSALES, 2014, p. 520).

administrativa. O edifício de dois andares em construção comportava duas salas de aula, “providos de todos os melhoramentos higiênicos e dispositivos recomendados pela técnica moderna em instalações dessa ordem” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928, p. 37). O preço do contrato orçava em 78:214\$620⁶² (p.37). As obras do D. Antonia ficaram sob a responsabilidade da Intendência, que gerenciava o capital da Fundação.

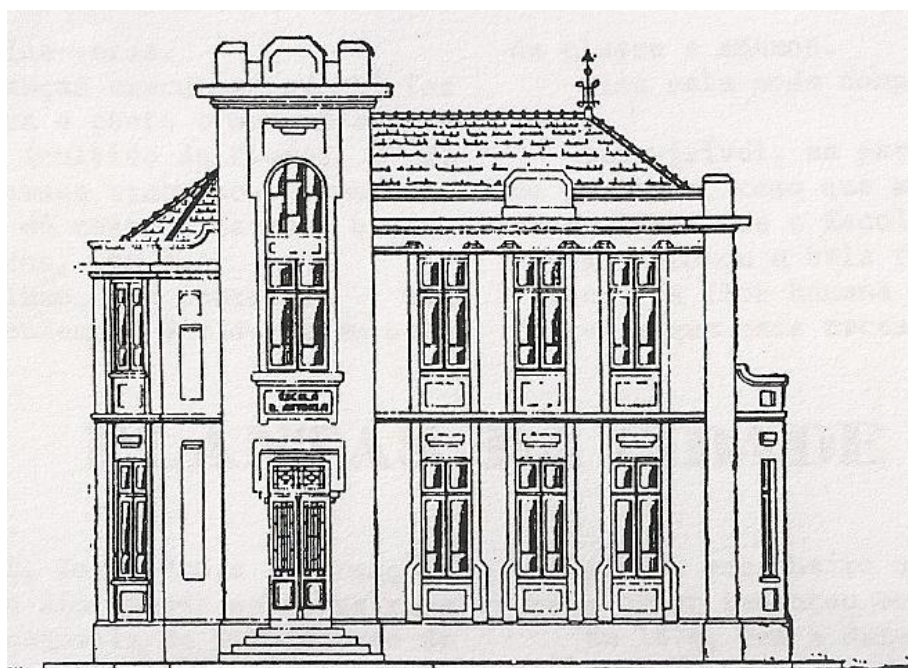


Figura 107 Desenho da fachada principal do D. Antonia em construção em 1926
Fonte: Relatório Intendencial, 1926.

Atentando para as questões urbanas, quando a escola passou a ter o seu espaço próprio, diferenciado, os idealizadores preocuparam-se com sua implantação, fazendo com que ela fosse localizada longe da poeira, do barulho, do comércio, de vizinhança prejudicial ao trabalho escolar que exige concentração, atenção, silêncio. Assim, o D. Antonia foi implantado no canteiro central da Avenida (Figura 107), sendo que a ocupação residencial predominava ao longo dessa artéria, numa área um pouco afastada do centro comercial e de algumas fábricas existentes na região.

⁶² Para uma referência dos valores da época, em 1926 foram exportados pelo Porto de Pelotas 43.502.259 quilos, com valor oficial de 32.540:454\$330. Nesse mesmo ano foram estas as rendas das repartições fiscais: Renda Federal 4.266:767\$249; Renda Estadual 4.607:052\$283; Renda Municipal 5.454.905\$960 (MAGALHÃES, 1997, nº1, p. 7).

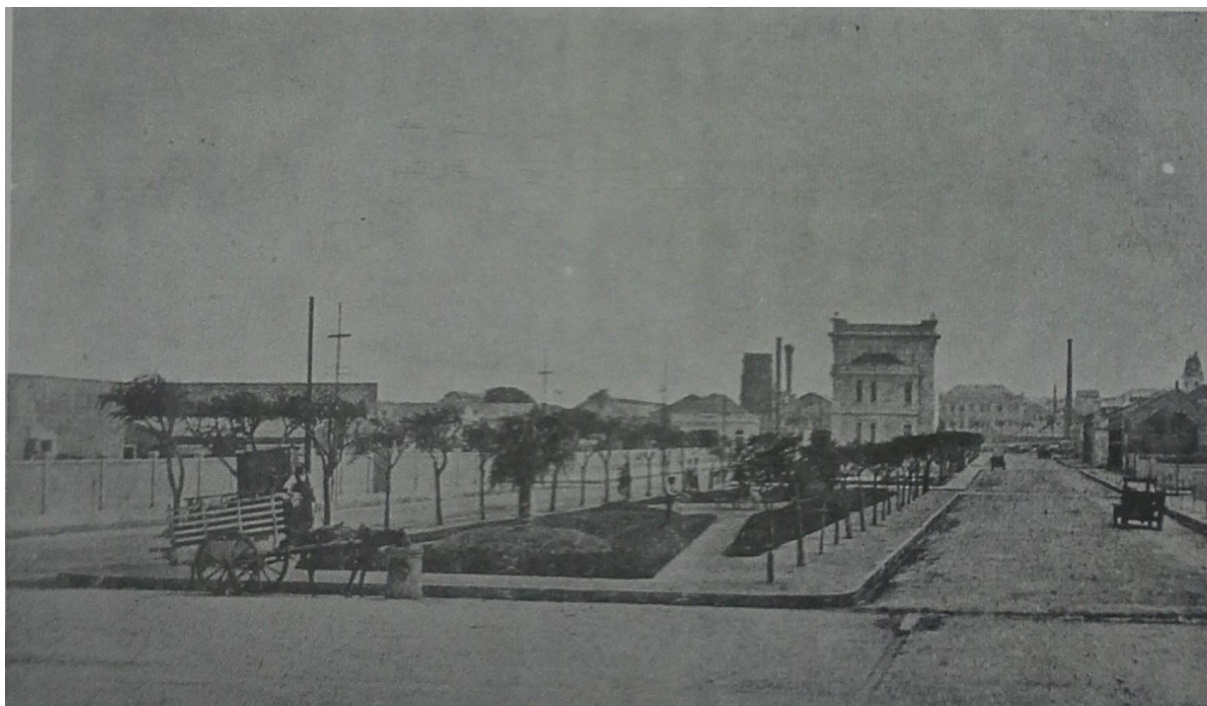


Figura 108 Fotografia da avenida Saldanha Marinho ajardinada, D. Antonia localizado no canteiro, 8
Fonte: Relatório Intendencial, 1928.

No ano de 1927 foram então concluídas as obras do Grupo Escolar D. Antonia, criado pelo ato municipal nº 1689, de 14 de março. Foram atribuídas, segundo o Relatório Municipal deste ano, à firma Xavier, Duarte & Cia., sucedidos por Duarte, Souza & Cia, com um custo de 97:200\$000. Foi descrito como: “situado no canteiro central da Avenida Saldanha Marinho, hoje completamente remodelada, o novo edifício apresenta excelente aspecto, com linhas arquitetônicas bem movimentadas” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928, p. 37).

O respaldo econômico da Fundação permitiu a construção de uma escola com qualidade e requinte, o uso de materiais importados, uma estética de estilo arquitetônico europeu (Figura 108 e Figura 109), localizado no centro da malha urbana planejada e devidamente organizada. O estilo arquitetônico eclético foi contemporâneo do urbanismo, e atingiu as grandes capitais dos países de periferia como o Brasil, no período entre 1870 e 1931, inicialmente na capital Rio de Janeiro, alcançando as cidades do território nacional, como localidades da campanha gaúcha (SANTOS, 2014, p. 18).



Figura 109 Fotografia do D. Antonia em 1928
Fonte: Gutierrez e Gonsales, 2014



Figura 110 Fotografia do D. Antonia em 1998
Fonte: NEAB.

Quanto à autoria do projeto, a pesquisa não conseguiu elucidar o nome do engenheiro ou construtor responsável pelo planejamento do D. Antonia, sendo essas as categorias dos profissionais que habitualmente realizavam os projetos naquele período em Pelotas. As construções estavam sob a responsabilidade da Diretoria de Obras, sendo registrado no Relatório Intendencial de 1927 que o edifício do Grupo Escolar Dr. Assumpção “teve projecto do engenheiro Sylvio Barbedo, com indicação do então director de obras” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1927, p. 80). Possivelmente esse engenheiro tenha projetado também o D. Antonia; tal premissa baseia-se no fato de que, naquela época, não existia um grande número de profissionais especializados na realização de projetos em Pelotas, estando estes geralmente concentrados à autoria e responsabilidade de um único profissional.

Outra questão a ser pesquisada é quanto à inclusão de profissionais ligados ao ensino na comissão responsável por esse projeto, não tendo sido encontrados registros a esse respeito. Entretanto, a categoria dos professores era valorizada e

considerada pelo Intendente: “A base de toda a construção em matéria de ensino é o elemento pessoal, cuja aptidão e aperfeiçoamento intellectual são cogitações diuturnas” (RELATÓRIO INTENDENCIAL 1926, p. 216). Em fevereiro de 1928, o Jornal Diário Popular noticiava o funcionamento dos dois Grupos Escolares, destacando a dedicação dos professores, que recebiam “razoáveis” rendimentos, exerciam seu trabalho com conforto e material didático eficiente e moderno:

Razoavelmente pago ou pelo menos livre do regimen de quase jejum forçado instituido no Estado o professorado exerce a sua função com prazer, com empenho, com proveito, cercado de conforto, tendo ao seu dispor material efficiente que lhe fornece todos os recursos para gravar as suas lições na tenra intelligencia dos alumnos (DIARIO POPULAR, 1928).

Os investimentos em educação não traziam o retorno financeiro para o município como acontecia nas obras de qualificação de ruas e extensão de redes de água e esgotos, onde, através da cobrança de impostos, o capital investido retornava. Na educação, era preciso investir constantemente na construção de escolas, em sua manutenção e no pagamento dos quadros de professores e funcionários; mas, como relata o Intendente Augusto Simões Lopes, possibilitava o avanço do nível de qualificação dos professores, e, conseqüentemente, do ensino em geral:

Esse impulso necessário dado á instrucção publica primaria contribuiu para o crescimento da despesa não só como consequência da criação de novos institutos como ainda pela revisão feita nos vencimentos do magistério em geral, acto de justiça e que veio tornar possível, cada vez mais, a incorporação de novos elementos idôneos ao professorado (RELATÓRIO INTENDENCIAL 1928, p. 14).

Também não foram encontradas anotações que relatassem a presença de médicos participando da elaboração do projeto do edifício do D. Antonia. Entretanto, existem registros de sua participação efetiva nos grupos escolares, dedicando-se aos cuidados com a saúde das crianças. Em 1928 “foi creada a Assistencia medico escolar, anexa à Directoria da Instrucção, estabeleceu-se ficha individual para exames físico e antropométrico dos alunos, [...] procedeu-se a vacinação obrigatória contra o typho e varíola. Nos grupos escolares foram instalados gabinetes médicos dotados de aparelhamento de medida e pesagem, exames de audição e visão (RELATÓRIO INTENDENCIAL 1928, p. 14).

Foi durante a gestão dos intendentes municipais Augusto Simões Lopes (1924-1928) e João Py Crespo (1929-1932) que em Pelotas “sopram os ventos da

modernização pedagógica” (Jornal Diário Popular, 5 de setembro de 1928). Assim, a exemplo de outras cidades brasileiras, Pelotas viveu, nos anos 1920 e 1930, um momento marcado pelo discurso e por ações educacionais caracterizadas como renovadoras, modernizadoras. A Intendência Municipal e a Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação estiveram lado a lado na produção e divulgação desses discursos e na promoção de ações nessa direção (PERES; CARDOSO, 2004).

As investigações de Peres e Cardoso (2004)⁶³ sobre o movimento da Educação Nova na Região Sul do Rio Grande do Sul ressaltam a importância que esses Grupos Escolares tiveram no contexto de renovação pedagógica na cidade de Pelotas, servindo como escola laboratório ou escola experimental, iniciando o movimento da modernidade pedagógica nesse espaço. O Jornal Diário Popular de fevereiro de 1928, ao se referir aos dois Grupos Escolares, enfatizava o material pedagógico:

Os aparelhos de ensino são o que há de mais moderno e pratico em pedagogia e certas disciplinas, como a geographia, podem constituir, em certos casos, agradável passatempo para os collegiaes (DIÁRIO POPULAR, 1928).

Quanto à organização do espaço, o D. Antonia foi instalado num edifício de dois andares, com um programa de necessidades restrito a poucos ambientes, composto basicamente por duas amplas salas de aula, duas pequenas salas e sanitários no corpo do prédio. No Relatório Intendencial, sob o título “Edifícios novos”, o D. Antonia é assim descrito: “Concluído no corrente anno, abrange uma área de 119 metros quadrados, dispondo de duas salas, saguão, gabinetes da direção e medico, com todos os serviços sanitários” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928 p. 37).

Através das plantas-baixas, observamos que, no pavimento térreo (Figura 110), existe uma ampla sala de aula medindo aproximadamente 48 metros quadrados de área, uma sala de apoio utilizada pela diretoria e as instalações sanitárias, além do espaço para a circulação vertical, ocupado pela escadaria. No

⁶³ Nesse período, entre os anos de 1910 e 1930, o discurso pedagógico caracterizou-se fundamentalmente pela tentativa de legitimar a escola, ou seja, o discurso voltado para a construção da crença na escolarização, e, especialmente, pelo esforço em legitimar um modelo escolar específico: o da escola graduada, no Rio Grande do Sul, denominada colégios elementares” (PERES, 2016, p. 31).

pavimento superior (Figura 111), outra sala de aula com as mesmas dimensões, uma sala de apoio utilizada pelo gabinete médico odontológico (Diário Popular, fevereiro de 1928) e uma sala destinada à secretaria ou guarda de materiais.

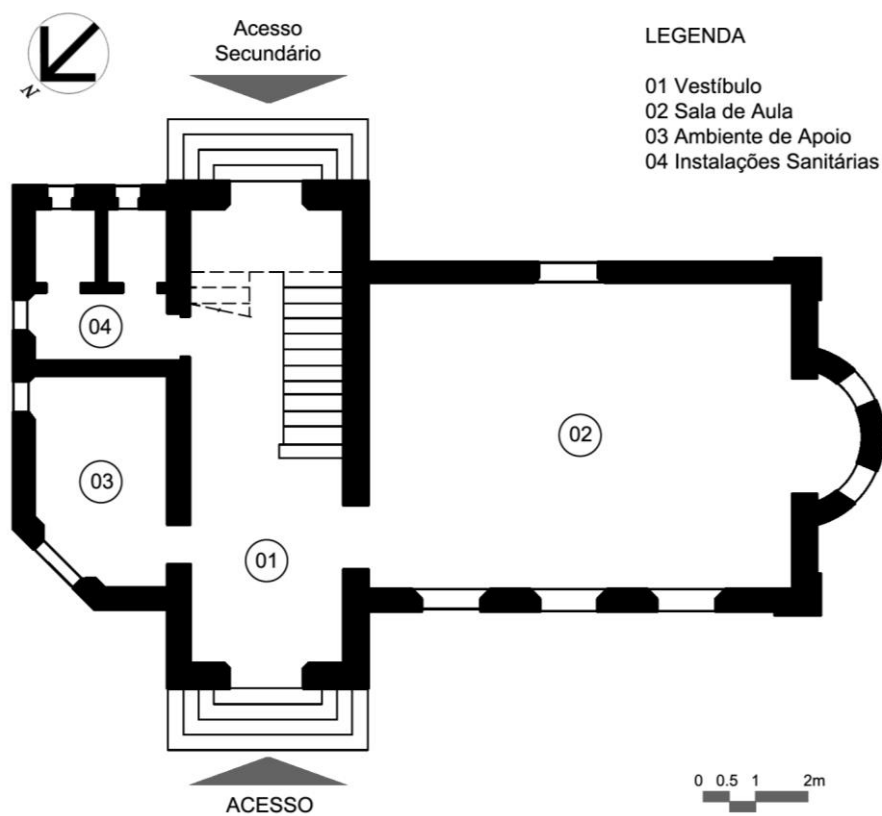


Figura 111 Planta baixa do pavimento térreo
Fonte: NEAB.

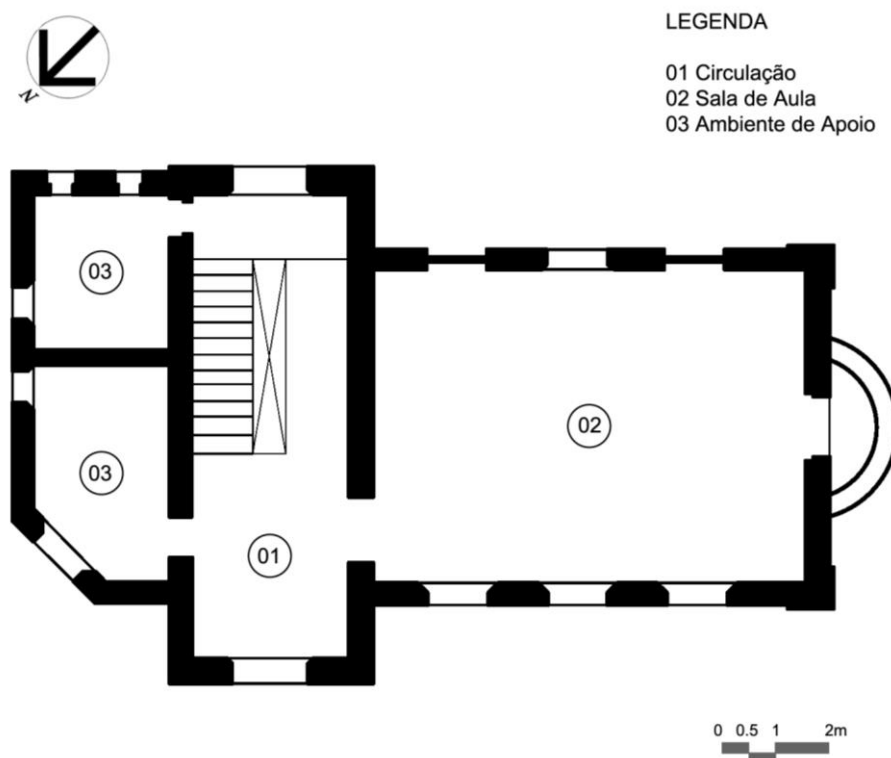


Figura 112 Planta baixa do pavimento superior do D. Antonia
Fonte: NEAB.

O edifício possui um amplo pé-direito nas salas de aulas, medindo do piso até o teto 4 metros e 50 centímetros, sendo esse um fator que influencia na salubridade do ambiente. A altura 1,10 metro acima do nível da rua onde está implantado o prédio confere conforto térmico, além de aspecto de grandiosidade e imponência.

Quanto à linguagem arquitetônica, o edifício de características ecléticas e de acabamento esmerado não apresenta simetria em sua fachada, mantendo o mesmo traçado nas duas fachadas principais, que estão voltadas para as vias de circulação, tendo apenas algumas aberturas suprimidas na fachada oeste (Figura 1112). Apesar de não apresentar simetria, a torre da circulação dá equilíbrio a essa fachada.



Figura 113 Desenho da fachada leste principal do D. Antonia.
Fonte: NEAB

Analisando os elementos de composição formal das fachadas da edificação a nível horizontal, observamos no embasamento que o edifício não possui porão, mas apresenta um soco elevando o seu piso em relação ao nível do terreno, sendo acessado por uma escadaria de cinco degraus.

As paredes possuem reboco rusticado em todas as fachadas. No pavimento térreo existem molduras decorativas abaixo e acima das janelas e acima da porta. No pavimento superior se repete a distribuição das aberturas, modificando apenas os ornamentos. Nesse piso, existe uma moldura acima das janelas e flores quadrifolhadas alongadas entre elas. O pavimento superior é coroado por um friso e acima está a platibanda com com ameias bem espaçadas, escondendo parte do telhado (Figura 113).



Figura 114 Fotografia da fachada lateral sul do D. Antonia, detalhes do friso e platibanda com ameias, 2018

Fonte: Acervo da autora.

A nível vertical, na composição, existe a clássica tripartição da fachada com o recuo das laterais em relação à parte frontal, que apresenta escadaria e vestíbulo fechado demarcando o acesso principal. Os vãos determinam a predominância da verticalidade nas proporções das portas e janelas, denotando uma preocupação com a composição formal do edifício. Observamos que o alinhamento vertical das janelas é mantido no corpo e no embasamento do edifício, e na fachada oeste, onde não existem algumas janelas, existe um rebaixo nas paredes; o reboco desses vãos é liso e se mantêm as molduras decorativas. Na torre de circulação esse alinhamento vertical também é respeitado pelas portas de acesso, no térreo, e vãos das janelas do pavimento superior.

Na fachada lateral norte (Figura 114), as marcações de canto das paredes não apresentam rusticação no reboco. Sobressai o balcão da sacada da sala do primeiro pavimento, em curva, com guarda-corpo em alvenaria. Acima da porta de acesso da sacada mantém-se a moldura das demais janelas, com flores quadrifolhadas alongadas e uma guirlanda de cada lado (Figura 115).

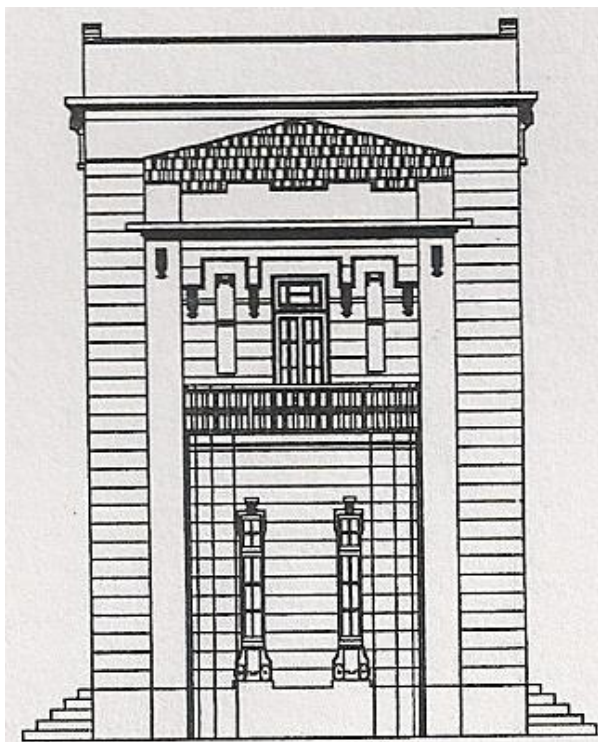


Figura 115 Desenho da fachada lateral norte do D. Antonia
Fonte: NEAB.



Figura 116 Fotografia da fachada lateral norte do D. Antonia, 2018
Fonte: Acervo da autora.

Quanto às técnicas construtivas e aos materiais utilizados, o edifício foi construído em alvenaria de tijolos e a cobertura revestida com telhas de barro, sendo esse material bastante abundante, seguindo a tradição construtiva da região desde a época colonial. A construção caracteriza-se pela técnica de parede sobre parede, sendo o piso do primeiro pavimento executado em madeiramento apoiado sobre vigas de ferro. As paredes internas do primeiro pavimento foram executadas em estuque⁶⁴, técnica essa muito utilizada para diminuir a carga, e revestidas com reboco. As paredes externas são revestidas de reboco rusticado.

As telhas francesas utilizadas na cobertura exigem um ponto maior que as coloniais para o caimento da água, isto é, requerem um telhado apoiado em

⁶⁴ “Genericamente dá-se o nome de estuque a toda argamassa de revestimento que depois de seca adquire grande dureza e resistência ao tempo. Existem várias modalidades de estuque para variadas finalidades [...] Assim, estuque é a massa usada para revestir paredes internas ou forros, e é a argamassa que serve de material de vedação, preenchendo os interstícios de uma armação qualquer. Com estuque são feitos altos e baixos relevos, ornatos, cornijas, florões, etc., a mão livre ou com auxílio de moldes ou formas” (CORONA; LEMOS, 1972, p. 208)

madeiramento com grande altura, destacando-se nas fachadas e dando aspecto imponente ao edifício.

No que se refere aos revestimentos e acabamentos internos, são empregados materiais nobres e, alguns até mesmo importados. A madeira é empregada em grande quantidade nos pisos das salas, forros, estrutura do telhado, esquadrias, janelas, portas internas e portas externas. Nos pisos das circulações e sanitários o revestimento é de ladrilho hidráulico preto e branco. A escada tem os degraus revestidos de mármore com proteção de ferro fundido. A porta principal é de duas folhas em madeira com vidro e grade de ferro na parte superior.

Quanto ao mobiliário para o D. Antonia, esse foi adquirido pela Intendência em 1927, juntamente com materiais escolares, como cartas de alfabeto, coleções de mapas, quadros de história natural e outros, sendo que “a factura de maior valor de material escolar paga neste exercício foi a de A. Buoniconti & Cia, de São Paulo, e constante de 168 carteiras escolares destinadas ao Grupo Escolar Joaquim Assumpção, á Escola do Passo dos Negros e á Escola D. Antonia” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1927 p.225).

O partido arquitetônico adotado é de uma planta baixa em T, com a circulação formando uma torre que se sobressai tanto em planta quanto na altura, sendo essas paredes arrematadas por frontões curvos (Figura 116 e Figura 117), nas fachadas principais. Quanto à disposição interna, o partido arquitetônico adotado no D. Antonia caracteriza-se como um bloco fechado, com seus ambientes interligados, acessibilidade direta aos espaços, com poucos corredores de circulação, permitindo um efetivo controle sobre as crianças.



Figura 117 Fotografia da fachada principal do D. Antonia, detalhes do beiral, 2018
Fonte: Acervo da autora.

Figura 118 Fotografia da fachada principal do D. Antonia, detalhes do frontão, 2018
Fonte: Acervo da autora.

As relações que esses espaços têm entre si remetem à dialética aberto-fechado, dentro e fora, que ocorre em todo o espaço escolar, e também impõem uma série de impedimentos à circulação dos alunos. Determinam o uso diferenciado dos espaços, do coletivo e do individual, do comum e do restrito. A especialização do uso do espaço está ligado às relações de hierarquia e poder e determina exclusões e pertinências. Assim, a sala de aula é território de alunos e docentes, a sala da diretora é território da autoridade (SOUZA, 1998; VINAIO FRAGO, 1998).

O edifício apresenta uma única entrada principal (Figura 118), o que denota acesso conjunto para meninas e meninos, diferente dos prédios construídos em outras cidades do país na primeira década do século XX, inicialmente estudadas. Nas pesquisas locais consultadas, também não existe referência quanto à divisão dos alunos por sexo em pavimentos, característica essa que pode estar relacionada aos aspectos dos ideais escolanovistas, pois a entrada única para alunos e alunas consolidava os princípios da co-educação defendida pelos escolanovistas nos anos 1920 (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 29). Existe uma entrada secundária na fachada oeste.



Figura 119 Fotografia da fachada principal do D. Antonia, 2018
Fonte: Acervo da autora.

Uma escadaria dá acesso ao edifício implantado a 1,10 metro acima do nível do solo, e embora não faça uso de porões, esse desnível proporciona aspecto

imponente, além de oferecer conforto ambiental, criando isolamento da umidade do terreno, visto que esta é uma zona bastante baixa e úmida na cidade.

Quanto à espacialização, a hierarquia dos espaços está caracterizada pela valorização do ensino, determinada pelas amplas dimensões das salas de aula em relação aos demais espaços da instituição escolar.

A relação com a rua se dá de forma direta, a porta principal comunica com o espaço do ajardinamento do canteiro central da avenida, a 3 metros de distância do meio-fio, a escada de acesso à porta principal inicia junto à calçada. Observamos a inexistência de muros delimitando pátios de recreios, ou ainda fazendo a separação de sexos nos pátios de recreios.

Quando os grupos escolares são cercados por muros e grades existe uma fronteira física entre a rua, o bairro, a cidade, os transeuntes e a escola. No caso do D. Antonia, situado no alinhamento da calçada, a proximidade é facilitada. Na calçada, nos jardins do canteiro da avenida, extensões da escola, meninos e meninas de diferentes idades aguardavam o início das aulas, configurando a entrada da escola num espaço de intermediário e coletivo, um lugar de encontro sem o rigor das normas do espaço interno.

Não foi encontrada nenhuma foto interna⁶⁵ desse período de atividade do D. Antonia, o que poderia nos apontar pistas sobre a sua funcionalidade original, fato este que nos causa estranheza. Muitas situações poderiam ser analisadas, isto é, as questões do ordenamento das carteiras, mobiliário fixado no piso ou não, da posição do quadro-negro e do professor na sala, existencia ou não de tablado para professores, algum recurso didático como globo terrestre, mapas, gravuras, ou símbolos como relógio, sino, quadros de horário.

Nesse aspecto, também os ideais escolanovistas influenciaram, abolindo carteiras fixas, alterando a posição dos móveis, negando a frontalidade do quadro-negro, deslocando a posição frontal da professora (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p.

⁶⁵ Durante a pesquisa, verificou-se que existe um grande número de fotografias mostrando aspectos internos de escolas particulares como Gonzaga e São José, e do Instituto de Higiene de Pelotas no Álbum de Pelotas de 1922/ Centenário da Independência do Brasil. Também foi encontrado registro fotográfico do interior de uma sala de aula da Escola Elementar do Estado Felix da Cunha, do ano de 1924. Estas fotografias demonstram que os recursos técnicos fotográficos em Pelotas permitiam tais registros com qualidade, neste período. Entretanto, até o momento, não foi encontrado nenhuma fotografia interna do D. Antonia e apenas uma fotografia interna do Dr. Assumpção do ano de 1929.

29). A distribuição dos móveis e objetos escolares é responsável pela constituição da identidade de uma instituição escolar e está relacionada com a extensão e deslocamento dos corpos (SOUZA, 1998, p. 142).

Analisando os desenhos arquitetônicos, podemos fazer estudos quanto às preocupações higienistas, que, atendendo aos princípios de salubridade e higiene, eram tão consideradas por educadores, médicos e políticos neste período. Para isso, eram largamente utilizadas grandes janelas e caixilharias, bem como o uso intensivo do vidro até mesmo na porta (Figura 119 e Figura 120), permitindo uma boa iluminação e, ao mesmo tempo, ventilação controlada.



Figura 120 Fotografia das janelas do D. Antonia, 2018
Fonte: Acervo da autora.



Figura 121 Fotografia da porta principal do D. Antonia, 2018
Fonte: Acervo da autora.

O edifício do D. Antonia possui um grande número de amplas aberturas, podendo-se observar no desenho da sua fachada principal que existe um equilíbrio entre espaços vazados e cheios, ou seja, entre os espaços ocupados pelas janelas e as paredes nas salas de aula. A fachada lateral mostra a sala de aula do piso superior com ampla porta-janela fazendo ligação com uma sacada. No piso inferior, a sala de aula possui duas janelas estreitas, porém com bastante altura.

Os banheiros possuem sistema de janelas que permitem a iluminação e ventilação simultâneas, tendo o fechamento parte com caixilhos para vidros, para a passagem da luz, e parte com venezianas, para a passagem do ar . São amplamente iluminadas, ainda, as circulações e escadaria (Figuras 121, 122 e 123).



Figura 122 Fotografia interna do piso de ladrilho hidráulico do hall do D. Antonia, 1998
Fonte: NEAB.

Figura 123 Fotografia interna da escada do D. Antonia, 1998
Fonte: NEAB.

Figura 124 Fotografia interna da janela do pavimento superior do D. Antonia, 1998
Fonte: NEAB.

Outro aspecto que se permite analisar através das fachadas é a questão da existência de signos e símbolos, marcas, representações inscritas nas fachadas, que podem estar representando um governo, uma cultura, uma religião ou uma ideologia. Analisando as fachadas do D. Antonia observamos que o nome da instituição está representado, incrustado em alto relevo acima da porta principal (Figura 124). Existem também, à direita e à esquerda, acima da porta principal, dois suportes para os mastros de bandeiras (Figura 125), que se supõe, eram hasteadas nas datas e festividades cívicas em homenagem à República.



Figura 125 Fotografia da fachada principal do D. Antonia, detalhes dos mastros, 2018
Fonte: Acervo da autora.



Figura 126 Fotografia da fachada principal do D. Antonia, detalhes da denominação, 2018
Fonte: Acervo da autora.

Ainda, através de desenhos arquitetônicos como a planta baixa, podemos analisar a existência ou inexistência de determinadas funções no edifício escolar, a existência de um espaço específico para determinada tarefa ou função, como sala da direção, biblioteca, pavilhão de ginástica, entre outros. São relações que podem refletir um sistema de valores, e a inexistência poderia denotar que tal atividade seria desnecessária ou secundária.

Nesse período, apesar de recomendada, a existência de bibliotecas e museus era rara, existindo algumas vezes um espaço único para atender a essas duas funções, e, em algumas escolas, restringia-se a apenas um armário na sala da diretoria, onde eram guardados os escassos materiais. Acredita-se que essa deveria ser a situação do D. Antonia, que dispunha de um ambiente de apoio extra no piso superior.

A incorporação de ambientes como gabinetes dentários e médicos e laboratórios passou a ser requisito das construções escolares a partir dos anos de 1910, dando visibilidade às exigências dos ideais escolanovistas (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p.29). A afirmação da existência de gabinete médico odontológico,

como uma marca da anunciada modernidade no D. Antonia, está embasada na descrição do jornal Diário Popular, bem como nos Relatórios Intendenciais. O Jornal Diário Popular de fevereiro de 1928, em notícia referente aos dois Grupos Escolares Joaquim Assumpção e do Grupo Escolar D. Antônia enfatizava ainda instalações sanitárias perfeitas e a existência de gabinete dentário e médico:

“Funcionam na cidade de Pelotas dois grupos escolares municipaes, installados em prédios construidos especialmente para esse fim, com todas as comodidades dos mais modernos estabelecimentos de ensino. Ambos possuem gabinetes dentários e consultórios medicos para os collegiaes. Suas installações sanitarias são perfeitas. Tanto nos grupos como nas escolas isoladas da cidade a agua é filtrada e fornecida aos estudantes em bebedouros hygienicos. Aboliu-se ali a velha canequinha escolar”(DIÁRIO POPULAR, 1928).

Outra questão que mereceu atenção no ensino público municipal nesse período, segundo Peres e Cardoso (2004), foi a inclusão dos trabalhos manuais no programa escolar. Na época ocorriam muitas exposições de trabalhos manuais dos alunos das escolas públicas pelotenses, eventos esses que contavam com a aprovação da Seção Pelotense da ABE.

O tópico dos trabalhos manuais estava no centro dos debates escolanovistas, e, para o Intendente municipal, o lema “Educar para a vida a brasileiros”, “condensa o espirito da reforma pedagógica realizada que consultou a finalidade da instrucção segundo os dictames da escola ativa” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1928, p. 102). Assim, foi incluído o curso obrigatório de trabalhos manuais, “constituindo preambulo do ensino profissional”. Pelos registros pesquisados, observamos que os trabalhos eram realizados na própria sala de aula (Figura 126), não existindo um espaço específico para essas atividades nesse momento e no prédio analisado, como pode-se observar na fotografia, que mostra um grupo de alunas do Grupo Escolar Dr. Assumpção realizando bordados e outra aprendendo a exercitar o uso de máquina de costuras.



Figura 127 Fotografia interna de uma aula de trabalhos manuais no Dr. Assumpção
Fonte: Relatório Intendencial, 1928.

A inexistência de galpão para ginástica, recreio coberto e festas cívicas no D. Antonia leva a algumas reflexões. Nos grupos escolares de outros estados brasileiros, conforme observado nas pesquisas (SOUZA, 1998; FARIA FILHO, 2000; BUFFA; PINTO, 2002), um galpão destinado a essas atividades era geralmente construído separadamente, no fundo ou em divisas laterais do terreno, ligado ao prédio principal por corredores cobertos. Os banheiros eram instalados junto aos galpões, isolados do edifício escolar.

Eventualmente eram estruturas que não estavam representadas no projeto principal, havia apenas documentação discriminando e recomendando sua execução. Algumas vezes eram executadas com materiais menos resistentes que não se conservaram por muito tempo. Quanto ao D. Antonia, não foram encontrados registros de recomendações ou de possíveis estruturas que tenham existido e se deteriorado com o tempo.

Quanto ao uso do recurso de projetos padronizados, observamos que o projeto do D. Antonia foi elaborado com características personalizadas, diferente dos projetos tipo, implantado no canteiro central da Avenida Saldanha Marinho, não tendo sua planta baixa sido repetida em outras construções de escolas. Entretanto, essa alternativa de uso de plantas tipo com fachadas diferenciadas pode ser observada nas escolas periféricas e rurais construídas em Pelotas no período estudado. É possível compreender tal fato, levando em consideração o número

restrito de profissionais especializados nesses órgãos públicos para atender grande número de projetos a serem elaborados e executados.

Quanto à visibilidade, situado na área central da cidade marcando pela imponência e localização privilegiada seu significado no tecido urbano, o D. Antonia distinguiu-se das residências, dos prédios comerciais e das demais edificações que constituíam seu entorno. O nível da construção e a riqueza dos ornamentos distinguiam o grau de importância da escola primária pública, comparável aos edifícios de maior importância e aos casarões da burguesia na cidade de Pelotas. O Grupo Escolar confirma sua identidade pelo contraste com as casas, comércios, oficinas, fábricas, e, ao passar por ele, a população sabia a que se destinava, criando suas representações daquele espaço, modelador de hábitos, costumes e comportamentos.

O Dr. Joaquim de Assumpção e o D. Antonia constituíam os grupos escolares municipais de maior destaque em Pelotas nas décadas de 1920 e 1930, considerados modelo. O D. Antonia funcionou até a década de 1970, quando foi considerado obsoleto para atender a fins escolares. A edificação ficou por mais de dez anos completamente abandonada, e, em 1987, foi firmado acordo entre a Prefeitura Municipal e o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) para a reforma, conservação e utilização do mesmo por um prazo de dez anos, enquanto permaneceu em ótimo estado de conservação. A partir desta data o edifício voltou ao domínio da Prefeitura Municipal, sediando a Secretaria de Habitação até 2016, e encontra-se fechado no momento, denotando descuido por parte do órgão responsável. As grades de ferro circundando o edifício, que aparecem nas fotografias de 2018, foram colocadas em 2016. O edifício faz parte do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas, estando protegido pela Lei Municipal 4568/2000, impedindo alterações de suas fachadas públicas e volumetria.

Aqui tratamos da análise descritiva do D. Antonia, construído no final dos anos 1920, podendo ser caracterizada pelo modelo de sua organização espacial como escola graduada, com diferentes séries, e a efetivação da figura do diretor, pois possuía duas salas e gabinete da direção. Foi edificado sob a influência dos preceitos de uma corrente de pensadores da educação chegada ao Brasil na época, a Escola Nova. O projeto reflete as necessidades impostas por esse movimento em

algumas de suas particularidades, como a existência de gabinete médico e odontológico, uma marca da modernidade manifestada no D. Antonia.

Este encerra as análises descritivas das instituições escolares, previamente definidas como edificações que formam o corpus empírico e representam as tipologias desta pesquisa. No próximo capítulo, após esta descrição preliminar, passaremos a realizar uma interpretação reunindo as partes, ou seja, a problematização, o quadro teórico e o contexto, traçando uma análise interpretativa das instituições escolares de Pelotas no período da Primeira República.

5.4 RESULTADOS

Neste subcapítulo, passamos a reunir as caracterizações das diversas instituições analisadas, problematizando e interpretando os dados coletados, com o objetivo de verificar quais das evidências destacadas permitem uma aproximação maior às questões que originam a pesquisa. Num processo dinâmico de diálogo constante entre teoria e empiria, buscamos dialogar com os diversos autores que pesquisam o tema, sob a perspectiva da história cultural, atentando mais especificamente para a questão da cultura material escolar, onde se inserem os edifícios escolares.

O levantamento empírico apontou que nas três primeiras décadas do século XX, em Pelotas, foram construídas quatro tipologias de edifícios escolares que ainda permanecem com suas principais características construtivas preservadas. Uma dos Edifícios Escolares Monumentais, (colégios privados), outra dos Edifícios Escolares Padronizados, a terceira dos Edifícios Escolares Seriados e a quarta dos Edifícios Escolares Escolanovistas (sendo essas três de escolas públicas). Na análise que passamos a desenvolver, utilizaremos esse agrupamento por tipologias. Para discutir cada uma das categorias estudadas, abordaremos inicialmente os Edifícios Escolares Monumentais, a seguir os Grupos Escolares Padronizados, depois os Grupos Escolares Seriados e por fim os Grupos Escolares Escolanovistas.

Esta análise está voltada especialmente para arquitetura dos edifícios escolares, ou seja, para o projeto e a construção do edifício escolar, baseada nos dados obtidos nos levantamentos realizados das escolas anteriormente descritas. Inicialmente, faremos uma rápida abordagem nas categorias específicas da etapa de projeto das instituições, relacionadas aos órgãos responsáveis pela construção, à

presença de médicos e professores nas comissões encarregadas pelos projetos, às concepções de educação vigentes no período estudado, à origem social dos alunos e seu provável destino e aos critérios que definiram a localização e determinaram a visibilidade dessas instituições.

A seguir serão exploradas as categorias relacionadas especificamente à construção dos edifícios escolares. Serão abordadas as categorias projetuais da arquitetura, ou seja, a primeira categoria é em relação ao partido arquitetônico adotado, a segunda categoria é sobre a distribuição espacial, a terceira categoria aborda a linguagem formal, e a quarta categoria aponta as técnicas construtivas e materiais utilizados.

Os primeiros passos da arquitetura produzida com fins educacionais em Pelotas se concretizaram na ação da educação privada, mais especificamente das escolas particulares religiosas, que começaram a construir suas sedes próprias num período anterior àquele em que se iniciaram as edificações das escolas públicas. Em Pelotas, destacamos o Gonzaga, que atendia alunos do sexo masculino, fundado em 1895, tendo novo edifício sido construído em 1905.

Por outro lado, a primeira informação de uma construção com finalidade escolar pública em Pelotas data de 1922. Um pouco mais tardios que em outras grandes cidades do país, os primeiros edifícios construídos para estabelecer os grupos escolares voltados para a instrução pública gratuita no Município foram instituídos pelo Intendente Pedro Luis Osorio. Médico e professor implantou um projeto que aliava saúde e instrução para assistir e instruir as crianças das camadas populares.

Em 1895 houve a instalação do Gonzaga em Pelotas, tendo sido construído o prédio principal em 1906, dispondo de recursos financeiros da própria ordem religiosa que custeava as construções. Possivelmente o projeto para a instalação do estabelecimento de ensino também provinha da sede da congregação, como ocorreu na implantação de edifícios escolares ligados a Igreja Católica em São Paulo (WOLFF, 2010). Para enfrentar a laicidade do sistema público de ensino, o episcopado brasileiro investiu no estabelecimento de uma rede de escolas católicas no território nacional. Foi um fator decisivo do êxito da Igreja Católica no campo da educação a atuação das ordens e congregações católicas masculinas e femininas

de origem européia que imigravam para o Brasil incutidas da força missionária e com o dever de ensinar a verdadeira doutrina cristã.

Já no contexto das instituições públicas, os primeiros grupos escolares, João Affonso e Marina Eufrásia, tiveram a Intendência Municipal como órgão público responsável pelo planejamento e construção dos edifícios. Os recursos utilizados nesses empreendimentos foram investidos pela própria Intendência, sendo executados no quadriênio 1920 a 1924, no governo do Intendente Pedro Luis Osório.

Durante o quadriênio 1924 a 1928, do governo do Intendente Augusto Simões Lopes, os projetos dos grupos escolares estavam sob a responsabilidade da Diretoria de Obras e Saneamento do Município, que os definia e supervisionava as obras. Entretanto, a construção dos edifícios ficaram a cargo de construtores especializados nesse tipo de prestação de serviços. Essas obras não foram realizadas com recursos da Intendência, mas contavam com as verbas providas das doações dos familiares de D. Antonia Berchon des Essarts e do Dr. Assumpção.

Podemos observar um contraponto entre o ensino público e o privado, em função do volume dos investimentos aplicados na construção das instituições escolares. A Igreja Católica articulou-se para formar e consolidar uma rede de escolas católicas, como parte de seu processo de reestruturação, após perder a condição de religião oficial devido à laicização, determinada pelo governo republicano e mantida na Constituição de 1891. Houve grandes investimentos buscando a reestruturação institucional da Igreja Católica no Brasil, e a rede de escolas católicas foi sendo expandida e mesclando diferentes instituições, desde escolas paroquiais, passando por colégios de ensino secundário, normal e profissional, até universidades católicas, sendo o Ginásio Gonzaga um exemplo de instituição que congregou diversos níveis de ensino.

Por outro lado, a ampliação do acesso à educação popular em Pelotas ocorreu através do primeiro investimento de dinheiro público, verbas da própria Intendência, para construir prédios para instalar edifícios escolares Padronizadas e Seriados nos bairros da cidade, na zona norte, no Porto e no Fragata.

Houve, ainda, investimento proveniente de doações de particulares para construir prédios para os edifícios escolares públicos Escolanovistas, projetados para ser o “grupo escolar modelo”, propagando uma nova pedagogia de ensino.

Ainda, os investimentos provenientes de doações de particulares foram aplicados para a difusão de edifícios de escolas padronizadas públicas nos bairros e meio rural, com demanda identificada pelos recenseamentos de crianças de sete a quatorze anos que precisavam estudar.

Com o processo de urbanização das cidades, as instalações confortáveis e a bela aparência tornaram-se os ideais do habitar na cidade moderna, desdobrando-se em referências para a organização dos serviços de educação. Para a inauguração dos novos edifícios construídos para sediar os grupos escolares, as datas especiais eram escolhidas, eventos eram organizados e preparados com a presença de bandas e discursos políticos, e a população era convidada a conhecer as instalações da escola.

Eram momentos formativos que passaram a fazer parte de uma tradição escolar (FARIA FILHO, 2000). Também em Pelotas, a organização do espaço de instrução constituiu-se como fato e momento de celebração cívica, sendo a data escolhida para a inauguração dos edifícios do Primeiro e do Segundo Grupos escolares o dia sete de setembro de 1922, em festividades alusivas ao Centenário da Independência. A identificação ordinal utilizada nos primeiros grupos escolares em Pelotas, da mesma forma, acompanhou referências utilizadas inicialmente na capital de Minas Gerais. Em 1924 foi inaugurado o Terceiro Grupo escolar, com grandes festividades e divulgação através do jornal Diário Popular.

Em diversos grupos escolares paulistas, muitas vezes o estado usou a estratégia de designar os nomes das escolas homenageando os beneméritos que contribuíram com a instrução pública (SOUZA, 1998). Seguindo a mesma política, um grupo escolar recebeu a denominação D. Antonia, sendo que a criação da Fundação D. Antonia, numa homenagem póstuma de seu esposo, possibilitou à Intendência a construção dessa e de mais onze escolas de Pelotas. Outro grupo escolar foi denominado Dr. Assumpção, homenageando esse benemérito, cuja família fez a doação de verbas para a construção.

Para além das preocupações com as questões do higienismo e salubridade, os governantes buscavam conseguir também vantagens econômicas, visto que reunindo as aulas em um único edifício, não precisariam ter despesas com o aluguel de diversas casas onde funcionavam as aulas isoladas, possibilidade essa que já guiava as administrações de outros estados do país (BENCOSTTA, 2005). Esse

benefício também era considerado pelos governantes de Pelotas, registrados nos seus Relatórios Intendenciais (1924, 1927), buscando diminuir os valores empregados na manutenção de diversas aulas isoladas.

A arquitetura escolar precisava atender não só às necessidades pedagógicas e higienistas, como também utilizar novas formas e técnicas construtivas que começaram a ser empregadas a partir da segunda metade do século XIX, além de uma linguagem com caráter identificador. Para isso, precisava reunir um grande número de profissionais para definir os projetos das edificações, entre eles: educadores, médicos engenheiros, arquitetos e os administradores públicos.

Os dados mostraram que, no período estudado, a presença de educadores nas comissões responsáveis pelos projetos das instituições de ensino não era usual em Pelotas no processo da construção dos primeiros grupos escolares. Entretanto, a participação dos professores era solicitada por parte da Intendência no chamamento aos alunos e pais, convocando-os a uma participação efetiva no processo de instrução. Na implantação do João Affonso e do Mariana Eufrásia, a participação do Intendente Pedro Luis Osorio enquanto professor pode ser destacada e fica explícita sua atuação direta nos projetos de instrução pública, em diversos momentos. Preocupava-se com o atendimento ao número maior possível de crianças, estabeleceu a realização de censo das crianças em idade escolar, determinou o zoneamento da cidade para definição dos locais de implantação dos grupos, e idealizou uma instrução que pretendia uma formação completa da criança, voltada para o seu desenvolvimento físico, intelectual e moral.

Os professores eram considerados a base de toda a construção em matéria de ensino pelo Intendente Augusto Simões Lopes. Ele implantou melhorias nos vencimentos desses profissionais, cursos de aperfeiçoamento nas férias, concursos para ingresso no magistério, entre outras vantagens para beneficiar a categoria. A atuação de Augusto Simões Lopes voltava-se a melhorar a estruturação dos setores municipais, tendo criado uma secretaria voltada exclusivamente para os assuntos da instrução e educação.

A questão da qualificação dos professores que atuavam nas instituições privadas e nas públicas, no período estudado, também sugere uma discussão. Os quadros de professores das instituições privadas eram geralmente formados por mão-de-obra qualificada, tendo muitos deles tido sua formação e experiências

anteriores em docência na Europa. Possuíam dedicação exclusiva e devotamento missionário sendo especializados nesse tipo de serviço, o que era praticamente inexistente no Brasil, tendo sido observado nas pesquisas sobre o Gonzaga a manutenção desse modelo de docentes. Já nas instituições públicas, muitos professores possuíam formação autodidata, pois as primeiras escolas normais para preparação de professores existentes em Pelotas vieram a se instalar mais tarde⁶⁶. Apenas a partir de 1927 iniciam a realização de concursos para ingresso no magistério público municipal e a implementação de uma política de qualificação e valorização desses profissionais.

Constatamos, em relação à presença de médicos nas comissões responsáveis pelos projetos, que a sua ação estava restrita à atuação como profissional responsável pelo serviço de assistência médico-dentário, juntamente com o cirurgião dentista, além de aplicação de vacinas nas crianças. Entretanto, o Intendente Pedro Luis Osorio, enquanto médico, também estava diretamente envolvido, e as questões de ensino e saúde deveriam ser tratadas com energia e precisão, tendo determinado o acompanhamento das crianças, com o registro de dados individuais de pesagem e medidas para assistência do desenvolvimento e intervenção quando necessário. Preocupava-se com a construção edifícios adequados para a escola, pois, para ele, a primeira coisa a oferecer à criança seria que ela respirasse um ar puro e recebesse a influência de luz solar; além disso, a sua vida deveria desenvolver-se sem obstáculos, tendo momentos de pôr em ação seus pulmões e seus músculos. Defendia a escola enquanto fator de mobilização de novas energias, onde se trabalhava a criança, tendo-se em vista a garantia futura da raça.

Em todo o país, especialmente com a proclamação da República e a abolição do trabalho escravo, muitas mudanças tiveram início. As relações sociais tornaram-se complexas, surgiram novas exigências do mercado de trabalho assalariado. Para sanar essas e outras dificuldades resultantes da heterogeneidade social, cresceu o movimento em defesa da instrução como meio de integração do povo ao país e ao trabalho. Nesse contexto, a criação das instituições escolares buscava definir novas

⁶⁶ A Escola Complementar do estado se instalou na cidade de Pelotas junho de 1929, e no ano de 1940 passa a ser denominada de Escola Complementar Assis Brasil. Na esfera privada, no ano de 1930, inicia-se a formação de Professoras Primárias no Colégio São José.

concepções de educação, organizando o ensino, suas metodologias e seus conteúdos, adequando às necessidades e complexidades do mundo social.

As concepções de educação nas escolas privadas de cunho religioso seguiam as orientações das ordens responsáveis. No Gonzaga, a educação das crianças e jovens não se restringia ao tempo e espaço regular nas salas de aula. A transmissão de símbolos e valores perpassava por todas as atividades escolares, zelando pela educação cristã defendida pelas Ordens. Os alunos eram mantidos dentro dos muros do colégio, estando ocupados o máximo do tempo possível em atividades sob rigoroso e constante controle. A boa conduta e a disciplina seguiam os princípios familiares cristãos. Os processos de ensino eram baseados nos métodos didáticos impostos pelas congregações responsáveis, também rigorosos, e preparavam os alunos com determinação para uma futura vida profissional de sucesso.

Já nas escolas públicas Padronizadas e Seriadas, voltadas para a instrução popular, o ensino das primeiras letras e das noções de aritmética e geometria já apontava para uma transformação, conforme a pesquisa levantou, pelas proposições do Intendente Pedro Luis Osorio. Além de instruir oferecendo os saberes básicos, a escola deveria dar a conhecer as matérias da natureza e ainda possibilitar a prática da ginástica e execução de trabalhos manuais.

Durante a administração de Augusto Simões Lopes, foram implantados os edifícios para os grupos escolares públicos que seguiam os preceitos da Escola Nova, constituindo-se como instituição que iria além do aprendizado intelectual, mas promoveria a formação cívica das crianças, e buscaria oferecer uma orientação das habilidades profissionais futuras. Educar integralmente era a proposta, para elevar o nível da população (PERES; CARDOSO, 2004). A criação de dois grupos escolares Escolanovistas, servindo como escola laboratório ou escola modelo em Pelotas, iniciou o movimento da modernidade pedagógica efetivamente praticada nesse espaço como política pública.

Outro contraponto pode ser observado em relação às concepções e métodos de ensino. A instituição privada transmitia saberes aprimorados e uma disciplina corporal rigorosa, difundindo uma cultura burguesa e elitizando ou perpetuando os hábitos dos seus alunos. Já as instituições públicas ofereciam os conhecimentos dos saberes básicos, as matérias da natureza e tentavam introduzir a prática de ginástica

e realização de trabalhos manuais, não tendo sido identificado espaço adequado para essas práticas nos edifícios analisados.

Com a incorporação dos preceitos escolanovistas e as consequentes mudanças pedagógicas surge a preocupação com a integralidade do ensino, mesmo que de maneira restrita, mas atentando para o tríplice aspecto da instrução intelectual, física e cívica, além de uma orientação para as futuras habilidades profissionais. Entretanto, no ensino público de Pelotas, o curso integral era oferecido apenas em um grupo escolar localizado no centro urbano.

As diversas instituições de educação instaladas em Pelotas no período estudado atendiam a diferentes grupos de crianças, e, conforme sua estrutura de ensino preparavam esse público para carreiras diferenciadas. Quanto à origem social dos alunos e seu provável destino, observamos que as instituições privadas atendiam alunos das classes econômicas privilegiadas. O Gonzaga oferecia ensino pago, com a possibilidade de internato, o que encarecia os estudos nessa instituição. Esses estudantes provinham do meio urbano, bem como do meio rural, não só do município de Pelotas, mas também eram oriundos de fazendas e de outras cidades da região que não dispunham de escolas desse nível. Buscavam uma formação que permitisse seguir estudos em cursos técnicos ou mesmo superiores, para trabalhar como profissionais de empresas privadas ou públicas, ou ainda atuar como profissionais liberais.

Já o acesso às escolas públicas localizadas no centro urbano era voltado aos filhos de trabalhadores urbanos, do centro e das regiões periféricas. Os grupos escolares eram escolas bem conceituadas pela sociedade, sendo que aqueles localizados no centro da cidade, como o D. Antonia, eram freqüentados por crianças oriundas dos setores da classe média, filhos de profissionais liberais e de funcionários públicos, bem como as crianças das classes mais populares, filhos dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho em atividades relacionadas ao comércio e prestação de serviços que trabalhavam na região central da cidade e que habitavam naquele entorno. A organização escolar previa a oferta dos três graus do ensino primário, o básico, o médio e o integral, dividido em cinco séries. Mas somente o Dr. Joaquim Assumpção desenvolveria todo o programa, para ser ensinado em cinco séries, oferecendo aos alunos oportunidades de melhor preparação para o futuro ingresso no mercado de trabalho ou ainda para a continuação dos estudos.

Na educação pública periférica, nos grupos escolares localizados nos bairros, o João Affonso, o Bibiano de Almeida e o Mariana Eufrásia, as aulas eram freqüentadas pelas crianças em idade escolar moradoras das populações vizinhas, filhos de trabalhadores fabris e outras ocupações subalternas de baixa remuneração, crianças que provavelmente não continuariam os estudos, e muitas vezes não chegariam a concluir o curso. Esses grupos escolares, que funcionavam por turnos, ofereceriam quatro séries, sendo que o provável destino para seus alunos, com menor tempo de estudos, seria o trabalho nas fábricas ou em outros setores, como o da prestação de serviços ou ainda no comércio que se expandia e diferenciava, acompanhando o processo de urbanização. Havia ainda no grupo escolar Mariana Eufrásia turmas freqüentadas por adultos e meninos operários que compareciam às aulas noturnas, qualificando-se para um adequamento às necessidades do mundo do trabalho.

Podemos aqui demarcar outro contraponto entre o público e o privado. As instituições de ensino privado preparavam seus alunos para prosseguir estudos em cursos técnicos ou mesmo superiores, encaminhando para uma atuação como profissionais de empresas privadas ou públicas, ou trabalho como profissionais liberais, enfim, qualificados para exercer cargos de liderança. Já nas escolas públicas dos bairros, as crianças recebiam apenas os ensinamentos das quatro séries iniciais, preparando-os para trabalhar nas fábricas, comércio ou prestação de serviços, numa posição subjugada. Apenas uma escola pública do centro urbano, o Dr. Assumpção, preparava os alunos para atuarem em posição mais vantajosa no mercado de trabalho ou ainda para a continuação dos estudos, oferecendo as cinco séries do ensino integral.

À medida que se iniciaram as preocupações com a construção de edifícios específicos para o funcionamento das escolas, as atenções voltaram-se para a localização das mesmas. As recomendações sugeriam a implantação em locais afastados do barulho, da poeira e do movimento das fábricas. O terreno amplo também era um critério a ser considerado, permitindo à edificação boas condições higienistas, insolação, ventilação, além de permitir a visibilidade das escolas (SOUZA, 1998; FARIA FILHO, 2000; BUFFA; PINTO, 2002; CASTRO, 2010).

Em Pelotas, o Gonzaga localizou-se na área nobre, onde se iniciava a formação do agrupamento urbano estabelecido após a definição da localização da

igreja, da praça e das melhores habitações. Instalado num lote de esquina em frente à praça da Igreja Matriz, o edifício voltou-se para a praça, grande espaço aberto que permitiu uma visão completa de sua arquitetura, seguindo uma tradição das escolas jesuíticas (CASTRO, 2010).

Alguns estudos da época apontavam as vantagens de localizar as escolas ao ar livre nos entornos do núcleo urbano. Entre eles, a vantagem educativa, visto que proporcionava um ambiente apropriado para o estudo pelo afastamento ao barulho e pelas condições higienistas, além do fácil acesso à natureza. Outro fator de interesse seria o econômico, pelo menor preço dos terrenos (ESCOLANO, 2001). Nesse cenário, a localização do edifício do João Affonso no interior da Praça Julio de Castilhos, espaçosa e amplamente arborizada, foi determinada pelo Intendente Pedro Luis Osorio.

Entretanto, era preciso estar atento tanto à higiene física quanto à moral, evitando a lugares de vizinhança prejudiciais à saúde e à moralidade, pois essa localização poderia contrariar a função social e educadora das escolas (ESCOLANO, 2001). Paradoxalmente, o terreno do edifício do Mariana Eufrásia, localizado no Bairro Fragata, abrigava a sede do posto policial e a prisão no mesmo lote, a cinco metros de distancia de suas instalações. Seguiu a tradição de localizar o edifício escolar agrupado a diferentes serviços comunitários (SOUZA, 1998).

Um fator determinante na localização de grupos escolares nas cidades do interior paulista, além da densidade de crianças em idade escolar, influências políticas e recursos disponíveis, foi a expansão da via férrea, que, de certo modo, era acompanhada pela instalação dos grupos escolares (BUFFA; PINTO, 2002). De maneira semelhante, acompanhando as vias de maior circulação, no caso de Pelotas, foi próximo às estradas de acesso ao núcleo urbano que se implantaram o edifício do Mariana Eufrásia no Fragata e o Bibiano de Almeida no Areal.

A materialização dos edifícios escolares implantados na Primeira República deveria demarcar com sua imponência o seu significado no meio urbano (SOUZA, 1998; BUFFA; PINTO, 2002). Nesse sentido, no centro do núcleo urbano de Pelotas, destacava-se o edifício do D. Antonia, construído com dois pavimentos, localizado próximo à Estação Férrea de Pelotas, local de chegada à cidade e que já possuía uma densa ocupação urbana. Foi instalado no canteiro central da avenida Saldanha Marinho, cujas ruas foram pavimentadas, e a avenida recebeu tratamento

paisagístico com a construção de canteiros no espaço central. Destacava-se na cena urbana tanto por sua arquitetura e por estar erguido no centro do canteiro da avenida quanto pela posição estratégica nas ruas de grande fluxo de pessoas que chegavam à cidade. Com relação à arquitetura, esse edifício tinha sua peculiaridade, assim como os grupos escolares paulistas (SOUZA, 1998; BUFFA; PINTO, 2002).

Para a materialização dos edifícios dos grupos escolares concebidos e construídos especialmente para esse fim, aqui estudados, foram estabelecidas as categorias projetuais que passamos a analisar. A primeira categoria refere-se ao partido arquitetônico adotado, a segunda categoria é relativa à distribuição espacial, a terceira categoria trata da linguagem formal e a quarta categoria discute as técnicas construtivas e materiais utilizados.

Com relação à primeira categoria, o partido arquitetônico adotado, observamos que o edifício do Gonzaga foi projetado em bloco único, com planta retangular de dois pavimentos e amplo pé direito, possuía um porão não habitável e um sótão alto onde era possível alguma acomodação sem muito conforto. A planta baixa apresentava uma configuração de edifício com salas dispostas ao longo de uma circulação longitudinal, acesso principal e secundário para a via principal e outro para o pátio.

Nessa instituição, o crescimento do número de alunos e de cursos ofertados levou à consequente construção de novas edificações nos lotes contíguos, de maneira que, ao longo dos anos, foi-se verificando que os edifícios que formavam o complexo escolar foram fazendo o fechamento junto aos alinhamentos prediais das quatro faces dos quarteirões, adotando o partido arquitetônico em quadra, criando espaços com características semelhantes aos agrupamentos jesuíticos (CASTRO, 2010).

Retomando os edifícios públicos, os grupos escolares Padronizados adotaram para seus edifícios como partido arquitetônico o esquema de bloco compacto. O João Affonso e o Bibiano de Almeida eram edificações térreas, de planta baixa retangular e amplo pé direito, contando o primeiro com um único acesso, e o segundo, com dois acessos.

O partido arquitetônico do edifício do Mariana Eufrásia baseou-se no esquema de bloco único sem circulação interna, térreo, apresentando um jogo de volumes nas fachadas, sistema de circulação externa para o acesso independente em cada sala e generoso pé direito.

No edifício do D Antonia o partido arquitetônico empregado é de uma planta baixa em T, tendo como destaque a torre da circulação com paredes arrematadas por frontões curvos nas fachadas principais. Com dois pavimentos, caracteriza-se como um bloco fechado, com seus ambientes interligados, permitindo acessibilidade direta aos espaços por vestíbulo de circulação com generoso pé direito. Possui dois acessos nas fachadas principais.

Observamos que tanto o edifício privado quanto os públicos apresentam em comum o generoso pé-direito, reafirmando o atendimento às exigências higienistas. Outra semelhança é quanto aos dois pavimentos, que aparecem nos edifícios da instituição privada e da escola pública Escolanovista.

A simetria das edificações era característica presente no partido arquitetônico adotado por quase todos os projetos dos grupos escolares mineiros e paulistas, possibilitando a divisão espacial da escola entre os gêneros (FARIA FILHO, 2000; BUFFA; PINTO, 2002). Em Pelotas, observamos que não havia entradas específicas para meninas e meninos nem separação das salas de aula por sexo; as crianças eram separadas dentro das salas de aula, ocupando as filas dos meninos de um lado da sala e as filas das meninas de outro lado da sala. Acreditamos que essa organização escolar, reunindo ambos os sexos na mesma sala, estava ligada à economia de recursos disponíveis para a construção de escolas e a uma densidade menor de crianças, o que poderia gerar salas de aula com a lotação incompleta, devido à diferença do número de meninas e meninos que freqüentassem determinada escola. Diferente da maioria dos grupos escolares de outros estados do Brasil, em Pelotas a pesquisa não encontrou nos Regulamentos de Instrução e nos Relatórios Intendenciais nenhuma referencia à divisão do espaço escolar em duas alas.

Constatamos ainda, com relação ao partido arquitetônico, que em Pelotas não houve a preocupação em usar esquemas diferenciados de partidos arquitetônicos em “U” ou “L” para a definição dos projetos dos edifícios dos grupos escolares, o que permitiria um aumento do número de salas de aula sem o comprometimento da área já construída (CASTRO, 2009). Essa proposta de ordenação espacial poderia ser utilizada em diversos grupos escolares construídos em Pelotas, dadas as dimensões dos terrenos para implantação e a perspectiva de futuras ampliações, para atender um sempre crescente número de crianças na faixa etária de escolarização.

Entretanto o partido usado foi sempre em bloco único, e as ampliações ocorreram através da construção de novos blocos, sem aproveitamento da área dos serviços de apoio.

A segunda categoria analisada é a distribuição espacial e o programa de necessidade que busca atender. O edifício privado do Gonzaga, na sua distribuição espacial, denotava um programa de necessidades que abrangia diversos usos, distribuídos de maneira adequadamente setorizada. As salas de aula estavam dispostas ao longo do corredor central, caracterizando espaços para o ensino seriado, além da atenção voltada para a disciplina. Além dessas, havia os espaços para fins administrativos e outros serviços, que foram distribuídos no pavimento térreo; o pavimento superior concentrava as dependências para os Irmãos e espaço para serviços religiosos no Gonzaga.

Os edifícios públicos Padronizados do João Affonso e do Bibiano de Almeida apresentavam uma distribuição espacial sem circulação interna. Foram projetados atendendo a um programa de necessidades limitado a três ambientes, com uma única sala de aula retangular, ambiente de apoio e instalações sanitárias.

Já o edifício público Seriado do Mariana Eufrásia constituía-se num volume compacto sem circulação interna. Seu programa de necessidades contava com cinco salas de aula retangulares, ambiente de apoio e sanitários, todos com os acessos voltados para uma circulação externa que contornava o perímetro do edifício, dotada de uma calçada.

Quanto à distribuição espacial, o edifício público Escolanovista do D. Antonia apresentava seu programa de necessidades distribuído em dois pisos; no pavimento térreo existia uma ampla sala de aula, uma sala de apoio e dois gabinetes sanitários, além da escadaria. No pavimento superior havia uma sala de aula com as mesmas dimensões e duas salas de apoio.

Enfatizando a questão da distribuição espacial, em relação aos acessos às salas por meio de uma circulação externa do edifício, observamos que a calçada que circunda o edifício do Mariana Eufrásia não recebeu o resguardo por meio de alpendres, estruturas que seriam de grande utilidade para a proteção dos alunos e professores que ali circulavam, dadas as condições do clima local, com muita umidade e chuvas no inverno, e que eram muito utilizadas nos grupos escolares mineiros. Outro espaço de grande utilidade higiênica presente nessas escolas

mineiras e que aqui não foram identificadas eram as saletas de entrada que dispunham de vestiários para guardar chapéus e capas para as crianças (FARIA FILHO, 2000).

Outra discussão que pode se originar em relação aos acessos individuais às salas de aula do Mariana Eufrásia é a possibilidade de configurar a reunião de aulas isoladas, ou seja, as classes ou séries estariam reunidas em um mesmo edifício, mas não agrupadas administrativamente (SOUZA, 1998; FARIA FILHO, 2000; CASTRO, 2010).

Por algum tempo, em vários estados do Brasil, permaneceu o uso de agrupamento de várias escolas isoladas em um mesmo edifício, originando um novo tipo de escola primária, apresentando uma organização mais simplificada que os grupos escolares, oferecendo o tempo necessário para regularizar a distribuição de alunos, bem como os assuntos pedagógicos e docentes, entre outros. Apresentava-se ainda como uma possibilidade de economia para os governos.

Entretanto, alguns sinais indicam a possibilidade de já estar sendo iniciada a oferta do ensino seriado no Mariana Eufrásia. O primeiro é o fato de que as professoras eram nomeadas especificamente pela Intendência para ministrar as aulas nos diferentes turnos da escola (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1924), o que sugere que as salas não eram utilizadas por diversos professores que recebiam subsídios para oferecer o ensino domiciliar. O segundo fato é que a inexistência da figura de uma diretora para coordenar as atividades era suprida pelo trabalho dos inspetores de ensino, cuja função era considerada fundamental na época para o efetivo funcionamento das escolas, conforme registros nos Relatórios Intendenciais (1923, 1924). As atividades relacionadas à instrução ainda não apresentavam complexidade, não sendo necessária a presença constante de uma pessoa responsável pela administração da escola. A análise da arquitetura da instituição também mostra circunstâncias nesse sentido, sendo a primeira a existência de um único ambiente de apoio, que certamente era compartilhada pelos diversos professores que ali trabalhavam, pressupondo certa organização coletiva. A segunda é a variedade nos tamanhos das salas, o que sugere a participação de números diferentes de crianças nos diferentes graus de adiantamento de instrução, instaladas nas diversas salas.

Ainda atentando para a questão da distribuição espacial, o emprego da configuração retangular da sala de aula, que prevaleceu no Brasil bem como na

maioria dos países europeus, foi uma constante nas edificações das instituições escolares de Pelotas, tanto privadas quanto públicas. Essa disposição apresenta-se conveniente para a distribuição das carteiras, também retangulares. Além disso, propicia a concentração dos alunos no espaço destinado ao professor e ao quadro negro, permitindo, por outro lado, o controle disciplinar dos alunos por parte do professor (SOUZA, 1998; BENCOSTTA, 2005).

Outro fator que deve ser observado na distribuição espacial e implantação do edifício no terreno é em relação à regulamentação higienista, importante para o conforto ambiental dos alunos no espaço da sala de aula. Está relacionado com a orientação da sala de aula em relação à posição do sol ou à direção dos ventos. As recomendações definiam as dimensões das janelas em relação à área das salas e a posição adequada dessas em relação à luz solar (SOUZA, 1998; BENCOSTTA, 2005). Entretanto, de maneira geral, não era considerada pelos projetistas nas escolas brasileiras, visto que, em geral, os edifícios escolares localizavam-se alinhados com os limites do terreno e o arruamento (CASTRO, 2010). Também em Pelotas constatamos essa particularidade, observando a situação das plantas baixas nos terrenos dos edifícios das escolas, e percebemos o descuido com a orientação solar, tanto em alguns edifícios escolares públicos quanto nos edifícios privados.

Em alguns casos, como no edifício do Bibiano de Almeida, apesar de não haver nenhum impedimento físico, a distribuição das aberturas é inadequada, pois a iluminação é bilateral mas as janelas não estão nas paredes paralelas, e a fachada Norte, que recebe maior número de horas de sol ao longo do dia, é cega, ou seja, não possui aberturas. Os alunos na sala de aula receberiam a luz do sol pela esquerda apenas nas últimas horas do período da tarde, através das duas janelas localizadas nos lados da porta principal. Já no planejamento do edifício do João Affonso percebemos uma preocupação com essa questão da insolação, apresentando uma iluminação bilateral paralela leste e oeste, e fachada principal de frente norte com aberturas. Os alunos na sala de aula receberiam o sol pela esquerda durante o período da manhã e pela direita à tarde, estando a sala permanentemente iluminada pelas janelas da fachada principal.

Outra característica arquitetônica que diferencia as primeiras instituições escolares pelotenses urbanas é quanto à distribuição espacial das instalações sanitárias, que já aparecem incorporadas aos edifícios das escolas, tanto nas

públicas quanto nas privadas, aspecto distinto em relação aos grupos escolares mineiros e paulistas, onde os sanitários foram durante algum tempo localizados fora do edifício escolar, no fundo ou nas laterais do terreno, obrigando aos alunos saírem do corpo do edifício para ter acesso aos serviços sanitários (BUFFA; PINTO, 2002).

A distribuição espacial está relacionada ao programa de necessidade, ou seja, à quantidade e às modalidades de espaços que o projeto precisa concentrar para acolher às diversas funções que se propõe a acolher. Outra análise que a arquitetura escolar permite é quanto à existência ou inexistência de determinadas funções nos edifícios escolares. Observamos que muitas vezes os projetos das edificações das instituições levavam mais em conta na sua organização espacial o adequado dimensionamento das salas, as condições de iluminação e ventilação, bem como a quantidade de salas necessárias, sem a preocupação com a especificidade dos espaços. Uma flexibilização do uso das salas permitia acomodar diferentes funções, conforme o mobiliário e os equipamentos disponibilizados (CASTRO, 2010).

Essa flexibilização e viabilidade de acomodar funções diferentes das planejadas inicialmente foi uma característica observada no edifício privado do Gonzaga de Pelotas, que ao longo de sua existência foi modificando as ofertas de modalidades de ensino, necessitando para isso adaptar espaços para atender às demandas dos cursos em andamento. Podemos destacar como o exemplo de uma função inexistente no momento da concepção do edifício e que foi estabelecida anos mais tarde, a acomodação da estrutura de um banco em uma das salas do edifício, onde os alunos desempenhavam as atividades práticas do Curso de Comércio.

Em relação aos primeiros grupos escolares públicos, observamos que os edifícios escolares do João Affonso, do Bibiano de Almeida e do Mariana Eufrásia possuíam apenas os espaços indispensáveis para seu funcionamento. Contavam com a sala de aula, ou várias salas de aula e um ambiente de apoio, espaço que atendia a diferentes atividades, possivelmente para a acomodação dos trabalhos manuais e seus respectivos materiais, para um pequeno museu ou para livros e materiais didáticos dos professores.

Uma função que aparece alguns anos mais tarde na escola pública graduada é a figura da diretoria, exigindo um espaço específico para sua instalação. Analisando diferentes localizações físicas para o espaço destinado à direção nas plantas baixas de escolas, essas variações poderiam refletir as oscilações e indefinição teórica, legal

e prática sobre a natureza, função e papel da direção na nova organização escolar (VIÑAO FRAGO, 2005). Nos edifícios dos grupos escolares públicos Escolanovistas em Pelotas, como o D. Antonia, observamos o aparecimento da sala da diretoria, caracterizando o início de uma administração centralizada na escola graduada.

As salas da diretoria nos grupos escolares Escolanovistas em Pelotas estavam localizadas no pavimento térreo, próximo à entrada dos alunos e à escada de acesso ao pavimento superior. No D. Antonia o acesso à sala da direção dava-se diretamente a partir do vestíbulo, sem existir um espaço intermediário garantindo a sua independência. Já no Dr. Assumpção esse distanciamento físico era assegurado através da existência de um corredor, evitando o acesso direto a partir do vestíbulo da entrada principal. Entretanto, ambas caracterizavam-se como órgãos de controle dos alunos e coordenação acadêmica sobre o trabalho das professoras em suas salas de aula.

Assim, a sala de diretoria já existia na escola privada implantada em 1905 em Pelotas; porém, nas instituições públicas começam a aparecer, em 1927, nas escolas que seguiam os preceitos escolanovistas, diferente dos primeiros grupos escolares, que possuíam apenas a sala de aula e um ambiente de apoio, denotando a ausência da função e da figura do diretor.

A inexistência de determinadas funções no programa de necessidades, entretanto, não significava que não havia a prática de algumas atividades, que poderiam ser realizadas em espaços adaptados. As tarefas relacionadas aos trabalhos manuais também faziam parte das propostas escolanovistas, e podemos observar a atividade na aula de trabalhos manuais das alunas do Dr. Assumpção, que utilizavam o próprio espaço da sala de aula para a aprendizagem de bordados e costuras, não dispondo do espaço de uma oficina específica para essa atividade. Uma flexibilização do uso do espaço pode ser observada através de registro em uma fotografia do interior do grupo escolar, e vem ao encontro da colocação de Viñao Frago (2005), de que penetrar e tentar conhecer a realidade educativa nem sempre é fácil, pois os usuários podem alterar as configurações projetadas pelos profissionais responsáveis pelo projeto.

Ainda sobre a fotografia que registra a aula de costura e bordado, onde observamos a participação somente de meninas, cabe ressaltar que aulas de trabalhos manuais eram separadas por gênero: as meninas dedicavam-se a bordados

e costuras, enquanto os meninos eram levados para outro espaço da escola, a oficina ou o pátio coberto, e dedicavam-se à confecção de caixas, sólidos geométricos, etc.

Uma particularidade dos ideais da Escola Nova pode ser constatada nos dois grupos escolares Escolanovistas em Pelotas, onde estavam presentes os ambientes de gabinetes médico e dentário para o atendimento dos alunos (FARIA FILHO; VIDAL, 2000). Outra especificidade encontrada na relação espaço e função é que, embora não existisse um espaço específico para essa função nas demais escolas públicas, o serviço era oferecido pelo gabinete dentário móvel, que era deslocado para realizar o atendimento das crianças das diversas escolas do município de Pelotas.

Os museus e as bibliotecas escolares, considerados espaços de experimentação, tinham sua importância reconhecida nesse período, em que a escola ativa determinava a ocupação constante do aluno (FARIA FILHO; VIDAL, 2000). Mas a existência desses espaços não era muito freqüente, mesmo sendo recomendada, restringindo-se em alguns casos a armários na sala de apoio, onde eram reunidos os materiais também bastante escassos na maioria das escolas, sendo que essa situação era recorrente em outros estados do país. Apenas algumas “escolas modelo” foram dotadas com todos esses espaços específicos de acordo com os pressupostos da escola renovada (SOUZA, 1998). Em Pelotas, em 1928, os registros do Relatório da Intendência apontam que foram constituídas em todas as escolas públicas bibliotecas nucleares para uso dos professores, certamente compartilhando espaços com outras funções. Já no Dr. Assumpção formou-se a primeira biblioteca infantil, que contava naquele ano com 184 volumes.

Na instituição privada Gonzaga havia um espaço destinado à biblioteca para uso dos alunos, contando com doações de livros usados e verbas provindas de contribuições dos familiares dos alunos para a aquisição de novos exemplares. Afora esse espaço, deveria existir ainda a biblioteca de uso exclusivo dos religiosos professores, localizada no pavimento superior reservado para a sua moradia.

Foi constatado através da pesquisa que nenhum dos edifícios das escolas públicas de Pelotas possuía área coberta destinada para a ginástica, para a recreação ou para as festas cívicas. Entretanto, havia a recomendação da realização das aulas de ginástica nos pátios das escolas ou em espaços próximos, como nas praças públicas, locais esses determinados pela Diretoria de Instrução. Muitas vezes

essas estruturas não apareciam no desenho do projeto, constando neste apenas o edifício principal. Ocasionalmente, acompanhando o projeto, existia um documento com recomendações determinando a execução dessas estruturas auxiliares, de jardins, de hortas, bem como cercas delimitando o terreno do prédio e garantindo o isolamento da rua. Em alguns casos, essas construções eram mais frágeis e não perduraram tantos anos, em outros as recomendações não chegavam a ser cumpridas (SOUZA, 1998; FARIA FILHO, 2000; BUFFA; PINTO, 2002; CASTRO, 2010). Com relação a esse importante espaço que é o pátio coberto, observamos que em Pelotas ele aparece apenas nas instituições privadas.

Ainda entre a instituição privada e escola pública Escolanovista, outra semelhança é quanto à setorização para organizar as diferentes funções que constituíam o edifício, visto que no edifício público Escolanovista aparecem novos espaços para receber funções recentes, que são as salas de direção e o gabinete médico e odontológico. O programa dos edifícios públicos Padronizados e Seriados não exigia setorização, pois concentrava apenas as funções sala(s) de aula, ambiente de apoio e sanitários.

A terceira categoria do projeto arquitetônico a ser analisada trata de uma característica significativa da arquitetura escolar, que é a linguagem arquitetônica. O Gonzaga apresentava uma linguagem arquitetônica eclética, com a fachada principal caracterizada pela simetria, destacando a parte central como núcleo da composição. O nome da escola estava inscrito em relevo acima do acesso principal do edifício, coroado por um frontão triangular ornamentado. Entretanto, quanto à aparência dessa arquitetura, no aspecto formal não havia uma caracterização evidente da função escolar. O edifício apresentava uma arquitetura semelhante à de um edifício residencial urbano pelotense do final do século XIX, não caracterizando, dessa forma, a sua função institucional educativa.

O edifício do João Affonso apresenta uma linguagem arquitetônica com características estruturais de um chalé rural, tendo como marca o despojamento formal, ornamentação contida, sem expressar claramente o vínculo com a função pública, exceto pelo frontão com o nome da escola incrustado. Dispensando o uso da platibanda, tinha como centro compositivo as duas águas do telhado perpendiculares à fachada principal, constituindo um frontão triangular.

O Bibiano de Almeida apresenta em seu edifício uma linguagem arquitetônica com características coloniais, telhado com quatro águas e frontão com o nome da escola incrustado coroando a entrada principal, que é antecedida por um alpendre.

Já o edifício do Mariana Eufrásia utiliza uma linguagem arquitetônica própria e individualizada que representa solidez, com um amplo pé direito e projetado para durar. Sua composição encerra um aspecto de movimento com um jogo nos volumes que o constituem. A platibanda encobre o telhado, contornando o edifício, e, embora a fachada não denotasse a tripartição clássica da arquitetura, as proporções do prédio concediam o equilíbrio.

O edifício do D. Antonia apresenta uma linguagem arquitetônica com características ecléticas e não apresenta simetria em sua fachada, mantendo o mesmo traçado nas duas fachadas principais que estão voltadas para as vias de circulação; a torre da circulação dá equilíbrio ao volume do edifício e o soco, elevando o seu piso em relação ao nível do terreno, lhe confere imponência.

Dessa forma, a linguagem arquitetônica dos edifícios escolares privados apresenta monumentalidade, tendo o edifício do Gonzaga características semelhantes às da arquitetura civil. Da mesma forma, os grupos escolares Padronizados também se destacam dos prédios do seu entorno, locais onde predominavam as moradias simples, mesmo sem possuir características funcionais educacionais. Já os grupos escolares Seriados apresentam o aspecto de solidez como particularidade representativa da sua função. Por sua vez, os grupos Escolanovistas possuem uma linguagem arquitetônica com atributos específicos da função, além de se diferenciarem das demais construções que os cercam.

A quarta categoria definidora do projeto arquitetônico está relacionada às técnicas construtivas e materiais utilizados. No edifício privado do Gonzaga, mantiveram-se as técnicas tradicionalmente utilizadas na região naquele período para construções de grande porte, com ornatos nas fachadas principais. Em relação aos materiais utilizados, uma inovação foi o uso de materiais como telhas francesas de barro nas coberturas. O ferro fundido aparece, de forma bem mais acanhada, nas gateiras do porão do Colégio Gonzaga.

Quanto aos materiais e técnicas construtivas utilizados nos edifícios das escolas públicas João Affonso, Bibiano de Almeida e Mariana Eufrásia, observamos que esses edifícios eram construídos basicamente de tijolos e telhas de barro,

mantendo uma tradição construtiva que se estabeleceu desde a época colonial e permaneceu em uso nas décadas posteriores, uma vez que o barro é material abundante na região. Quanto aos revestimentos, foi aplicado reboco liso nas paredes externas e nas paredes internas. A madeira e o vidro aparecem nas janelas e portas.

A exceção é representada pelos grupos escolares Escolanovistas. No edifício do D. Antonia utilizaram-se materiais mais requintados, alguns até mesmo importados, prevalecendo o uso da madeira e do ladrilho hidráulico, mármore e ferro fundido nas escadarias. A técnica construtiva adotada e os materiais utilizados na construção eram atualizados. Foi construído em alvenaria de tijolos, a cobertura foi revestida com telhas de barro tipo francês, e as paredes externas foram revestidas de reboco rusticado. O D. Antonia recebeu um tratamento primoroso nas fachadas, com ornamentos trabalhados que certamente exigiram mão de obra especializada para a execução. No edifício, todas as fachadas foram trabalhadas, com ornatos incorporados à estrutura, uma característica da arquitetura eclética com a ornamentação sobreposta ao essencial (WOLFF, 2010).

A análise das características da linguagem arquitetônica, dos materiais e das técnicas empregadas na construção do edifício escolar permitem verificar o grau de sofisticação ou simplicidade da edificação, fatores esses que apontam para as circunstâncias políticas e sócio-econômicas que influenciaram na definição do projeto arquitetônico. Analisando a instituição privada Gonzaga, observamos que o conceito que baseou a arquitetura estabelecida pelas ordens religiosas para os edifícios onde iriam funcionar as instituições privadas determinou um aspecto dominante de sobriedade, com moderação no uso de adornos, sem deixar de lado a imponência e grandeza, especialmente por suas amplas dimensões e localização privilegiada. A mão de obra qualificada e os materiais de uso mais recentes no período produziram edifícios monumentais.

Por outro lado, a concepção que norteou os projetos dos edifícios das escolas públicas Padronizadas implantadas pelo Município era caracterizada pela conveniência e pela economia, refletindo sobriedade e apresentando dimensões reduzidas e simplicidade nos ornatos. Os materiais tradicionais e uma estética modesta predominavam, destacando-se apenas os frontões com a denominação da escola e alguns ornatos, que aparecem como marca em todas as escolas do período

do Intendente Augusto Simões Lopes. Nesse sentido, os ideais do Intendente pareciam seguir as proposições de Rui Barbosa, que, em seu livro “Reformas do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública”, esclarece que “o que precisamos não é possuir três ou quatro palácios suntuosos, mas relativamente inúteis... é de um sistema estabelecido, que consagre regularmente a cada escola o seu edifício, completo, ainda que modesto” (SOUZA, 1998, p. 122).

Os edifícios públicos dos grupos escolares Seriados como o Mariana Eufrásia caracterizaram-se pela simplicidade, mas também foram utilizados materiais de qualidade e durabilidade para a sua construção, e a mão de obra qualificada refletiu-se no esmero das construções. Entretanto, restringiram-se ao uso de alvenarias e telhas de barro, não foram utilizados materiais nobres nos acabamentos e as fachadas sóbrias não apresentaram ornamentações elaboradas.

Já na construção dos grupos escolares Escolanovistas, apesar de a capacidade do poder econômico do Município no período não permitir a construção de escolas com requinte, o suporte financeiro da Fundação D. Antonia permitiu a construção de edifícios escolares com uma arquitetura eclética, moderna e esmerada, acabamentos com mão-de-obra qualificada e uso de materiais de primeira qualidade, até mesmo importados. As fachadas imponentes foram aprimoradas com ricos ornamentos.

A linguagem arquitetônica sofisticada, os materiais e as técnicas utilizados, além das amplas dimensões, traduzem uma diferenciação profunda entre os edifícios das instituições privadas e das instituições públicas, com exceção dos grupos Escolanovistas que também se instalaram em edifícios amplos e requintados. Entretanto, mesmo nos edifícios das escolas públicas Padronizadas e Seriadas, a qualidade dos materiais empregados, assim como o cuidadoso trabalho de construção e o esmero no acabamento conferiram a esses edifícios destaque e durabilidade, visto que eles se mantêm em funcionamento, mesmo com datas de construção que se aproximam a um século de existência.

Ainda dentro da linguagem arquitetônica, uma análise que podemos fazer é em função do caráter simbólico que o edifício escolar incorpora, marcando o contexto em que está inserido (ESCOLANO, 2001). As fachadas das instituições privadas pelotenses abrigavam símbolos sociais e morais. No edifício principal do Gonzaga, o nome do estava inscrito em relevo sobre o acesso principal do prédio,

mas, como foi descrito, a pesquisa não conseguiu identificar a simbologia do emblema do triângulo do frontão, que talvez caracterizasse o edifício como espaço educacional.

Destacamos ainda, no Gonzaga, no edifício do salão do Teatro, acima da porta principal, um medalhão com a data da inauguração incrustada em alto relevo e as inscrições das palavras “Arte” e “Sciencia”. Na edificação onde foi instalado o curso superior de Ciências Econômicas, foi executado um frontão trabalhado com medalhão e a data da inauguração, ornatos e as inscrições “Lex” ao centro e “Justitia” e “Probitas” à direita e à esquerda. A lei, a justiça e a probidade estavam ali gravadas, representando um comprometimento, apontando para os princípios e o lema das ações dos bacharelados que ali se preparavam.

Já nas instituições de ensino públicas em Pelotas, todas as fachadas das instituições públicas de ensino ostentavam a denominação, em algumas, “Grupo Escolar”, em outras, “Escola”; estavam incrustadas em destaque nos frontões ou em faixas em relevo acima das portas principais, ou ainda nas platibandas, onde podiam ser avistadas à distância. Junto estava a denominação da escola concedida em homenagem a professores destacados na cidade ou beneméritos que colaboraram para a construção das instituições ou com a cidade de Pelotas.

O culto à Pátria e a reverência às suas datas festivas, com comemorações cívicas, foi outra marca que se manteve presente em todas as instituições, tanto as de caráter privado quanto as públicas de Pelotas. O suporte do mastro das bandeiras, que eram hasteadas em datas comemorativas à Independência entre outras, está presente em todas as fachadas das instituições, numa demonstração de que as atividades de formação moral e disciplinar estavam intrinsecamente relacionadas com as instituições escolares. Essas atividades de celebração levavam à consolidação de uma memória e o propósito de incutir novos hábitos e valores para as crianças (FARIA FILHO, 2000).

Os edifícios das escolas de bairro construídas pelo Intendente Augusto Simões Lopes, como o Bibiano de Almeida, foram todos concebidos ostentando um frontão na fachada, acima da porta principal. Utilizando qualquer das três propostas de projeto padrão para a execução, o frontão permaneceu constante nas edificações, como símbolo que servia para identificar a escola como um espaço de caráter instrutivo e formativo. Podemos concluir que o Intendente pretendia,

repetindo esse elemento identificador, distinguir as escolas no meio urbano, e, ao mesmo tempo, deixar a marca da sua gestão, sinalizando nos diversos bairros do Município, através das escolas, a prova de seu esforço pela difusão da educação em Pelotas e o seu comprometimento com o movimento da propaganda republicana.

Mas não só as fachadas das instituições carregavam simbologias. Os símbolos religiosos se penduravam nas paredes de salas de aulas e dependências das escolas à vista das crianças, como no Gonzaga, “no centro da parede, acima do quadro negro, a imagem do Sagrado Coração de Jesus e o Crucifixo”.

As paredes internas dos grupos escolares serviam também para ostentar imagens e pensamentos de personalidades que se consideravam exemplares para a infância. Os textos e frases de efeito aparecem no João Affonso, bem visível na parte principal do edifício uma frase de Michelet “A flor humana é de todas as flores a que mais necessita de sol”. As paredes das salas de aula serviam de suporte para nelas se fixarem cartazes, mapas e tabelas, fazendo referência às atividades de observação que eram realizadas em sala de aula, como podemos observar na fotografia interna do Dr. Assumpção, na aula de trabalhos manuais das meninas.

Traçando o contraponto, observamos que, como signo geral, tanto os edifícios públicos quanto os privados em Pelotas apresentavam sua denominação incrustada nas paredes das fachadas, enaltecendo e destacando o espaço voltado para a função educativa no meio urbano. Da mesma forma, o suporte para o mastro da bandeira é elemento constante das fachadas de todas as instituições públicas e privadas, garantindo o espaço reservado para o culto à Pátria.

Ainda como exemplo da presença da marca política nas instituições públicas, durante as comemorações do Centenário da Independência em Pelotas, foi determinado que deveriam ser inauguradas às 12 horas em ponto, em todas as salas de aulas municipais e nas subvencionadas, a fotografia do patriarca da emancipação política brasileira, José Bonifácio de Andrada e Silva.

Já os vocábulos e termos em latim se restringiam às fachadas dos edifícios da instituição privada, assim como os símbolos religiosos estavam nas paredes das suas salas, impondo uma especificidade na crença.

A arquitetura estruturava o espaço escolar, buscando a melhor implantação, adotando o partido arquitetônico adequado, organizando espacialmente a distribuição das salas de aula, corredores e pátios, selecionando materiais e

técnicas convenientes. Entretanto, a finalização da construção de um edifício escolar não garantia a concretização do ensino nesse espaço. Eram necessários os mobiliários e os equipamentos adequados, bem como os materiais didáticos, de que precisavam ser dotados para seu efetivo funcionamento. Embora solicitados pelos responsáveis, alguns eram atendidos e outros não, permanecendo com precariedade nas instalações. Essa diversidade foi observada nos inventários realizados pelos diretores apresentados nos relatórios em São Paulo (SOUZA, 1998).

Assim, muitas vezes os edifícios dos grupos escolares eram construídos, mas não dispunham dos equipamentos necessários para seu funcionamento. Alguns possuíam apenas quadros negros, tendo necessidade de globos geográficos, mapas e murais, além de aparelhos para o ensino de ciências físicas e naturais, ginástica e geometria. Entretanto, outros possuíam farta quantidade de livros, museus ou laboratórios completos. Acreditamos que em Pelotas também era grande a diversidade de uma escola para outra, sendo alguns grupos dotados dos materiais escolares necessários, e outros suportando muitas carências, visto que os registros fotográficos se restringem às fachadas dos edifícios escolares, e o fato de não revelar seus espaços internos, especialmente daqueles localizados nas periferias, pode sinalizar que não se encontravam devidamente equipados.

Foi encontrado registro nos Relatórios Intendenciais de que foram adquiridos pela Intendência, em 1927, para o Dr. Assumpção, materiais escolares como cartas de alfabeto, coleções de mapas, quadros de história natural, e outros, sendo que a aquisição de maior valor paga nesse exercício foi aquela relativa às 168 carteiras escolares destinadas ao Dr. Assumpção, à Escola do Passo dos Negros e ao D. Antonia. A única fotografia interna encontrada foi a das meninas na aula de trabalhos manuais, e nela podem ser vistas as carteiras escolares, bem como nas paredes da sala de aula alguns mapas e quadros relacionados com a anatomia humana, registrando a variedade de materiais e equipamentos de que a instituição dispunha.

A pesquisa buscou compreender o processo de constituição e difusão das instituições escolares ocorrido durante a Primeira República na cidade de Pelotas considerando como parâmetro a identificação e a análise dos edifícios e de sua arquitetura. Partimos do pressuposto de que o edifício escolar projetado e construído

para esse fim é um produto de um determinado momento histórico e de uma situação geográfica definida, que visa atender às exigências pedagógicas e higienistas vigentes. Materializando técnicas, delimitando espaços, atendendo a necessidades específicas, a arquitetura, como símbolo da cultura material escolar, expressa os valores e a importância que a educação representou no período. Múltiplas práticas educacionais ocorriam simultaneamente nas diversas esferas de ensino, novas tendências pedagógicas iam sendo incorporadas lentamente e convivendo com as metodologias usuais. A arquitetura, materializando essas alternâncias, produziu tipologias diversas, refletindo as diferentes leituras da realidade em um mesmo tempo histórico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História de Educação vem se consolidando nas últimas décadas no Brasil como um campo de conhecimento específico. A ampliação do conceito de documento e as novas abordagens, focalizando os sistemas culturais, oportunizaram outras formas de a história trabalhar a cultura. Nas décadas de 1980 e 1990, alguns historiadores culturais voltaram-se para o estudo da cultura material. Com a cultura material podemos entender todo o universo físico produzido, utilizado ou apropriado pelo ser humano. Portanto, os estudos da cultura material abordam a interação dos objetos materiais com as circunstâncias da vida humana, traduzindo dimensões da vida social. Se antes os objetos do universo educacional eram tidos como suportes para as práticas e funcionamento dos estabelecimentos de ensino, hoje esses artefatos (edifícios, mobílias, materiais didáticos) são tomados como objeto e fonte: de pesquisa. É importante destacar ainda que a história da instituição escolar reúne a história do espaço escolar (a base material) com a história da cidade (das ruas, dos prédios), ou seja, o contexto no qual a escola se insere.

Nessa perspectiva, num diálogo com os campos da arquitetura e da história da educação, a pesquisa investigou como os edifícios escolares materializam os tensionamentos do contexto educacional da Primeira República (1889 e 1930) em Pelotas. A pesquisa teve o objetivo geral de identificar os edifícios escolares públicos e privados construídos em Pelotas na Primeira República e suas tipologias, para compreender sua relação com a formação social da educação brasileira naquele local e período.

Para isso, inicialmente procuramos conhecer a produção acadêmica existente sobre o tema, através de compilação do estado da arte, que reuniu pesquisas que foram referência tanto para a constituição dos percursos teórico e metodológico, quanto para a discussão dos resultados empíricos que trouxeram alguns avanços no campo.

Num segundo momento, buscamos um aprofundamento teórico para dar aporte às investigações, reunindo conceitos desenvolvidos por autores das áreas da Educação, História da Educação, Arquitetura e Urbanismo para abordar o edifício escolar enquanto cultura material e a cidade enquanto contexto, sempre buscando diálogo transdisciplinar. A discussão teórica contemplou temas como arquitetura, tipologias, higienismo, urbanismo; história da arquitetura escolar; arquitetura escolar

e educação no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Pelotas; bem como o processo de urbanização em Pelotas.

Os conceitos e idéias de autores sobre esses temas fundamentaram a estratégia teórico-metodológica para abordar o objeto empírico do estudo: edifícios escolares públicos e privados construídos em Pelotas na Primeira República (1889 e 1930). Portanto, a pesquisa empírica, orientada pela perspectiva da nova história cultural e da cultura material escolar, contemplou dados documentais coletados através de uma multiplicidade de fontes, como: bibliografia relativa à história de Pelotas; pesquisas acadêmicas antecedentes; sites na internet da Prefeitura Municipal de Pelotas (Portal Municipal de Educação e Desporto, Lista de escolas municipais); sites na internet de escolas públicas e particulares de Pelotas; arquivos e acervos históricos disponíveis em meio físico na Biblioteca Pública de Pelotas (como os “Relatórios Intendenciais de Pelotas”); almanaques históricos disponíveis em meio físico Laboratório de Acervo Digital da Universidade Católica de Pelotas e em meio digital no site Memória Gráfica de Pelotas (como o “Almanaque do Bicentenário de Pelotas”, o “Álbum do Centenário da Independência”, o “Almanaque de Pelotas” e o “Almanaque Pelotas Memória”); jornais, revistas e periódicos disponíveis em meio físico na Biblioteca Pública de Pelotas e no Laboratório de Acervo Digital da Universidade Católica de Pelotas (jornal “Diário Popular” e revista “Ilustração Pelotense”); documentos imagéticos como fotografias e desenhos arquitetônicos disponíveis no NEAB da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel; bem como os bens culturais em si – edifícios escolares – que foram visitados e observados na sua constituição atual em relação àquela original.

Os procedimentos de descrição, análise e interpretação desses dados seguiram critérios oriundos das referências teóricas antes levantadas para mapear o objeto de estudo. Portanto, cada edifício escolar foi abordado individualmente, bem como comparativamente, considerando sua localização no contexto urbano, o órgão público/particular responsável, os arquitetos/engenheiros/construtores envolvidos, a presença de educadores/médicos nas comissões, a influência das concepções de educação, a origem social da clientela escolar e seu provável destino, a caracterização e a utilização do espaço físico (partido arquitetônico, organização do espaço, linguagem formal, materiais e as técnicas construtivas, acabamentos, planta tipo, funções, símbolos e visibilidade).

A partir dessas orientações, a aproximação do objeto empírico apresenta como primeiro resultado (alinhado ao objetivo específico um) o levantamento das instituições de ensino existentes em Pelotas na Primeira República (1889-1930). Trata-se aproximadamente de 26 instituições escolares de diferentes níveis e esferas. Quanto aos níveis de ensino, são 16 escolas primárias, 2 escolas primárias e secundárias; 2 escolas primárias, secundárias e complementares; 2 escolas técnicas; e 4 instituições de ensino superior. Quanto às esferas responsáveis, duas são privadas, outras duas privadas ligadas a congregações religiosas; três são privadas ligadas a maçonaria; três são assistenciais, também ligadas a congregações religiosas; duas são públicas estaduais, e quatorze são públicas municipais.

Naquele contexto (Pelotas entre 1889 e 1930), a iniciativa privada apresentava ação efetiva no processo de ensino. Afora um grande número de aulas de professores particulares subvencionadas pelo município e estado, as congregações religiosas e a maçonaria não tardaram em implantar suas instituições e a construir seus edifícios. O ensino primário superior (sete anos) era oferecido por dois colégios complementares estaduais. Havia ainda as escolas superiores de Direito, de Farmácia, de Odontologia, de Agronomia e Veterinária e de Música. E as escolas voltadas para o ensino técnico profissionalizante, Artes e Ofícios e a Escola Prática de Comércio. Em 1909 encontra-se o primeiro registro de um tópico voltado para a Instrução nos Relatórios Intendenciais, sendo que a administração municipal manifesta a vontade de colaborar com o governo do estado na aceleração da difusão da instrução elementar para todas as classes. Nesse período, até 1920, verificamos que a instrução pública em Pelotas dava-se através das aulas subvencionadas pelo município e estado. A partir de 1920 encontram-se os primeiros registros da preocupação com a construção de edifícios específicos para a instrução, e em 1922 inaugura-se o edifício da primeira instituição pública em Pelotas. Até 1928 foram construídos 15 edifícios escolares públicos, e nos dois anos seguintes não houve investimentos com essa finalidade em Pelotas.

Diante desse panorama, que apresentou as instituições de ensino, reconstituimos o histórico da construção das escolas em relação ao contexto urbano de Pelotas (mas também em comparação ao Rio Grande do Sul e ao Brasil naquele período (1889-1930), (contemplando o objetivo específico dois). Diante da

diversidade dos edifícios escolares, buscamos compreender “onde” foram instalados e o “por que” dessa localização, a fim de estabelecer um diálogo do edifício com a cidade e da escola com a sociedade, articulando escola e contexto. Desse mapeamento das instituições, concluímos que os edifícios escolares foram sendo construídos seguindo as zonas de ampliação da cidade, embora mais tardiamente. As instituições privadas e assistenciais localizaram-se próximas ao centro urbano. Já os primeiros edifícios para o ensino público foram implantados nos entornos urbanos entre 1922 e 1924, buscando atender às crianças moradoras desses bairros afastados do centro, após recenseamento das crianças analfabetas e zoneamento da cidade para implantação adequada das escolas. Esse aspecto os diferenciava dos primeiros grupos escolares das grandes cidades brasileiras, que ficavam em locais de destaque no meio urbano. Apenas em 1927 os edifícios pelotenses escolanovistas foram localizados em locais privilegiados e com ampla visibilidade.

Relacionando o edifício escolar com a cidade, observamos que a cidade de Pelotas cresceu acompanhando as mudanças estruturais das cidades em escala mundial, sendo implementados vários planos de expansão de infraestrutura, saneamento e planejamento urbano. Essas ações, aliadas a políticas municipais habitacionais, geraram segregação da população, criando diferentes territórios na mesma temporalidade. O processo reflete-se na arquitetura escolar mais especificamente no período de 1924 a 1928, quando foram construídos os edifícios escolanovistas de arquitetura ampla e esmerada no centro urbano e os edifícios padronizados bastante simples e concentrando uma única sala nos bairros.

Nesse aspecto, o edifício enquanto cultura material nos permite compreender a história da escola no meio social. Enfatizando a relação da escola com a sociedade, observamos que as escolas privadas apresentavam uma arquitetura que se caracterizava pelo encerramento ou clausura em relação à rua e a cidade. Já as escolas públicas encontravam-se sem barreiras visuais e com barreiras físicas pouco significativas, estando totalmente ou parcialmente integradas à rua, oferecendo visibilidade aos seus espaços, buscando um aprofundamento das relações da escola com a sociedade como um todo, promovendo uma transformação especialmente nas famílias de baixa renda.

Logo, decorre desse cenário um resultado que coincide com o recorte mais estrito da tese (apresentado no objetivo específico três): explorar cinco edifícios

escolares (a) construídos para fins educacionais; (b) no meio urbano de Pelotas; (c) no período da Primeira República (1889-1930); e (d) preservados até os dias de hoje: Gonzaga, João Affonso, Bibiano de Almeida, Mariana Eufrásia e D. Antonia. Nesse processo de análise individual e comparativa dos cinco edifícios escolares, chegamos a quatro tipologias (as quais se retomarão em breve): Edifício Escolar Monumental, Edifício Escolar Padronizado, Edifício Escolar Seriado e Edifício escolar Escolanovista.

Ao aprofundar o histórico da construção de cada uma das escolas que compõem o corpus documental, enfocando os edifícios escolares enquanto cultura material, a partir da observação inferimos que a criação das instituições de ensino em Pelotas seguiu, de maneira geral, porém um pouco mais tardia, o movimento da história da educação brasileira, tanto em relação às instituições privadas como em relação aos grupos escolares públicos. As instituições privadas instalaram-se em edifícios monumentais e em localização privilegiada, tendo sido construídas especificamente para esse fim. A organização de um espaço próprio para a educação pública foi preocupação recorrente entre os governantes de Pelotas no período pesquisado, e, para isso, as referências para a instalação dos edifícios escolares e para a modernização do ensino eram tomadas especialmente das grandes cidades dos estados de relevância sócio- econômica, como São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

A arquitetura dos edifícios escolares públicos pelotenses seguia os preceitos de higiene e conforto dos seus precursores no país. Entretanto, ressaltamos uma característica, a simplicidade, que diferenciava profundamente os primeiros edifícios aqui construídos para o ensino público (Padronizados e Seriados) em relação àquelas capitais. Apenas em 1927 os edifícios escolares pelotenses Escolanovistas apresentaram grandiosidade e esmero nos acabamentos. Observamos, ainda, que em Pelotas não havia regulamentos determinando a separação dos alunos por gêneros, estando todas as crianças reunidas na mesma sala de aula, separadas por filas de meninas e meninos, diferentemente dos demais estados, onde a simetria era uma característica predominante nos edifícios dos grupos escolares em função da divisão do espaço.

Ainda podemos analisar a arquitetura como cultura material pelo que expressa seu programa de necessidades e pelas funções que sua espacialidade

atende. Nesse sentido, destacamos o contraponto entre o edifício privado, com seu programa extenso, e o edifício público, bem mais enxuto. Isso reflete no processo de formação das crianças e jovens, tendo sido observado que os alunos da escola privada recebiam formação para ingressar em cursos superiores, bem como trabalhar em cargos de empresas privadas ou públicas ou ainda como profissionais liberais. Já os alunos provenientes das escolas públicas recebiam formação para trabalhos fabris ou no comércio e serviços, com exceção dos estudantes de um grupo Escolanovista que desenvolvia todo o programa ensinado em cinco séries, oferecendo uma melhor preparação aos alunos para o futuro ingresso no mundo do trabalho ou para a continuação dos estudos.

Dessa maneira, retomando o objetivo geral (identificar os edifícios escolares públicos e privados construídos em Pelotas na Primeira República (1889 e 1930) e suas tipologias, para compreender sua relação com a formação social da educação brasileira naquele local e período), os resultados da tese (sintetizando as análises das tipologias e da localização dos edifícios escolares) apontam que, entre 1889-1930 no município de Pelotas:

- através de instituições de ensino públicas e privadas, o ensino primário (séries inicial e integral), secundário e técnico era oferecido em edifícios construídos para essa finalidade tanto no centro urbano quanto fora deste e nos bairros populosos, abarcando quatro tipologias arquitetônicas que constituem a cultura material capaz de tangibilizar as abordagens de educação vigentes naquele período de 40 anos (Edifício Escolar Monumental, Edifício Escolar Padronizado, Edifício Escolar Seriado e Edifício Escolar Escolanovista);
- considerando os edifícios escolares (e sua articulação com a educação e o contexto em que foram construídos) como evidências, observamos diferenças significativas entre as realidades do ensino privado e público no período; afinal o primeiro oferecia três níveis de ensino (primário, secundário e técnico) e o segundo apenas um (primário, as vezes/geralmente parcial); enquanto o edifício escolar privado apresenta tipologia Monumental, o que não ocorre com os edifícios escolares públicos, que são ou Padronizados ou Seriados, mas se aproxima com os Escolanovistas;

- na esfera privada, os ensinos primário (integral), secundário e técnico eram praticados em edifícios Monumentais, construídos para essa finalidade, localizados no centro urbano, a exemplo do Ginásio Gonzaga fundado em 1895;
- na esfera pública, o ensino primário (majoritariamente restrito às séries iniciais, e apenas em caso integral) era praticado em edifícios Padronizados, Seriados e Escolanovistas, construídos para essa finalidade, localizados no centro urbano, em locais afastados deste e em bairros populosos;
- especificamente na esfera pública, a partir de 1922, em edifício escolar Padronizado, afastado do centro urbano, era oferecido ensino básico em sala única, a exemplo da Escola João Affonso; entre 1922 e 1924, em dois edifícios Seriados, nos bairros populosos, era oferecido o ensino primário (séries iniciais) (Escola D. Mariana Eufrásia e Escola Carlos Laquintinie); a partir de 1928, no edifício Escolanovista (segundo preceitos da Escola Nova, mais especificamente do Dr. Assumpção), localizado no centro urbano, era oferecido ensino primário (integral); paralelamente, no mesmo período, nos bairros mais afastados do centro, continuaram a ser construídos edifícios escolares Padronizados de sala única, onde era oferecido o ensino básico (Bibiano de Almeida, Jacob Brod, Mauá, Ministro Fernando Osório).

Tais resultados dialogam com as teorias que serviram como referência para a tese. Para mapear e compreender os edifícios escolares construídos em Pelotas na Primeira República foi necessário aprofundar as noções a respeito do produto arquitetônico, que é concebido envolvendo os conhecimentos científicos e tecnológicos existentes, além dos padrões formais vigentes. Afinal, a arquitetura procura satisfazer as necessidades e as exigências materiais, físicas, intelectuais, morais e sociais da coletividade humana por meio de obras sólidas, salubres, econômicas e belas (RIOS, 1955). Com relação a essas questões, foram abordadas noções como a salubridade (como base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível para os indivíduos) (FOUCAULT, 1998) e o higienismo (enquanto política de saúde que transcendia os limites da medicina e se integrava à gestão política e econômica voltada à racionalização da sociedade européia do século XVIII) (ABREU, 1996). As preocupações com a salubridade e o higienismo estavam diretamente relacionadas ao crescimento das cidades, ao desenvolvimento econômico, às mudanças de hábitos, e, conseqüentemente, às novas formas de

viver no meio urbano. Dessa maneira, foram necessárias intervenções urbanas estruturadas nos conceitos de circulação, higiene e embelezamento, com o objetivo de oferecer condições adequadas ao bem estar dos habitantes das cidades (CASTRO, 2010). Ainda em relação à arquitetura, outro conceito que ampara fortemente a pesquisa é relativo às séries tipológicas (ARGAN, 1966) que se formam historicamente em relação às funções práticas dos edifícios, e, ainda, especificamente, à sua configuração.

Essas questões (a arquitetura, as condições de salubridade e higiene do edifício, a tipologia que o caracteriza e a sua relação com o meio urbano onde foi implantado) orientaram a análise das especificidades de cada um dos edifícios pesquisados e a definição das quatro tipologias apresentadas: Edifício Escolar Monumental, Edifício Escolar Padronizado, Edifício Escolar Seriado e Edifício Escolanovista. Tais tipologias consistem num resultado que pode servir de referência para pesquisas futuras na área da arquitetura escolar e da história da educação.

Estudando a evolução da arquitetura escolar ao longo da história, observamos que a escola de sala única, adotada na Idade Média na Europa, foi modelo para os Edifícios Escolares Padronizados em Pelotas, em alguns casos também com a moradia do professor anexa a essa sala. Considerando a idéia de que a organização espacial e o programa de necessidades configuram uma visão educacional, percebemos que as referências do século XVIII, que valorizavam a ordenação, a hierarquia e a vigilância, refletem-se nos edifícios analisados nesta pesquisa, tanto públicos quanto privados. Ainda, organização da escola alemã do século XIX, de edifícios com salas de aula dispostas ao longo de um corredor central, aparece nas plantas baixas das instituições privadas de ensino em Pelotas, bem como os dormitórios dos alunos instalados no sótão.

Além disso, as recomendações de 1847 com relação à saúde infantil, à iluminação e à ventilação das salas de aula na arquitetura escolar na Inglaterra repercutiram visivelmente nas preocupações higienistas dos edifícios escolares do período republicano no Brasil e em Pelotas. O investimento na educação pública nesse período, ainda na Inglaterra, e a construção de edifícios austeros, também foi um modelo que observamos na nossa investigação quanto aos edifícios da educação pública em Pelotas, tanto nos Padronizados quanto nos Seriados, assim

como se repetem as configurações das salas de aula em forma retangular, as carteiras arranjadas em fila, o espaço da frente em nível mais alto.

Os conceitos urbanísticos vigentes em 1900 na França, preconizando a valorização dos espaços verdes no planejamento urbano e nas edificações escolares, também foram observados nos edifícios das instituições Escolanovistas de Pelotas. A preocupação com o planejamento do espaço escolar que vigorava em meados do século XIX nos Estados Unidos, considerando para a implantação das escolas lotes com espaço para pátios de recreações, proporcionando atividades saudáveis, também ocorrem nos edifícios escolares públicos e privados de Pelotas. Experiências educacionais das escolas ao ar livre surgidas na Europa no período pós-guerra também serviram de inspiração para a implantação dos primeiros grupos escolares de Pelotas.

Entretanto, não observamos nos edifícios escolares de Pelotas influências de educadores como Maria Montessori (Roma), que sugeriu ambientes projetados para a escala das crianças; ou de Dewey (Estados Unidos), que concebia a escola como um a unidade corporativa, onde o aluno deve atingir seu verdadeiro potencial. Trata-se de referências inovadoras naqueles contextos, visto que ambos proporcionaram transformações na educação, originando novos paradigmas, inclusive na arquitetura escolar.

Saindo desse cenário internacional, cabe explorar a relação da arquitetura escolar de Pelotas com as referências no Brasil no período da proclamação da República. Naquele contexto, a preocupação das autoridades com a construção de edifícios específicos para o funcionamento das escolas era uma realidade, especialmente nos municípios de São Paulo, Belo Horizonte, e Curitiba, entre outros. Relacionando os resultados encontrados na pesquisa, inferimos que houve muitas semelhanças entre o processo de implantação do ensino em Pelotas e nas grandes cidades do país, embora mais tardiamente, mas tendo esses como modelos. É importante destacar como essas questões levantadas são relevantes, considerando os valores da Primeira República, bem como o que se estava buscando, através das políticas de educação, ou seja, mostrar para o mundo a posição do Brasil nesse regime republicano no primeiro período. Investir na educação significava algo importante para as administrações, e isso fica explícito na investigação, porque num período de 40 anos o ensino público em Pelotas mostrou

muitas mudanças. A envergadura das políticas educacionais, bem como a preocupação em acompanhar as principais tendências nacionais e internacionais, colocam Pelotas num patamar semelhante ao das principais capitais brasileiras no período.

Explorando a arquitetura escolar e a educação no Rio Grande do Sul, observamos que, apesar do reconhecimento pelas autoridades do Estado da necessidade da construção de um grande número de edifícios escolares públicos, o governo do Estado durante a República implantou poucos prédios, tanto na maioria dos municípios quanto na capital, continuando as instituições a funcionar em prédios adaptados. Entre 1907 e 1927, foram construídos, por iniciativa do governo estadual, cinco prédios na capital e quatro em cidades do interior. O primeiro edifício foi erguido em Porto Alegre em 1907, contando com dois pavimentos, com duas salas, sala de espera e gabinete do diretor concentrados no piso superior, localizado próximo ao centro urbano; em 1922 foi inaugurado grandioso edifício com 1.200 metros quadrados para sediar a Escola Complementar de Porto Alegre, no centro da cidade. Na zona suburbana foi construído em 1928 um edifício com duas salas de aula, para atender 100 alunos, compreendendo ainda moradia para o diretor e professor. Pelotas acompanha esse processo, mas através de iniciativas do governo municipal, sendo que as primeiras escolas foram implantadas em edifícios padronizados de arquitetura simples e localizados em bairros afastados do centro, no ano de 1922. Somente em 1928 foram construídos edifícios para escolas públicas mais amplos em Pelotas, com arquitetura esmerada e localizados no centro urbano. Assim, Pelotas destaca-se em número de obras, tendo o poder público construído quinze edifícios durante a Primeira República, cujas características arquitetônicas, entretanto, denotam um menor aporte financeiro para a execução. Por outro lado, o levantamento da instalação de escolas elementares pelo governo no Estado em 1922, utilizando prédios adaptados, mostra que nesse ano foram instalados 41 colégios elementares em 36 municípios. A ação do governo do Estado em Pelotas, com a criação de dois colégios elementares de 3ª entrância (com mais de 400 alunos e devendo ter 8 professores), acompanhando a capital e a cidade de Rio Grande, colocava a cidade em posição de destaque, visto que em outros 33 municípios foram criados apenas um em cada município, sendo de 2ª e 1ª entrância, isto é, atendendo a um número menor de alunos. Nesse sentido, Pelotas

acompanha o movimento educacional da capital e se destaca no cenário estadual, mas ainda através da instalação de escolas em prédios adaptados, e não construídos pelo governo estadual para esse fim.

Cabe retomar ainda a relação da arquitetura escolar de Pelotas na Primeira República com o processo de urbanização vigente na época. Como cidade portuária e pólo regional, Pelotas acompanhava o progresso e a acelerada expansão urbana das grandes cidades do país, exigindo obras de grande porte no território urbano. Os avanços tecnológicos e a diversificação industrial atraíam a população e geravam simultaneamente atividades comerciais e de serviços. O assentamento dessa população demandava um crescimento territorial, o que exigia intervenções no sítio urbano, eliminando barreiras, como o excesso de água que cercava a cidade. Ressaltamos que Pelotas possuía, no início do século XX, uma modernidade aparente através de porto qualificado, instalação de telefonia, bondes, caixas d'água e chafarizes importados nas praças no centro da cidade. Havia, então, o contraste entre as duas áreas da mesma cidade: o espaço da opulência e o espaço da miséria. A necessidade de disciplinar a força de trabalho e eliminar conflitos sociais levou o poder público a tomar medidas que garantissem, além da salubridade da população, alguma estabilidade social. Os governos empenharam-se em organizar planejamentos para uma ampliação ordenada da cidade, apenas parcialmente adotados. A escolarização era o caminho para democratizar o acesso à cultura, começando pelas crianças e populações de baixa renda. A exemplo de outras cidades brasileiras no período, como Belo Horizonte, Pelotas buscava a adequação ao convívio social no mundo urbano, com a mudança de linguagem, comportamento e hábitos através da escolarização.

A partir dessas considerações, acreditamos que a tese contribui teórica e metodologicamente para o estudo da história da educação e da arquitetura escolar. Afinal, tanto a base conceitual quanto o processo de operacionalização sistematizado em procedimentos podem ser utilizados em outras investigações sobre história e arquitetura (seja de instituições de educação, saúde, cultura, entre outras) na perspectiva da cultura material. Especificamente em relação a objetos do contexto educacional, as referências da tese oportunizam pensar o espaço escolar a partir de três categorias (os elementos definidores do projeto, as características construtivas e a relação com a cidade) que determinam as tipologias potentes para

pesquisar instituições educacionais de diferentes níveis e contextos. Investigações sobre edifícios escolares construídos naquele mesmo período em outro local poderiam partir das tipologias apresentadas; estudos sobre edifícios escolares de outros períodos na mesma cidade, contemplando diferentes esferas (por exemplo, municipais e estaduais), permitiriam observar novas tipologias (a partir dos mesmos critérios e procedimentos) e até compará-las com estas identificadas na Primeira República em Pelotas. Além disso, são inúmeras as possibilidades de pesquisas futuras recorrendo a esse rico material empírico sistematizado na tese, que poderia ser investigado desde outras perspectivas e recortes, potencializando outros tipos de análise e outros resultados.

Assim concluímos, reafirmando o esforço para contribuir com os campos da pesquisa em educação e arquitetura, sob o viés histórico; e revelar aspectos dos valores e das políticas educacionais vigentes na Primeira República em Pelotas através de seus testemunhos concretos, que são os edifícios escolares.

7. REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de A. Pensando a cidade no Brasil do Passado. In: CASTRO, Iná Elias et al. (orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

ÁLBUM DE PELOTAS. CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA do BRASIL, 1822-1922. Pelotas: s/ed 1922.

ALMANACH DE PELOTAS 1924. XII Anno. Pelotas: Tipografia Guarany, 1924.

ALMANACH DE PELOTAS 1927. XV Anno. Pelotas: Tipografia Guarany, 1927.

ALMANAQUE GAÚCHO

<http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/2014/02/06/escola-sao-francisco-de-assis-de-pelotas-completa-125-anos/?topo=13,1,1,,13>. Acessado em março de 2017.

AMARAL, Giana L. do. **Gatos pelados x Galinhas gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas. (Décadas de 1930 a 1960)**. Tese de Doutorado em História da Educação, Faculdade de Educação. UFRGS, Porto Alegre, 2003.

_____. Colégio Gonzaga: Pioneiro e difusor do ensino católico na cidade de Pelotas. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n.37, p. 151-168, mar. 2010.

_____. **Gymnasio pelotense e a maçonaria: uma face da História da Educação em Pelotas**. Pelotas: Seiva, 2005.

ARTIGAS, Vilanova. **Sobre Escolas**. Revista Acrópole, p. 10- 13, 1970.

ARAUJO, José Carlos S. et al. (orgs.). **Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma História comparada**. Araraquara. São Paulo: Junqueira & Marin, 2012.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Tipologia. Tradução de Ana Lucia C. de Oliveira. In: **Enciclopedia universale dell' arte**. Vol. XIV Instituto per La collaborazione culturale. Venezia Roma. Casa Editrice, 1966.

ARRIADA, Eduardo. **A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

_____. O Ensino Secundário: formação e educação das elites (1912-1970). In: RUBIRA Luis, (org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Volume 2. Santa Maria: Gráfica e Editora Palotti, 2014.

ARTIGAS, Vilanova. Sobre escolas. In: **Caminhos da Arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify, 1999. p. 87-98.

BARNARD, H. **Practical illustrations of the principles of school architecture**. Hartford: Press of Case, Tiffany and company, 1851.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais Uso e mau uso dos arquivos. In PINSKY. Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

BARROZO, Vanessa Teixeira. **O ensino primário em Pelotas (1912-1980)**. Almanaque do Bicentenário de Pelotas, v. 3: Economia, Educação e Turismo. Pelotas: Pró-Cultura RS/Editora João Eduardo Keiber ME, 2014.

BASTOS, Michele Souza. **Arquitetura ausente: o centro histórico de Pelotas, RS – 1835 a 2011**. Dissertação de Mestrado - Programa de PósGraduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, 2013.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Diálogos sobre a História da Arquitetura Escolar. Entrevista com Anne-Marie Châtelet. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 12, n. 01, jan./jun. 2001, p. 210-219.

_____. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (193-1928). **Educar em revista**. Curitiba, nº 18, jul./dez., 2001, p. 103-141.

_____. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: BENCOSTTA Marcus Levy Albino (Org.). **História da Educação, arquitetura e espaço escolar organizador**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Desafios da Arquitetura Escolar: construção de uma temática em História da Educação**. Cinco estudos em história e historiografia da educação. Belo Horizonte. Autêntica, 2007.

BO BARDI, Lina. **Escolas**. Revista Habitat, p.1, 1951

BRITO CRUZ, J. A. de; CARVALHO, L. **São Paulo 450 anos:a escola e a cidade**. Projeto Pedagógico CEDAC. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação/BEI, 2004.

BUFFA, Ester **Pesquisas sobre arquitetura e educação:aspectos teórico-metodológicos**. Cultura escolar e História das Práticas Pedagógicas. Editora Universiadde Tuiuti do Paraná. 2008.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de A. **Arquitetura e Educação:organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas. , 1893- 1971**. São Carlos. Brasília: EdUFSCar, 2002.

BURD, Rafael. **Um passeio no centro – o positivismo através do patrimônio erguido no Centro Histórico de Porto Alegre.** historiaeavida.blogspot.com/2013/05/um-passeio-no-centro-o-positivismo.html
Acessado em maio de 2017

BURKE, Peter. **A Nova História, seu passado e seu presente.** A escrita da História: novas perspectivas. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. **O que é história cultural?** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CALDEIRA, Jeane. **O Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós graduação da Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas. 2014.

CAMPOS, Eudes. O ecletismo paulistano no tempo do jovem Ramos de Azevedo. **Revista Cidade**, São Paulo, v. 5, n. 5, jan. 1998, p. 25-31.

CAMPOS José Carlos Peixoto. **Arquitetura Escolar: Edificação de Prédios Escolares no Rio de Janeiro. V Congresso Brasileiro da História da Educação.** Sergipe. 2008.

CASTRO, Elizabeth Amorim de. **Grupos Escolares de Curitiba na primeira metade do século XX.** Curitiba: Edição do autor, 2008.

_____. A arquitetura dos grupos escolares do Paraná na Primeira República. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 90, n. 224, jan./abr. 2009, p. 122-148.

_____. **Reflexões sobre Fontes e Metodologias de Pesquisa: A Arquitetura como documento.** Conferência de Abertura Anais do 4º Encontro GIPA e 2º Encontro GPHEO. Paraná, 2010.

_____. **A arquitetura das escolas públicas do Paraná (1853-1955).** Tese de Doutorado Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba, 2010.

CASTRO, Renata. **A Escola Garibaldi e o professor José Rodeghiero na Colônia Maciel – Pelotas/ RS (1928 – 1950): grupo local e etnia.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós graduação da Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas, 2017.

CAVALLO, Cristina. **Aproximações entre arte, design e indústria nas experiências do Arts & Crafts e do modernismo brasileiro.** Artigo 3º Simpósio de Pós-Graduação em Design. ESDI. Rio de Janeiro, 2017.

CELLARD, André **A análise documental.** In A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Ed. Vozes, Petropolis, RJ, 2012.

CELETI, Felipe. **Origem da educação obrigatória: um olhar sobre a Prússia.** <https://filipeceleti.com/2013/07/03/origem-da-educacao-obrigatoria-um-olhar-sobre-a-prussia/>. Publicado em 03/07/2013. Categoria: Artigos. Acessado em junho de 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Portugal: Difel, 2002.

CHÂTELET, Anne Marie. Ensaio de Historiografia I: a arquitetura das escolas no século XX. Tradução de Marcus L. A. Bencostta. **Revista História da Educação Asphe**. FaE. UFPel. Pelotas, n. 20, set. 2006.

CHÂTELET (Anne-Marie), LERCH (Dominique), Luc (Jean-Noël) (dir.). **L'école de plein air. Une expérience pédagogique et architecturale dans l'Europe du XXe siècle**. - Paris : Éditions Recherches, 2003. – 431 p.. <https://journals.openedition.org/histoire-education/1122> Acessado em agosto de 2018.

CHÂTELET, Anne-Marie. Le souffle du plein-air. Histoire d'un projet pédagogique et architectural novateur (1904-1952), Métis Presses, coll. Vues d'ensemble, Genève, 2011. **Les Cahiers de la recherche architecturale et urbaine**, nº 28 / 2013. <http://journals.openedition.org/crau/506>. Acessado em agosto de 2018.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

COEUR, M. Le. Os liceus na cidade: o exemplo parisiense. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). **História da Educação, arquitetura e espaço escolar organizador**. São Paulo: Cortez, 2005.

COLE Emily (org). **História ilustrada da arquitetura**. São Paulo, Publifolha, 2013.

COLÉGIO GONZAGA. <http://www.gonzaga.com.br/Pagina/31/Nossa-Historia>. Acessado em junho de 2018.

COLÉGIO CATARINENSE. <http://www.colegiocatarinense.g12.br/historia/>. Acessado em junho de 2018.

COLQUHOUN, Alan. **Modernidade e tradição clássica: ensaios sobre arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

COMTE, Auguste. Curso de Filosofia. Discurso sobre o Espírito Positivo. Catecismo Positivista. In: GIANNOTTI, José Arthur. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. EDART. São Paulo: Livraria Editora, 1972.

CORREIA, Ana Paula Pupo. Arquitetura escolar: a cidade e a escola rumo ao progresso- Colégio Estadual do Paraná (1943-1953). In: BENCOSTTA Markus Levy

Albino (Org.). **História da Educação, arquitetura e espaço escolar organizador**. São Paulo: Cortez, 2005.

CORSETTI, Berenice. **Controle e Ufanismo. A escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930)** Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal de Santa Maria.1998.

_____. Cultura Política Positivista e Educação no Rio Grande do Sul/ Brasil. In: **Cadernos de Educação**. FaE/ PPGE/ UFPelPelotas, jul./dez, 2008.

CUNHA, Alberto Coelho da. **Cidade em crescimento**. Pasta 618, Centro de Documentação e Obras Valiosas. Biblioteca Pública Pelotense.

CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). **Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

DALBEN, André. **Educação do Corpo e Vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930-1945)**. Dissertação de Mestrado Faculdade de Educação Física Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

DALLABRIDA , Norberto. **A fabricação escolar das elites: o ginásio Catrinense da Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

_____. **Disciplina e Devoção: O Ginásio Catarinense na Primeira República**. II CBHE, 2002, Natal, RN.
<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3151.pdf>. Acessado em junho de 2018.

_____. Das escolas paroquiais às PUCs: República, recatolicização e escolarização. In: STEPHANOU, M. , BASTOS, M. H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol.III: século XX**. Petrópolis: Vozes, 2011.

DEWEY, J. **Art as Experience**. New York: Capricorn Books, 1972.

DÓREA, Célia. A arquitetura escolar como objeto de pesquisa em História da educação. In: **Educar em Revista**, n. 49, jul./set. 2013. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

DUARTE, Hélio. **Considerações em torno do problema escolar**. Revista Acrópole, p. 34-35, 1965.

ERMEL, Tatiane de Freitas. **O “Gigante do Alto da Bronze”: um estudo sobre o espaço e arquitetura escolar do Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre/RS (1913 – 1930)**. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, PUC, 2011.

ERMEL, Tatiane de Freitas. **Arquitetura Escolar e Patrimônio Histórico-Educativo: Os Edifícios para a Escola Primária Pública No Rio Grande do Sul (1907-1928)**. Tese De Doutorado Programa De Pós-Graduação Em Educação Da Faculdade De Educação, PUC, 2017.

ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES EM PELOTAS.
<http://www.escolas.inf.br/rs/pelotas>. Acessado em setembro de 2015.

ESCOLA BIBIANO DE ALMEIDA. <http://www.escolas.inf.br/rs/pelotas/40>. Acessado em setembro de 2015.

ESCOLANO, Augustin. **Tiempos y espacios para la escuela**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000.

_____. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**. Tradução de Alfredo Veiga Neto. 2ª ed. Rio de Janeiro: D. P. & A., 2001.

ESSINGER, Cintia V. **Entre a Fábrica e a Rua. A companhia de Fiação e Tecidos Pelotense e a criação de um espaço operário. Bairro da Várzea, Pelotas, RS (1953-1974)**. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Memória social e Patrimônio Cultural. UFPel, 2009.

FABRIS, Annateresa. Ecletismo à luz do modernismo. In: **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel, USP, 1987.

FARIA FILHO Luciano M. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista Faculdade de Educação**. São Paulo. Vol. 24 n.1 Jan./Jun 1998.

_____. **Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 14, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000.

_____. GONÇALVES Irlen A, VIDAL Diana G., PAULILO André L. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, nº1, jan./abr., 2004, p 139-159.

FEBVRE, L. Caminhando para outra história. In: **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1985.

FELGUEIRAS Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Pro-Posições**. V. 16, n. I (46), jan./abr., 2005.

FERREIRA, Marta Poetch, HUCKEMBECK, Inara Baade, PINTO, Maria Laura de Moura, SASTRE João Roger de Souza. **Edifícios Escolares em Pelotas**. Pelotas: Gráfica UFPel, 1996.

FIGUEIREDO, Camilo A. **Escolas ao Ar Livre. Breves Considerações**. Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina do Porto. Porto, Portugal: Tipografia Abreu, 1922.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramalheite. Petrópoles: Vozes, 1987.

_____. O nascimento da Medicina Social. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FREITAS, Marcos C. de; BICCAS, Maurilane de S. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo; Cortez Editora, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. **Pro-Posições**. v. 16, n. I (46), jan./abr. 2005.

GASKEL, Ivan. **História das Imagens**. A escrita da História: novas perspectivas. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

GHIRARDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

GILL, Lorena Almeida. Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 1890- 1930. **Revista História Unisinos**. Volume 10 Nº 1, janeiro/abril, 2006.

GIOLO, Jaime. **Estado, Igreja e Educação no RS na Primeira República**. São Paulo: Faculdade de Educação. Tese Doutorado em História e Filosofia da Educação. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, USP, 1997.

GONÇALVES, Irlen. A; FARIA FILHO, Luciano M. História das Culturas e Práticas Escolares Perspectivas e Desafios Teórico-Metodológicos. In: SOUSA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. (Org.). **A Cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005.

GONÇALVES, Rita de Cássia. A arquitetura como dimensão material das culturas escolares. In: GASPARD DA SILVA, Vera Lucia; PETRY, Marília Gabriela (Orgs.). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Insular, 2012.

GUTIERREZ, Ester J. B. Negros, Charqueadas e Olarias: Um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Editora UFPEL, 1993.

GUTIERREZ, Ester, GONSALES, Célia. Pelotas: arquitetura e cidade. In: RUBIRA, Luis, (org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Volume 2. Santa Maria: Gráfica e Editora Palotti, 2014.

HUCH, Michele e TAMBARA, Elomar **A educação em Pelotas: o entusiasmo republicano (1889-1920)**. XI Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação, UNISINOS, São Leopoldo-RS, agosto 2005.

JORNAL DIÁRIO POPULAR. Oficina Tipográfica do Diário Popular. Agosto de 1927

JORNAL DIÁRIO POPULAR. Oficina Tipográfica do Diário Popular. Abril de 1924.

JORNAL DIÁRIO POPULAR. Oficina Tipográfica do Diário Popular. Abril de 1927.

JORNAL DIÁRIO POPULAR. Oficina Tipográfica do Diário Popular. Fevereiro de 1928.

JORNAL LE FIGARO. Edição de 5 de abril de 1920.

https://immobilier.lefigaro.fr/article/il-y-a-96-ans-les-ecoles-de-plein-air-arrivaient-en-ville_2f9d67d2-7064-11e6-9f91-caf284335945/. Acessado em agosto de 2018.

KOSSOY, B. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne (org.). **O Fotográfico**. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1998.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. **Arquitetura Escolar: o projetado ambiente de ensino**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF Jacques; NORA, Pierre **História: Novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LEMBRANÇA DO GINÁSIO GONZAGA – Oficinas d'Guarany. Pelotas. 1925.

LEMBRANÇA DO GINÁSIO GONZAGA – Oficinas d'Guarany. Pelotas. 1927.

LEMBRANÇA DO GINÁSIO GONZAGA – Livraria do Globo. Pelotas. 1939.

LEMBRANÇA DO GINÁSIO GONZAGA – Livraria do Globo. Pelotas. 1940.

LOMBARDI, J. C. e NASCIMENTO, M. I. M. (org). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY. Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

LUCHESI, Terciane Ângela; KREUTZ, Lucio. Das escolas de improviso às escolas planejadas: um olhar sobre os espaços escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 12, n. 2 (29), maio/ago, 2012, p. 45-76.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: EDUFPEL: Coedição Livraria Mundial, 1993.

MAGALHÃES, Nelson Nobre. Pelotas Memória. **Pelotas**. Fascículo III (1989), VI (1990), VII (1991), Ano 8 (1997).

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: imprensa oficial de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

_____. **O que torna o ensino público tão fraco? O atraso histórico na educação**. Braudel Papers, Documento do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, São Paulo, n. 30, 2001, p. 1-10. Disponível no endereço eletrônico: <<http://www.braudel.org.br/paper30a.htm>>. Acesso em junho de 2017.

MARQUES, M. O. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. Coleção Educação. Ijuí: Unijuí, 1998.

MICHELON, Francisca F.; SCHWONKE, Raquel S. **Retratos de uma Cidade & Catálogos de Fotografias Impressas, 1913/1930**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, UFPel, 2008.

MOURA, Rosa Maria G. R. de. **Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados**. Tese de doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MONARCHA, C. Estudos Históricos em Educação entre Antigos e Modernos. In: SOUSA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. (Org.). **A Cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NEVES, Helena de A. **A alma do negócio: Aspectos da educação em Pelotas na propaganda institucional**. Dissertação de Mestrado. FaE/ UFPel. 2007.

_____. **Cultura Material Escolar: as propagandas das instituições de ensino de Pelotas- RS dando visibilidade ao espaço escolar 1875-1910**. ASPHE, 2008.

_____. **Ensino Privado em Pelotas-RS na propaganda impressa, séculos XIX, XX e XXI**. Tese de Doutorado, FaE/UFPel, Pelotas, 2012.

_____. AMARAL, Giana L. Os Professores como um diferencial competitivo: Construção e legitimação do espaço escolar privado de Pelotas-Rio Grande Do Sul (1875-1910). **Cadernos de História da Educação**. v. 11, n. 1, jan./jun., 2012.

OLIVEIRA, Ana Lucia Costa de; SEIBIT, Mauricio Borges. **Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão (PRIJ)**. Pelotas: Editora Universitária, UFPel, 2005a.

OLIVEIRA, Maria Augusta M. de. **A Educação Durante o Governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928)**. Dissertação de Mestrado. FaE/ UFPel. 2005b.

_____. TAMBARA, Elomar; AMARAL, Giana L. Fotografias de prédios escolares: a construção de obras visíveis como propaganda do governo Simões Lopes, na cidade de Pelotas. **Revista Pedagógica**. UNOCHAPECÓ, Ano 11, n. 22, Jan./Jun., 2009, ISSN 1984-1586.

_____. AMARAL, Giana L. Educação, **Urbanização e Modernidade em Pelotas na década de 1910**. Simpósio Nacional De Educação Cascavel, 2010.

_____. **Instituições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910-1930): imagens e imprensa**. Tese de Doutorado FaE/UFPel. Pelotas, 2012.

OLIVEIRA, Elisabete Porto de. **Viagem na Memória do Fragata: Estudo sobre a História e Cultura de um “Bairro Cidade”**. Monografia Curso de Pós-Graduação em Artes, Especialista em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos. Pelotas: UFPel, 2007.

OSORIO, Fernando Luís. **A cidade de Pelotas**. 1ª ed. Pelotas: Editora Globo, 1922.

PARADEDA, Maria Regina. **Arquitetura da Paisagem e Modernidade: Um estudo sobre representações e memória das Praças de Pelotas (1860-1930)**. Dissertação P PG História do Brasil – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas PUCRS, 2003.

PARMAGNANI, Jacob José; RUEDELL, Otto. **Memorial do Colégio Gonzaga - Cem anos de Educação**. Porto Alegre: Gráfica Editora Pallotti, 1995.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa. **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel, USP, 1987.

PETER, Glenda D. **Santa Bárbara: O braço morto do arroio que ainda vive na memória de Pelotas**. Especialização em Conservação de Patrimônio em Centros Urbanos. FAU/ UFRGS, 2004.

PERES, Eliane T. Currículo e práticas escolares da escola primaria gaúcha no período da implantação da escola graduada e da institucionalização da modernidade pedagógica (1909-1959). In GRAZZIOTI, Luciane S. S., ALMEIDA, Doris B. (Orgs.). **Colégios Elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar- Séculos XIX e XX**. São Leopoldo: Ed. Oikos, 2016.

_____. **Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir: a escola como oficina da vida-discurso pedagógicos e práticas escolares da escola pública gaúcha (1909-1959)**. Belo Horizonte. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

_____; CARDOSO, Aliana A. A Expressão da Modernidade Pedagógica em Pelotas: A Criação do Grupo Escolar Joaquim Assumpção. **Cadernos de História da Educação**, nº. 3, jan./dez., 2004, p. 97.

PESAVENTO, Sandra Jatahy **História do Rio Grande do Sul**. Ed. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1985

_____. (org.). **História Cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais de Pelotas**. Typographia Gundlach. Porto Alegre. 1940.

POSSAMAI, Zita. Uma escola a ser vista: apontamentos sobre imagens fotográficas de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, nº 29, Set/Dez, 2009, p. 143-169.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Lista de Escolas Municipais http://www.pelotas.com.br/educacao/centraldematriculas/menu/arquivos/escolas_Re_de_Municipal.pdf. Acessado em setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, LEI Nº 5.490, de 24 de julho de 2008. Dispõe sobre a delimitação dos Distritos do Município de Pelotas e das Regiões Administrativas do seu Distrito Sede (Zona Urbana).

RAMALHO, Vera L. P.; WOLFF, Silvia F. dos S. **As Escolas Públicas Paulistas na Primeira República**. São Paulo: Projeto, Nº 87, 1986.

RAMOS, Shana P. **Estrutura Urbana Histórica: a importância dos primeiros caminhos e sua permanência na estrutura urbana de Pelotas, RS**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2013.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da Educação Brasileira. A Organização Escolar**. Campinas: Autores associados, 2003.

RIOLI, Thyssie O. **Pátio escolar coberto: a qualidade ambiental, estética e funcional em escolas de educação infantil**. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2016.

RIOS FILHO, Adolfo Morales. **Teoria e Filosofia da Arquitetura**. Primeiro Tomo. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1955.

PORTELLA, Adriana, OLIVEIRA, Ana Lucia, et al. **Patrimônio Cultural Cidade e Inventário: um caminho possível para a Preservação**. Prefeitura Municipal de Pelotas, Departamento de Cultura, Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural, 1999.

SANTA CATHARINA, Roberta T. **Ordenanças urbanas e idéia de cidade: o primeiro e o segundo plano diretor de Pelotas e os temas de urbanismo do século XX**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. FAURB. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

SANTIAGO, Zilsa Maria. **Arquitetura e instrução pública: a reforma se 1922, concepção de espaços e formação de grupos escolares**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação Universidade Federal do Ceará, 2011.

SANTOS, Carlos Alberto (Org.). **Ecletismo em Pelotas 1870-1930**. Pelotas: Editora Universitária. Universidade Federal de Pelotas, 2007.

_____. **Influências francesas na organização dos espaços verdes de Pelotas e nos edifícios da cidade: 1870-1931**. JURIS, Rio Grande, 17: 153-173, 2012.

SANTOS, Rita de Cássia G. **A Educação das Meninas em Pelotas”: A Cultura Escolar produzida no Internato Confessional Católico do Colégio São José (1910-1967)**. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

SASTRE, João Roger de Souza **Edifícios Escolares na Cidade de Pelotas: um diagnóstico da rede estadual**. Dissertação de Mestrado, FaE/UFPel, 2001.

SAVIANI, Demerval. **História do tempo e tempo da história: estudos de historiografia e história da educação**. Campinas: Autores Associados, 2015.

SEGAWA, Hugo **Arquiteturas Escolares**, Revista Projeto, p. 64-65, 1986

_____. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Francisco Carlos F.; DIONELLO, Tiago G. **Histórico das instalações do Colégio Gonzaga: do final do século XIX a metade do XX**. Pelotas. RS. Trabalho da disciplina Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo. NEAB, FAURB, UFPEL. Pelotas, 2006.

SILVA, Carlos Maquine. **Escolas, Higiene e Pedagogia: Espaços desenhados para o ensino em Portugal (1860-1920)**. In: **Educação e Patrimônio Cultural: Escolas, Objetos e Práticas**. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

_____. O estudo dos espaços escolares: Balanço da Investigação Científica Portuguesa (2005- 2014). In: ALVES, Luis Alberto; PINTASSILGO, Joaquim (orgs.). **História da Educação Fundamentos teóricos e metodologias de pesquisa**. Lisboa: Centro em Investigações Transdisciplinares Cultura, Espaço e Memória, 2015.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de pelotas nas primeiras décadas do século XX. **História em Revista**. Volume 7. Portal de Periódicos da UFPel, Pelotas, 2001.

_____. A Construção Social da Forma Urbana: Pelotas (Brasil) na Transição dos Séculos XIX E XX. **Scripta Nova: Revista Eletrônica De Geografia e Ciências Sociais**. Universidade de Barcelona Vol. X, 2006. <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-40.htm>. Acessado em maio de 2017.

SONTAG, S. **Ensaio sobre fotografia**. Lisboa: Dom Quixote, 1986.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. Prefácio: Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: BENCOSTTA Marcus Levy Albino (Org.). **História da Educação, arquitetura e espaço escolar organizador**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A cultura material na história da educação: possibilidades de pesquisa. Apresentação. Vestígios da cultura material escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 14, maio/ago., 2007.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III; Século XX. Petrópolis: Vozes, 2011.

TAMBARA, Elomar. O ensino superior: da fundação do Liceu de Agronomia e Veterinária (1883) à criação da UCPel (1960) e da UFPel (1969). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Volume 3, 2014.

TEIXEIRA, A . S. **Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

TRILLA. J. **Ensayos Sobre la Escuela**. El Espacio Social y Material de la Escuela. Barcelona: Alertes, 1985.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

_____. **Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1994.

VICENTE, Magda de A. **O Patronato Agrícola Visconde da Graçaem Pelotas/ RS (1923-1934): gênese e práticas educativas**. Dissertação de Mestrado, FaE, UFPel. 2010.

VIÑAO FRAGO, Antônio. **El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. Contemporaneidade e Educação**. Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), Rio de Janeiro, n. 7, 2000.

_____. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**. Tradução de Alfredo Veiga Neto. 2ª ed. Rio de Janeiro: D. P. & A., 2001.

_____. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **História da Educação, arquitetura e espaço escolar organizador**. São Paulo: Cortez, 2005.

WERLE, Flávia O. C. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (Org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 13-33. Acessado em outubro de 2014.

WOLFF, Silvia F. S. **Escolas para a República: Os Primeiros Passos da Arquitetura das Escolas Públicas Paulistas**. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo. 2010.

ZANELLA, Bianca. **Estilo: Um lugar de encontros e desencontros**. Crônica do Diário Popular, 2009. http://srv-net.diariopopular.com.br/07_06_09/estilop0801e0901.html. Acesso em junho 2018.

ZARANKIN, Andrés **Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: O caso de Buenos Aires**. Tese de doutorado Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2001.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

RELATÓRIOS

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA DE PELOTAS. Apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1911 pelo intendente Jose Barboza Gonçalves, Oficina Tipográfica do Diário Popular, Pelotas. 1911

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA DE PELOTAS. Apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1921 pelo intendente Pedro Luis Osório, Oficina Tipográfica do Diário Popular, Pelotas. 1921

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA DE PELOTAS. Apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo intendente Pedro Luis Osório, Oficina Tipográfica do Diário Popular, Pelotas. 1922.

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA DE PELOTAS. Apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1923 pelo intendente Pedro Luis Osório, Livraria Globo Pelotas. 1923.

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA DE PELOTAS. Apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1924 pelo intendente Pedro Luis Osório, Livraria Globo Pelotas, 1924.

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA DE PELOTAS. Apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1925 pelo intendente Augusto Simões Lopes, Livraria Globo Pelotas, 1925.

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA DE PELOTAS. Apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1926 pelo intendente Augusto Simões Lopes, Livraria Globo Pelotas, 1926.

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA DE PELOTAS. Apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1927 pelo intendente Augusto Simões Lopes, Livraria Globo Pelotas, 1927.

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA DE PELOTAS. Apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1928 pelo Intendente Augusto Simões Lopes. Diário Popular, 1928.

RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Oficinas a Vapor da Livraria Americana, Porto Alegre, 1896.

RELATÓRIO DE OBRAS PÚBLICAS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Oficinas Typográficas de A Federação Porto Alegre, 1918.

FILME "A Revolução da Escola 1918-1939".

8. APÊNDICES

PROJETOS PADRONIZADOS PARA EDIFÍCIOS ESCOLARES EM PELOTAS, 1924-1928.

Uma análise dos Relatórios Intendenciais do período 1924 a 1928 permitiu identificar três propostas que foram adotadas na construção das escolas nesse período: o “typo colonial”, o “typo rural” e o “typo chalet rural” (ou “typo chalet rural nº2”, outra denominação encontrada para esse terceiro tipo de projeto). Não existia um rigor em contemplar todas as determinações do “projeto tipo”, e entre escolas da mesma categoria aparecem algumas diferenciações nas fachadas, nas aberturas ou nos ornamentos.

Na construção da Escola Bibiano de Almeida foi adotado o “typo colonial”, caracterizado por reduzida planta quase quadrada, volumetria prismática, telhado com caimento em quatro águas, janelas distribuídas nas fachadas frontal e lateral, e calçado circundando o prédio. Destacamos o alpendre no acesso principal e o frontão ornamentado erguido na parede frontal, com a denominação da escola (Figura A1). O mesmo projeto-tipo foi empregado na Escola Rural de Monte Bonito João da Silva Silveira (Figura A2). Diferenciando ambas, um frontão sobre a porta principal aparece apenas na escola urbana Bibiano de Almeida, que também apresenta ornatos nas janelas e frisos sobre os vãos do alpendre. A escola rural João da Silva Silveira, com área construída maior, apresenta menos ornamentos e um acesso lateral além das duas janelas.



Figura A1 Escola Bibiano de Almeida
Fonte: Relatório Intendencial, 1928



Figura A2 Escola João da Silva Silveira
Fonte: Relatório Intendencial, 1928.

Os projetos do “typo rural” possuem a fachada simétrica com porta central, e uma janela de cada lado. As paredes laterais são cegas, não apresentam janelas. Pequeno volume de planta retangular, coberta por um telhado de duas águas de caimento para os fundos e a frente do terreno. Insere-se um frontão com ornatos e denominação da escola arrematando a porta principal. Dentro dessa categoria também é possível identificar algumas diferenças de acabamento nas fachadas, nas molduras e ornatos das janelas, mantendo, entretanto, as esquadrias das aberturas iguais em todas elas.

Nos bairros periféricos do Município foram construídas a Escola D. Maria Antonia na Barbuda (Figura A3) e a Escola Jacob Brod nas Terras Altas (Figura A4). No meio rural foram edificadas a Escola Álvaro Berchon, no Passo das Pedras (Figura A5), hoje Capão do Leão, município emancipado de Pelotas; e a Escola Garibaldi foi erguida na Colônia Maciel (Figura A6). Na colônia Santa Eulália foi fundada a Escola Bernardo Taveira Junior (Figura A7).

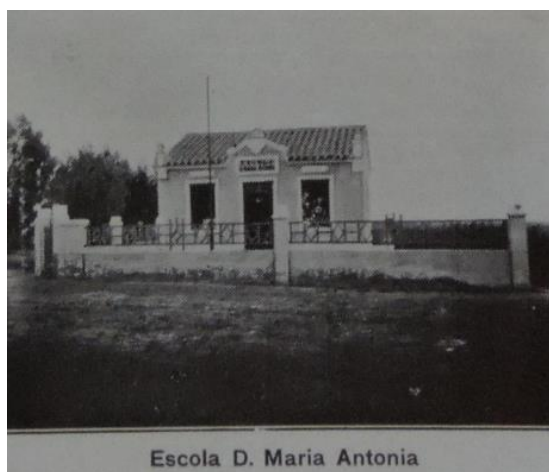


Figura A3 Escola D. Maria Antonia
Fonte: Relatório Intendencial, 1928

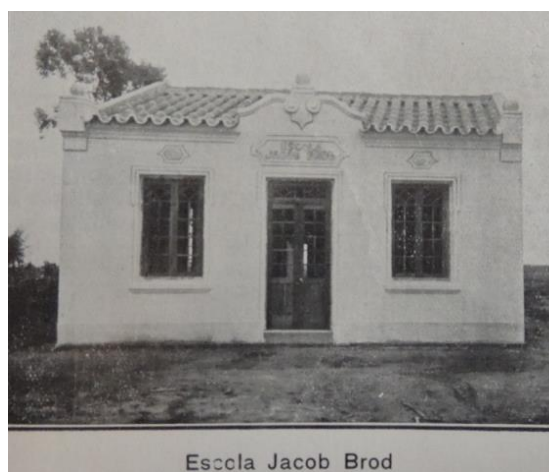


Figura A4 Escola Jacob Brod
Fonte: Relatório Intendencial, 1928

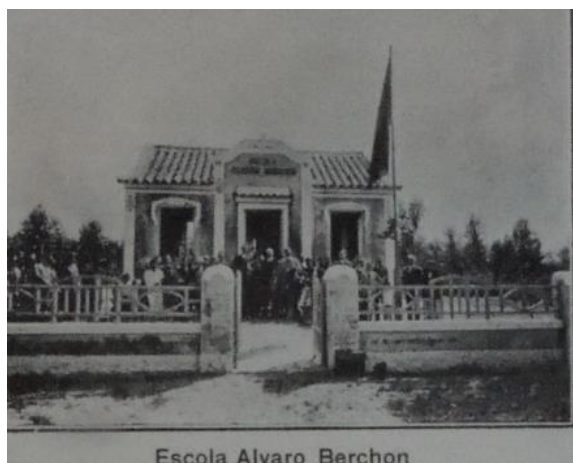


Figura A5 Escola Álvaro Berchon
Fonte: Relatório Intendencial, 1928

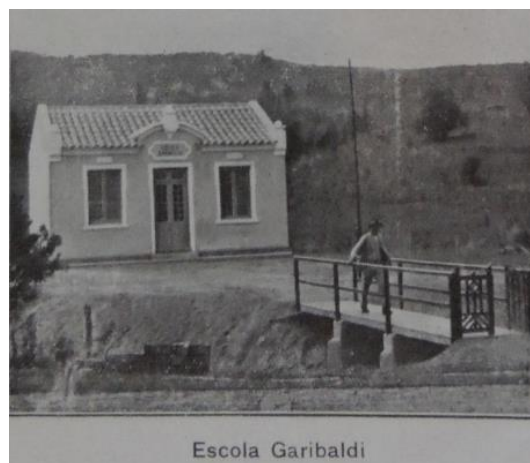


Figura A6 Escola Garibaldi
Fonte: Relatório Intendencial, 1928.



Figura A7 Escola Bernardo Taveira Junior
Fonte: Relatório Intendencial, 1928.

Os edifícios denominados como “tipo chalé rural” ou “tipo chalé rural nº2” caracterizam-se por linguagem e ornamentos próprios de uma casa de campo, por possuir a sua cobertura desprovida de platibandas, e por ter como foco da composição as duas águas do telhado perpendiculares à fachada principal, formando uma empena. O telhado prolonga-se para além das paredes por todo o perímetro do edifício, criando beirais. Os edifícios construídos com base nesse projeto-tipo apresentam algumas diferenças nos arremates dos telhados, ora em madeira, ora em alvenaria e ora sem arremate. Mantém a especificidade de estar implantado bem acima do solo e possuir ventilação abaixo do piso, evitando o

contato direto com a umidade provinda do solo, conferindo conforto ambiental. Consequentemente possuem escada de acesso. No edifício do Quilombo, um pequeno porão serve para nivelar o terreno onde a escola está implantada. Já a Escola João Affonso, localizada na Praça, que era um espaço urbanizado, a altura em relação ao solo é bem menor, não apresentando porão.

Na periferia urbana foram construídas a Escola Ministro Fernando Osório, nas Três Vendas, e o Instituto Educacional Mauá, no Passo dos Negros, denominação essa baseada na inscrição “IM” no círculo de estuque no frontão acima da porta principal (Figura A8). Na região rural, no Quilombo, foi erguida a Escola Professor Affonso Massot, que também possui o círculo com inscrição acima da porta idêntico ao do Instituto Mauá, mas não foi possível identificar as letras representadas (Figura A9).

Ainda, seguindo as características desse projeto tipo, embora tendo sido construída em 1922, durante o governo do Intendente D. Pedro Luis Osorio, foi instalada a Escola João Affonso na Praça Julio de Castilhos (Figuras A10 e A11).



Figura A8 Escola Ministro Fernando Osório
Fonte: reatório intendencial, 1928



Figura A9 Instituto Educacional Mauá
Fonte: Relatório Intendencial, 1928



Figura A10 Instituto Professor Affonso Massot
Fonte: Relatório Intendencial, 1928



Figura A11 Escola João Affonso
Fonte: Almanach de Pelotas de 1924

Para a construção das escolas que o Intendente Dr. Augusto Simões Lopes se propôs a instalar no seu quadriênio de governo, os projetos tiveram como base alguma dessas três propostas de projeto tipo, apresentando os edifícios algumas pequenas variações de fachadas ou acabamentos. As outras escolas criadas nesse período, que apresentam uma volumetria diferenciada, foram adaptações de edifícios já existentes, que passaram para a propriedade do Município através de doação ou venda.

EDIFÍCIOS ESCOLARES TOMBADOS E/OU INVENTARIADOS
 INFORMAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Março, 2018.

Tombamento é o reconhecimento do valor artístico, arquitetônico, histórico e cultural do Patrimônio da cidade. É uma forma de preservar e garantir que as futuras gerações possam também usufruir desses bens futuros. Em 2018 um tombamento de sete setores da cidade estabelecido pelo IPHAN, reafirmou o valor histórico e cultural local e estabeleceu a proteção, a manutenção desses espaços e seus entornos, evitando que novas intervenções descaracterizem a paisagem cultural e histórica da cidade. Foi reconhecida com o tombamento federal a Praça José Bonifácio, considerada marco inicial da cidade, incluindo a Catedral. Também estão protegidos imóveis no seu entorno como o Colégio Gonzaga (Inventariado parcial).

O Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural é o cadastro de bens representativos de uma coletividade, sendo um dos principais instrumentos de preservação. Em Pelotas os bens inventariados estão protegidos pela Lei Municipal 4568/2000, a qual declara áreas da cidade como Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural – ZPPC’S- e protege as fachadas públicas e volumetrias dos prédios.

QUADRO A1 - Edifícios Escolares Inventariados e/ ou Tombados em Pelotas

1. GONZAGA Praça José Bonifácio, 166 - inventariado e tombado parcial
2. SÃO JOSÉ Rua Félix da Cunha, 400 - inventariado
3. JOAO AFFONSO / ATUAL ACADEMIA PELOTENSE DE LETRAS Rua Dr. Amarante sem nº - inventariado
4. CARLOS LAQUINTINIE Praça Domingos Rodrigues, 02 - inventariado
5. DONA MARIANA EUFRÁSIA Avenida Duque de Caxias, 900 - inventariado
6. DONA ANTONIA Avenida Saldanha Marinho, 67. - inventariado
7. DR JOAQUIM ASSUMPÇÃO Barroso, 1679 - inventariado
8. BIBIANO DE AMEIDA Avenida da Paz, 80 - não inventariado
9. MAUÁ Estrada do Engenho - não inventariado, mas dentro do Foco do Engenho Pedro Osório

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura Municipal de Pelotas, 2018.

9. ANEXOS

RELATORIO APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL EM 20 DE SETEMBRO DE 1912 PELO INTENDENTE CYPRIANO CORRÊA BARCELLOS 1912-1920

INSTRUCÇÃO

Aprovou-se o novo regulamento, pelo Acto nº 642, de 24 de janeiro:

“Considerando a crescente aceitação alcançada pelas aulas mixtas minicipaes diurnas e nocturnas, cujo actual regimento já não satisfaz o desenvolvimento da instrucção primaria, leiga, livre e gratuita;

Considerando ainda as reaes vantagens que advirão, especialmente para as classes operarias, de bem organizados cursos de profissões elementares;

Considerando também a conveniencia de serem aproveitadas para o provimento das cadeiras, pessoas que tenham já revelados atributos didacticos e vocação para o ensino elementar;

Resolve:

Art. 1º - Fica aprovado, para ser posto em execução, a contar desta data, o regulamento da Instrucção Publica do Municipio, organizado na Secretaria e a seguir transcripto.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrario.”

Regulamento - Art. 1º _ O ensino ministrado no Municipio (p.7 e 8) será livre, leigo e gratuito, constitutindo dous cursos: -o primário e o technico de profissões elementares.

Art. 2º _ O primeiro, para creanças de ambos os sexos, de 7 a 15 annos, comprehenderá: -leitura, caligrafia, contar e calcular, noções de geografia universal, do Brasil e do estado, lições de cousas, elementos de musica e canto, desenho e gymnastica.

Art. 3º _ O segundo, para menores e adultos, constará de exercícios de profissões elementares: -technicos, artisticos e domésticos.

Art. 4º _ Será utilizado de preferencia o methodo intuitivo, tornando-se o livro um mero auxiliar.

único _A instrucção moral e a educação cívica serão atendidos no mais elevado grau.

Art. 5º _ O intendente designará pessoa competente para a fiscalização do ensino.

Art. 6º - Os trabalhos escolares começarão anualmente em 1º de fevereiro e serão diurnos e nocturnos, de acordo com a designação, realisando-se aquelles, no verão, das 8 da manhã á 1 da tarde e, no inverno, das 9 ás 2, e estes das 7 ás 10 e das 6 ás 9 da noite.

Art. 7º - A matricula não poderá ser inferior a 25 alumnos nem superior a 60.

Art. 8º - O professor organisará, no começo de cada anno, um quadro de distribuição do tempo por dia e hora, não consignando mais de 50 minutos para cada classe e dando intervalo, de uma a outra, para descanso, de 5 a 10 minutos, ao máximo.

único- Os alunos de 7 a 9 annos não permanecerão na aula por mais de 3 horas e não terão trabalho por mais de 50 minutos consecutivos.

Art. 9º - A Secretaria do Municipio escolherá, anualmente, os livros para os cursos.

Art. 10º - Haverá em cada aula um livro de matricula, com numero de ordem, filiação, idade, sexo e naturalidade do alumno, data da entrada e da eliminação.

Art. 11º - Será feita, diariamente, antes da saudação á Bandeira Nacional, a chamada dos alunos, registrando-se o comparecimento ou falta com as letras c ou f.

Art. 12º - A eliminação do alumno se dará por sua ausência, não justificada, durante 30 dias consecutivos, pela mudança de residencia ou por mau comportamento.

único- Neste ultimo caso, o professor participará á secretaria sua resolução.

Art. 13º - Não serão applicados castigos corporaes, sob pretexto algum, bem como os que possam prejudicar a saúde ou offender a dignidade do alumno.

Art. 14º - Será organizado, mensalmente, e entregue á Secretaria, um mappa mencionando o numero de faltas e a média da frequência de cada alumno, o grau de aproveitamento e a causa da eliminação.

Art. 15º - no dia 10 de dezembro terão começo as provas do anno escolar, as quaes serão publicas e realizadas perante uma commissão nomeada pelo intendente.

1º- Desse exame lavrar-se-á acta em livro especial, enviando o professor, copia á Secretaria.

2º- Na acta, firmada pela comissão, serão mencionados o numero de alunos matriculados e o de presentes ao exame, as matérias em que foram arguidos e as aprovações que obtiveram.

Art. 16º - serão feriados apenas os dias assim decretados pelo Governo da União ou do Estado.

As férias escolares principiarão em 10m de dezembro e terminarão em 31 de janeiro de cada anno.

Art. 17º - Aos professores incumbe:

- a) fazer funcionar as aulas com a máxima regularidade, mantendo nelas ordem, disciplina e asseio;
- b) franquear a aula a qualquer autoridade incumbida da fiscalização do ensino;
- c) participar ao intendente qualquer motivo que o iniba de funcionar;
- d) enviar á Secretaria, anualmente, a relação dos alumnos, de acordo com as instrucções recebidas;

Art. 18º - Os professores gozarão das vantagens dos funcçionários municipaes, ficando sujeitos ás penas previstas pelo regulamento da Secretaria.

RELATÓRIO APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL EM 20 DE SETEMBRO
DE 1923 PELO INTENDENTE DR. PEDRO LUIS OSORIO (1920-1924)
INSTRUÇÃO (p. 37)

O prestígio nacional exige a educação conveniente da juventude

A instrução é, certamente, um dos nossos grandes problemas; impossível é organizar uma pátria forte e consciente de seu destino, sem, antes de mais nada, educar-lhe o povo, dando-lhe, com a alfabetização, o recurso suficiente para que dos seu espirito, já iluminado, venha a contribuição eficiente, a dedicação e o interesse pelas cousas publicas.

Para tanto, é mister que convirjam esforços de todos os que, investidos ou não de poder publico, devem reunir o seu concurso para debellação deste mal social- o analfabetismo.

A Escola é um fator importantíssimo para a mobilização de novas energias. Nella se trabalha a creança, tendo-se em vista a garantia futura da raça. Dous são os requisitos indispensáveis á escola moderna: prédios absolutamente sanitários e exames periodicos pelas autoridades. Tem-se, assim, a inspecção medica e escolar. Já mandei construir predios escolares, dando-lhes os respectivos regulamentos de inspecção e estudos. A saúde na escola depende:

- a) da organização de um ambiente semelhante com o das habitações mais hygienicas;
- b) do alarme immediato de moléstias contagiosas;
- c) de múltiplas previsões para a correção de defeitos e vícios físicos e mentaes;
- d) do estímulo ao estudo, do amor ao livro, conseguidos pela vida ao ar livre e pelos recreios, que fazem nascer na creança o affecto perdurável pela casa onde aprende.

Não tenho me eximido de contribuir para a solução de tão serio quão complexo problema. Semeando idéas de bôa organização e previdência escolar, abri brecha no analphabetismo multiplicando, ao mesmo tempo, a assistência e a proteção á saúde da creança. Estou convencido de que a campanha principal contra ele se baseará:

- a) no constante estímulo á criação de escolas em todas as fabricas, empresas, companhias, estancias, colônias, etc;
- b) na concessão de salas de edificios (proprios municipaes ou particulares) para sede de pequenas escolas;
- c) no aumento das subvenções ao professorado particular idôneo, para cursos gratuitos;
- d) no auxilio ás caixas escolares de legados e donativos;
- e) no apoio á população e ás sociedades, maximé as esportivas, no sentido de favorecerem as referidas caixas. Principal as que se destinam ao ensino na zona rural.

Trato de facilitar a instalação do professor rural dando-lhe conforto e prestigio para melhor desempenho de seu cargo. Penso poder dotar, ainda este anno, a zona rural com prédios escolares, apropriados e ora adaptados a outros fins.

Em resumo, os primeiros passos estão dados e assim, o ensino primário há de se desenvolver, cada vez mais, mercê das providencias relativas a uma orientação segura e moderna. Tem se feito sentir os esforços do Município em prol:

- a) da construção de escolas hygienicas, com mobiliário adequado;
- b) da subvenção aos alunos, que no premio vê o estímulo para o estudo;
- c) do recenseamento infantil dos menores de 7 ate 14 annos;
- d) do serviço de assistencia medico-dentaria;
- e) finalmente, da criação de escolas nocturnas.